



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos Deputados

PERFIS
PARLAMENTARES

59



ARTHUR VIRGÍLIO FILHO

Brasília – 2011

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, filho do desembargador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro e de Luiza da Conceição do Carmo Ribeiro, nasceu em 12 de fevereiro de 1921, em Manaus, Amazonas. Formou-se em Direito, em 1947, pela Faculdade de Direito do Amazonas. Além da política, teve como atividades principais a advocacia e o jornalismo.

Ingressou na vida pública como chefe de gabinete do governo do Amazonas. Em 1947, foi eleito deputado da Assembleia Constituinte do Amazonas pelo Partido Social Democrático (PSD). Em 1958, foi eleito deputado federal e, em 1962, tornou-se senador. Com a extinção dos partidos políticos, pelo Ato Institucional nº 2, e com a implantação do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Uma de suas principais batalhas como deputado foi pela criação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Com aprovação do seu projeto de lei, a quase centenária Universidade Livre de Manaós – primeira instituição de ensino superior do país – transformou-se em universidade federal.

Durante a ditadura militar, o senador Arthur Virgílio reagiu de forma corajosa, proferindo o célebre discurso que gravaria para sempre suas palavras na história do Brasil: “Que nos fechem hoje, mas com o povo que nos assiste ao nosso lado; e não nos fechem amanhã, ingloriamente, com o aplauso do povo brasileiro, como aconteceu em 1937”. O bravo senador foi cassado em 1969, pelo Ato Institucional nº 5, e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Em 1979, sob o governo Figueiredo, foi beneficiado pela anistia e, no governo Sarney, exerceu a presidência do INPS de 1985 a 1987. Arthur Virgílio Filho morreu em 31 de março de 1987, no Rio de Janeiro, e foi sepultado em Manaus.



Mário Adolfo Aryce de Castro é jornalista formado pela Ufam. Aos 14 anos, já desenhava histórias em quadrinhos para o suplemento infantil *A Noticiazinha*, do jornal *A Notícia*, de Manaus. Começou a trabalhar profissionalmente em *A Crítica*, aos 19 anos, ainda estudante universitário.

Em 1978, começou a fazer charges políticas e foi eleito, por unanimidade, revelação do ano pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Amazonas. Em 1979, publicou seu primeiro livro de cartuns, *O dia da abertura*. Em 1982, publicou *O que dá pra rir dá pra chorar*, com prefácio de Ziraldo. Em 1992, lançou uma coletânea de quadrinhos de *Curumim*, o último herói da Amazônia, personagem criado em 1983. É de sua autoria também *A.E.I. Ópera* (2000), *Conversa pra boi dormir* (2001), *Amor de Bica* (2003) e *Meu bloco na rua* (2010).

Ganhou dois Prêmios Esso. Em 1984, com a série de reportagens sobre a corrida do ouro no Amazonas, e em 1997, com a série *Expedição Quilombo*, sobre as comunidades quilombolas descobertas às margens do Rio Trombetas, no Pará.

Em 1987, foi eleito diretor do Sindicato dos Jornalistas e, após uma greve em defesa do piso salarial, ele e 18 companheiros trocaram *A Crítica* pelo jornal *Amazonas em Tempo*, onde foi diretor de redação e, em 1995, ganhou o Prêmio Caixa Econômica Federal de Jornalismo Social. Em 2007, recebeu ainda o Prêmio Fieam pelo conjunto da obra *Curumim*, que circula há 25 anos.

PERFIS
PARLAMENTARES

59



**ARTHUR
VIRGÍLIO FILHO**

Brasília – 2011

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
2011-2015

Presidente **MARCO MAIA**

1ª Vice-Presidente **ROSE DE FREITAS**

2ª Vice-Presidente **EDUARDO DA FONTE**

1º Secretário **EDUARDO GOMES**

2º Secretário **JORGE TADEU MUDALEN**

3º Secretário **INOCÊNCIO OLIVEIRA**

4º Secretário **JÚLIO DELGADO**

1º Suplente de Secretário **GERALDO RESENDE**

2º Suplente de Secretário **MANATO**

3º Suplente de Secretário **CARLOS EDUARDO CADOCA**

4º Suplente de Secretário **SÉRGIO MORAES**

Diretor-Geral **ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA**

Secretário-Geral da Mesa **SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**



Câmara dos Deputados

PERFIS
PARLAMENTARES
59

ARTHUR VIRGÍLIO FILHO

Texto e organização de
MÁRIO ADOLFO

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília – 2011

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretor Legislativo **AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Diretor **ADOLFO C. A. R. FURTADO**

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA – COEDI

Diretora **MARIA CLARA BICUDO CESAR**

Projeto gráfico **SUZANA CURTI**

Adaptação e atualização de projeto gráfico **PABLO BRAZ**

Diagramação e capa **PABLO BRAZ**

Revisão e Indexação **SEÇÃO DE REVISÃO E INDEXAÇÃO**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA – COEDI
ANEXO II – PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA – DF – CEP 70160-900
TELEFONE: (61) 3216-5809 FAX: (61) 3216-5810
edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE
Perfis Parlamentares
n. 59

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Virgílio Filho, Arthur, 1921-1987.

Arthur Virgílio Filho / texto e organização de Mário Adolfo – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

374 p. – (Série perfis parlamentares ; n. 59)

ISBN 978-85-736-5735-7

1. Virgílio Filho, Arthur, 1921-1987, atuação parlamentar, Brasil. 2. Político, biografia, Brasil. 3. Político, discursos etc, Brasil. I. Adolfo, Mário. II. Título. III. Série.

CDU 328(81)(042)

ISBN 978-85-736-5734-0 (brochura)

ISBN 978-85-736-5735-7 (e-book)

Sumário

<i>Apresentação</i>	9
---------------------	---

1ª PARTE

Biografia

<i>Capítulo 1</i>	19
<i>Capítulo 2</i>	25
<i>Capítulo 3</i>	29
<i>Capítulo 4</i>	35
<i>Capítulo 5</i>	55
<i>Capítulo 6</i>	59
<i>Capítulo 7</i>	61
<i>Capítulo 8</i>	63
<i>Capítulo 9</i>	67
<i>Capítulo 10</i>	75
<i>Capítulo 11</i>	87
<i>Capítulo 12</i>	89
<i>Capítulo 13</i>	93
<i>Capítulo 14</i>	95
<i>Capítulo 15</i>	101

<i>Capítulo 16</i>	105
<i>Capítulo 17</i>	111
<i>Capítulo 18</i>	115

2ª PARTE

Discursos

<i>Um amontoado de insultos e inverdades</i>	121
<i>Criminalidade no Distrito Federal</i>	125
<i>Questão de ordem polêmica</i>	140
<i>Presidente da Câmara não convence Arthur Virgílio</i>	142
<i>O governo discrimina o Amazonas</i>	149
<i>A invasão do Amazonas por tropas paraenses</i>	150
<i>Um tiro detona uma crise na Assembleia do Amazonas</i>	150
<i>A burocracia imperadora e nociva</i>	151
<i>Borracha, um problema do país</i>	152
<i>O preço da alimentação do trabalhador</i>	165
<i>O “dia do fico” do “homem da vassoura”</i>	166
<i>A implantação do terror e da injúria</i>	168
<i>Arthur denuncia à nação contrabando de café</i>	181
<i>Líder do PTB lamenta morte do senador Lameira Bittencourt</i>	192

<i>As acusações do IBC contra o Amazonas</i>	192
<i>Desmascarando Carlos Lacerda</i>	194
<i>A crise dos navios usados</i>	197
<i>Defendendo a greve</i>	227
<i>O Projeto de Paridade</i>	242
<i>Introdução ao governo Jânio Quadros</i>	244
<i>A fome invade os leprosários de Manaus</i>	245
<i>Ao Amazonas, nenhum centavo sequer</i>	246
<i>Um insulto ao drama e à luta do homem amazônico</i>	248
<i>“Não queremos as migalhas do governo”</i>	254
<i>Em defesa de Jango, pela legalidade</i>	264
<i>Jango na Presidência e a paz no país</i>	268
<i>O Banco de Crédito da Amazônia e a borracha</i>	269
<i>A paz ameaçada por outra baderna militar</i>	278
<i>Anistia para envolvidos em crimes políticos</i>	285
<i>O Projeto de Reforma Agrária</i>	289
<i>Contra a isenção de tributos para os ricos</i>	297
<i>Acusações injustas contra o ministro</i>	298
<i>Perder os anéis para não perder os dedos</i>	299

O terror se abateu sobre a Petrobras 311

O estado de força 326

O brado do injustiçado 330

Toda ditadura é infame, é vil, é ignóbil 337

O grande lago amazônico 342

FOTOS 361

Apresentação

Mário Adolfo

Porta-voz da resistência

Dia 28 de outubro de 1965.

A mão de ferro da ditadura militar acaba de decretar o Ato Institucional nº 2, que, entre outras aberrações, muda radicalmente as regras políticas, empurrando goela abaixo o bipartidarismo, isto é, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), o partido da situação; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição. Na crônica política daqueles difíceis anos, os dois ficariam estigmatizados como o “partido do sim” e o “partido do sim, senhor”. O ato também impõe o regime de eleições indiretas para presidente, que passaria a ser “eleito” no Colégio Eleitoral. Não é só: cai o véu da longa noite escura sobre o país com a ampliação da censura para “calar” os opositores e perseguir aqueles que ousassem reagir, falar, criar e até pensar.

Era apenas o início do período de trevas. Em abril de 1964, o general Castello Branco já havia decretado o Ato Institucional nº 1, que fortalecia o Executivo e permitiria ao presidente impor o estado de sítio, cassar mandatos, suspender por dez anos direitos políticos, aposentar funcionários públicos, determinar decretos-lei e até manter as eleições de 1965, com Castello Branco como presidente transitório.

Naquele 28 de outubro de 1965, o Congresso Nacional está sitiado. Apesar das galerias lotadas, um silêncio pesado é quebrado somente pelo barulho de tanques, pisadas de coturnos e engatilhar de fuzis. Máquinas de escrever e microfones de rádios também silenciaram diante do medo. Limitam-se a transmitir o texto oficial do Ato. Parece que todos se renderam e dobraram a espinha diante da opressão. Todos não, um homem altivo, de cabelos crespos, testa longa, olhar penetrante e de voz grave, segura, resiste corajosamente na tribuna do Congresso Nacional. E alerta a seus pares:

– O Brasil que se encontra aqui (nas galerias) espera a decisão que vamos tomar nesta noite histórica. A população que aqui se congrega está a indicar apenas aquilo que o povo espera de nós: se haveremos de honrar a delegação popular que recebemos ao ser eleitos deputado e senador, ou se vamos nos diminuir a ponto de desaparecermos diante do que poderíamos ser diante da nacionalidade!

A voz valente que se levanta corajosamente contra a ditadura é a do senador Arthur Virgílio Filho (PTB-AM), líder do presidente João Goulart no Senado. Numa sessão tumultuada, no *day after* da decretação do Ato Institucional nº 2, ele enfrenta de cabeça erguida aqueles que tentam detonar seu discurso com gritos de “não apoiado”. Mas ele segue observando que não há como fugir ao momento histórico por que o país passa. Nem como fugir à responsabilidade cívica diante dos fatos.

– Ou seremos dignos do mandato popular que recebemos ou estaremos entregando esta nação ao mais degradante dos destinos – brada o senador, sendo interrompido por um grito que vem do plenário. Mais uma vez Virgílio não se cala:

– Sr. Presidente, eu ouvi um grito de “não apoiado”. Não sei de onde partiu, mas talvez de alguém que está se agachando diante da força – brada o senador, para fazer com que o senador Rui Santos, que tentava atropelar seu discurso, saísse do anonimato e o enfrentasse aos gritos, dizendo que partiu “de um representante como V.Exa. Nesta Casa não há quem se agache. Se V.Exa. é digno tem que reconhecer que todos são tão dignos quanto V.Exa.”

O episódio daquela longa noite ilustra bem a postura, o caráter, o compromisso com a democracia e a coragem do senador amazonense Arthur Virgílio Filho, um dos muitos políticos cassados pelo regime de exceção que vigorava no Brasil, mas que, até hoje, 23 anos depois de sua morte, continua sendo citado como “um homem imprescindível de seu tempo”, que exerceu a política com honradez, dignidade.

Arthur Virgílio sabia da gravidade daquela sessão histórica vivida naquela noite de 28 de outubro. Também sabia que ali, naquele momento, estava cavando com os próprios pés – ou com a própria voz – a sua

cassação, que viria... pela guilhotina do AI-5. Mas, corajosamente, continuou:

– Eu quero que fique bem claro, nesta hora grave, que ninguém tentará, ou ninguém conseguirá, me calar pela violência. Nós estamos de fato nesta hora escrevendo História. Nós estamos fazendo História. Cada palavra nossa é uma linha que acrescentamos à História. Cada frase poderá ser um capítulo, cada período poderá vir a ser um título da História. Temos uma responsabilidade presente. Temos por nós e temos pelos nossos descendentes uma responsabilidade futura. Cada um de nós assume nesta hora a responsabilidade pelo papel que está representando diante da História.

Virgílio segue, sem ouvir gritos, interrupções, aplausos. Como se soubesse que aquele seria um de seus últimos discursos antes que a noite escura desabasse sobre o sol da democracia. Adverte que cada um teria que se responsabilizar por aquilo que faria naquele dia, pelo futuro do Brasil, de pessoas de instituições livres.

– Sr. Presidente, depois de muito conceder, depois de muito recuar, depois de muito abdicar chegou a hora desse Congresso se impor. Chegou a hora desse Congresso ser digno da representação que ele encarna, de dizer a esta nação que, se ele cedeu, que, se ele recuou, não cederá nem recuará mais.

E, mais à frente, com o tom do discurso ainda mais incisivo, aponta pela primeira vez sua metralhadora giratória contra a ditadura militar que acabara de se instalar. Que a instalem, mas não com o aval dos congressistas!

– Que liquidem com o direito do povo brasileiro de ser livre, de ser digno, mas que o façam sem nossa conivência, sem a nossa participação. Se um dia esse Congresso se diminui, se agacha, merece ser fechado com o apoio do povo!

E, diante da insistência da Mesa avisando que seu tempo havia acabado, antes que soasse a campainha cortando o som de seu microfone, Virgílio sentencia, para um plenário quase vazio, a frase que até hoje corta como lâmina amolada a carne daqueles que naquela noite ajudaram a empurrar o país para o mais tenebroso precipício de sua história:

– Que nos fechem hoje, mas com o povo que nos assiste ao nosso lado; e não nos fechem amanhã, ingloriamente, com o aplauso do povo brasileiro, como aconteceu em 1937.

Signo da coragem

Sob o signo da coragem, Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho nasceu em 12 de fevereiro de 1921, em Manaus, Amazonas. Filho do desembargador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro e de Luíza da Conceição do Carmo Ribeiro, bem cedo aprendeu com o pai que a integridade seria o único caminho a trilhar. E aprendeu bem a lição. Ao longo de sua trajetória de homem público, buscou atividades que aprimorassem ainda mais o seu sentimento em defesa da justiça, liberdade, democracia, dignidade e solidariedade humana. E os primeiros passos foram nessa direção através da política, advocacia e jornalismo. Foi proprietário do jornal *A Gazeta*, de Manaus, e também presidente do Aeroclube do Amazonas e, posteriormente, da Cruz Vermelha do Amazonas.

Ingressou na vida pública como chefe de gabinete no governo do Amazonas e, depois, ocupou os cargos de secretário de Finanças e do Interior e Justiça. Seu primeiro mandato foi em 1947, quando foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do Amazonas pela legenda do Partido Social Democrático (PSD). Após a promulgação da nova Carta estadual, exerceu o mandato até janeiro de 1951, ainda na legenda do PSD, e, mais uma vez, em outubro de 1954, foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em outubro de 1958, foi eleito deputado federal pelo Amazonas, cadeira que ocupou no início de 1959. Em maio do mesmo ano, tornou-se vice-líder do PTB e, dois meses após, vice-líder do Bloco Parlamentar de Oposição. Em 1961, durante o governo do presidente Jânio Quadros, apoiou a política externa oficial sustentando os princípios de autodeterminação, de não intervenção e não alinhamento do Brasil nas disputas entre os blocos hegemônicos internacionais.

Já no governo de João Goulart, em novembro de 1961, apoiou o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas em

1947, e a Emenda Constitucional nº 5, que ampliou a participação dos municípios na renda tributária nacional.

Em março de 1962, alinhado ao chamado Bloco Compacto do PTB, grupo que reunia parlamentares de tendências socialistas, foi reconduzido à vice-liderança de seu partido na Câmara. Nesse mesmo ano, no pleito de outubro, elegeu-se senador pelo Amazonas.

Tomou posse no Senado em fevereiro de 1963. No mês seguinte, fez-se líder do PTB e, em maio, vice-líder da Maioria. Em 16 de abril de 1964, após o golpe militar que derrubou Jango, Arthur Virgílio renunciou à vice-liderança do seu partido no Senado. Não fazia sentido nela continuar, uma vez que já havia sido instalado o governo do marechal Humberto Castello Branco. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 e a posterior implantação do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual se tornou vice-líder no Senado em 1968.

Coragem, ousadia e altivez. Mas tudo isso sem perder a ternura. Nem o foco em seu tempo. Essa poderia ser uma tradução do senador Arthur Virgílio Filho. E foi justamente por ser esse homem comprometido com o seu tempo, a preocupar-se com a formação das futuras gerações, que ele se atirou numa luta sem fronteiras e sem tréguas para criar a Universidade do Amazonas. O poeta já disse que “os homens edificam os sonhos sonhados na infância”. E Virgílio sonhou uma universidade para o Amazonas. Lutou e venceu. Assim, há cinquenta anos, no dia 18 de fevereiro de 1960, o então deputado federal – posteriormente senador – apresenta projeto de lei criando a Universidade Federal do Amazonas. O projeto teria por base a já cinquentenária Universidade Livre de Manáos, primeira instituição de ensino superior do país. Arthur Virgílio Filho conseguiu que o projeto fosse aprovado como propusera e, com isso, se criou a Ufam. A visão futurista do velho Arthur seria reconhecida em 2008, da tribuna, pelo também senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), seu filho:

– Meu pai plantava, na distante região, a semente da primeira universidade federal no Brasil. Só esse gesto revela visão e grandeza suficientes para dele orgulhar-me. Mesmo que nada mais existisse na

biografia de meu pai, entremeada de lutas em que se narram heroicas e patrióticas proezas pela defesa da democracia, do Estado de Direito democrático, e contra as tiranias e ditaduras. Uma verdadeira odisséia cívica, que lhe custou, em 1968, a cassação do mandato de parlamentar que lhe fora conferido pelo povo do Amazonas.

No período de trevas, esse feito do velho Arthur ficou no esquecimento. A ditadura militar tentou deletar um dos mais belos momentos da carreira do senador cassado. Mas, quase meio século depois, a Ufam resgata sua memória, por iniciativa do reitor Hidemburgue Ordozgoith da Frota. Designado relator da proposta, o professor Clynio de Araújo Brandão elaborou o primoroso parecer aprovado pelo Conselho da Universidade. Assim, no ano em que se completaram 22 anos de sua morte, a Ufam resgata o nome desse notável brasileiro. E o *campus* da universidade passou a denominar-se Campus Universitário Arthur Virgílio Filho. O nome de seu criador.

E mais uma vez a História fez justiça. Era o resgate do nome de um dos mais importantes homens públicos do estado do Amazonas. Hoje, a universidade criada por iniciativa de Arthur Virgílio representa a central do saber, de indiscutível influência no êxito de outra grande ideia, a do Polo Industrial de Manaus, centro de avançada tecnologia de que se orgulha o Brasil.

Cassado em 1969, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por força do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Só em agosto de 1979 foi beneficiado pela anistia decretada pelo presidente João Figueiredo. Hoje vários segmentos são unânimes em reconhecer a importância para a história do Brasil do papel exercido por ele em defesa do processo democrático e da justiça social. Sua atuação e resistência ao arbítrio são referências fundamentais para as classes políticas do Amazonas e das novas gerações que não o viram atuando. O lançamento deste Perfil Parlamentar faz parte desse resgate.

Arthur parece ser unanimidade no país que tanto amou. Veja, por exemplo, o discurso do senador Marco Maciel (DEM-PE), que teve a facilidade de traduzir Arthur Virgílio como jornalista, como um amazonense “extremamente telúrico” e, sobretudo, como político na plena

acepção do termo: “Arthur sempre esteve atento a tudo que fosse virtude e arte do bem comum”. O que foi complementado por Álvaro Dias (PSDB-PR), para quem Arthur Virgílio Filho era “um homem imprescindível de seu tempo”, que exerceu a política com “honradez, dignidade, ousadia e muita competência”.

No dia 31 de março de 1987 o senador Arthur Virgílio Filho faleceu no Rio de Janeiro. Nesse dia, seu filho Arthur Virgílio Neto traduziu o sentimento que, naquele momento, tomara conta de seu coração: “Nesta data eu morri duas vezes: a primeira com o golpe militar, em 1964. E agora com meu pai”.

1ª PARTE

BIOGRAFIA

POR MÁRIO ADOLFO

Capítulo 1

No Brasil todo, o dia 19 de fevereiro de 1984 era só esperanças, mais fortes, justas. Chovia naquela manhã; mesmo assim, a praça do Congresso, no centro de Manaus, era uma festa. Começando a respirar, ainda que em doses homeopáticas, o tão sonhado oxigênio da democracia, estudantes coloriam a manhã cinza com faixas de suas facções e partidos, preparando o palco para o comício das Diretas Já, sentimento cívico que tomara conta de todo o país, ávido por eleger seu presidente depois de um jejum de vinte anos. Manaus seria a primeira parada da caravana comandada pelo “Senhor Diretas” – como o repórter Ricardo Kotscho, à época na *Folha de S.Paulo*, batizara o deputado Ulysses Guimarães (PMDB) –, Tancredo Neves (PP) e o então líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Estes três traduziam o sentimento que tomava conta do Brasil, mas outras estrelas do mundo artístico e político integravam a caravana das Diretas: Ruth Escobar, Raul Cortez, Mário Juruna, Almino Affonso, Doutel de Andrade e Márcio Moreira Alves também faziam parte dessa constelação que desembarcou em Manaus no dia 17 de fevereiro.

Estavam sendo aguardados para o dia 18 o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães; o secretário-geral do partido, senador Afonso Camargo; e o deputado federal Freitas Nobre. De acordo com a programação previamente divulgada, o comício seria aberto pelas entidades de classe, prosseguiria com os políticos amazonenses, entre eles o deputado federal Arthur Virgílio Neto – um dos mais engajados na campanha pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira –, convidados e, por último, encerrando o ato público, falaria o governador Gilberto Mestrinho.

Os estudantes do Amazonas pós-anistia aguardavam o comício com ansiedade. Há anos sem poder se manifestar politicamente, foram com demasiada sede ao pote e acabaram carregando nas tintas, expondo frases que tiravam da escuridão o Partido Comunista e batiam no que restava da ditadura militar, sobrando também para o governo do estado, comandado por Gilberto Mestrinho que, apesar de pertencer ao PMDB, não era dos mais entusiasmados com o comício das Diretas.

No mesmo dia, quase no mesmo instante em que os estudantes es-ticavam suas faixas, um homem de cabelos crespos, oleosos, impecavelmente penteados para trás, olhar firme e rosto marcado por traços duros deixava o edifício Maximino Corrêa, na avenida Eduardo Ribeiro, onde morava no 15º andar, e caminhava pausadamente em direção à praça sob a proteção de um guarda-chuva. O local do comício ficava a poucos metros do edifício, tempo suficiente para sincronizar os passos do homem de guarda-chuva com o ataque raivoso de um velho aliado de Mestrinho, o protético Mirabeau dos Santos, que tinha na alma algum resquício do entulho autoritário. Mirabeau protagonizou uma cena que envergonharia Manaus. Numa atitude que revoltou políticos, intelectuais e militares dos partidos presentes à praça do Congresso, o secretário-geral da Executiva Municipal do PMDB, Mirabeau comandou a *blitz* que rasgou todas as faixas do PCdoB expostas no local do comício desde a sexta-feira à noite.

Os quatro homens que auxiliaram o secretário da Executiva chegaram à praça às 10 horas. Usando escadas, eles rasgaram as faixas, atirando os pedaços na pista. Perguntado por que essa atitude considerada “antidemocrática” pelo militantes do PCdoB, Mirabeau informou: “esse é um partido proscrito. A manifestação é do PMDB e não do PCdoB”.

A chuva não impediu que a *blitz* comandada por Mirabeau executasse a operação. Em poucos minutos não existia uma faixa do PCdoB, com exceção da bandeirinha colocada na cabeça do mastro da praça. Apesar disso Mirabeau prometeu: “ela vai sair, pode esperar que ela vai sair”. Usando uma linguagem de ameaças, o secretário da Executiva Municipal do PMDB disse que “antes de mim já estiveram aqui alguns membros do exército que fotografaram as faixas comunistas”.

Além do revólver, ele carregava também uma máquina fotográfica para documentar as mensagens comunistas.

– Essas fotos são muito importantes – afirmou Mirabeau.

A chuva engrossou, os membros da operação se refugiaram no palanque para organizar as exposições das faixas do governo, como a do vice-governador e futuro prefeito de Manaus Manuel Ribeiro, pelas Diretas. A viatura ocupada pelos policiais, por coincidência, trazia o número de ordem PC 31-086.

– Isso é só um número, não tem nada a ver, é só uma coincidência, ironizou Mirabeau.

Expondo propositadamente o revólver 38 cano duplo à cintura, Mirabeau se negou a falar de onde partiram as ordens para o gesto tresloucado. Questionado por um repórter atento à cena, vociferou:

– São ordens superiores! – limitou-se a informar Mirabeau, com um dedo em riste sobre a cara de um militante do Diretório Universitário. Foi nesse exato momento que aquele senhor chegou à praça, sendo atraído pelo princípio de tumulto. De guarda-chuva em punho devido à chuva que engrossara, o homem investiu contra o secretário do PMDB.

– Onde o senhor pensa que está? A praça é livre e este é um país que está caminhando para a democracia. Deixe os meninos em paz. Os comunistas têm esse direito, sim! – disse o homem empunhando seu guarda-chuva como uma lança pronta para atacar.

Só na segunda investida do guarda-chuva, o repórter identificou quem era aquele defensor da liberdade de expressão. Era o senador Arthur Virgílio Filho, que teve a voz e a carreira política silenciadas pelo golpe militar de 1964, pai do atual senador Arthur Virgílio Neto. O protesto contra a atitude repressora trazia o mesmo traço de indignação de seu discurso de vinte anos atrás, que culminou com a cassação.

– Ninguém pode impedir ninguém de ter ideia! – disse o ex-senador. – Não sou do PCdoB e nunca serei, mas deve-se respeitar o direito de ideias. Se estiver uma faixa até do partido nazista, deve-se respeitar, pois é um direito de pensar – discursou, balançando seu guarda-chuva, o velho senador no meio de uma roda de estudantes maravilhados e sob os olhares estupefatos de Mirabeau e seus guarda-costas. Em seguida, olhando para o repórter que presenciava a cena, proferiu a frase que o jornalista nunca mais esqueceria:

– Podem matar meu corpo, mas minhas ideias continuarão vivas – disse Arthur Virgílio Filho para logo em seguida, com a roupa completamente ensopada, se retirar da praça e seguir seu destino.

O que ficou conhecido como o “Protesto do Guarda-Chuva”, sintetiza o que foi a vida do senador Arthur Virgílio Filho. Um homem que sacrificou sua carreira profissional e política, mas não vendeu suas ideias e muito menos a sua alma.

Ele foi eleito deputado estadual por três legislaturas. O primeiro mandato foi de 1947 a 1951; o segundo, de 1951 a 1955, e o terceiro, de 1955 a 1959. Chegou à Câmara Federal em 1959, eleito pelo PTB, cumprindo mandato até 1963, quando se elegeu senador da República.

Cassado pelo famigerado AI-5, a “Inquisição” da ditadura militar, Arthur Virgílio foi impossibilitado de exercer seus direitos políticos e profissionais, já que não podia advogar. Distante daquilo que mais gostava de fazer – lutar contra as injustiças e o arbítrio –, o senador recolheu-se em um apartamento do edifício Antônio Simões, na avenida Sete de Setembro, onde selecionava aqueles que queria ver e abria generosamente as portas para estudantes ligados ao movimento estudantil e sindicalistas.

O gesto do ex-senador na praça do Congresso, em defesa do PCdoB, tinha um motivo. É que, por volta de 1984, ainda na ilegalidade, os PCs e as organizações de esquerda atuavam no interior do PMDB, PDT e PT. Durante os comícios da campanha pelas eleições diretas, que pintou o Brasil de amarelo – a cor do movimento –, era grande a presença dos comunistas, através de faixas e cartazes. Mesmo assim as restrições legais continuavam existindo.

Essa presença incomodava o regime militar e dificultava a campanha de Tancredo para buscar apoio nos setores mais conservadores. Mas, se o senador cassado Arthur Virgílio não se curvou nem diante das botas da ditadura, imagine em frente do revólver de Mirabeau. Seu gesto, publicado no jornal *A Crítica* e que repercutiu na imprensa do restante do país, ganhou a admiração e o apoio de todas as personalidades políticas e artísticas que estavam em Manaus para o comício. Uma prova de que, mesmo fora da política há mais de vinte anos, o velho senador continuava mais respeitado do que nunca. E a voz que a ditadura tentou silenciar continuava viva.

No momento em que passava pela frente do palanque, numa Brasília de cor amarela, o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Doutel de Andrade, que desembarcara na madrugada daquele dia em Manaus, ao saber do episódio envolvendo o ex-senador Arthur Virgílio, seu amigo, também protestou:

O PTB entende que a luta pelas eleições diretas não pertence a nenhum partido ou instituição, mas sim à sociedade brasileira. Sendo assim, são legítimas todas as manifestações públicas e de todos os partidos políticos, inclusive daqueles que estão lutando pelo seu reconhecimento.

O senador Fábio Lucena (PMDB-AM), líder do partido no Senado, reagiu à atitude dos “rasgadores de faixas”, advertindo que proibir o PCdoB de se manifestar pelas Diretas é tolher o direito de manifestação de um segmento da sociedade brasileira:

Eu não pertenço ao Partido Comunista, mas não tenho o direito de impedir que outros os integrem, porque a Constituição é clara ao assegurar o livre direito de associação. O rasgamento das faixas do PCdoB, ou de qualquer outro partido, é um ato de violência insana que não deve ser tolerada sob pena de proliferar para o rasgamento de faixas de igreja, da OAB, dos sindicatos e até da Bandeira Brasileira.

O poeta Thiago de Mello, que esteve presente no lançamento do livro do escritor e político Márcio Moreira Alves – *Teotônio, guerreiro da paz* –, na Livraria Maíra, também reagiu, afirmando que no momento em que todos lutavam em defesa das liberdades democráticas, era mais do que justo que todos se manifestassem em praça pública. “Inclusive os partidos que ainda não estão reconhecidos”, disse o autor de *Estatutos do homem*.

O combativo deputado Mário Frota (PMDB-AM), um dos maiores e mais expressivos nomes da luta contra a ditadura, vice-líder de seu partido no Congresso, considerou que a atitude ocorrida na praça teria de “partir mesmo de Mirabeau Santos”, que tomou a decisão de fazer isso sozinho, porque o PMDB, como partido que defende as ideias libertárias, jamais permitiria que seus integrantes cometessem uma agressão tão sórdida como ocorreu:

Temos de levar em consideração que o movimento pelas eleições diretas não é de propriedade do PMDB, mas de toda a sociedade organizada, que deseja acabar de vez com a bioncidade que tanta infelicidade tem causado ao país. Na qualidade de vice-líder do PMDB nacional, peço desculpas ao povo pelo episódio vulgar e fascista.

Com tantos problemas, o comício pelas Diretas Já não alcançou o êxito esperado mas não se pode afirmar que as esperanças do povo do Amazonas haviam fenecido.

Pelo contrário, cresciam. E as vozes dos democratas da terra eram um bom testemunho dessa radiante realidade.

Capítulo 2

A política está enraizada na vida da família Virgílio, cuja saga começou com a transferência de Pernambuco para o Amazonas do advogado Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro. Em Manaus ele viria a se tornar desembargador. Nascido no Recife a 19 de junho de 1884, filho do major Luiz do Carmo Ribeiro e de D. Guilhermina Leopoldina do Carmo Ribeiro, fez o curso de Direito na Faculdade de Direito de Recife. Em Manaus, tornou-se membro da Academia Amazonense de Letras e mais tarde, no Rio, do Congresso de Brasilidade. Casou-se com Luíza da Conceição do Carmo Ribeiro, com quem teve cinco filhos: Helson do Carmo Ribeiro, Olga do Carmo Ribeiro Marques, Maria Luíza do Carmo Ribeiro, Solange do Carmo Ribeiro e Arthur Virgílio Filho.

Os filhos do desembargador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro foram educados numa cidade cheia de charme, mas mergulhada em problemas econômicos. A jornalista e historiadora Etelvina Garcia, a primeira editorialista do jornal *Amazonas em Tempo*, retrata bem aqueles tempos em que o desembargador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro descobriu que seus filhos agora também eram “filhos do mundo”.

Como se estivesse projetando um filme, Etelvina vai desfiando as imagens da Manaus antiga, na década de 40, sob o impacto da guerra que se iniciara em setembro de 39, espalhando o terror na Europa. As poucas famílias que tinham um rádio em casa acompanhavam a marcha dos acontecimentos pela BBC de Londres, num programa diário às oito da noite, em língua portuguesa.

– As demais valiam-se das ondas da *Voz da Baricéia*, de Lizardo Rodrigues, ou da sirene de *O Jornal*, que assoviava com força toda vez que chegava uma notícia importante – conta a jornalista.

Eram tempos difíceis. Os navios custavam a chegar do Rio e de São Paulo, trazendo sal, jabá, manteiga, trigo, arroz e feijão – ou não chegavam, como aconteceu com o *Baependi*, que afundou no Atlântico, destruído pelos submarinos alemães. Os alimentos tornavam-se cada dia mais escassos, forçando um racionamento, obrigando a população a enfrentar filas enormes (as “cobrinhas”, como se dizia) que começavam a se formar de madrugada e davam voltas e voltas nos quarteirões, estendendo-se dia afora.

Tempos difíceis, mas saborosamente temperados aqui e ali. Exemplos? Pegar o bonde na Costa Azevedo e descer na estação, para tomar um sorvete na Mimosa; comer a pipoca quentinha produzida pela máquina gigante que havia na calçada da Manáos Tramways; olhar o balé aéreo do macaco das torres no porto dos ingleses; ver as figuras gigantes do presépio do Branco Silva; as grandes figuras do rádio brasileiro que se apresentavam na Feira de Amostras do Gebes Medeiros; andar de bicicleta na praça de São Sebastião, apostando corridas num belo circuito que incluía as subidas e descidas nas rampas do teatro; e belas pedaladas em idas e voltas entre a Costa Azevedo e o canto da avenida.

Outra “delícia daqueles anos 40”, de acordo com Eltelvina, era esperar os dias de *show* do Teatro Amazonas e disputar um lugar no “paraíso” para ver a turma do Teatro Escola encenar *Yayá Yayá Boneca* ou aplaudir a coroação da Maria Amália, a emblemática *Miss Amazonas* de 1948. Ver a tarde se aproximar do fim e ler os sueltos de Aristophano Antony, impecavelmente redigidos em três parágrafos – sempre com igual quantidade de linhas.

Ao som de Tomy Dorsey, Denny Goodman, Gleen Miller, Aracy de Almeida, Ciro Monteiro, Carmen Miranda, Mário Reis ou Odete Amaral a tarde chega ao fim, com a revoada de caixeiros, gerentes e comerciantes que fechavam as portas de suas lojas nas ruas centrais de Manaus e saíam a pé, de paletó e gravata e carregando o seu indefectível guarda-chuva, com a esperança de conseguir comprar ao menos uma razoável broa de milho ou uma lata de carne em conserva na Padaria Mimi. Ou contando os poucos Ford, Chevrolet, Austin, Hudson ou Nash que deixavam a Marechal Deodoro, a Guilherme Moreira, a Marquês de Santa Cruz, a Tamandaré, a Monteiro de Souza, guiados por duas dezenas ou pouco mais de empresários que continuavam a apostar na sobrevivência econômica de uma cidade que sofria com a quebra da borracha.

É março de 1942. O Brasil e os Estados Unidos acabam de assinar os Acordos de Washington, e um deles, o Acordo da Borracha, acena com boas propostas para a Amazônia. É que os seringais que os ingleses plantaram na Ásia caíram nas mãos dos japoneses e os aliados precisam suprir os seus estoques de borracha. Vai começar a batalha da borracha, com um exército de trabalhadores recrutados no Ceará e em outros estados do Nordeste, sob a proteção de um grupo de instituições criadas especialmente para esse fim, sob a coordenação da RDC (Rubber

Development Company) e nominadas por siglas esquisitas: Senta, Caeta, Sava. Vem aí o Banco da Borracha, estimulando a extração, o comércio e a industrialização do produto que se tornara estratégico para ganhar a guerra.

Acabara o ano de 1945. Os americanos ganharam a guerra e os Acordos de Washington se extinguiram logo depois – e com eles a breve revitalização da borracha. Mas o *Hilary* está no porto, o *Poconé* vai chegar amanhã e o *Almirante Alexandrino* saiu ontem para o Rio de Janeiro. Os nossos constituintes já foram escolhidos: Álvaro Maia e Waldemar Pedrosa vão para o Senado; Leopoldo Neves, Leopoldo Péres, Severiano Nunes, Pereirinha e Cosme Ferreira vão para a Câmara Federal. Desde o dia 7 de novembro, o interventor federal é o desembargador Stanislau Affonso – aquele senhor simpático que anda sempre no bonde Nazaré-Remédios.

O primogênito do desembargador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro foi o único que atendeu ao chamado do instinto político que corria nas veias. Tomando caminhos diferentes, mas sempre sob a orientação austera do desembargador, os outros irmãos foram ocupando paulatinamente cargos no serviço público. Helson era funcionário do Tribunal de Contas do estado; Olga, casada com o Dr. Milton Nogueira Marques, tabelião de notas; Maria Luíza era funcionária do antigo Ipasea e casada com o Dr. Milton Figueiredo de Souza, advogado; e Solange pertencia aos quadros do Departamento de Estrada de Rodagens do Amazonas (DER-AM).

Capítulo 3

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho nasceu no dia 12 de fevereiro de 1921 em Manaus (AM). Fez o curso secundário no Colégio Dom Bosco, onde já se destacava em manifestações do grêmio estudantil. Na mocidade, Arthur Virgílio Filho foi atleta de voleibol do Rio Negro e ali conheceu aquela que seria sua futura mulher, a também atleta Isabel Vitória, carinhosamente chamada na equipe de Bilica.

Dessa união nasceram Arthur Virgílio Neto, Júlio Verne, Ana Luíza e Ricardo Arthur. Como se o destino selecionasse para a política apenas os batizados com o nome Arthur Virgílio, Neto foi o único dos quatro irmãos que seguiu a veia política do pai, vindo a se eleger deputado federal pelo Amazonas pela primeira vez em 1982, na legenda do PMDB, de onde se transferiu logo em seguida para o PSB. Foi eleito prefeito de Manaus em 1988 pela coligação Muda Amazonas. Foi ministro-chefe da Casa Civil no governo Fernando Henrique Cardoso e líder do PSDB no Senado de 2003 a 2010. A saga política dos Virgílio está em sua quarta geração. O filho de Arthur Virgílio Neto, Arthur Virgílio Bisneto, aos 22 anos se elegeu vereador de Manaus, deputado estadual aos 24 e, aos 25, disputou a Prefeitura de Manaus, nas eleições municipais de 2004.

Paralelamente aos esportes, Arthur Virgílio Filho cursava Direito, na Universidade de Manáos. Tornou-se bacharel na turma de 1944, e tinha como companheiros nomes conhecidos da sociedade amazonense, entre eles Calial Hayek, Fueth Paulo Mourão, Oldeney de Carvalho, Plínio Ramos Coelho (que viria se tornar governador do Amazonas), Waldemar Batista de Salles, Augias Gadelha e Pietro Celani.

Ingressou no serviço público como escrivão de feitos da Fazenda, exercendo também o cargo de chefe de gabinete; secretário de Economia e Finanças e secretário do Interior e Justiça. Além de sua carreira jurídica, Arthur Virgílio Filho também desenvolveu a carreira de jornalista no jornal *A Gazeta*, do qual foi diretor. Era um apaixonado pela profissão.

– O jornalismo – dizia ele – é uma profissão sagrada e, quando praticada de forma correta, torna-se a maior trincheira de defesa da democracia.

Algumas vezes, nos amargos tempos da cassação, quando reunia estudantes que o procuravam em busca de orientação nos conturbados

anos 70, costumava lembrar fatos memoráveis do jornalismo. Tinha paixão por uma charge do cartunista Ziraldo Alves Pinto, publicada no *Jornal do Brasil*, que reeditava a cena de Maria e José fugindo para o Egito com o Menino Jesus. Só que, no humor de Ziraldo, Maria e José eram representados por um casal de vietnamitas, viajando em um burrico naquela imensidão de deserto, sendo alvejados por um gigantesco míssil dos arrogantes Estados Unidos.

– Um cartum, sem nenhuma palavra, às vezes vale mais que uma reportagem de páginas – dizia o senador, numa época em que o humor político, mesmo perseguido e censurado, tornava-se cada vez mais comprometido com a oposição. O senador sempre chamava a atenção para a coragem dos cartunistas que, apesar dos riscos, abordavam os temas que popularizaram a luta política, como anistia, dívida externa, arrocho salarial, concentração de renda, tortura e as violações dos direitos humanos.

A vida política de Arthur Virgílio Filho teve início em 1947, ao se eleger deputado à Assembleia Constituinte do Amazonas pela legenda do Partido Social Democrático (PSD). A História registra que esta foi uma das mais expressivas bancadas que passaram pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. No batismo das urnas, também se elegeram naquele ano os deputados constituintes Menandro Tapajós, Areal Souto, Abdul Sá Peixoto, Áureo Mello, Almeron Caminha, Aristophano Antony, Carlos Melo, Jackson Cabral, João Veiga, José Negreiros Ferreira, Paulo Jobim, Alexandre Montoril, Danilo Corrêa, Homero de Miranda Leão, João Fábio Araújo, Josué Cláudio de Souza, Mendonça Júnior, Nobre da Silva, Raimundo Nicolau da Silva, Aderson de Menezes, José Francisco da Gama e Silva, Júlio de Carvalho Filho, Ney Rayol, Paulo Pinto Nery, Plínio Ramos Coelho, Thomaz Meireles e Waldemar Machado da Silva.

A posse da nova bancada de deputados estaduais e do governador constitucional eleito em 19 de janeiro de 1947 realizou-se no dia 8 de maio daquele ano. O Amazonas espera ressurgir para uma etapa gloriosa, apostava a manchete da edição daquele dia de *O Jornal*. A cerimônia foi realizada às 16 horas na Assembleia Legislativa, que funcionava em uma das dependências do Instituto de Educação do Estado do Amazonas (IEA).

Empossados pelos desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), os novos deputados iniciaram os debates para a eleição da Mesa

Diretora da Assembleia. Por maioria absoluta, foi eleito presidente da ALE o deputado Aristophano Antony. Primeiro-secretário, Ney Osmar da Silva Rayol. Segundo-secretário, deputado Plínio Ramos Coelho. Os deputados Abdul de Sá Peixoto, Áureo Bringel de Mello e João Fábio de Araújo foram eleitos líderes da UDN, PTB e PSD, respectivamente.

À tarde, na mesma Assembleia Legislativa, empossou-se o governador constitucional, Leopoldo Amorim da Silva Neves, conduzido pelo povo ao Palácio Rio Negro, na avenida Sete de Setembro, onde ouviu as manifestações de diversos oradores dos bairros de Manaus e agradeceu da sacada do palácio.

Nos primeiros passos de sua carreira política, Arthur Virgílio Filho já se revelava que seria um defensor intransigente das liberdades democráticas. No dia 13 de maio de 1947 – poucos dias depois de sua posse –, ocupou a tribuna da ALE para manifestar-se radicalmente contra a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB):

Não quero penetrar no mérito da questão que o nobre deputado Alfredo Jackson Cabral (PTB) levantou, pois não sou jurista, mas venho dizer o meu pensamento de democrata sincero e por isso mesmo voto a favor da primeira moção e contra a segunda porque não entendo como o mesmo tribunal que deu existência legal a um partido venha cassar a sua existência legal tão somente decorridos dois anos da sua primeira decisão.

Para entender melhor o pensamento de Arthur Virgílio: a primeira moção era a da não cassação do registro do PCB. A segunda moção era a de cassação do registro do PCB.

No dia 15 de maio de 1947, o deputado Arthur Virgílio Filho atacou a questão das nomeações de prefeito “extremamente partidárias”, para os municípios onde seriam realizadas a 25 de maio as eleições suplementares. De acordo com o deputado, havia muita diferença entre os homens que apregoavam democracia nos comícios políticos “e esses que hoje começam a agir, tão cedo, negando os princípios democráticos”. Houve tumulto na Assembleia depois da primeira fala de Arthur Virgílio, que continuou o discurso:

A nomeação de prefeitos partidários para os referidos municípios é um atentado à democracia. O povo pediu eleições livres e honestas.

O deputado Aristophano Antony (PTB) aparteou Arthur, tentando explicar que não era intenção do governador cercear a liberdade do povo no decorrer das eleições suplementares. Ao que o deputado Arthur Virgílio respondeu:

Que as minhas palavras sirvam como alerta ao povo e ao estado para que fique bem claro que houve um protesto contra essa medida que contraria os mais comezinhos princípios democráticos.

Apesar de estar em seu primeiro mandato e sem experiência suficiente, Arthur Virgílio demonstrava que não estava atento somente às questões regionais, mas também às que diziam respeito ao país e até àquelas ligadas à ordem internacional. Foi isso que o levou, no dia 4 de novembro de 1947, a pedir que fosse inserido nos anais da Assembleia Legislativa o discurso pronunciado pelo general Dutra, por ocasião da concentração trabalhista em solidariedade ao rompimento com a União Soviética. Esse requerimento foi aprovado por unanimidade.

Concluídos os trabalhos e promulgada a nova Carta Estadual, exerceu o mandato até janeiro de 1951, ainda na legenda do PSD. Foi eleito para seu segundo mandato de deputado estadual em outubro de 1954, mas desta vez pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No dia 9 de março de 1958, no gozo de seu terceiro mandato, Arthur Virgílio Filho foi lançado candidato à Presidência da Assembleia Legislativa. No dia 10 daquele mês, ao retornar do Rio de Janeiro, Distrito Federal, o deputado foi recebido com festa no aeroporto de Ponta Pelada, Zona Sul de Manaus, por eleitores e correligionários que queriam elegê-lo presidente da AL. Ao desembarcar – às 9 horas – do Constellation da Panair do Brasil, que o trouxera de volta à terra natal, o líder político agradeceu a manifestação carinhosa. À noite, participou de um gigantesco comício no Boulevard Amazonas, organizado pelo comitê pró-candidatura Arthur Virgílio Filho.

A *Gazeta*, edição de 10 de março de 1958, informava:

Passageiro do Constellation da Panair do Brasil, que aterrissou às 9 horas de ontem no aeroporto de Ponta Pelada, retornou a Manaus o deputado Arthur Virgílio Filho, diretor deste vespertino e líder do governo na Assembleia Legislativa do estado, indicado para no corrente ano ser o presidente do Poder Legislativo pela bancada governista. Figura das mais influentes em todos os círculos sociais do estado, político combativo e honesto, o ilustre parlamentar foi apoteoticamente recebido, quando do seu desembarque, por autoridades, correligionários e amigos que lhe tributaram expressiva manifestação.

O governador do estado fez-se representar pelo coronel Nesper Alencar, seu assistente militar. No aeroporto, em expressivas saudações a Arthur Virgílio Filho, usaram da palavra o deputado Souza Filho, reafirmando o apoio e a solidariedade de Parintins à candidatura do ilustre líder político da Câmara Federal; deputado Arlindo Porto, em belíssima oração cívica, conclamando o povo a unir-se às fileiras trabalhistas e, finalmente, o jornalista Júlio César da Costa, em nome do Comitê Central pró-Arthur Virgílio Filho, que pronunciou entusiástica oração.

Agradecendo a grandiosa manifestação, profundamente comovido, o homenageado declarou que retornava à sua terra mais do que nunca imbuído do desejo de trabalhar pelo seu progresso e que, se não estivesse restabelecido em sua saúde, naquela hora ficaria bom pelo calor da manifestação que recebia.

Como era de se esperar, o deputado Arthur Virgílio Filho foi eleito por maioria absoluta presidente da Assembleia Legislativa, tomando posse no dia 12 de março de 1958. Sua eleição foi considerada uma prova de “prestígio do governador Plínio Ramos Coelho no Legislativo Estadual”. Empossado na presidência do Palácio Rui Barbosa, Arthur Virgílio Filho afirmou que no cumprimento do cargo iria procurar agir “dentro do lema do juramento que prestei ao assumir o mandato, sob a inspiração da honra, do patriotismo e da lealdade”:

– Um poder legislativo se impõe pela confiança e a admiração do povo. Pela sua conduta retilínea e atuação legal, dentro do que preceitua a Constituição. Um poder se impõe pelo comportamento ativo na defesa dos sagrados interesses do povo.

Capítulo 4

A fidelidade de Arthur Virgílio a seus amigos valia também para os aliados políticos. Quando era necessário defender um colega de partido, subia à tribuna com o mesmo vigor e eloquência com que defendia seus ideais ou as liberdades democráticas, quando estas sofriam alguma ameaça. No dia 19 de julho de 1948, da tribuna da Assembleia Legislativa, enfrentou praticamente sozinho a bancada da União Democrática Nacional (UDN) para rebater o que ele chamou de “críticas infundadas” que os deputados Jonas Paes Barreto e Waldemar Machado da Silva, integrantes da bancada da UDN, fizeram contra o deputado Pereira da Silva (PSD).

Pereira da Silva, o Pereirinha, que viria a ser o autor do projeto de criação da Zona Franca de Manaus, ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados para condenar a invasão da Assembleia Legislativa por forças da Polícia Militar. O parlamentar amazonense, durante o discurso, solidarizou-se com os deputados Plínio Coelho e Áureo Mello, ambos do PSD, que se sentiram mais diretamente atingidos e se retiraram do plenário.

Arthur Virgílio Filho foi interrompido várias vezes por pedidos de apertes – muitas das vezes não autorizados –, mas prosseguiu até o final, mantendo a voz grave, a autoridade que sua postura na tribuna impunha e a calma, mesmo quando provocado.

“A presença de tropa armada neste recinto é mais do que violência, é um atentado à nossa dignidade e à nossa soberania” – denunciou o deputado.

Quando o plenário explodiu em gritos de aparte, vaias, ofensas pessoais, uma clara tentativa de tumultuar o discurso, Arthur Virgílio não se intimidou:

A bancada udenista, numa atitude condenável, temendo o que tenho a dizer, está tumultuando a sessão em aberrante violação ao Regimento Interno. A maioria da UDN nesta Casa (*respondendo a um aparte*) é uma maioria que usa muletas...

Ao fazer críticas ao Sr. Antóvilá Rodrigues Mourão Vieira, que, quando prefeito de Manaus, “arrasou, aniquilou, destruiu o mercado da carne-verde, lançando a fome e a miséria nos lares amazonenses”,

o deputado Arthur Virgílio questionou por que em determinado momento de sua vida, pública e pessoal, o ex-prefeito assinava “Antóvil” e, em outros “Antóvila”.

Tentando ser engraçado e ironizar o discurso de Virgílio, o deputado Sá Peixoto (UDN) pediu um aparte: “Só há um meio aqui, é trazeremos a parteira para o recinto da Assembleia...”

Ao que o deputado Arthur Virgílio Filho respondeu, na maior calma, mas com bastante sutileza: “Devido à consideração pessoal que tenho por V.Exa., deixo de tomar conhecimento, de registrar o aparte que acaba de proferir. Não desejo dar a resposta que o aparte merece.”

No dia 26 de julho de 1948, o *Diário da Tarde*, de Manaus, publicou na íntegra o embate entre Arthur e a bancada da UDN. Confira:

Discurso pronunciado pelo deputado Arthur Virgílio Filho na sessão do Legislativo Estadual de 19 do corrente em defesa do deputado Francisco Pereira da Silva

O Sr. Presidente – Nada mais havendo para discussão, passo a palavra ao deputado Arthur Virgílio Filho para explicação pessoal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, consoante a promessa que fiz na sessão de sexta-feira passada, ocupo a tribuna ao final da sessão de hoje, desde que o tempo dedicado, destinado ao expediente, foi tomado pelo belo discurso proferido pelo meu ilustre colega, deputado Aderson de Menezes, para defender, ou melhor, para pulverizar, para destruir de uma maneira total e inapelável as críticas infundadas que os nobres colegas, deputados Jonas Paes Barreto e Waldemar Machado da Silva, integrantes da bancada da União Democrática Nacional, levantaram neste plenário contra o deputado pessedista Sr. Pereira da Silva. Comentaram esses nobres representantes do povo amazonense e membros da bancada da UDN o discurso que o Sr. Pereira da Silva proferira na Câmara Baixa do país, condenando os lamentáveis acontecimentos que se verificaram nesta Casa e que culminaram com a invasão do Legislativo amazonense por força armada da Polícia Militar, e se solidarizando com os nossos colegas, deputados Plínio Coelho e Áureo Mello, que se sentiram mais diretamente

atingidos pela medida tomada por S.Exa., dissesse à Assembleia qual o seu ponto de vista com relação à declaração feita por S.Exa. o Sr. Álvaro Maia...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Tenho um telegrama do senador Álvaro Maia apoiando o protesto que fiz. Ele não tinha recebido a comunicação oficial da atitude adotada pela bancada do PSD nesta Casa.

O Sr. Paulo Nery – V.Exa. deixa o senador Álvaro Maia em situação difícil...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Absolutamente. O eminente senador Álvaro Maia, sabe V.Exa., é um pacifista por excelência, é um político de manifestações sóbrias e comedidas. Jamais consideraria, no entanto, a invasão do recinto da Assembleia por força armada como um fato corriqueiro. Ademais, fique V.Exa. certo de que o senador Álvaro Maia está solidário com os seus correligionários do Amazonas.

O Sr. Raimundo Nicolau da Silva – O senador Álvaro Maia não sabia da invasão da polícia...

O Sr. Sá Peixoto – Aqui não houve violência...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – A presença de tropa armada neste recinto é mais do que violência, é um atentado à nossa dignidade e à nossa soberania. Continuando, Sr. Presidente, na minha opinião pessoal, os nobres deputados Jonas Paes Barreto e Waldemar Machado da Silva...

O Sr. Paulo Nery – V.Exa. não está falando como líder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeitamente. Não abduquei dessa qualidade para pronunciar este discurso. V.Exa. não me entendeu. Estou dizendo que, na minha opinião, os deputados Jonas Paes Barreto e Waldemar Silva foram precipitados ou precipitada foi a UDN...

O Sr. Paulo Nery – O deputado Pereira da Silva disse que fez o discurso na Câmara com documentos recebidos de Manaus.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Mas é de se estranhar que a UDN tendo um representante na Câmara Federal que ouviu o discurso do deputado Pereira da Silva e que poderia, estando presente, responder aos seus termos, tenha escalado dois de seus representantes estaduais para criticar, para atacar o parlamentar

pessedista, tumultuando os trabalhos legislativos e fazendo reviver um fato que quanto antes devia ser relegado ao esquecimento, um fato que atentou contra a nossa soberania, a soberania desta Casa, e que apenas depõe contra a tão decantada formação democrática dos partidários do brigadeiro Eduardo Gomes.

O Sr. Paulo Nery – O deputado Antóvilã não respondeu, estará respondendo esta hora ao discurso do deputado Pereira da Silva.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Mas, Sr. Presidente, sexta-feira passada eu me comprometi a ocupar a tribuna na sessão de hoje para fazer a defesa do deputado Francisco Pereira da Silva, para mostrar que esse representante federal pessedista é um político ardoroso e combativo, que apenas terça as armas da verdade, da dignidade e da lealdade, e não as armas da mentira, da calúnia, da injúria, do embuste, da deslealdade, como faz o deputado federal udenista que se diz chamar Antóvilã Rodrigues Mourão Vieira.

O Sr. Paes Barreto – Que tem o deputado Antóvilã Vieira com o deputado Pereira da Silva?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – O contraste dos processos políticos usados por um e por outro faz com que eu traga, com desprazer, o nome do Sr. Antóvilã ou Antóvilã Rodrigues Mourão Vieira para uma comparação com o Sr. Pereira da Silva.

O Sr. Paes Barreto – V.Exa. parece que tem animosidade pessoal com o deputado Antóvilã Vieira...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeitamente e não pense nunca V.Exa. que eu negaria isso. Sou homem, deputado Paes Barreto, que jamais recuou ou recuará diante da responsabilidade dos seus atos.

O Sr. Josué Cláudio de Souza – Uma obrigação de todos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Mas obrigação que nem todos cumprem, o que faz grande diferença entre mim e muita gente... (*Continuando.*) Do tão comentado discurso do deputado Pereira da Silva, segundo pude inferir dos lacônicos despachos telegráficos, podem-se destacar duas afirmativas categóricas. A primeira quando diz que nos lugares onde a UDN é majoritária as violências se sucedem e a segunda que a soberania desta Assembleia foi ultrajada com a invasão de tropa armada convocada pelo Sr. Presidente...

O Sr. Paulo Nery – No estado do Pará o governador Moura Carvalho é da UDN?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – É do PSD.

O Sr. Paulo Nery – E não há violência?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não sei. V.Exa. esteve lá?

O Sr. Sá Peixoto – (*Lê um aparte dado no Rio de Janeiro ao Sr. Pereira da Silva pelo deputado Café Filho no qual é atacado o presidente da República.*)

O Sr. Raimundo Nicolau da Silva – V.Exa. está fazendo eco.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Gostaria de que V.Exa. me dissesse, deputado Abdul de Sá Peixoto, se V.Exa. subscreve esse aparte do ilustre deputado Café Filho. Gostaria de saber, deputado Sá Peixoto, porque iria avivar a memória de V.Exa. relembando as constantes, insistentes e irritantes moções de irrestrita solidariedade que a UDN do Amazonas, capitaneada por V.Exa., tem feito ao eminente presidente da República, a esse mesmo general Eurico Gaspar Dutra que derrotou fragorosamente, em 1945, o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato do partido de V.Exa. E gostaria também de ver com que cara V.Exa. ficaria... (*Tumulto entre os Srs. Deputados.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Como ia dizendo, Sr. Presidente, o deputado Pereira da Silva fez duas afirmativas peremptórias. A primeira de que onde a UDN é majoritária (*respondendo a um aparte*), nos raros lugares, nos raríssimos lugares onde a UDN é majoritária, as arbitrariedades se multiplicam assustadoramente...

O Sr. Paulo Nery – O governador de Alagoas foi eleito por qual legenda?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. quer é perturbar o meu discurso.

O Sr. Paulo Nery – Não apoiado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Pergunte ao Sr. Góis Monteiro, se isso lhe interessa. (*Continuando.*) E a segunda conclusão do Sr. Pereira da Silva é de que este recinto augusto, sagrado, que representa a própria soberania popular...

O Sr. Paulo Nery – Apenas uma requisição da polícia...

O Sr. Machado da Silva – V.Exa. nega autoridade ao presidente?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Nego, e nego veementemente autoridade ao presidente para ofender a soberania da Assembleia permitindo a permanência de tropa embalada neste recinto.

O Sr. Presidente – Eu pedi para a manutenção da ordem.

O Sr. Plínio Coelho – Não houve ameaça da ordem. As galerias estavam lotadas por jovens de 17 e 18 anos que assistiam aos debates...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Que nada mais fizeram do que aplaudir, batendo palmas. Tendo protestado contra a presença de tropas (*respondendo a um aparte*), tive a coragem necessária para me insurgir contra os insultos que populares exaltados atiraram sobre o Sr. Presidente.

O Sr. Paes Barreto – Populares, não. Comunistas e desordeiros...

O Sr. Waldemar da Silva – O deputado Plínio Coelho abandonou o recinto...

O Sr. Plínio Coelho – Abandonei porque o povo estava sendo coagido por metralhadoras...

O Sr. Sá Peixoto – (*Dá um aparte.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Talvez o Sr. Deputado Abdul Sá Peixoto entenda que naquele momento a ordem e a segurança estavam ameaçadas porque os aplausos, naquela ocasião, não eram dirigidos a S.Exa. e S.Exa. gosta muito de aplausos...

O Sr. Sá Peixoto – Não apoiado! (*Tumulto entre os Srs. Deputados.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sim, V.Exa. quando fazia demagogia, levantando os braços para o céu, em atitude teatral, tentando justificar o empastelamento do jornal *O Movimento* e visando, única e exclusivamente, atrair aplausos de jovens ginásianos, V.Exa. não achou que as palmas que lhe deram esses jovens constituíssem perturbação ou ameaça à ordem. (*Apertes às dezenas.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exas., Srs. Deputados da UDN, querem é perturbar o curso do meu pensamento.

O Sr. Presidente – Pelo Regimento V.Exa. tem apenas mais dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Se não me for possível terminar nesses dez minutos, pedirei prorrogação por mais quinze minutos. Se a Casa não conceder a prorrogação, continuarei o discurso amanhã...

O Sr. Presidente – Estou apenas cumprindo dispositivos regimentais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – De qualquer modo, se não concluir o discurso nesta tarde, continuarei amanhã, ocuparei a tribuna durante uma semana, um mês, dois, seis meses, mas direi o que tenho e o que quero dizer, queiram ou não os correligionários de V.Exa., Sr. Presidente. Dizia eu, quando fui interrompido pelos apartes obstruidores da bancada udenista, que o Sr. Pereira da Silva fizera duas declarações incisivas, peremptórias. A primeira, como já disse... (*Novos apartes se cruzam, e o Sr. Presidente bate a campanha por várias vezes.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que chame à ordem os correligionários de V.Exa. A bancada udenista, numa atitude condenável, temendo o que tenho a dizer, está tumultuando a sessão em aberrante violação ao Regimento Interno. A maioria da UDN nesta Casa (*respondendo a um aparte*) é uma maioria que usa muletas...

O Sr. Paulo Nery – Não apoiado. (*Protestos da bancada udenista.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sim, maioria capenga, maioria aleijada. A UDN possui 15 deputados e acontece que o Sr. Presidente só vota nos casos de empate. Logo, deputado Paulo Nery, é uma maioria claudicante e sabe V.Exa. que não foi uma única vez, mas duas, três, sei lá quantas, que, mesmo fechando questões, tem sido derrotada espetacularmente...

O Sr. Paulo Nery – Não houve derrota, nobre deputado, houve excesso de bondade de nossa bancada. (*Apartes inúmeros da bancada udenista.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Essa maioria que se ampara nas muletas do PTB e que ainda precisa de um voto para impor a sua vontade não pode ser temida nem respeitada. (*Protestos da bancada udenista.*)

O Sr. Sá Peixoto – A nossa legenda é a mesma, desde quando o Sr. Pereira da Silva fez o dramático apelo aos nossos correligionários de Eirunepé para derrotar um companheiro do próprio partido, o Sr. Antônio Maia...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – O deputado Almeron Caminha não concorda com os conceitos do aparte de V.Exa. O deputado Pereira da Silva tem trabalhado em Eirunepé.

O Sr. Aderson de Menezes – O deputado Pereira da Silva tem sabido corresponder...

O Sr. Isaías Limaverde – E por que foi ao partido agradecer e não ao Sr. Almeron Caminha? (*Apartes inúmeros, e o Sr. Presidente faz soar a campanha por vários minutos.*)

O Sr. Almeron Caminha – (*Pede licença para apartear e não lhe dão permissão.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, a bancada udenista está tumultuando a sessão. Mas fiquem V.Exas. certos, senhores udenistas, de que não são suficientemente homens para impedir que a minha voz se levante neste plenário. V.Exas., Srs. Deputados da UDN, estão violando o Regimento Interno e dando uma deprimente demonstração de falta de educação parlamentar. Os repetidos e irritantes apartes de V.Exas. fogem à ética, não têm objetivo, são apartes ineptos.

A bancada udenista – Não apoiado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Fiquem certos V.Exas., Srs. Deputados Paulo Pinto Nery e Sá Peixoto, que eu concluirei o meu discurso hoje, amanhã ou daqui há um mês e direi o que quiser e entender, porque, repito, desconheço alguém suficientemente homem para me impedir. (*Novos apartes da bancada udenista.*)

O Sr. Paulo Nery – V.Exa. não mete medo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, a bancada udenista está violando miseravelmente o Regimento Interno da Casa, não permitindo que eu termine...

O Sr. Paulo Jobim – Muito bem. V.Exa. empregou o termo com absoluta justeza. O Regimento está sendo miseravelmente desrespeitado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. Nicolau da Silva – Estão infringindo o Regimento da Casa...

O Sr. Paulo Nery – V.Exa. não quer mais conceder apartes?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa., deputado Paulo Nery, deu mais de dez apartes sem o meu consentimento. Espero, Sr. Presidente, que V.Exa. faça ver aos seus correligionários que só

darei aparte a quem me solicitar. E, continuando, o deputado federal Pereira da Silva está na Câmara Federal, no Palácio Tiradentes, nesse lugar para onde convergem, para onde se dirigem os clamores e os anseios de liberdade e de democracia que partem das planícies verdejantes da Amazônia, dos pampas rio-grandenses-do-sul, de São Paulo, de Minas, da Bahia, do Pará, de todos os recantos da pátria, e, talvez por isso, por estar ouvindo constantemente esses clamores e esses gritos de protestos, tenha S.Exa. avançado em afirmar que nos estados onde o partido que tem por fachada a legenda O Preço da Liberdade é a Eterna Vigilância, legenda que é apenas um chavão demagógico, legenda que é uma gargalhada de sarcasmo, de ironia atirada às faces do povo brasileiro, como muito bem disse o deputado Plínio Coelho, as violências se sucedem, se repetem...

O Sr. Paulo Nery – Estou admirado. V.Exa. está atacando o governo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não estou atacando o governo. Atacarei quando for necessário. A UDN não é governo e é ela que eu estou me referindo. Temos instruções dos nossos chefes, grandes e eminentes patriotas, Sr. Deputado Paulo Pinto Nery, recomendando sempre que o PSD colabore mesmo com os adversários quando a solução dos problemas coletivos a exigir. Não somos demagogos e fazemos apenas crítica construtiva. Não sei se a UDN assumiria tão elevada posição se os papéis se invertessem. Já temos provas de como agem V.Exas. quando querem fazer oposição, com a atitude do deputado Isaías Limaverde que, neste Plenário, atacou sem base séria o Dr. Leopoldo Neves. A UDN, valendo-se do seu majoritarismo capenga, tem feito oposição, por várias vezes, ao governo que interesseiramente diz apoiar.

O Sr. Áureo Mello – Esse foi o partido que quis provocar o *impeachment* contra o governador Leopoldo Neves...

O Sr. Sá Peixoto – V.Exa. acha que a UDN sendo majoritária iria pedir ao PSD?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Segundo informações que me foram prestadas, o senador Severiano Nunes, chefe da UDN, disse, no Rio de Janeiro, ao governador Leopoldo Neves, que o deputado Sá Peixoto entrara em conversações com vários políticos, quando esteve na capital federal, visando aplicar

o *impeachment* no mesmo Sr. Leopoldo Neves. E, segundo ainda o que me foi relatado, o governador Leopoldo Neves disse a V.Exa., deputado Sá Peixoto.

O Sr. Sá Peixoto – V.Exa. acha que a UDN sendo majoritária iria pedir ao PSD?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Já disse e torno a repetir que o majoritarismo da UDN é coxo, é aleijado, é claudicante. Sem os votos do PSD, a UDN não aplicará *impeachment* em ninguém e esta é a única garantia do Sr. Leopoldo Neves.

O Sr. Plínio Coelho – Negam poderes...

O Sr. Paulo Jobim – Peço prorrogação dos nossos trabalhos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço a gentileza da Casa e concluirei o meu discurso se a bancada da UDN se mantiver respeitosa à ética e à educação parlamentar... A bancada udenista...

O Sr. Plínio Coelho – Como sempre!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ...e não me perturbar com apartes ineptos. (*Continuando.*) Competia aos deputados federais da UDN protestar e contradizer, lá na Câmara, a grave afirmativa do Sr. Pereira da Silva. Nós estamos nestas paragens longínquas e esquecidas, não podemos ouvir esses clamores que fazem eco na Câmara dos deputados federais...

O Sr. Paulo Nery – O Amazonas só é lembrado nesses casos de escândalo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. diz isso porque pertence à UDN e procura defender o seu partido. (*Continuando.*) Não podemos dizer que o deputado Pereira da Silva falseou a verdade quando fez essa afirmativa. Desse modo, as críticas dos udenistas caem por terra, como castelos de cartas ao sopro do vento. Não têm consistência nem base. O outro argumento invocado pelos udenistas é aquele que pretende justificar o gesto, a atitude de V.Exa., Sr. Presidente – por mim considerada infeliz, e que tive a coragem de dizer – de permitir que um pelotão da força policial permanecesse ali, naquele lugar, em posição de sentido, assistindo aos nossos trabalhos, no momento em que todos sabiam que o deputado Plínio Coelho ia proferir um discurso de crítica ao chefe, ao comandante constitucional das mesmas tropas que aqui se encontravam.

O Sr. Paulo Nery – V.Exa. antigamente fazia comícios em praça pública e não houve isso. V.Exa. está acusando os soldados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Engano de V.Exa., deputado Paulo Nery. Se o tenente que comandava a tropa que ofendeu a soberania desta Assembleia com a sua presença comprimisse o dedo no gatilho da metralhadora que portava, e alguma bala desviada da sua trajetória atingisse V.Exa., fazendo viúva a digníssima e excelentíssima esposa de V.Exa., o tenente não seria responsável, desde que é soldado e cumpre ordens. O responsável seria, no caso, o correligionário de V.Exa. e presidente desta Assembleia.

O Sr. Sá Peixoto – V.Exa. está condenando o gesto do deputado Antônio Montenegro que puxou uma arma para a assistência...

O Sr. Augusto Montenegro – V.Exa. está se dirigindo a mim? O meu nome é Augusto Montenegro.

O Sr. Sá Peixoto – Mas reafirmo o que disse.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Um gesto de coragem pessoal do deputado Augusto Montenegro que nem todos teriam coragem de assumir. Mas, Sr. Presidente, quem teria a coragem, a desfaçatez, a audácia de negar que o reforço da Polícia Militar veio por aquele corredor e se colocou ali, naquele mesmo lugar onde agora se encontra o simpático guarda da Assembleia? Ninguém, por acerto, e se alguém o fizesse, desprezaria o testemunho de V.Exa., Sr. Presidente, que foi quem convocou o reforço; desprezaria o testemunho dos Srs. Deputados que contemplaram, constrangidos, tenho certeza, a desnecessária exibição de força; desprezaria o documentário fotográfico publicado no festejado matutino *O Jornal* e invocaria apenas o testemunho do povo, do glorioso povo da minha terra, que sentiu mais de perto, mais proximamente, a ameaça das fardas que encheram as galerias.

O Sr. Sá Peixoto – Nesse caso estou com o senador Álvaro Maia. São gestos comuns no Parlamento, inclusive na cassação dos mandatos comunistas em que a polícia federal invadiu o recinto e o deputado Pereira da Silva quis puxar um revólver...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Desafio que V.Exa. prove que tropas fardadas e armadas invadiram o recinto da Câmara Federal por ocasião da cassação dos mandatos comunistas. E, quanto ao deputado Pereira da Silva, não foram soldados que o seguraram,

mas colegas, deputados, entre os quais o Sr. Juraci Magalhães, eleito pela UDN da Bahia. Por sinal, esse ardoroso correligionário de V.Exa., e digo isto porque V.Exa. estranhou que o deputado Pereira da Silva tivesse sacado de sua arma, disse ao ouvido do comunista Gregório Bezerra, naquele dia memorável, que não trocaria apertes e sim tiros. (*Novos apertes da bancada udenista.*) Sr. Presidente, V.Exa. vai me conceder uma gentileza. Vai permitir, ou melhor, não vai reparar que eu fume na tribuna. Decididamente a bancada da UDN não possui educação parlamentar e eu pretendo saborear o meu delicioso “Hollywood” enquanto os udenistas estiverem gritando e tumultuando. Peço mais a V.Exa., que mande servir água com açúcar aos deputados Paulo Nery e Abdul Sá Peixoto. Parece que S.Exas. não estão se sentindo bem.

O Sr. Paulo Nery – V.Exa. admite que o nosso nobre presidente seja nazista, traidor, arbitrário?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Estou verdadeiramente admirado dos apertes de V.Exa., deputado Paulo Nery. Com muita razão afirmo que os apertes da UDN eram ineptos e sem razão de ser. Estou criticando o Sr. Presidente com elevação, dentro da ética parlamentar que os udenistas desconhecem. Não proferi um único conceito que pudesse ferir a dignidade pessoal do deputado Menandro Tapajós. Peço que o Sr. Presidente diga se o ofendi, se o injuriei, se assaquei algum termo ou expressão que pudesse susceptibilizá-lo. O silêncio do Sr. Presidente depõe a meu favor. V.Exa., deputado Paulo Nery, me ouviu protestar contra esses insultos atirados ao Sr. Presidente, no dia em que a Polícia Militar invadiu a Assembleia. Duvido que se prove tenha eu algum dia apoiado um absurdo, uma violência ou uma arbitrariedade, como seja depredação e desordem, visando, única e exclusivamente, angariar aplausos e simpatias e fazer cartaz. Duvido que se prove tenha eu algum dia desviado os meus jovens conterrâneos dos caminhos iluminados da ordem e do respeito à lei (...) Trairia aos impulsos da minha consciência, desmereceria do mandato honroso que os meus conterrâneos me confiaram, fugiria ao sagrado dever de orientar os moços que também represento apontando-lhes o caminho do bem, se assim procedesse, por isso mesmo não o faço. Mas, continuando, Sr. Presidente, o gesto do deputado Pereira da Silva, ocupando a

tribuna da Câmara Federal para protestar contra a invasão armada da Assembleia amazonense e se solidarizar com os deputados Áureo Mello e Plínio Coelho, demonstra, como ressaltaram, num preito de justiça e de agradecimento, esses dois vibrantes representantes trabalhistas, a acentuada vocação democrática e a elevada educação política do Sr. Pereira da Silva. É de se ressaltar que os deputados Plínio Coelho e Áureo Mello são adversários políticos do Sr. Pereira da Silva, o que não influenciou para modificar o gesto nobre e altivo do ilustre representante federal pessedista. Estes, Srs. Deputados, os argumentos explanados em meio ao tumulto levantado pelos udenistas e que me levaram a dizer, inicialmente, que iria pulverizar as críticas infundadas dos nobres udenistas Paes Barreto e Waldemar Silva. Sr. Presidente, na sessão de sexta-feira prometi também fazer a autópsia política de um representante federal da UDN, Sr. Antóvilu ou Antóvilu Rodrigues Mourão Vieira, e, também, trazer a prova indesmentível de que esse cidadão...

O Sr. Plínio Coelho – Cidadão ou cidadã?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sei lá. De que esse cidadão, deputado federal pela UDN, em tempos passados assinou seu prenome como Antóvilu, com “o” bem redondo e legível.

O Sr. Paulo Nery – Queria saber o motivo da preocupação da colocação deste “o” ou deste “ã”.

O Sr. Plínio Coelho – Para saber como tratá-lo, com “o” ou sem “o”...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não, não apenas para isso. Pretendo ir mais longe. (*Continuando.*) Todavia, depois de pensar mais demoradamente, de refletir melhor, resolvi não o fazer, pelo menos neste momento e desta tribuna, por um motivo de grande importância para mim. O nosso Regimento Interno, Sr. Presidente, veda, priva, proíbe, terminantemente, não só que os Srs. Deputados aparteiem como estão fazendo os udenistas, sem ética, mas também que o orador se refira em termos causticantes, ríspidos, duros, a qualquer membro ou representante de Poder. Ora, o Sr. Antóvilu ou Antóvilu Rodrigues Mourão Vieira, infelizmente, é membro do Poder Legislativo, é portador de um mandato que lhe foi conferido, num momento de inconsciência coletiva, pelo povo amazonense. Sempre timbrei pelo respeito ao Regimento e à ética parlamentar. Quando fiz a promessa de vir a esta tribuna, na sessão de hoje, usei, intencional-

mente, de caso pensado, a expressão autópsia política. É que considero o Sr. Antóvilou Antóvilou Rodrigues Mourão Vieira “um cadáver político em putrefação”, e autópsia, sabem V.Exas., só se pratica em cadáveres visando-se descobrir a *causa mortis*. E, Sr. Presidente, a linguagem, o vocabulário que adoto para me referir a pessoas como Antóvilou ou Antóvilou Rodrigues Mourão Vieira, é sempre aquela ou aquele que merecem os homens de baixa insensibilidade moral e política e que não fazem jus ao respeito e à consideração de seus concidadãos. O Regimento me proíbe de usar essa linguagem.

O Sr. Paes Barreto – V.Exa. está insultando o deputado Antóvilou Mourão Vieira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – A linguagem que estou usando é regimental. Duvido que V.Exa. me aponte expressões mais suaves para me referir a um cidadão que não merece respeito.

O Sr. Paulo Nery – O que pretende V.Exa. do deputado Antóvilou Vieira?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Se conseguir provar que ele usa o nome de uma falecida irmã, irei pleitear a cassação do seu mandato.

O Sr. Paulo Nery – Creio que o Parlamento tomará em consideração...

O Sr. Plínio Coelho – Eu reúno dúvidas sobre esse caso...

O Sr. Sá Peixoto – É possível que o Tribunal Regional Eleitoral composto de homens dignos e cultos...

O Sr. Plínio Coelho – Eu faço justiça aos juizes de minha terra...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Ouvi, Srs. Deputados, passo de admiração, o aparte do Sr. Sá Peixoto defendendo a Justiça Eleitoral que não foi atacada. É que estou me lembrando dos insultos torpes e miseráveis de que foi vítima um dos mais ilustres, dignos e competentes juizes do Amazonas quando das apurações do pleito de 19 de janeiro de 1947.

O Sr. Sá Peixoto – Assacados por quem?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Pelo PSD é que não foram, deputado Sá Peixoto, e V.Exa. sabe muito bem disso. Insultos que foram atirados sobre esse juiz ilustrado e incorruptível e também sobre outros membros da Justiça Eleitoral do Amazonas. Estou rememorando, ainda, o discurso pronunciado no Senado, naque-

le cenáculo austero ocupado por homens austeros e sóbrios, pelo presidente da UDN, senador Manuel Severiano Nunes, atacando injustificada e desabridamente, ante o pasmo, o assombro dos seus circunspectos pares, os provectoros juizes do Egrégio Superior Tribunal Eleitoral, os mesmos juizes, imparciais e intransigentes no cumprimento e na aplicação da lei, que pouco depois negavam a anulação do mandato que os trabalhistas deram ao chefe udenista.

O Sr. Paes Barreto – O povo é que deu o mandato.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exas., senhores udenistas, jamais ganharão, sozinhos, qualquer eleição no Amazonas. V.Exas. venceram em 19 de janeiro com o auxílio e o amparo das muletas trabalhistas. Aí está, senhores, o resultado do pleito municipal. Não fora o indiscutível prestígio pessoal desse simpático João de Paula Gonçalves e a UDN não teria eleito nenhum vereador. Mas, continuando, estou recordando, ainda, o convite que a UDN subscreveu para um comício que se realizou na praça dos Remédios e no qual foram assacados insultos, injúrias e calúnias de toda sorte contra a Justiça Eleitoral do Amazonas e do Brasil. Estou realmente pasmo, Sr. Presidente, de ver o Sr. Sá Peixoto pular naquela cadeira como que impulsionado por molas poderosas e gritar em defesa da Justiça Eleitoral que ele, o seu chefe e os seus correligionários tanto infamaram, caluniaram e insultaram, assombrados com a perda dos mandatos de problemática e mesmo difícilíssima renovação. *(Os tímpanos batem continuamente, dando o Sr. Presidente a palavra ao Sr. Arthur Virgílio Filho.)*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Mas, Sr. Presidente, continuando o meu discurso que já vai um pouco longo, desde que, neste recinto, não posso usar a linguagem que merece o cidadão Antóvilou ou Antóvila Mourão Vieira e diante da minha inabalável decisão de tratá-lo somente com a linguagem que ele merece, deixo de demonstrar, hoje, com provas exuberantes, que Antóvilou ou Antóvila só sabe fazer política de intriga, de agressões, política de bastidores, covarde, caluniosa e infame, alugando, inclusive, penas para elogiá-lo e atacar os seus adversários.

O Sr. Paulo Nery – Qual a pena que o nobre deputado Antóvila vem alugando para elogiá-lo?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Deixo, portanto, de provar que o Sr. Antóvilu ou Antóvilu Rodrigues Mourão Vieira, quando prefeito de Manaus, arrasou, aniquilou, destruiu o mercado da carne-verde, lançando a fome e a miséria nos lares amazonenses, talvez nos lares de muitos que irrefletidamente lhe deram votos para que fosse para o Rio de Janeiro apenas tentar, em vão, infamar e atassalhar a dignidade de homens incorruptíveis, homens de moral sã e de caráter ilibado como o ilustre senador Waldemar Pedrosa...

O Sr. Paulo Nery – Quem era o interventor na época em que o Sr. Antóvilu foi prefeito?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – O atual senador Álvaro Maia, que, por sinal, soube dar ao Sr. Antóvilu o bilhete azul...

O Sr. Nicolau da Silva – V.Exa., deputado Paulo Nery, quer atacar o senador Álvaro Maia?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Era intenção minha demonstrar tudo isso – que o Sr. Antóvilu ou Antóvilu vem fazendo essa política condenável, que o Sr. Antóvilu ou Antóvilu desbarata o mercado da carne-verde...

O Sr. Paulo Nery – Se desbaratou, foi com autorização do interventor Álvaro Maia.

O Sr. Nicolau da Silva – V.Exa. não ataque o senador Álvaro Maia.

O Sr. Paulo Nery – Não estou atacando, estou procurando esclarecer os fatos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não, não com autorização do interventor, mas por inépcia e falta de visão administrativa. (*Continuando.*) Pretendia demonstrar que o Sr. Antóvilu ou Antóvilu, tendo chegado a Manaus em 1942, implorando piedade ao homem que, no momento, é vítima das suas infâmias e das suas pedradas traiçoeiras – o atual senador Álvaro Maia – e queixando-se amargamente de dificuldades financeiras, era intenção minha, repito, demonstrar aritmeticamente que é impossível acreditar-se tenha ele amealhado licitamente, mesmo com o concurso da Organização Pedagógica, título pomposo que ele deu aos colégios que eu bem conheço, a polpuda quantia de duzentos mil cruzeiros que S.Exa. (S.Exa. coisa nenhuma; desculpem, Srs. Deputados), que o Sr. Antóvilu ou Antóvilu pretende gastar em política, esbanjar na

campanha eleitoral, num último e antecipadamente frustrado esforço de comprar votos e consciências.

O Sr. Sá Peixoto – Não creio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – A linguagem que usaria, no entanto, seria antirregimental. Oportunamente, todavia, pela imprensa, quando o Sr. Antóvilto estiver em Manaus, no meio destas paisagens verdejantes, sentindo sobre a epiderme de ariano as carícias do nosso sol equatorial, andando pelas mesmas ruas esburacadas que percorremos diariamente, comprometo-me, senhores, a fazer a autópsia do seu cadáver político, usando a linguagem que ele merece e dando oportunidade a que me responda, de perto, pela imprensa ou pessoalmente, se for do seu agrado. Todavia, se preciso for, se a isso eu for obrigado, mesmo desta tribuna, ocupar-me-ei da personalidade nada edificante do Sr. Antóvilto ou Antóvilta, durante uma semana, um mês, um ano inteiro. Hoje, limitar-me-ei a ler o documento que, em aparte, prometi ao deputado Paulo Nery:

“Exmo. Sr. Dr. Diretor da Escola Agronômica de Manaus. O bacharel em Direito Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, deputado estadual, para justos fins, requer a V.Exa. se digne mandar certificar ao pé desta, o seguinte:

1º – Qual o prenome que usava o cidadão Antóvilta Rodrigues Mourão Vieira, nas petições que dirigiu a essa diretoria, no período de 1922 e 1924, para inscrição de matrícula e exames, nessa Escola;

2º – Se essas petições são do próprio punho ou datilografadas e, bem assim, se existe, em qualquer delas, a indicação da idade do aludido cidadão e alguma particularidade no ortografar o seu prenome;

3º – Qual a assinatura que contém as ditas petições, se Antóvilto ou Antóvilta Rodrigues Mourão Vieira;

4º – Se há alguma emenda ou ressalva quanto à grafia do prenome.
P. Deferimento.

Manaus, 14 de julho de 1948.

(a) Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho.”

Foi o seguinte o despacho:

“Como requer. Em 17 de julho de 1948. O diretor, Alberto Corrêa. Certidão – Certifico, em cumprimento ao despacho exarado na presente petição no arquivo da extinta Escola Agronômica de Manaus, o qual foi entregue a este estabelecimento, existem duas

petições do próprio punho da pessoa a quem se refere o requerente, ambas assinadas com o nome de Antóvilho. (...)”

Atentem bem, senhores, Antóvilho com “o”.

O Sr. Paes Barreto – É perfeito o “o”?

O Sr. Sá Peixoto – Foi provado que não mereceu fé...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – O “o”, apesar de ser do próprio punho, é perfeito e não pode deixar dúvidas. O documento prova que o Sr. Antóvilho assinava Antóvilho.

O Sr. Sá Peixoto – Só há um meio aqui, é trazeremos parteira para o recinto da Assembleia...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Devido à consideração pessoal que tenho por V.Exa., deixo de tomar conhecimento, de registrar o aparte que acaba de proferir. Não desejo dar a resposta que o aparte merece.

O Sr. Sá Peixoto – O deputado Antóvilho apresentou documentos ao Tribunal Eleitoral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não a certidão de idade. Estive no Tribunal Eleitoral. O documento apresentado pelo Sr. Antóvilho foi carteira de identidade e V.Exa. sabe como são dadas, ao funcionário encarregado do serviço, as indicações para essas cadernetas pelo próprio interessado: sou filho do fulano com fulana de tal, nasci no dia tal, o mês tal, na Indochina, etc., e ninguém discute os dados... Continuarei a leitura do documento:

“(...) ambas assinadas com o nome de Antóvilho Rodrigues Mourão Vieira, sendo uma datada de 28 de fevereiro de 1923 e outra datada de 31 de março de 1924. Certifico mais, que somente na segunda dessas petições o requerente, Sr. Antóvilho Rodrigues Mourão Vieira, menciona a data de 6 de outubro de 1901 como a do seu nascimento. Em nenhuma dessas petições existe qualquer emenda ou ressalva. Secretaria da Escola Agrotécnica de Manaus, em 19 de junho de 1948. (a) Feliciano Lima, Secretário.”

Finalizando, Sr. Presidente, peço desculpas a V.Exa. e aos Srs. Deputados pelo tempo que tomei, justificado, aliás, pelos apartes incessantes que recebi. Ponho o documento à disposição do nobre deputado Paulo Pinto Nery.

Mas a vida política na província estava ficando pequena demais para a visão universal de Arthur Virgílio Filho. Em outubro de 1958 foi eleito deputado federal pelo Amazonas, pela legenda do PTB de Getúlio Vargas e Plínio Coelho, assumindo a cadeira no início de 1959. Sua rápida ascensão no Parlamento impressionava. Em maio do mesmo ano já era o vice-líder do PTB e, dois meses depois, vice-líder do bloco parlamentar de oposição ao governo de Juscelino Kubitschek.

Em 1961, durante o governo do presidente Jânio Quadros, apoiou a política externa oficial sustentando os princípios de autodeterminação, de não intervenção e não alinhamento do Brasil nas disputas entre os blocos hegemônicos internacionais. Já no governo de João Goulart, em novembro de 1961, apoiou o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas em 1947, e a Emenda Constitucional nº 5, que ampliou a participação dos municípios na renda tributária nacional.

Em março de 1962, alinhado ao chamado Bloco Compacto do PTB, grupo que reunia parlamentares de tendências socialistas, foi reconduzido à vice-liderança de seu partido na Câmara. Neste mesmo ano, no pleito de outubro, elegeu-se senador pelo Amazonas. Tomou posse no Senado em fevereiro de 1963. No mês seguinte foi eleito líder do PTB e, em maio, vice-líder da maioria (PSD-PTB) e do governo.

Capítulo 5

De todas as lutas travadas pelo deputado e depois senador Arthur Virgílio Filho, a criação da Universidade do Amazonas foi, sem dúvida, uma das mais significativas e importantes para a história de seu povo. Autor da Lei nº 4.609, de 12 de junho de 1962, que criou a Fundação Universidade do Amazonas, considerada por ele como “o grande sonho da mocidade e dos homens de inteligência do Amazonas”, o então deputado federal conquistou todas as correntes políticas do estado, unindo em torno do sonho os mais diversos setores da sociedade amazonense. Essa história começa em 17 de janeiro de 1909, com a fundação da Escola Universitária Livre de Manáos, que em seguida, sob o esforço e a liderança do engenheiro Eulálio Chaves, passou a se denominar Universidade de Manáos.

Segundo o reitor Hidembergue Frota,

a ousadia de fundar uma Universidade em plena selva amazônica, ainda no início do século passado, foi compensada com a refundação da Universidade Federal do Amazonas, por iniciativa do senador Arthur Virgílio Filho, autor da lei que cria a Fundação Universidade do Amazonas, mantenedora da nossa Universidade, incorporando a ela a Faculdade de Direito, oriunda da Universidade de Manaus, e os demais cursos que àquela época funcionavam em nosso estado.

Para aprovar o projeto, Arthur enfrentou todo tipo de pressão. No dia 4 de junho de 1962, o jornal *A Crítica* publicava a seguinte manchete: “Universidade do Amazonas ameaçada no Senado”, informando que foi concedida urgência para o Projeto 24, de autoria do deputado Arthur Virgílio Filho, instituindo a Universidade do Amazonas. Em virtude da vigência da Lei de Diretrizes e Bases, o jornal alertava que havia uma corrente de senadores desejando interromper a urgência, fazendo com que o projeto subisse ao Conselho Nacional de Educação. Isso protelaria a sua aprovação.

Diante da ameaça, Arthur Virgílio decide permanecer em Brasília, “para acautelar interesses da mocidade amazonense” e defender o projeto. Na ocasião, o parlamentar anunciou que só retornaria a Manaus

nos últimos dias da semana com uma solução. Vencidos os obstáculos, o projeto é aprovado, no Senado, dia 7 de junho de 1962.

O delegado regional do Trabalho, Sílvio Moura Tapajós, recebe telegrama do senador Antóvilva Mourão Viera comunicando a aprovação. Naquele mesmo dia as classes estudantis bombardearam com telegramas a Presidência da República solicitando que o presidente sancionasse de imediato a lei.

Quando o projeto foi aprovado no Senado, Arthur Virgílio declarou ao jornal *A Crítica* que isso só foi possível graças à luta sustentada pelo senador Antóvilva Mourão Vieira, apoiado pelo senador Venâncio Igrejas Lopes, “nosso conterrâneo” e autor do pedido de urgência para a proposição. E acrescentou:

A mocidade do Amazonas já poderá contar com a sua Universidade, cujos autógrafos serão levados pessoalmente à sanção do presidente João Goulart, no começo da semana vindoura, pelo deputado Almino Álvares Affonso. E por falar no grande líder do PTB na Câmara, devo acrescentar que ele não virá hoje a Manaus, atendendo ao pedido do presidente da República, que precisa dele em Brasília.

O esforço e a dedicação do deputado Arthur Virgílio em torno do projeto de criação da Universidade do Amazonas calaram fundo, também, no coração dos estudantes. No dia 12 de junho de 1962, acadêmicos resolveram homenagear o homem que criou a Universidade.

Com saudações proferidas pelo Dr. Anderson de Meneses, secretário da Educação e Cultura, e pelo acadêmico Gaia Nina, a homenagem foi organizada pela União dos Estudantes do Amazonas. A manifestação da entidade que congregava os estudantes dos cursos superiores do estado aconteceu às 20 horas no auditório da Casa do Estudante, na rua Barroso.

A lei de criação da Universidade do Amazonas foi sancionada pelo presidente João Goulart no dia 12 de junho de 1962, com publicação no *Diário Oficial da União* em 27 de junho do mesmo ano. Já no dia 14 de junho, *A Gazeta* anunciava que a Universidade do Amazonas passaria a ter as Faculdades de Medicina e Engenharia. O sonho virara realidade.

LEI Nº 4.069-A, DE 12 DE JUNHO DE 1962

*Cria a Fundação Universidade do Amazonas,
e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a Fundação Universidade do Amazonas, que o Poder Executivo instituirá, com caráter de Fundação, a qual se regerá por estatutos a serem aprovados pelo presente Conselho de Ministros.

(...)

Art. 3º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade do Amazonas, com sede em Manaus, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural.

(...)

Art. 4º O patrimônio da Fundação será constituído:

a) pelos bens móveis e imóveis pertencentes à União e ora utilizados pela Faculdade de Direito do Amazonas (Lei nº 924, de 21 de novembro de 1949);

b) pelos bens móveis e imóveis da Faculdade de Ciências Econômicas mantida pelo estado do Amazonas (Decreto nº 43.426, de 26 de março de 1958);

c) pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, por entidades públicas e por particulares;

d) pela dotação de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinados à aquisição de terreno e construção dos edifícios indispensáveis à Universidade.

(...)

Art. 8º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor composto de 4 (quatro) membros e 2 (dois) suplentes, escolhidos uns e outros entre pessoas de ilibada reputação e notória competência e se renovará a cada 2 (dois) anos pela sua metade.

§ 1º O Conselho Diretor elegerá entre seus membros o presidente da Fundação.

(...)

§ 5º O Conselho Diretor elegerá livremente o reitor da Universidade, que terá funções executivas e didáticas definidas nos Estatutos da Universidade, devendo sua escolha recair em pessoa de ilibada reputação e notória competência.

(...)

Art. 14. A Universidade se comporá dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Faculdade de Direito do Amazonas;
- b) Faculdade de Engenharia;
- c) Faculdade de Farmácia e Odontologia;
- d) Faculdade de Filosofia;
- e) Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas.

DECRETO Nº 53.699, DE 13 DE MARÇO DE 1964

Institui a Fundação Universidade do Amazonas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, e nos termos do art. 1º da Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, decreta:

Art. 1º Fica instituída a Fundação Universidade do Amazonas, com sede e foro em Manaus, capital do estado do Amazonas.

Art. 2º A Fundação Universidade do Amazonas reger-se-á pela Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, e pelo estatuto que com este baixa, assinado pelo ministro da Educação e Cultura.

Capítulo 6

Em 16 de abril de 1964, depois do golpe militar que colocou o marechal Humberto de Alencar Castello Branco no poder, Arthur Virgílio renunciou à vice-liderança de seu partido no Senado. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) e a posterior implantação do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual viria a se tornar vice-líder no Senado, em 1968. A candidatura de Arthur Virgílio Filho ao Senado foi lançada pelo PTB no dia 22 de junho de 1962 e homologada em convenção realizada dia 30. Antes, no dia 9 de junho de 1962, o deputado federal manifestava a certeza de que Plínio Coelho seria reconduzido pela segunda vez ao Palácio Rio Negro, com “larga margem de votos na capital e no interior”.

Arthur Virgílio fez essa declaração ao retornar a Manaus para se reintegrar à campanha liderada pelo governador Gilberto Mestrinho e pelo seu candidato ao Palácio Rio Negro:

O PTB, junto com seus tradicionais aliados – PSD e PSB –, demonstrou em dois pleitos contar com o apoio da maioria do eleitorado amazonense. Em 1954 e em 1958, vencemos uma poderosa e coesa coligação oposicionista. No pleito de outubro, a nossa posição ainda é mais favorável. O PTB, unificado, conta também com o apoio dos mais prestigiosos elementos do PSD, da UDN, do PSP, do PDC e do PL, que integraram a oposição naquelas eleições. Foram conosco, ao lado de Gilberto Mestrinho e de Plínio Coelho, entre outros. Se a vitória em 1954 e em 1958 nos sorriu, quando apenas as forças trabalhistas enfrentaram os adversários, só muita ingenuidade poderá pensar que perderemos agora, quando fortalecem nossa luta os prestigiosos políticos que acabei de citar, em cuja relação inclui valorosos deputados que passaram a apoiar o ilustre governador Gilberto Mestrinho desde 1959, como Sérgio Pessoa Neto, Augusto Montenegro, Tércio Araújo da Silva, Dédimo Soares e Isaac de Oliveira Sabbá.

Capítulo 7

Em outubro de 1962, em uma entrevista concedida pelo deputado Arthur Virgílio Filho a *A Gazeta*, já era possível detectar uma certa inquietação no país. Ao desembarcar mais uma vez em Manaus, o parlamentar alertava que “inegavelmente o Brasil vivia momentos de inquietação, gerada pela insatisfação social”:

Os grandes problemas do povo tardam em ser resolvidos pela resistência egoísta das classes que usufruem os privilégios da situação dominante. É crescente o empobrecimento das massas proletárias, cujos parques salários são confiscados pela inflação galopante. Enquanto isso, são cada vez maiores os lucros à custa da exploração do trabalho, do suor do trabalhador nacional.

Nessa entrevista histórica, Virgílio sugeria, com urgência, a modificação da estrutura social, política e econômica do país “para podermos preservar as nossas tradições democráticas e cristãs”. E advertia:

Democracia com fome, com atraso, com angústia, é regime fadado ao descrédito, à falência. A democracia não se sustentará na miséria de um povo, cujos anseios insatisfeitos procurarão, certamente, outros caminhos. Urge essa tomada de consciência nacional a fim de que se estabeleça a verdadeira justiça social, se erradiquem a miséria e o atraso, e a democracia sobreviva. Creio, entretanto, em solução pacífica para os nossos problemas, sobretudo se o trabalhador souber escolher os homens que irão compor o futuro Congresso.

Para o Senado da República, a chapa contava, além do nome de Arthur Virgílio, que tinha o Dr. Edmundo Fernandes Levy na suplência, com o nome do senador Antóvilva Mourão Vieira.

Capítulo 8

Era forte a inquietação naquele 1º de abril de 1964. As tropas se movimentavam para tomar o poder. No Amazonas, a Assembleia Legislativa do estado encontrava-se reunida em sessão permanente desde as 10 horas, sob a presidência do deputado estadual Francisco Cavalcante, para acompanhar os acontecimentos que se registraram no sul do país e examinando todos os episódios da crise nacional. Os deputados comparecem normalmente à sessão permanente, ali tomando conhecimento dos comunicados que chegavam ao Poder Legislativo. Às 15 horas, já circulavam notícias de que forças da Vila Militar marchavam sobre Minas Gerais para iniciar o combate às tropas que resistiam ao golpe.

Com ordem do ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, o 1º e 2º regimentos de infantaria da Vila Militar, comandados pelos coronéis Raimundo Souza e Antônio Moto, rumaram para Minas, a fim de enfrentar as tropas chefiadas pelos generais Mourão Filho e Carlos Guedes.

Uma estação de rádio anunciou que o general Ladário Teles já havia assumido o comando do 3º Exército em Porto Alegre, tendo em seguida requisitado do governo do Rio Grande do Sul o concurso da Brigada Gaúcha a fim de reforçar os seus dispositivos de segurança. Dizia ainda a notícia que o general Ladário Teles tinha requisitado todas as estações de rádio da capital gaúcha, formando um só bloco de informação veiculada. Também chegavam notícias de que as forças militares do 3º Exército reforçavam as fronteiras do Brasil com a Argentina e Uruguai para evitar a entrada de armamentos. Foram suspensos também os direitos políticos de mais de mil lideranças (até 1979). O golpe estava dado.

Os novos detentores do poder também extinguiram os antigos partidos, forçando a criação de somente dois partidos: um de apoio, a Aliança Renovadora Nacional (Arena); e outro de “oposição confiável”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi para este que o senador Arthur Virgílio se transferiu. Não poderia ser diferente: foi o MDB que abrigou políticos e organizações de esquerda duramente perseguidos pelos órgãos de repressão do regime militar.

A Arena, criada com a missão de ser uma ampla frente de apoio aos militares, congregou 70% dos políticos do ex-PSD e 90% da ex-UDN, além de absorver a quase totalidade dos antigos pequenos partidos

conservadores. Já o MDB absorveu as forças contrárias ao golpe de 1964 e a banda dos descontentes com os rumos que os militares definiram para o Brasil. Inicialmente o MDB se constituía com quadros de cerca de 70% do ex-PTB, 30% do ex-PSD, parte do PDC, PSP e PSB e meia dúzia de ex-udenistas.

Para se manter de pé, no papel de “oposição”, “ainda que confiável”, como queriam os militares, o MDB enfrentou grandes dificuldades em função das limitações que o regime militar impôs à atividade política. Sofreu com inúmeras cassações de parlamentares pelo AI-5.

A partir de 1974, quando massacrou a Arena nas urnas, o partido passou a crescer de forma assombrosa, principalmente com o voto das regiões mais desenvolvidas do país.

Foi nesse clima que o senador Arthur Virgílio Filho, já no MDB, travou, da tribuna do Senado, violento debate com o senador Daniel Krieger, com diversos apartes do senador Padre Calazans. O líder do governo subiu à tribuna para responder a dois violentos discursos, proferidos por Pedro Ludovico e Arthur Virgílio, que criticaram duramente o governo militar. Tanto o Sr. Daniel Krieger como o Sr. Arthur Virgílio ocuparam a tribuna duas vezes falando como líderes da UDN e do PTB, respectivamente, e chegando, no final, a um ponto de acordo. Ambos condenavam a corrupção e divisão do país. Virgílio chegou a afirmar que não desejava o retorno desses males ao Brasil e que lutaria pelo restabelecimento do regime democrático.

Com a edição do Ato Institucional nº 1, em 9 de abril de 1964, os discursos destemidos e ousados do senador Arthur Virgílio Filho começavam a incomodar. No dia 28 de outubro de 1965, os jornais da época publicavam que “seis nomes estavam no pelourinho”, como prováveis cassados. Segundo informações extraoficiais divulgadas nas primeiras horas da noite, o Senado Federal e o Supremo Tribunal “que da vez anterior haviam ficado à margem das punições, quando ocorreu apenas uma única cassação, a do senador Amaury Silva, ministro do Trabalho do governo Goulart, desta vez serão mais duros”.

Informava o jornal *A Crítica* que o senador Arthur Virgílio Filho, que já estava na mira da “linha dura”, teria entrado definitivamente no rol dos novos cassados em virtude do violento discurso, pronunciado da tribuna do Senado, afirmando que “havia se sobreposto ao medo para arrostar as consequências, sejam elas quais forem”.

O deputado Doutel de Andrade, líder do extinto PTB, e a deputada Ivete Vargas, dizia-se, “encabeçarão a lista dos cassados”. O deputado Osvaldo Lima Filho, ex-ministro da Agricultura do governo deposto, “não escapará à suspensão dos direitos políticos pelo novo ato institucional”. Entre os ministros do Supremo Tribunal Federal estavam incluídos os Drs. Evandro Lins e Hermes Lima. Também se comentava a inclusão do nome do senador Emírio de Moraes e de mais duas dezenas de deputados federais, alcançando também a Assembleia Legislativa dos estados.

Capítulo 9

Apesar de os tempos aconselharem cautela, a voz do senador Arthur Virgílio Filho não silenciava. E muitas vezes ecoou solitária na tribuna do Senado, enfrentando os que já haviam debandado para o lado do governo e até se consideravam amigos dos militares “desde pequeninhos”. No dia 28 de novembro de 1965, o senador amazonense proferiu o seu mais corajoso e arrojado discurso no Senado, que, certamente, o colocou na mira da cassação. Enfrentando alguns governistas de primeira hora, ele contestou na sessão daquele dia a assinatura do Ato Institucional nº 2 (AI-2), de outubro de 1965.

A íntegra do discurso foi reeditada pelo Congresso Nacional em 1999, numa edição histórica sobre os *Grandes momentos do Parlamento brasileiro*. Com voz grave, mas firme, aplaudido pelas galerias e provocado pelos adversários, Arthur Virgílio manteve a postura e a elegância até o fim de seu discurso, mesmo interrompido por apartes nem sempre elegantes:

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Brasília é bem a síntese do Brasil. Esta Casa sempre vazia, quando falamos apenas para nós mesmos ou quando vemos uma ou outra pessoa isolada assistindo às sessões, hoje está repleta. É o Brasil que se encontra aqui, de norte a sul, pela população desta cidade, para assistir e para esperar a decisão que vamos tomar nesta noite histórica. E este interesse de Brasília na síntese da nacionalidade, quando a população da cidade aqui se congrega para acompanhar a reunião do Congresso, está a nos indicar apenas aquilo que o povo espera de nós: se, nesta hora, vamos abdicar da delegação popular que recebemos ao ser eleitos deputados e senadores, se vamos aceitar a tutela, se vamos aceitar a coação ou se vamos nos diminuir a ponto de desaparecemos diante do que poderíamos ser perante a nacionalidade. Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não há como esconder a gravidade da hora que esta nação vive. Não há como obscurecer, sobretudo, a responsabilidade nossa diante dessa gravidade: ou seremos dignos do mandato popular que recebemos, ou seremos dignos de representação que aqui apenas expomos, ou, então, estaremos entregando esta nação ao mais degradante dos destinos. (*Não apoiado!*) Ouvei um

“não apoiado” muito tímido. Não sei de onde, não sei de onde partiu, talvez de alguém que se está agachando diante da força. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.*)

O Sr. Ruy Santos – No Congresso não há quem se agache, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Não ouvi, também, de quem partiu...

O Sr. Ruy Santos – Partiu de um representante como V.Exa. Nesta Casa não há quem se agache. Se V.Exa. é digno, tem que reconhecer que todos são dignos quanto V.Exa. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, um Congresso sitiado, um Congresso sofrendo pressões como nunca imaginou pudesse sofrer: um Congresso sem autonomia, que amanhã poderá estar sob um outro ato institucional e ter vários de seus membros cassados, este Congresso é que não se agacha? Este Congresso que tem cedido sob pressão... (*Não apoiado! Não apoiado!*)

(*Tumulto no plenário. O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O Sr. Presidente (Moura Andrade) – (*Fazendo soar os tímpanos.*) – Atenção!!! Está com a palavra o senador Arthur Virgílio Filho.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que me garanta a palavra. Não dou permissão para questão de ordem durante o meu discurso e peço a V.Exa que me assegure a palavra.

O Sr. Presidente (Moura Andrade) – O deputado deixará para propor a questão de ordem em seguida ao discurso do Sr. Senador Arthur Virgílio. (*Muito bem!*) Declara a presidência que não admite a interrupção de oradores para questão de ordem.

Assim sendo, nos termos do Regimento, a presidência garantirá a palavra ao orador e, em seguida, ouvirá a questão de ordem do deputado Antônio Carlos Magalhães. Com a palavra o senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, no meio desse tumulto, desse desespero...

O Sr. Pinheiro Brizolla – Eu é que não dei o “apoiado”. Não me curvo. Sou independente. Tenho espinha dorsal. Não estou sob pressão de ninguém.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – E V.Exa. pensa que me curvo? Quero ver V.Exa. me curvar com toda a sua idade. Tem que me fazer curvar.

O Sr. João Herculino – Muito bem!

O Sr. Pinheiro Brizolla – V.Exa. não tem o direito de afrontar o Parlamento, de afrontar o povo! V.Exa. está afrontando o Parlamento!

O Sr. Presidente (Moura Andrade) – (*Fazendo soar as campainhas.*) – Atenção! Os apartes deverão ser concedidos pelo orador. Os aparteados deverão solicitá-los.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Vou dar uma demonstração de serenidade. Democracia é isso. É diálogo, é debate. Quero ouvir as opiniões contrárias às minhas. Gostaria de ouvi-las e contestá-las. Esse deputado que estava aí tão exacerbado, esse deputado...

O Sr. Pinheiro Brizolla – “Esse deputado” não!

O Sr. João Herculino – É o Brizolla!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – (*Dirigindo-se ao Sr. Pinheiro Brizolla.*) – Não sei o nome de V.Exa.

O Sr. Pinheiro Brizolla – Esse senador que está aí não é melhor que este deputado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Não fiz nenhuma ofensa a esse deputado. Não tenho o prazer de saber o nome desse deputado.

O Sr. João Herculino – É o Brizolla!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – É o Brizolla. Pois bem, eu lhe concedo o aparte.

O Sr. Ruy Santos – É um Brizolla decente, é verdade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Eu concedo o aparte a S.Exa.

O Sr. Arruda Câmara – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se o orador consentir.

O Sr. Presidente (Moura Andrade) – O orador já disse que não concede questão de ordem durante seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Um momento, apenas eu quero declarar que não conhecia, infelizmente, pessoalmente, o deputado Pinheiro Brizolla e concedo o aparte a S.Exa. se S.Exa. quiser apartear, dentro do Regimento, dentro dos princípios democráticos, dentro do diálogo que devemos tratar nesta Casa. Concedo a V.Exa. o aparte.

O Sr. *Pinheiro Brizolla* – Sr. Senador, eu disse “não apoiado” porque V.Exa. afirmou que se estava arrastando o país para a desgraça, que estão degradando o país. Não é verdade, senador. O governo atual é um governo digno, como eu demonstrei, hoje, desta tribuna. Tem praticado atos para o desenvolvimento da nação: o desenvolvimento agrícola, industrial, como o aumento de nossa exportação (*não apoiado!*), conforme demonstrei com algarismos, com estatísticas. Por isso, não concordei com afirmação de V.Exa., que pode dissentir do atual governo, V.Exa. pode ficar amarrado ao passado, àquela situação de caos que o Brasil estava vivendo. V.Exa. pode estar satisfeito com o dia de ontem, mas não pode negar, Sr. Senador, que nós estamos vivendo uma radiosa manhã. (*Não apoiados. Vozério.*) Esta é uma manifestação de praça pública, não é uma manifestação de parlamento!

O Sr. *João Hercúlio* – É a manifestação do povo!

O Sr. *Pinheiro Brizolla* – Não é o povo que está aqui.

O Sr. *Presidente* (Moura Andrade) – (*Fazendo soar a campainha.*) – Atenção, Srs. Congressistas! Peço a V.Exa., Sr. Deputado *Pinheiro Brizolla*, que encerre o seu aparte, que já está ultrapassado o permitido pelo Regimento.

O Sr. *Pinheiro Brizolla* – (*Prossegue.*)

O Sr. *Presidente* (Moura Andrade) – Vou desligar o microfone de V.Exa. Peço ao nobre senador *Arthur Virgílio* que prossiga em seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, irei conceder ao deputado monsenhor *Arruda Câmara*, meu prezado companheiro de Congresso, e ao nobre deputado *Antônio Carlos Magalhães* o aparte que não concedi antes devido ao tumulto que se verificou.

O Sr. *Antônio Carlos Magalhães* – Nobre senador *Arthur Virgílio*, já que V.Exa. me concedeu o aparte, quero dizer a V.Exa. que esta é realmente uma sessão de se marcar posição. Consequentemente, a questão de ordem ia se referir ao direito de V.Exa. marcar sua posição, mas não desrespeitar a nossa, com termos que não são comuns a V.Exa. e que esta Casa não vai aceitar. Não há nenhuma ameaça nisto. Pelo contrário, o meu desejo é travar o diálogo com V.Exa. nos termos em que sempre se travaram nesta Casa. Consequentemente, quero dizer que estamos prontos para o debate, examinando as po-

sições nesta conjuntura, no passado e no presente. Não temos por que não defender este governo do marechal Castello Branco. Porque muito nos honra o apoio que lhe damos; é uma honra para nós. (...)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – É este o diálogo que desejo, nobre deputado. O diálogo democrático, a troca de razões, a troca de opiniões, o que nesta hora querem negar a nós, porque nesta hora quase nos impedem de falar, em vista do tumulto que V.Exa. viu aqui. Isto vem demonstrar que eu ouço a opinião de V.Exa. Agora, quero que fique bem claro, nesta hora, que ninguém conseguirá me calar pela violência. (*Muito bem!*) E quem quiser fazê-lo, que o tente, porque vai verificar que não me calará pela violência. Quem quiser impedir-me com ameaças, que o tente, para verificar se o consegue. Porque, assim como não admito também que alguém seja monopolista do moralismo, da dignidade, não admito também que ninguém seja monopolista da coragem. (*Muito bem!*)

Ninguém aqui monopoliza a coragem. Ninguém aqui é mais bravo que o outro. E se alguém duvidar, que venha testar, que venha experimentar, que venha impedir-me de dizer aquilo que desejo dizer nesta hora. (*Muito bem! Palmas.*)

O Sr. Presidente (Moura Andrade) – (*Fazendo soar a campainha.*) – Para isso a Mesa garante a palavra a V.Exa. Não há necessidade de ser colocado o assunto nos termos em que V.Exa. e o aparteante estão colocando. A Mesa garante a palavra a V.Exa. Portanto, não há necessidade de excesso de coragem, de parte a parte, para ocupar a tribuna. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Mas antes de a Mesa me garantir, Sr. Presidente, eu me garanto. Asseguro a V.Exa., asseguro ao Congresso, asseguro a quantos colegas congressistas que me ouvem que, antes de a Mesa me garantir, eu me garanto! Concedo o aparte a V.Exa., deputado Cid Carvalho.

O Sr. Cid Carvalho – Nobre senador Arthur Virgílio, inscrito para a discussão, sei que não terei tempo para falar. Por isso, considero da maior importância ler um trecho histórico, que se aplica muito bem a esta sessão do Congresso. Discutia-se, na Alemanha de Hitler, uma lei de autorização solicitada ao Parlamento. Aqui temos essa maravilhosa página, que pode ficar muito de advertência a este Parlamento, neste momento histórico e grave:

“A democracia parlamentar... depois de concedidos poderes, (...) foi, assim, enterrada na Alemanha. A não ser pela prisão dos comunistas e de alguns dos deputados social-democratas, tudo foi feito de forma completamente legal, se bem que acompanhado pelo terror. O Parlamento entregara sua autoridade constitucional a Hitler e, assim, suicidara-se, embora sobrevivesse, como uma recordação, até o fim do Terceiro Reich, servindo esporadicamente como caixa de ressonância para alguns dos estrondosos pronunciamentos de Hitler; seus membros, daí em diante, foram escolhidos pelo Partido Nazista, pois não houve mais eleições de verdade.”

É isto, Sr. Presidente, é isto, Srs. Congressistas, que se está decidindo, neste dia histórico e grave da nação brasileira.

O Sr. *Presidente* (Moura Andrade) – (*Fazendo soar a campanha.*) – O Sr. Senador Arthur Virgílio dispõe apenas do tempo necessário para concluir suas considerações. Peço a S.Exa. que use o tempo para conclusão de seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Vou concluir, Sr. Presidente. Nós estamos, de fato, nesta hora, escrevendo História; nós estamos fazendo História. Cada palavra nossa é uma linha que acrescentamos à História; cada frase poderá ser um capítulo; cada período poderá vir a ser um título da História. Temos uma responsabilidade presente. Temos, por nós e pelos nossos descendentes, uma responsabilidade futura: cada um de nós assume, nesta hora, a responsabilidade pelo papel que está representando dentro da História. Cada um de nós se responsabilize por aquilo que fará, hoje, pelo futuro deste país e de suas instituições livres.

Sr. Presidente, depois de muito conceder, depois de muito recuar, depois de muito abdicar, chegou a hora de este Congresso se impor: chegou a hora de este Congresso ser digno da representação que ele encarna e dizer à nação que se ele cede, que se ele recuou, não cederá nem recuará mais. Nós não exercemos um emprego aqui, Sr. Presidente, mas uma delegação popular. Nós não devemos pensar apenas nos subsídios que nos são pagos (*muito bem! palmas*), mas na delegação que recebemos dos eleitores, que para cá nos enviaram. E está na hora – permita V.Exa., Sr. Presidente, que eu lembre agora aquela frase dos barões aragoneses que V.Exa. citou na instalação do Congresso, em 1963 – está na hora de ser lembrada essa frase:

“Se se dirigirem a nós pedindo leis justas para o povo, pedindo leis que deem tranquilidade ao povo; se se dirigirem a nós solicitando que cumpramos com o nosso dever, que sejamos fiéis ao juramento que fizemos quando assumimos o nosso mandato: se se dirigirem a nós pedindo isso, apenas isso, nós diremos sim; se não – não! Se se dirigirem a nós pedindo que votemos leis que aperfeiçoem o regime democrático, que apliquem as liberdades e as garantias populares: se se dirigirem a nós solicitando isso, diremos sim; se não – não!”

Está na hora de respondermos como os barões aragoneses, Sr. Presidente, com toda a coragem, com toda a renúncia, com todo o espírito público de amor a este país, que não pode continuar mais assim desgraçadamente tutelado, dominado pela prepotência, pela violência e pelo arbítrio.

Se querem degradar-nos perante o mundo, se querem aviltar-nos perante o povo civilizado, implantando a ditadura, que o façam, Sr. Presidente, e assumam a responsabilidade perante a História. Mas que cessem com a farsa, cessem com a impostura dessas leis que são, assim, a legalização da ditadura, votadas por nós.

Arranquemos, pois, a máscara. Que se implante a ditadura, mas não com leis do Congresso Nacional. Que se liquide com a liberdade, mas não com nosso apoio e nosso voto.

O Sr. Presidente (Moura Andrade) – (Fazendo soar a campanha.) – O tempo do orador está terminando. Solicito a S.Exa. que compreenda, e encerre suas considerações.

OSR. ARTHUR VIRGÍLIO – Concluirei, Sr. Presidente.

Que liquidem com o direito que tem o povo brasileiro de ser livre, de ser digno, mas que o façam sem a nossa conivência, sem a nossa participação, sem que este Congresso se diminua, e se agache, para, amanhã, ser fechado com o apoio do povo. Que nos fechem, hoje, mas com o povo que nos assiste ao nosso lado; e não nos fechem amanhã, Sr. Presidente, ingloriamente, com o aplauso do povo brasileiro, como aconteceu em 1937, na implantação do Estado Novo!

Capítulo 10

O país mergulhou definitivamente nos anos de chumbo no dia 13 de dezembro de 1968, quando a ditadura militar editou o seu mais horrendo monstro, o AI-5. O ato institucional foi decretado no momento em que a crise político-militar, que teve início com o pedido de licença para processar o deputado federal Márcio Alves (MDB-RJ), chegou ao seu ponto culminante depois que a Câmara dos Deputados negou o pedido do governo. Depois de conferenciar durante todo o dia com seus ministros e chefes militares, o general Costa e Silva resolveu baixar o Ato Institucional nº 5 (AI 5) e o Ato Complementar nº 38, que fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado.

O novo ato institucional caiu como um manto negro sobre o país, e chegava sem prazo para deixar de vigorar, dando ao presidente da República todos os poderes que eram conferidos pelos outros atos anteriores baixados pelo governo militar, inclusive o de cassar mandatos de parlamentares federais, estaduais e municipais eleitos pelo povo, tirando-lhes os direitos políticos por dez anos, além de permitir, a partir daquela data, o confisco de bens de pessoas que “enriqueceram ilicitamente”.

Durante os dez anos em que vigorou, o Ato Institucional nº 5 (1968-1978) foi instrumento para centenas de cassações. Ele atingiu 273 mandatos parlamentares, sendo 162 estaduais e 111 federais. Até o final do governo Médici (1969-1974), o AI-5 foi acionado 579 vezes, punindo 142 militares, 145 funcionários públicos civis, 102 policiais, 28 funcionários do Poder Judiciário, de juízes a promotores. Foi também acionado dez vezes para determinar intervenção em municípios e 80 vezes para banimento de opositoristas. O presidente Geisel usou o AI-5 inúmeras vezes antes de revogá-lo, no final de 1978: foram cassados os mandatos e suspensos os direitos políticos de 12 parlamentares; a cidade de Rio Branco, capital do Acre, sofreu intervenção. O AI-5 trouxe em seus tentáculos um tipo até então inédito de restrição aos direitos dos cidadãos: a suspensão da garantia do *habeas corpus* nos casos de crimes políticos.

A notícia caiu como uma bomba em Manaus. No dia 10 de fevereiro de 1969, telefonemas de familiares e amigos informavam que o Conselho de Segurança Nacional (CSN) havia cassado não só o senador Arthur Virgílio Filho, mas também o deputado federal pelo Amazonas

José Bernardo Cabral e mais 31 parlamentares, que, além de perderem o mandato que lhes foi conferido pelo povo, tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos.

O CSN também decretou o recesso das Assembleias Legislativas da Guanabara, São Paulo, Pernambuco, estado do Rio de Janeiro e Sergipe. Ainda na reunião do dia 7 de fevereiro de 1969, foram aposentados dois auditores da Justiça Militar e criada a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar atos subversivos ou contra revolucionários. Era a mão de ferro esmagando a democracia e todos aqueles que lutavam por seu restabelecimento. A partir do golpe de 1964, o termo “cassação” passa a designar não só a perda dos direitos políticos, mas, de modo geral, todas as punições impostas pelos atos e leis de execução do regime militar.

A ditadura militar foi a mais longa da história brasileira. Durou de 1964 a 1985. Foi um período de muita dor, medo e repúdio. Aquele que ousasse criticar, opor-se ou participar dos movimentos populares de resistência às atrocidades praticadas pelo regime militar era perseguido, obrigado a viver na clandestinidade ou no exílio. Quando não, preso e torturado nos porões da ditadura.

Com o filho seguindo a carreira de diplomata no Itamaraty e os outros familiares morando no Rio de Janeiro, Arthur Virgílio Filho vivia uma vida solitária no apartamento do edifício Antônio Simões, na avenida Sete de Setembro, centro de Manaus. Seu coração ficava em festa quando via a turma de estudantes, entre eles Simão Pessoa, Mário Adolfo, Engels Medeiros e Adalberto Mello Franco, adentrar o apartamento para ouvir as histórias de “tio Arthur” – como passamos a lhe chamar, em homenagem ao personagem do filme *Arthur, o milionário sedutor*, com Dudley Moore – e saber sua opinião sobre os assuntos que continuavam na ordem do dia: o assassinato do jornalista e diretor da TV Cultura, Wladimir Herzog, morto sob tortura nas dependências do DOI-Codi (Oban), em São Paulo, no dia 25 de outubro de 1975; o famigerado AI-5 (Ato Institucional nº 5), que cassou políticos e suspendeu o direito de *habeas corpus*; o movimento estudantil para reconstruir a União Nacional dos Estudantes (UNE); os tentáculos da censura que empastelava jornais, fechava teatros, recolhia discos com músicas proibidas e perseguia artistas, intelectuais e jornalistas. Discutíamos também o avanço da direita que explodia bancas que vendiam jornais al-

ternativos como *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento e Coojornal*, tabloides que circulavam de mão em mão nos pátios da universidades, metendo o dedo na ferida do regime.

Solitário, amargurado e indignado com os rumos que o país tomava, Arthur Virgílio nos recebia de braços abertos, no final dos anos 70. Esse encontro de gerações diferentes, mas que traziam as mesmas mágoas no peito, se deu em 1978, quando o engenheiro recém-formado Simão Pessoa, à época funcionário da Sharp do Brasil, encabeçou uma greve, que passei a cobrir como repórter de *A Crítica* desde a primeira reunião.

Naquela época, apesar da “distensão lenta e gradual”, a ditadura ainda tinha fôlego para perseguir, prender, matar e, por que não?, sufocar os movimentos grevistas, reduzidos drasticamente a partir de 1964. No ano do golpe militar, logo após a deposição do presidente, não houve registro de greves, e o número de ocorrências nos anos seguintes mostra que houve uma redução significativa. Em 1965, houve seis vezes menos greves em comparação ao mesmo período de 1963. Até 1977, o movimento grevista continuou caindo, mas retornou com força total em 1978, quando as greves passam a pipocar, primeiro no ABC paulista, depois em todo o país, como se fosse uma onda sísmica. Este pico atingiria seu apogeu em 1979, quando foi aprovada a Lei da Anistia. Foi nesse rastilho que Simão Pessoa e seus companheiros embarcaram.

Em Manaus, o movimento foi esmagado pelo poderoso Mathias Machiline. Simão e seus companheiros não conseguiram nem mais entrar na fábrica. Receberam as contas pela cerca de arame farpado, que era utilizada na maioria das fábricas do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. Cheios de revolta e nos sentindo impotentes, mas não querendo nos queixar ao bispo, resolvemos procurar o vereador Fábio Lucena (MDB-AM), que descia a lenha na ditadura vez por outra e virou uma espécie de escudo dos menos favorecidos através de seus editoriais escritos a ferro e fogo no jornal *A Crítica*. Não conseguimos localizar o Fábio Lucena, e o Adalberto Mello Franco sugeriu:

– Se vocês toparem, eu conheço um ex-senador que é advogado, sempre defendeu os trabalhadores, a justiça social e os direitos humanos, e foi cassado porque enfrentou a ditadura da tribuna. Ele vai nos orientar.

– Quem é, Mello? – perguntou Simão.

– O senador Arthur Virgílio Filho. Vamos lá no apartamento dele.

Em poucas horas estávamos no apartamento de Arthur. Ele sentado no sofá da sala, alguns nas poltronas e o resto no chão. Quando contamos nossa história ele se mostrou indignado. “Fascistas” foi a tradução mais amena que encontrou para definir os carrascos de São Paulo que guilhotinaram os “meninos da Sharp”.

– Eles, os paulistas, acham que somos índios e que o Distrito Industrial, com suas cercas de arame farpado, é um campo de concentração. Vamos mobilizar todo o mundo, mas de antemão, meninos, devo avisar que ninguém da imprensa vai publicar isso e dificilmente vocês conseguirão outro emprego nas empresas da Zona Franca.

Arthur Virgílio estava certo. Naquele dia entrei na redação do jornal como um furacão. “Estou com a manchete!”, anunciei, vendendo meu peixe. “É a primeira greve no Amazonas depois do AI-5”. O editor do jornal na época era Pery Augusto, um veterano simpático já com sessenta anos que, por minhas posições políticas, me chamava de “guerrilheiro”.

– Greve onde, guerrilheiro?

– A Sharp está parada, seu Pery. É a primeira greve no Amazonas depois da ditadura.

– Nem perde tempo escrevendo. É a Sharp que ajuda a pagar o teu salário, e a matéria não sai.

Depois daquele episódio, nos tornamos amigos para sempre do senador Arthur Virgílio. Sempre que ocorria um novo fato que renovasse as esperanças de retorno à democracia, corríamos para ouvir a opinião de Arthur, principalmente em relação à mobilização popular, que começou a crescer após 1979, com a abertura do regime militar.

– Meus filhos, vocês não sabem a alegria que me dão ao trazer para essa casa a discussão política, como sempre foi a minha vida! – era assim que ele, quase sempre, nos saudava.

No meio dos debates acalorados, vez por outra ele interrompia para dizer que os estudantes lembravam muito o filho, Arthur Virgílio Neto, que seguia a carreira diplomática, mas que acenava com a vontade de voltar para o Amazonas e encarar a carreira política.

No natal de 1978 já podíamos ouvir *Apesar de você e Cálice*, de Chico Buarque, liberadas pela censura depois de quase vinte anos proibidas pelo regime. Levamos o LP *Meus caros amigos* com as músicas e mais alguns livros sobre anistia, direitos humanos e poesia. Era nosso

presente de natal para Arthur Virgílio. Foi uma noite inesquecível. Ele contou histórias, fez discursos, riu e voltou a prometer:

– Um dia vocês vão conhecer meu filho. Vocês me lembram muito ele.

O senador sempre se retirava para a janela quando queria fumar seu cigarro. E ficava fitando as luzes da cidade, ao longe, como esperando que o sol da liberdade voltasse iluminar a noite escura em que vivíamos. O clima era de tensão e medo. Éramos todos um pouco *Ubaldo, o paranoico*, a genial criação do cartunista Henfil. Quando Arthur Virgílio caminhava para a janela, eu ia atrás e ficava ao seu lado, em silêncio, mas atento para os seus movimentos.

Todos nós tínhamos receio de que ele poderia saltar para o vazio, a qualquer momento, fugindo da amargura e da solidão para buscar a liberdade tão sonhada. Mas tudo não passava de excesso de carinho pelo velho senador e um pouco de medo. Afinal, ele era um homem corajoso e jamais usaria de um artifício desses para fugir da luta.

Hoje, escritor e assinando uma coluna de humor no jornal *Estado do Amazonas*, onde conta causos do folclore político do Amazonas, Simão Pessoa retrata muito bem 1978, o ano em que conhecemos o senador Arthur Virgílio Filho e com ele aprendemos que àquela altura do campeonato já não era possível continuar “desgraçadamente tutelado, dominado pela prepotência, pela violência e pelo arbítrio”. Veja o texto do Simão:

Durante uma reunião do Congresso Nacional em dezembro de 1968, nas vésperas da publicação do AI-5, o senador Arthur Virgílio Filho, ex-líder do PTB no Senado e então vice-líder do MDB, ocupa a tribuna para fazer um discurso emocionado, denunciando os horrores da ditadura militar e repetindo o que já havia dito três anos antes.

– Que nos fechem hoje, mas com o povo que nos assiste ao nosso lado, e não nos fechem amanhã, ingloriamente, com o aplauso do povo brasileiro, como aconteceu em 1937! – proclamava o senador.

Vice-líder do MDB na Câmara e amigo de Arthur Virgílio de longa data, o deputado Paes de Andrade pede-lhe um aparte, para se solidarizar com ele.

Arthur Virgílio faz que não vê. Paes insiste. Arthur Virgílio não dá a mínima.

Quando desceu da tribuna, Paes foi lhe cobrar:

– O que é isso, Virgílio? Como é que você me negou o aparte?...

– Paes, eu hoje não fiz um discurso, fiz um requerimento. Esse discurso é um requerimento de cassação. Você não tinha nada que entrar no meu requerimento. Cumpri meu dever de trabalhista e vice-líder da oposição e sei que eles vão me cassar. Estou indo embora, mas você precisa ficar para, junto com os outros companheiros, continuarem lutando pela volta da democracia.

Dito e feito. Dois meses depois, em fevereiro de 1969, o senador Arthur Virgílio Filho foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por força do Ato Institucional nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968.

Era disso que eu estava me lembrando dentro do elevador, na noite da véspera do natal de 1978, quando, na companhia do jornalista Mário Adolfo, estava indo ao encontro do ex-senador, que morava então, solitariamente, no edifício Antônio Simões, no centro de Manaus. Aquela história do senador já havia ganhado contornos de lenda entre os militantes da esquerda amazonense.

Nos últimos cinco meses, minha vida havia virado de ponta-cabeça. Em agosto, liderei uma greve na Sharp, cujo desfecho teve ampla cobertura do jornal *A Crítica* graças ao empenho do jornalista Mário Adolfo, mas, depois de uma semana de paralisação, eu e o engenheiro Geraldo Nogueira (irmão do ex-secretário estadual de Educação Vicente Nogueira) fomos sumariamente demitidos. Uma semana depois, as demissões atingiam mais de seis dezenas de pessoas.

Em setembro, vários amigos meus foram demitidos de outras fábricas sob a alegação calhorda de que “a primeira turma de engenheiros eletrônicos da Utam queria transformar o pacato Distrito Industrial no conflagrado ABC paulista”. Rolaram cabeças na Evadim, Semp-Toshiba, Sanyo, CCE e Gradiente, entre outras. E o pior é que a greve na Sharp tinha sido provocada por um problema interno da empresa...

Nas duas ocasiões (na minha demissão e na demissão dos companheiros de outras fábricas), por obra e graça do engenheiro Adalberto Mello Franco (demitido da Semp-Toshiba), amigo de

longa data da família do senador, fomos nos aconselhar com Arthur Virgílio Filho.

Em novembro, o engenheiro Carlos Almeida (demitido da Evadim) foi preso autoritariamente, sem ordem judicial, quando conversávamos num barzinho na Cachoeirinha, numa tarde de sábado, e levado pela tropa de choque da PM para lugar incerto.

E tudo por conta de um mal-entendido: Carlos confundiu um sujeito vestido de pinguim (paletó de linho branco, calça preta e gravata borboleta) com o garçom e pediu uma “caipirinha”. O sujeito não disse nada e se dirigiu para o balcão do bar. Dez minutos depois, surgiu na varanda comandando uma tropa de choque da PM armada de metralhadora e escopetas.

Era um coronel aposentado ligado à 2ª Seção. Os meganhas não quiseram nem saber dos nossos pedidos de desculpas. Colocaram Carlos no “alçapão” com violência, bateram a porta e as duas camionetes saíram cantando pneus. Foi um deus nos acuda.

Novamente o senador foi convocado para nos livrar da enrascada. Graças a um bilhete e a uma série de telefonemas endereçados aos advogados do famoso escritório jurídico Simonetti, Paiva e Valois, conseguimos localizar e libertar o engenheiro já na madrugada de domingo. O incidente serviu para mostrar que os *pit-bulls* da ditadura continuavam dando as cartas.

Agora em dezembro, eu e Mário Adolfo estávamos indo pela primeira vez visitar o senador sem nenhum “problema” guardado na algibeira. Pelo contrário. Eu estava levando um livro do Pablo Neruda (*Vinte poemas de amor e uma canção desesperada*) e uma dúzia de cervejas em lata. Mário levava um livro do Vinicius de Moraes (*Antologia poética*), uma *Carta dos direitos humanos*, xerocopiada, em que habilmente desenhara uma nova capa, alguns LPs e duas latas de castanhas de caju.

Meninos de famílias pobres, nascidos e criados em Cachoeirinha, não tínhamos a menor ideia de que “presente de natal” dar a um senador. Os livros tinham sido a única opção condizente com a nossa precária situação financeira. As cervejas e as castanhas eram o que havia dado pra comprar com o “troco” dos presentes.

O senador (que a gente, num arroubo de intimidade além da conta, já chamava de “tio Arthur”, acentuando a primeira sílaba,

como na pronúncia inglesa, talvez porque ele tivesse a educação esmerada de um verdadeiro *lord*) ficou visivelmente emocionado. Acostumado com a solidão (seus familiares moravam no Rio de Janeiro), para ele aquela véspera de natal seria apenas mais uma noite igual às outras. Não foi.

Conversamos sobre isso e aquilo outro, mas, principalmente, sobre política, e secamos algumas garrafas de vinho (depois que nossas cervejas foram para o espaço). O senador era um pote de erudição e ali estavam dois ouvintes dispostos a saborear, com uma indisfarçável admiração, aquele jorro vulcânico de quem sempre pautara a vida fazendo “o bom combate”.

Quando Arthur Virgílio Filho, recitando de cabeça um dos muitos poemas de Neruda que sabia de cor, se aproximava da janela do 11º andar para observar a cidade, Mário Adolfo, automaticamente, se levantava da poltrona e ia atrás, possivelmente com medo de ver o senador se jogando pelo vazio – e o jornalista não estar a postos para evitar a tragédia anunciada.

Mas era uma preocupação infundada. Arthur Virgílio Filho amava a vida. Deixamos o apartamento do senador já com o dia amanhecendo, completamente em êxtase.

No ano seguinte, acho que em março de 1979, o ex-senador patrocinou uma feijoada em seu apartamento para nos apresentar seu filho mais velho, o atual senador Arthur Virgílio Neto. No ano anterior, havíamos feito campanha para Arthur Neto, candidato a deputado federal pelo MDB, mas ele acabara na primeira suplência. Eu e Mário Adolfo não o conhecíamos pessoalmente, mas bastava ser filho do tio Arthur para ser um verdadeiro homem de bem. Ficamos “amigos de infância” na mesma hora.

Arthur Neto, que na época era militante do clandestino PCB, trazia nas veias o idealismo do pai. Praticar “o bom combate”, vimos logo, fazia parte da carga genética da família. Diplomata de carreira e orador brilhante, Neto ainda trazia um outro diferencial que nos enchia de inveja: era professor de inglês. Quer dizer, ele tinha intimidade com o idioma e sabia o significado das letras cantadas pelos Beatles, Bob Dylan, Pink Floyd, Rolling Stones e tantos outros roqueiros que “traduzíamos” com uma dificuldade da “gota serena”.

Em junho do mesmo ano, o senador, na companhia do Adalberto Mello Franco, me fez uma visita de cortesia. Ainda desempregado, fiquei com vergonha de recebê-lo na “taper” de madeira carcomida em que estava morando – e, o que é pior, servindo de “babá” para meus filhos gêmeos, Marcelo e Marcel, que mal haviam completado dois anos, num dia a dia angustiante e completamente ocioso. Tal como ele havia previsto, meu nome estava na “lista negra” do Distrito Industrial.

Durante a tarde inteira em que ficamos conversando, o senador falou das prisões arbitrárias que sofrera como quem fala de um acontecimento fortuito, sem demonstrar uma ponta de mágoa ou ressentimento. Para ele, aquilo tinha sido apenas um “acidente de percurso”. E traduziu magistralmente sua disposição de continuar o “bom combate”, arriscando, se preciso, a própria vida, com uma frase inesquecível do Che Guevara: “Prefiero morir de pie que vivir siempre arrodillado”. Aquela lição de otimismo e desprendimento tem sido meu norte ao longo da vida. “Um dia você ainda vai rir muito disso tudo, meu filho!”, vaticinou, quando nos despedimos. Acertou na mosca.

Em 28 de agosto de 1979, o presidente Figueiredo sancionou a Lei nº 6.683, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso, anistiando todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 9 de abril de 1964, data da edição do AI-1. Entre presos, cassados, banidos, exilados ou simplesmente destituídos dos seus empregos, a Lei de Anistia beneficiou 4.650 pessoas, entre as quais os ex-governadores Gilberto Mestrinho, Leonel Brizola e Miguel Arraes, os ex-líderes estudantis Vladimir Palmeira e José Dirceu, e o ex-senador Arthur Virgílio Filho.

Em dezembro daquele ano, durante nossa tradicional celebração natalina, tio Arthur levantou uma interessante hipótese para justificar sua cassação pelos militares. Em 1967, um dos mais badalados futurólogos internacionais, Herman Khan, 150 quilos, QI de 130, calmo, extremamente feio, vaidoso e arrogante, esteve no Brasil defendendo a transformação da Amazônia num grande lago (ou isso ou a internacionalização da região). Diretor do Hudson Institute, um organismo que congregava dezenas de cientistas de renome

internacional, Herman Khan defendia a construção de barragens edificadas ao longo dos grandes rios da planície amazônica.

O projeto de Khan resultaria na interligação de cinco nações sul-americanas por meio da inundação das bacias dos principais rios (a barragem do rio Amazonas seria no estreito de Óbidos, no Pará), possibilitando o tráfego direto e permanente em toda a região. A equipe do cientista chegou a sobrevoar trechos imensos da Amazônia colombiana, estudando a sua execução. A criação do “grande lago” melhoraria o potencial de navegação e levaria a um grande desenvolvimento econômico na região, determinado pela circulação fácil dos produtos e mercadorias. Isso soava como música no ouvido de muitos militares brasileiros, cada vez mais paranoicos com a necessidade de colonizar a Amazônia.

Legítimo representante da região amazônica no Congresso Nacional, o senador Arthur Virgílio Filho foi uma das primeiras vozes a se insurgir contra a “ideia estapafúrdia de meia-dúzia de cientistas de araque” e logo a briosa imprensa nacional “caiu de pau” no lombo do futurólogo. A ideia do “grande lago” foi abortada num piscar de olhos. “Bom, mas aquilo não era motivo para provocar uma cassação, senador”, eu intervinha. “Pois é. Mas, quem sabe o que se esconde na cabeça desses gorilas fardados?”, dizia. Aí, enquanto acendia mais um cigarro, encerrava o assunto: “Um dia a gente ainda vai rir muito disso tudo, meu filho!”. Só então a ficha caía: por mais paradoxal que fosse, a violência contra o senador tinha sido tão absurda que ele buscava uma justificativa plausível em fatos surrealistas. Era um iluminista. Ou, quem sabe, um iluminado.

Eu, Mário Adolfo e o resto dos “meninos” continuamos a frequentar a casa do tio Arthur ao longo dos anos seguintes e nos embebedando daquele humanismo tão pródigo e generoso. Quando, em 1984, a “Oposição Sindical Metalúrgica” ganhou a eleição daquele ano e fui eleito vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, telefonei para ele, para dar a notícia. “Só estou nessa luta por causa daquela nossa conversa de 79”, avisei. “Faça o que tem que ser feito, meu filho, só não traia seus princípios”, aconselhou.

Em maio de 1985, ele foi nomeado pelo presidente Sarney para dirigir o INPS e se mudou para o Rio de Janeiro. Foi a última vez que falei com ele, outra vez em companhia do Adalberto Mello Franco.

O senador me presenteou com um livro do Neruda, *Memorial de Isla Negra*, que tenho até hoje. Em novembro daquele ano, para não trair meus princípios, renunciei ao cargo de vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que havia se transformado num antro de corrupção. Foi uma oportunidade de colocar em prática mais um dos tantos e pródigos ensinamentos recebidos do senador. Dois anos depois, no dia 31 de março, ele foi se encontrar pessoalmente com Pablo Neruda. Tenho (temos) saudade.

Capítulo 11

O AI-5 cassou os mandatos do então deputado Bernardo Cabral e do senador Arthur Virgílio Filho, suspendendo seus direitos políticos por dez anos, no mesmo dia, mês e ano: 10 de fevereiro de 1969.

Eram amigos de longas datas, mas foi na resistência à ditadura que essa amizade se consolidou ainda mais. Quando Arthur assumiu a Secretaria de Justiça, nomeou Bernardo Cabral por telefone, e este aceitou na hora. De lá para cá, nunca mais esqueceu o grau de confiança que Arthur nele depositou, apesar da pouca idade.

Em 1978, quando o seu filho, o hoje senador Arthur Virgílio Neto, disputou, pela primeira vez, o mandato de deputado federal pelo MDB, ambos foram à praça pública participar de sua campanha eleitoral, apesar de estarem cassados e correrem o risco da perseguição do governo militar. Cabral lembra a atitude do velho Arthur diante de seu gesto:

Dessa minha atitude, escreveu-me uma longa carta (de cujo texto Arthur Neto tem conhecimento), que é um verdadeiro hino de louvor ao seu velho Amigo e Companheiro e na qual confirma uma das suas veementes características: a gratidão.

Ao saber que a vida do senador Arthur Virgílio Filho estava sendo resgatada através do projeto Perfil Parlamentar, da Câmara dos Deputados, Bernardo Cabral fez questão de enviar um depoimento comovente em que diz, entre outras coisas, que Arthur Virgílio Filho ganhou de Deus o privilégio de ser político, por vocação. Jamais nele se vislumbrou o exercício do contorcionismo político ou a neutralidade oportunista, que costumeiramente vêm revestidas de astúcia.

No seu desempenho como homem público, lembra, as decisões que tomava eram ditadas por imperativo de consciência que nele se sobrepunha a eventuais compromissos políticos.

Fui seu amigo a vida inteira e com ele convivi de perto. Deputado estadual, secretário de estado, deputado federal, senador, líder de partido, Arthur Virgílio tinha os seus alicerces plantados no chão

firme da dignidade, que será sempre superior às areias movediças do fisiologismo político.

Um outro fato digno de ser registrado por Bernardo é que Arthur Virgílio Filho conseguiu “adquirir matrícula e graduar-se na Universidade da Honradez Pessoal, o que o tornou intransigente com os princípios, mas tolerante com as pessoas, o que fez com que merecesse a admiração dos seus contemporâneos e o respeito dos seus pósteros”.

Por não ser homem de bens materiais, o que ele deixou para a família como legado foi um amplo formal de partilha de lealdade, bravura, competência e dignidade. E se para alguns não vier ele a servir de modelo, haverá, por certo, de servir de exemplo.

Apesar dos dez anos que a ditadura militar lhe tirou, Bernardo Cabral conseguiu se soerguer e retomar de forma impressionante a carreira política. Foi eleito deputado federal em 1984, relator da Assembleia Nacional Constituinte em 1988, ministro da Justiça no governo Collor, em 1989, e senador em 1994. Perdeu a eleição em 2002 e passou a residir no Rio de Janeiro, onde mantém sua banca de advocacia.

Capítulo 12

Em 1947, Arlindo Porto era o jornalista credenciado do *Jornal do Commercio* para cobrir a Assembleia Legislativa, quando ela ainda funcionava no imponente prédio do Instituto de Educação do Amazonas, na avenida Eduardo Ribeiro. Foi lá que ele conheceu e aprendeu a admirar o deputado Arthur Virgílio Filho, então no PSD. A cada matéria que escrevia sobre Arthur, mais admirava seu discurso firme, a voz grave e impostada, o caráter e o sentimento de ética que faziam parte da personalidade do político. No fundo, foi essa admiração por Arthur Virgílio Filho que acabou levando Arlindo para a política, elegendo-se deputado estadual pelo PTB, em 1955.

No seu segundo mandato, Arthur se transferiu para o PTB, assumindo a presidência do partido, quando passou a conviver mais proximamente de Arlindo, que era o vice. Em 1963, eleito senador, Arthur tornou-se líder do governo, e Arlindo Porto foi guindado à presidência do partido no Amazonas e à vice-presidência da Assembleia Legislativa. E essa seria a pá de cal que provocou sua cassação, em fevereiro de 1967.

Foi o dia mais difícil na vida do jornalista, mas também aquele em que ele demonstrou que não tinha medo de nada quando se tratava de defender seus princípios. Arlindo foi o único político no país a ser cassado por seus próprios colegas, porque sua cassação foi submetida à votação. Apenas três deputados votaram contra a guilhotina da ditadura: Francisco Guedes de Queiroz, Rui Araújo e Abdala Sahdo.

– Eu sabia que o processo de cassação estava sendo desenvolvido de maneira secreta. Mas nunca eu fora ouvido nem sequer informado das motivações, das acusações do que pesava sobre mim. Eu não sabia de nada. Nesse dia eu tive a certeza de que iriam tentar realizar a sessão secreta de apreciação da matéria porque já haviam me dito isso na véspera. Não foi numa sessão normal, a minha cassação. Aconteceu depois de uma sessão ordinária, durante a convocação de uma sessão secreta, exclusivamente para cassar o meu mandato. Eu fui o único deputado no Brasil que teve seu mandato cassado pela própria Assembleia Legislativa. É impressionante essa mancha que o Parlamento do Amazonas carrega na sua história. Nenhuma outra carrega isso – lamenta o jornalista, que hoje é aposentado e dedica-se à literatura.

Arlindo Porto foi preso em sua casa, à rua Alexandre Amorim, na mesma noite da cassação, e levado para o Quartel do Cigs, no São Jorge, onde ficou recluso durante 128 dias. No dia 7 de fevereiro de 1967, ele escreveu à mão, numa cadernetinha de capa preta que guardava até hoje, o artigo que nunca seria publicado, a não ser aqui, neste Perfil.

Homens esbrachados pela pusilanimidade e pela covardia tiraram-me o mandato que 1.382 cidadãos, sem qualquer coação a não ser a da amizade e do reconhecimento por serviços prestados, me outorgaram pelo número de votos que eu tive. (Eu fui o terceiro mais votado nessa eleição, comenta, pedindo para desligar o gravador.) Na tarde desse dia, em reunião secreta, a Assembleia Legislativa cassou meu mandato de deputado, entregando minha cabeça numa bandeja de bronze, às exigências daqueles que não dormiriam em paz enquanto não corresse o sangue de alguém do Legislativo.

Qual meu crime? Que fiz eu? De que me acusam? De alguma traição ao meu povo, ao meu país, ao meu mandato? Não disse-ram! Essa preocupação não chegou a lhes tirar o sono, e aqueles que votaram pela cassação do meu mandato, por certo aliviados pelo cumprimento cívico que deles estava a ser exigido pelos mediócrs, pelos invejosos, pelos despeitados, hão de ter retornado ontem para suas casas, para os braços de suas esposas, para os carinhos infantis dos seus filhinhos, sem se lembrar, sequer por um instante, de que de seus gestos brotaram lágrimas de minha mulher e de meus filhos na hora em que eu era preso por um crime que ainda continuo a ignorar qual seja. Lágrimas que não esquecerei jamais ainda que viva mil anos, mas diante de Deus e pela minha fé eu os perdoo, sei que não é possível encontrar em todos os homens aquela fortaleza e caráter que sentimos em nós, principalmente na hora da adversidade.

As criaturas, apesar de feitas pelo mesmo barro e inspiradas pelo mesmo alento vital, diferem profundamente entre si, cada uma reagindo de forma diferente e distinta ante os fatos. Diante do que alguns riem, outros choram. Por isso, a minha reação diante de todos os meus ex-colegas é esta, de perdão puro e simples, não lhes guardo rancor visto que eu lhes conheço um a um e sei, pobre deles, que agiam fiéis a si próprios, ao medo terrível de que quase todos eles

têm de se adiantarem um milímetro sequer além da imensa mediocridade que são suas vidas públicas.

Manaus, 7 de fevereiro de 1967

A primeira manifestação de solidariedade que Arlindo Porto recebeu, ainda na prisão, foi a do senador Arthur Virgílio Filho, que, como o próprio Arlindo, seria cassado mais à frente.

– Um dos professores que eu tive na minha juventude, que muito contribuiu na minha formação política em termos de ética, de austeridade, de respeito e de combatividade pelas causas em que eu me envolvia foi sem dúvida nenhuma Arthur Virgílio Filho – diz Arlindo, que fez questão de dar um depoimento pessoal para o Perfil Parlamentar do senador:

Eu tive um conhecimento pessoal muito grande e respeitoso com o senador Arthur Virgílio Filho. Eu já o conheci como deputado estadual e tive a oportunidade de conhecer ainda mais quando, na condição de repórter credenciado do *Jornal do Commercio* na Assembleia, passei a cobrir as sessões do parlamento. Foi ali que eu travei conhecimento pela primeira vez na minha existência de jovem, com a impetuosidade e o destemor de Arthur. Eu o conheci ainda jovem, como deputado estadual quando ele já revelava suas condições, suas qualificações de um grande tribuno. Era um homem que abordava assuntos da maior exuberância com uma capacidade extraordinária de conhecimento e firmeza. Era tido e respeitado como um dos maiores oradores da Assembleia.

De detalhes, eu não consigo me lembrar. Mas sei muito bem que a minha admiração pelo Arthur era grande, até por que eu já o acompanhava. Sabia que o pai dele era um magistrado respeitado, já bastante idoso, que morava ali na praça da Igreja dos Remédios, perto da Faculdade de Direito onde eu estudei. Alí morava o velho Arthur, desembargador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro.

No decorrer da minha vida profissional fui desenvolvendo um acompanhamento da atuação política, das mais respeitáveis, do Arthur.

Na fase do golpe, em 1964, eu ainda era vice-presidente da Assembleia e tive meu mandato cassado, primeiro que ele. Na mesma noite da cassação, fui preso ali na minha casa, na rua Comendador Alexandre Amorim, de onde fui levado para o Quartel do Cigs, no São Jorge, onde fiquei preso durante 128 dias. Diga-se a bem da verdade que nenhum de nós sofreu qualquer espécie de violência física. A tortura era moral, psicológica e mental. Se alguém disse que alguém foi batido, torturado estará mentindo. Nunca foi explicado o porquê da minha cassação.

Mas, voltando ao Arthur Virgílio, ele teve uma participação intensa na vida política e administrativa do estado. Sobretudo na fase final da administração do governador Álvaro Maia. Ele era assim, acreditava nas pessoas de quem conhecia o caráter e a honestidade. Por isso confiava. Eu, inclusive, me tornei delegado de Segurança Política e Social, um dos cargos importantes na minha juventude, por uma imposição fraterna do Arthur Virgílio, que era secretário de Interior e Justiça. O cargo vagou e ele, sem sequer me consultar, lembrou meu nome. Quando eu dei por mim já estava nomeado. Eu, como delegado de Segurança Política e Social; Bento Vital de Oliveira, como delegado de Segurança Pessoal; e o Guimarães Jacinto, como delegado de Roubos e Furtos. Todos os três sob o comando do chefe de polícia da época, o Dr. Washington Melo.

Isso foi no primeiro governo do Plínio Coelho, a partir de 1954. Foi uma imposição fraterna do respeito que ele tinha por mim, da amizade que ele tinha por mim e do bem-querer que eu tinha por ele. Ele me colocou lá e, graças a Deus, eu tenho certeza absoluta de que eu desempenhei essa parte da minha vida com muita lisura. Devia ter uns 26 anos de idade. Quando eu fui cassado, tinha 34 anos.

Capítulo 13

Ainda nos anos 70, no auge da ditadura militar, a oposição desencadeou de maneira vigorosa a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, por iniciativa de Teresinha Zerbini, que colocou a questão como necessidade imperiosa para recuperar a democracia e o Estado de Direito.

No Brasil de 1977, quem era homem de bem vestia a camisa, participava de passeatas e atos públicos para fazer pressão pelo movimento da Anistia. Mas só servia se fosse ampla, geral e irrestrita.

“Os grupos e instituições devem se unir para defender a anistia. Não se pode falar em direitos humanos sem antes garantir a anistia. A perseguição e a prisão de advogados, de presos políticos no Brasil como um atentado contra a independência e integridade do sistema jurídico mundial” – explicava Arthur, ele mesmo vítima do regime tirano.

Com tanta pressão, os movimentos pela anistia começaram a crescer. Em pouco tempo não era mais movimento, e sim Comitês Brasileiros pela Anistia – os CBAs –, que passaram a ser instalados em vários estados e até mesmo fora do país.

O regime dava sinais de cansaço na segunda metade da década de 70. Às mortes do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do metalúrgico Manuel Fiel Filho (1976), seguiram-se as medidas que o general Ernesto Geisel definia como de abertura lenta, gradual e segura.

No final da década, a música que mais se ouvia nos rádios, bares e movimentos populares, principalmente no meio estudantil, era *O bêbado e a equilibrista*, entoada pela voz maviosa de Elis Regina, que colocou alma na gravação da música de João Bosco e Aldir Blanc. A letra virou hino da anistia, onde choravam “Marias e Clarices no solo do Brasil” e, entre outras coisas, nos induzia a sonhar com a volta do “irmão do Henfil”, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que estava exilado há mais de dez anos e virou personagem e bandeira de luta do mano cartunista.

Quando uma bandeira cai nas mãos do povo, não há força que consiga conter. Nem a opressão. Com tanta pressão, o general João Baptista Figueiredo não tinha mais nada a fazer a não ser promulgar a Lei de Anistia, o que foi feito no dia 28 de agosto de 1979.

Da janela de seu apartamento da avenida Sete de Setembro, o senador Arthur Virgílio via, aos poucos, o povo, através de movimentos populares e da imprensa, ir resgatando cada pedaço de Brasil perdido na longa noite de escuridão em que o país mergulhou em 1964.

Nas conversas que mantinha conosco, o senador apontava o contrassenso da Lei de Anistia, que perdoava os torturados ao mesmo tempo em que anistiava os torturadores. Quer dizer, o perdão era para os que haviam sido punidos por crimes políticos, e se estendia aos representantes do Estado que haviam cometido qualquer espécie de violência política. Mesmo assim, Arthur considerava que a Lei da Anistia foi um marco para o processo de redemocratização do país, que se completaria institucionalmente dez anos depois, em 1989, com a primeira eleição direta para presidente da República.

No longo período em que se manteve recluso em seu apartamento, de onde saía vez por outra para caminhar pela avenida Eduardo Ribeiro, comprar os jornais, rever amigos e alguns parentes que ainda moravam em Manaus, Arthur viu a História passar quadro a quadro, escrita ora por heróis que resistiram – e por sua coragem sucumbiram – à opressão; ora por mediócras que se fizeram donos do poder pela força.

Nesse período, o senador viu e viveu, através da vida parlamentar do filho Arthur Neto, o movimento das Diretas Já, que resultou no fim do regime militar (1964-1985) e na eleição indireta de Tancredo Neves, o primeiro civil a ser indicado chefe de Estado em 21 anos. Viu também a promulgação da Constituição, em outubro de 1988.

Capítulo 14

Amigo pessoal de Arthur Virgílio Filho, com quem conviveu e presenciou sua coragem na resistência à ditadura, Tancredo Neves já havia manifestado o desejo de resgatar o ex-senador assim que chegasse à Presidência da República. Naquele ano de 1984, o futuro presidente do Brasil esteve por duas vezes em Manaus. A primeira na caravana das Diretas Já, em fevereiro, e a segunda, em outubro, quando já era o candidato ao Colégio Eleitoral pela Aliança Democrática, nascida de um acordo entre PMDB-Frente Liberal, que tinha José Sarney como vice.

O movimento Diretas Já nasceu em 1983, quando membros da oposição na Câmara dos Deputados lançaram o movimento para eleger pelo voto direto o sucessor do presidente João Batista Figueiredo. O movimento evoluiu para um projeto de lei elaborado pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), a chamada emenda Dante de Oliveira. O movimento cresceu sob a batuta do senador Teotônio Vilela, o menestrel de Alagoas, que logo é seguido por Ulysses Guimarães. Os dois eram apoiados pela esquerda do PMDB. O movimento foi deflagrado dia 15 de junho de 1983, em Goiânia, reunindo pouco mais de 5 mil pessoas no centro da cidade. Em 1984, os comícios pelas Diretas espocam em todo o Brasil, assustando o governo militar. Reúnem 50 mil pessoas em Curitiba, 400 mil em São Paulo. No Rio, um comício sem Brizola (que defendia um mandato-tampão para a sucessão de Figueiredo) atrai 200 mil pessoas. Mas logo depois, na Candelária, reuniria um milhão de pessoas. Mas a explosão maior seria no comício de Anhangabaú, São Paulo, quando 1,5 milhão de pessoas entoava em coro pelas Diretas.

Nesse movimento, o deputado amazonense Arthur Virgílio Neto revelou-se um dos maiores articuladores na guerra para aprovar a Emenda Dante de Oliveira, no Congresso. Acompanhou a caravana por todo o Brasil, organizou comitês que distribuíam gravatas amarelas (a cor oficial das Diretas, que chegou a ser estampada em tarjas, na capa do jornal *Folha de S.Paulo*) e lançou o “Livro da Cidadania”, que colheu assinaturas de apoio à emenda. Contemplando, mesmo que de longe, o filho no calor da luta, o velho Arthur estava feliz.

No entanto, apesar de unir o país num só grito, as Diretas seriam derrotadas em 25 de abril de 1984, no Congresso. A solução viria pela

via indireta, no Colégio Eleitoral, uma via que Tancredo nunca havia descartado com seu tom conciliador. “A ilegitimidade do Colégio precisa ser eliminada ou reduzida”, dizia. Aos poucos, o nome de Tancredo foi tomando corpo para ser o comandante que reconduziria o Brasil à redemocratização. Para isso foi decisivo o movimento dos dez governadores liderados por Franco Montoro, que apontaram o perfil de Tancredo como o ideal para a sucessão.

Nas duas vezes em que esteve em Manaus – a segunda já como candidato da Aliança Democrática –, Tancredo conversou com Arthur Virgílio Filho, quando manifestou sua disposição pela conciliação. Bombardeado pelas pressões e preocupado em acalmar o regime militar, que já estava em franca derrocada, o velho político mineiro chegou a condenar o revanchismo e exaltar “um suposto espírito democrático das Forças Armadas”. Embora aceitasse a ideia do Colégio Eleitoral depois que a Emenda Dante de Oliveira foi derrotada, Arthur Virgílio não via esse tom democrático dos militares e nem tampouco considerava “revanchismo” trazer vivas as feridas que a ditadura militar lhe deixou na alma. Mas entendia que, para emergir na democracia em sua plenitude, o país mais uma vez necessitaria ir ao Colégio Eleitoral, para eleger um presidente civil que garantisse o Estado de Direito e nunca mais fosse obrigado a se valer desse recurso para eleger um presidente.

“Por ser um conciliador, Tancredo Neves é o nome indicado para conduzir esse processo, ser eleito presidente, mesmo através de um colégio espúrio, e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte”, avaliava Arthur Virgílio Filho ao saber do acordo PMDB-Frente Liberal, que lançou a dobradinha Tancredo-Sarney, enquanto os generais Geisel e Figueiredo chegavam a propor Olavo Setúbal para presidente. Mas a Frente Liberal sustenta Sarney de vice e a debandada começa, enfraquecendo ainda mais o poder.

Enquanto a Aliança Democrática vai às ruas, reunindo em Goiânia uma multidão ainda maior que o comício pelas Diretas, a resistência do regime militar para não perder o poder vai ficando cada dia mais enfraquecida. Uma das primeiras dissidentes a abandonar o barco foi a senadora amazonense Eunice Michilles (PDS), que chegou a ser indicada como candidata a vice-presidente do superministro Mário Andreazza, o candidato preferido do presidente João Figueiredo, mas que seria derrotado por Paulo Maluf na convenção do PDS. Eunice representava uma

grande baixa. Suplente do senador João Bosco (PDS-AM), que morreria no início de seu mandato, ela foi a primeira mulher a chegar ao Senado, tornando-se líder das mulheres malufistas. Charmosa, ela estava na crista da mídia quando surgiu como pretendente a vice-presidente.

Derrotando Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, no dia 15 de janeiro de 85, Tancredo Neves não chegaria a assumir o poder. Morreria no dia 21 de abril de 1985, depois de 38 dias de agonia, que teve início com sua internação no Hospital de Base, às vésperas de tomar posse. Por força do destino, o presidente do país seria o senador José Sarney, um político ligado aos militares, presidente do PDS, o partido do governo e que se transformaria em um dissidente da noite para o dia depois que o candidato do governo à sucessão, Paulo Maluf, confirmou o deputado Flávio Márcilio (PDS-CE) para ser seu vice.

No dia 16 de maio de 1985, depois de participar de exaustivas negociações e resistir a pressões de todos os lados, o presidente José Sarney assinou as nomeações dos cargos de segundo escalão do Ministério da Previdência Social, todos indicados pelo PMDB. O médico Esio Cordeiro, especialista em medicina social, foi nomeado para a presidência do Inamps. O ex-senador pelo Amazonas Arthur Virgílio Filho foi confirmado na presidência do INPS. O ex-deputado pelo Espírito Santo Nelson Aguiar, para a Funabem. No mesmo dia os jornais publicavam que a presidência da LBA continuaria vaga, porque dona Risoleta Neves recusara o cargo.

O ministro Waldir Pires, da Previdência Social, marcou a posse do senador Arthur Virgílio para a semana seguinte, anunciando que até o final do mês estariam nomeados os cargos de segundo escalão do seu ministério, cujas escolhas, segundo ele informou, seriam uma composição entre ele, o presidente dos institutos e as forças políticas. Competência administrativa e probidade são dois pré-requisitos fundamentais que o ministro assinalou não abriria mão nesses casos:

– Se ficar comprovado o contrário, não hesitarei em substituir quem quer que seja! – advertiu.

Em Manaus, no dia 18 de maio de 1985, o ex-senador Arthur Virgílio Filho, já com data marcada para assumir o cargo, disse durante entrevista concedida em seu apartamento, no edifício Mônaco, que o Sistema Nacional da Previdência e Assistência Social (Sinpas) deveria ter uma função social marcante no complexo da atuação administrativa do governo.

“Mas, lamentavelmente, ao longo dos anos as distorções que alcançaram de forma dura o órgão, se não anularam a sua atuação, pelo menos diminuíram em muito o que o sistema poderia realizar, sobretudo em benefício das classes mais carentes da população brasileira”, afirmou.

O futuro presidente do INPS garantiu que, assumindo o Ministério da Previdência Social, o ministro Waldir Pires encontrou forte desafio, mas, mesmo assim, as medidas por ele adotadas “já começam a dar resultados positivos inclusive sendo anunciadas em entrevistas concedidas recentemente à televisão brasileira”.

Durante a entrevista, Arthur Virgílio Filho alertou que esses resultados se identificavam na queda quase vertical das fraudes que corroíam a estrutura financeira dos órgãos do Sinpas.

Sobre a discutida situação dos aposentados, o novo presidente do INPS disse que sempre entendeu que duas providências seriam fundamentais para a projeção sociopolítica e econômica de um país:

A primeira é a assistência à infância, que representa o futuro do país, e a segunda é a assistência à velhice, para a tranquilidade social, pois nós nascemos, crescemos e, se não morrermos, envelhecemos. É justo que o homem ou a mulher, depois de duros anos de trabalho em proveito do país e do seu crescimento, encontre, nos dias que estão acabando em sua vida, do ócio a verdadeira dignidade.

Arthur Virgílio pegou o INPS afundando num mar de denúncias de fraudes, corrupção e desmandos. Em suas primeiras declarações sobre o desafio que estava recebendo, deixou claro que “todo homem público responsável deve repelir tiradas demagógicas”:

À Previdência Social cumpre primeiro erradicar o déficit que sufoca, que diminui a sua possibilidade de ação benéfica, no que tolhe as suas condições de promover assistência mais ampla. Por isso, a presidência do INPS apenas apela para o crédito de confiança dentro de uma fiscalização rigorosa de sua atuação.

De saída, o novo presidente do INPS advertiu que possuía dados, no caso específico do Amazonas, que denunciavam graves distorções na concessão de benefícios rurais. Mas afirmou que para consegui-los “usara de

mão de ferro”, dentro do lema preconizado pelo saudoso Tancredo Neves de que “a corrupção é um problema de Código Penal”. Colocado o Sinpas no eixo de suas verdadeiras finalidades, garantiu, ele virá ocupar certamente a sua grande função na assistência social do povo.

Nos primeiros dias de sua administração, Arthur Virgílio Filho foi surpreendido com a notícia de que 250 mil funcionários da Previdência entrariam em greve. Defensor intransigente dos direitos dos trabalhadores, ele voltou a surpreender aqueles que esperavam uma reação autoritária, dizendo que sempre defendeu a greve como instrumento de luta dos servidores e que poucos se posicionaram no Congresso Nacional em defesa desse direito quanto ele, e enfatizou:

A greve é o grande instrumento de luta do trabalhador para a conquista de suas reivindicações. O piquete é válido porque procura convencer. E é pelo convencimento que a reivindicação pleiteada pela greve pode sair vitoriosa. E, se vitoriosa, a greve beneficiará indistintamente a todos aqueles que lutaram, que sofreram privações e às vezes até demissões, e aqueles que não lutaram.

Arthur Virgílio Filho argumentou que o direito de greve deveria ser estendido a todas as categorias de trabalhadores, como acontece em muitos países que vivem sob regimes democráticos estáveis. Mas, apesar do discurso liberal, de compreensão à luta dos trabalhadores, alertou para os excessos e advertiu que seria intransigente no respeito à Lei, porque, segundo ele, “se formos tolerar afrontas ao ordenamento jurídico do país, estaremos caminhando para o caos”:

Compreendo as duras condições em que vivem todos aqueles que dependem do ganho pelo seu trabalho. No entanto, a Nova República está apenas começando e é justo admitir que nesse começo já se registraram conquistas expressivas dos trabalhadores em geral, principalmente no setor específico da Previdência Social, que está apenas no início, haja vista que o ministro Walter Pires assumiu a direção da política previdenciária nacional há dois meses.

O ex-senador e líder do governo Goulart deixou claro, em quase duas horas de entrevista, que o povo brasileiro não deve esperar “milagres de

nós”, até porque “ninguém quer ser santificado”. Mas garantiu que o país pode esperar dedicação ao bem público, probidade na aplicação dos dinheiros recolhidos aos cofres públicos, combate vigoroso, intransigente e implacável à corrupção:

Isso eu asseguro. Por mim e por aqueles a quem foram confiados estes postos importantes no complexo da Previdência Social e no governo da Nova República em geral. Nós trabalharemos para dar o melhor.

Capítulo 15

Como geralmente acontece com os homens de bem, a História mudou seu curso para resgatar o senador Arthur Virgílio Filho, cuja carreira foi interrompida pela mão de ferro da ditadura militar, no ardor de sua juventude. Maduro, mais sábio, sofrido, ele retornava agora à mídia abraçado pela Nova República, que chegava com o compromisso de recolocar o país nos trilhos da redemocratização. Trazer o ex-líder do PTB no Senado para o primeiro governo civil pós-64 era a vontade de Tancredo, e Sarney assim o fez. Ao assumir a Presidência, leu o discurso de Tancredo, nomeou os ministros de Tancredo e teve a humildade de confessar em determinado momento que havia se preparado para ser “um vice fraco de um presidente forte”.

Arthur Virgílio tomou posse na presidência do INPS no dia 21 de maio de 1985, em solenidade que contou com a presença de ministros de Estado, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, senadores, deputados federais, governadores, vereadores e secretários de estado do governo do Amazonas, classe médica, empresários e amigos que lotaram o auditório do Ministério da Previdência Social.

Durante a solenidade, o ministro Waldir Pires manifestou sua confiança no futuro do Brasil pela marca da liberdade que raiou com a Nova República, trazendo a certeza de que melhores dias viriam, assim como a “restauração das condições de vida e total resgate do débito social, como forma de honrar os compromissos assumidos por Tancredo Neves”.

O ministro fez questão de destacar a probidade e a competência de Arthur Virgílio Filho, garantindo que, por se tratar de homem de bem capaz, marcaria sua passagem na presidência do INPS com dinamismo e “larga visão administrativa, para restaurar a credibilidade pública desta autarquia”. Na ocasião, Valdir Pires também anunciou:

Este ministério fará uma avaliação mensal em sua linha da atuação em benefícios dos segurados, precedida de uma reunião quinzenal para diálogo sério e aberto acerca dos entraves e sugestões que devem ser oferecidos ao aperfeiçoamento dos seus mecanismos voltados para o bem estar social.

Em seu discurso de posse, Arthur Virgílio revelou que estaria disposto primeiro a ouvir os segurados e os demais segmentos da sociedade sobre a atuação do instituto, para depois estabelecer as linhas básicas do seu programa de trabalho, que deveria, prioritariamente, ampliar o atendimento às comunidades mais carentes, “com instrumentos mais humanos e perfeitamente adequados à política de justiça social da Previdência da República”. Seu gesto foi aplaudido pelo ministro Waldir Pires.

A bancada federal de deputados e senadores compareceu unida, para aplaudir o ministro da Previdência Social, Waldir Pires, e o novo presidente do INPS, Arthur Virgílio Filho, em nome do PMDB, PFL e PDS. Era a prova incontestável de que a competência e o prestígio do novo titular do INPS uniu adversários políticos em defesa dos altos interesses do Amazonas e do Brasil.

A voz grave e segura de Arthur Virgílio Filho, que a ditadura tentou calar, ecoava novamente nas paredes do gabinete do ministro. Por alguns momentos, lembrava aquela histórica sessão do Senado, dia 28 de novembro de 1965, quando ele decidiu não se curvar diante da força e alertou a nação sobre a “gravidade da hora”. Lá estava ele, de pé, cabeça erguida, olhar firme, rosto duro, de índio que prefere tombar no combate a se render ao opressor. O mesmo Arthur cujas palavras fizeram tremer a ditadura, a ponto de os militares mandarem sufocá-las antes que ele, sozinho, fizesse uma revolução armado apenas de um microfone.

Estou consciente dos grandes desafios que me esperam e do enorme compromisso que a Previdência tem com o presente e com o futuro, por representar o principal instrumento para construirmos uma democracia de massa neste país, com relativo bem-estar do povo brasileiro. Conheço os graves problemas da instituição, e por isso mesmo pretendo realizar um trabalho de ação conjugada com todos os segmentos, principalmente dos segurados, que devem receber uma atenção especial, (...) até mesmo porque, dentro de diretrizes básicas traçadas pelo ministro Waldir Pires, faremos da nossa probidade e desprendimento nossa principal arma contra fraudes e como instrumento de humanização da Previdência procurando sempre somar ideias, com lideranças civis e militares, estudantes e professores, trabalhadores e empresários, homens do campo e fazendeiros, técnicos e políticos, num pacto social reciclado que possa servir de base para

o nosso principal plano de trabalho, num convívio de liberdade com segurança do desenvolvimento econômico com justiça social, inteiramente voltado para a afirmação do país como potência emergente que busca soluções genuinamente brasileiras.

Capítulo 16

O destino resolveu pregar uma peça. Ironicamente, o senador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho morreria no dia 31 de março de 1987, a mesma data em o general Olímpio Mourão Filho, em 1964, antecipou a data marcada para a sublevação contra o governo de João Goulart, ordenando o deslocamento das tropas da 4ª Região Militar, de Juiz de Fora (MG) para o Rio de Janeiro, desfechando o golpe que iria cassar em 1969 o senador amazonense, alcançado pelos tentáculos do AI-5.

“Meu pai morreu duas vezes no dia 31 de março. A primeira em 1964, no golpe militar, e a segunda ontem, de morte real” – desabafou o então ex-deputado federal Arthur Virgílio Neto, ao comentar, na Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro, a morte do seu pai, Arthur Virgílio Filho. O “velho Arthur”, que estava em pleno exercício do cargo de presidente do INPS, morreu no Hospital da Lagoa, vítima de problemas respiratórios, aos 66 anos.

O ex-senador presidiu o INPS durante quase dois anos, onde “notabilizou-se pela honradez e combate sistemático à fraude e qualquer outro tipo de corrupção”, como o definiu o ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Naquele 31 de março de 1987, as gerações que não tiveram a oportunidade de conhecer a história do líder do PTB de João Goulart, em 1964, após o golpe militar, ficaram sabendo que ele foi um dos poucos que não se curvaram diante da ditadura, resistindo desde o início do golpe até o dia de sua cassação. O senador amazonense foi, por exemplo, um dos dois únicos senadores – o outro foi Josaphat Marinho, da Bahia – a não votar no general Castello Branco para a Presidência da República.

No segundo semestre de 1986, Arthur Virgílio, já adoentado, participou ativamente da campanha do filho Arthur Neto ao governo do estado do Amazonas, pela frente das oposições Muda Amazonas, que disputou e perdeu para Amazonino Mendes (PMDB). Apesar de preocupado com os problemas do INPS, especialmente o combate às fraudes, Arthur Virgílio nunca se esqueceu da política de seu estado.

O corpo do advogado e político amazonense foi velado no Salão Rio Branco da Assembleia Legislativa do estado, onde o ex-deputado foi presidente e líder do governo em 1950. O corpo chegou do Rio de

Janeiro às primeiras horas do dia 2 de abril e o sepultamento aconteceu às 16 horas no Cemitério São João Batista.

Os políticos amazonenses e ex-políticos, amigos, parentes e autoridades civis e militares foram ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e acompanharam o cortejo que levou o corpo, de madrugada, até o Salão do Palácio Rio Branco, prédio da Assembleia Legislativa, onde foi velado. Logo que raiou o dia, o entra e sai de políticos, amigos, familiares e pessoas do povo teve início na Assembleia.

Diversos deputados estaduais e federais foram ao aeroporto levar votos de pesar à família enlutada, entre eles o deputado Mário Frota, mais tarde vice-prefeito de Manaus. Os líderes de bancadas, Eduardo Braga (PMDB), hoje governador do Amazonas, Sebastião Reis (PDT), Raimundo Reis (PSB), e o presidente da Assembleia Legislativa do estado, deputado Átila Lins (PFL), e outras autoridades integravam o grupo de políticos que acompanharam o corpo do ex-deputado e senador até a Assembleia Legislativa.

Na Assembleia, o clima também era de tristeza. Os deputados Jamil Seffair (PDT), Sebastião Reis, líder do PDT, Raimundo Reis (PSB), Josué Filho (PFL) e Eduardo Braga, líder do PMDB e do governo, fizeram uma retrospectiva da atuação valorosa do ex-deputado e senador amazonense Arthur Virgílio Filho pelo PSD e PTB. Na Câmara, os vereadores Paulo França, líder do PSB, Gabriel Andrade (PMDB), Luizinho Souza, líder do PMDB, Otalina Aleixo (PSB), Ivanildo Cavalcanti (PSB), Raimunda Sena, líder do PFL, e Lourdes Lopes (PDT) recordaram o talento do grande político que o Amazonas perdeu.

Naquela mesma sessão, o deputado Jamil Seffair apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do político amazonense. Seffair enalteceu da tribuna da Assembleia Legislativa a atuação “do ilustre político talentoso, combativo, corajoso, que defendeu o Amazonas como deputado estadual (1946), como constituinte (1950), secretário de Estado da Fazenda, deputado federal (1958) e senador da República (1962), quando foi líder do governo João Goulart.”

Arthur Virgílio Filho foi um dos políticos mais injustiçados do país, pois teve o mandato interrompido violentamente pelo regime de força quando estava no vigor de sua maturidade. Tinha somente 47 anos. Mesmo diante do aparelho repressivo, que cometia as maiores barbáries para destruir as pessoas que resistiam ao novo regime, Arthur Virgílio foi

uma das poucas vozes que não silenciaram no Congresso Nacional. No período 1965-68, com a edição, por Castello Branco, do Ato Institucional nº 2, o senador continuou denunciando as prisões arbitrárias, intervenções nos sindicatos, os próprios atos institucionais, demissões nas empresas estatais e órgãos públicos e até expurgos nas Forças Armadas.

De 1983 a 1985 o regime militar começou a agonizar, mergulhado numa profunda crise política, econômica e social, cujos sintomas já vinham se agravando desde o governo de Ernesto Geisel. Só com o fim do regime ditatorial, através da anistia dos políticos, Arthur Virgílio Filho voltou a participar da atividade político-partidária, como um dos articuladores da eleição indireta do falecido presidente Tancredo Neves. Acabou se revelando como um dos talentos da campanha vitoriosa de Tancredo com a coligação Aliança Democrática, que trouxe o país de volta para a democracia. Com a morte de Tancredo Neves às vésperas de assumir o comando da nação, assume a Presidência seu vice, o ex-presidente José Sarney, que honra a vontade de Tancredo: resgatar o nome do senador Arthur Virgílio Filho, nomeando-o presidente do INPS, cargo que exerceu até o seu último dia de vida.

Na Câmara Municipal foi decretado luto oficial de três dias. Discursos de pesar e um minuto de silêncio marcaram a sessão que homenageou o ex-senador. Para o líder do PSB, Paulo França, a morte de Arthur Virgílio Filho foi uma das grandes perdas de homens públicos que sofre o estado do Amazonas. “Ele nos deixou um currículo dos mais brilhantes hoje seguido pelo seu filho, Arthur Neto”, disse o líder, destacando ainda o seu extraordinário desempenho em favor das causas populares.

A morte é como as flores. O vento bate e elas se vão, sem retorno. Espero e confio que hoje mesmo Arthur Virgílio Filho esteja perto do Pai, Jesus Cristo, e também almejo que assim esteja a Câmara Municipal em manifesto pela dor causada pelo falecimento deste grande líder.

Ao saber da morte de Arthur Virgílio, o líder do PMDB, vereador Luizinho Souza, propôs ao presidente da Câmara, Edwar Martins, a suspensão dos trabalhos. Segundo ele, o nome do ex-senador Arthur Virgílio Filho teve um significado muito grande para o povo do Amazonas, principalmente por ter passado com bravura e inteligência por diversos

encargos públicos, “dignificando o nome do Amazonas, chegando, inclusive, a ser líder do presidente João Goulart, no Senado”.

O vereador Ivanildo Cavalcante pediu que a Câmara respeitasse luto oficial de três dias, o que de imediato foi aceito por unanimidade dos vereadores presentes. “Arthur Virgílio Filho foi um grande exemplo de resistência democrática, tendo sofrido em vida todos os revezes ditados pelo governo ditatorial sem jamais se envergar e sem jamais se calar” – disse Cavalcanti.

A vereadora Otalina Aleixo disse que falava como previdenciária e era uma satisfação muito grande lembrar o caráter do homem Arthur Filho. Lembrou que ele teve a coragem de fazer uma devassa no INPS. Acabou com os “ladrões da Previdência, principalmente no Centro-Sul, onde o dinheiro recebido ilegalmente por hospitais daria para pagar a dívida externa brasileira”.

Lamentando o falecimento do presidente do INPS, o deputado à época Mario Frota – depois vice-prefeito de Manaus – afirmou tratar-se de uma perda irreparável para o Amazonas e para o Brasil.

O ex-senador sempre pautou a sua vida na luta contra o mal, combatendo, a ferro e fogo, os inimigos do Brasil, encastelados no poder do Estado ou nas poderosas multinacionais que tentam estrangular as nossas esperanças e a nossa fé num país onde as riquezas não sejam um privilégio de uma minoria, mas usufruto de toda a nação.

Mário Frota foi o único político que resgatou o episódio da cassação do ex-senador, lembrando que “a sua cassação deu-se por motivo honroso”:

Da tribuna, com destemor e espírito cívico, o bravo senador denunciou a invasão da Universidade de Brasília e outras atrocidades cometidas pela ditadura de 1964, que lhe arrancaram o mandato e o condenaram a ficar vinte anos de fora da política. Teimoso como o tamuatá, uma árvore da nossa floresta que morre de pé, ele continuou firme como uma rocha até o fim da longa noite que enlutou a nossa pátria.

O governador do Amazonas em exercício, Vivaldo Frota, disse que, com a morte de Arthur Virgílio, o Amazonas acabava de perder um filho muito ilustre.

Vivaldo Frota conheceu Arthur em 1950, quando atuava como presidente da ala jovem do velho PSD, “e o Dr. Arthur já despontava como político dos mais proeminentes da nossa terra”. “Lamento profundamente o seu passamento quando contava com apenas 65 anos de idade, pois ainda tinha muito a dar pelo nosso Amazonas”, completou o governador.

O ex-deputado estadual e ex-presidente da Assembleia Legislativa Homero de Miranda Leão (já falecido) foi outro que lamentou a morte de Arthur Virgílio Filho:

Todo o Amazonas deve sentir, nesse momento, um grande impacto pelo desaparecimento desse político que no momento exercia as elevadas funções de presidente do INPS. Éramos amigos particulares apesar de labutarmos em partidos diferentes, eu na UDN e ele pelo PSD. Era um conciliador, uma figura notável.

Homero e Arthur Filho foram deputados constituintes em 1947, “oportunidade em que pude aquilatar os seus brilhantes méritos como ágil e habilidoso manejador das palavras, sendo considerado, na época, um dos nossos melhores tribunos”.

O diretor-presidente da Rede Calderaro de Comunicação, jornalista Umberto Calderaro Filho, proprietário do jornal *A Crítica*, de Manaus, foi uma das testemunhas da trajetória profissional e política de Arthur Virgílio Filho. Calderaro conta que quando desempenhou a profissão de jornalista, paralelo à política, Arthur Virgílio Filho dirigiu o jornal *A Gazeta*, na década de 50, “com muita dignidade profissional e humana”. “E olha que, naquele tempo, o jornalismo era mais voltado para o panfleto. E era um Deus nos acuda, feito à base de insultos. Era um rasgar de ondas” – recorda o jornalista.

Umberto Calderaro lembra que naquela época estava em campo oposto a Arthur, “mas mantinha o respeito por este grande brasileiro e ele por mim. Nunca nos digladiamos. Depois ele foi eleito senador da República e no Senado teve um papel de desassombro em defesa das causas trabalhistas do governo João Goulart e da democracia”.

“O destino marcou o dia 31 de março para Arthur Virgílio”, prossegue Umberto Calderaro, acrescentando que naquela data, em 1964, quando o Rio de Janeiro foi tomado pelos tanques dos revolucionários ele deixou o Copacabana Palace e foi levar seu carinho e solidariedade a este “grande amazonense” que deveria estar passando por momentos de angústia e solidão:

Qual foi a minha surpresa! Encontrei Arthur sereno, com disposição de lutar, e dona “Bilica”, sua esposa, arrumando as malas para ele, poucas horas depois, viajar a Brasília, onde, no Senado Federal, combateria a revolução e defenderia o governo de João Goulart.

Para o jornalista Umberto Calderaro, Arthur Virgílio era um homem de luta, valoroso, combativo, mas na hora de pacificação era o primeiro, com nobreza e elegância, a apertar a mão do vencido. “Ele deixou história nesta terra. Os seus descendente devem se orgulhar do intrépido e valoroso Arthur Virgílio Filho” – concluiu Calderaro.

Também o ex-deputado e ex-presidente da Assembleia Legislativa Francisco Queiroz fez questão de dar seu depoimento sobre a vida de Arthur Virgílio. Queiroz confessou que ele e Arthur foram separados “pelas águas da política” mas que nunca deixou de admirá-lo:

Arthur Virgílio foi uma das expressões políticas mais vigorosas que o Amazonas já deu ao Brasil. Em toda a sua vida parlamentar o gesto mais expressivo cometido por ele no Congresso Nacional se resume na declaração de abstenção, para não votar no candidato imposto pela revolução para a Presidência do Brasil, o marechal Castello Branco.

Francisco Queiroz finalizou lembrando que costumava sempre defini-lo como um homem que trazia no sangue o concurso das três raças principais que fizeram o povo brasileiro.

Para o jornalista Nelson Braga, o senador Arthur Virgílio Filho foi um dos melhores representantes que o Amazonas já teve no Congresso Nacional, onde pontificou pela bravura cívica, pela inteligência e pela correção de atitudes: “O Amazonas perde um homem público de valor indiscutível, um grande orador, um brasileiro dos mais ilustres”.

Capítulo 17

Ao lado do filho em todas as campanhas, o senador Arthur Virgílio Filho festejou algumas vitórias na trajetória de Arthur Neto (PSB) rumo à Câmara Federal. Mas amargou, com dignidade, a derrota na campanha do Muda Amazonas para o governo do estado, em 1986, com o próprio Arthur enfrentando Amazonino Mendes (ainda PMDB), que havia sido lançado pelo maior mito da política amazonense, Gilberto Mestrinho (PMDB).

Essa campanha foi lançada com a presença da atriz Maitê Proença, que veio a Manaus exclusivamente para apoiar Arthur Neto. Naquela noite, ao posar para uma fotografia ao lado do filho e da atriz, o senador piscou para o repórter e declarou, minutos depois numa conversa informal, que tinha plena certeza que a oposição, com seu filho na liderança, estava muito próximo de uma vitória histórica no Amazonas. Arthur perdeu a eleição, mas fez uma campanha corajosa, de fôlego, que colocaria seu nome para sempre na galeria dos maiores políticos da história do Amazonas.

Em 1988, já sem o pai, que havia falecido em 1987, Arthur Neto voltou ao palanque para disputar a prefeitura de Manaus pela coligação Muda Amazonas (PSB, PSDB, PCB, PCdoB, PH, PJ) enfrentando dessa vez o próprio mito, o ex-governador Gilberto Mestrinho, da coligação Aliança Democrática (PMDB, PDC, PFL, PTB), com o apoio do governador Amazonino Mendes (agora no PDC).

Foi uma campanha dura. Aos 42 anos, Neto enfrentava o mais experiente político do estado, que, aos 60 anos, já havia sido prefeito, governador por duas vezes e deputado federal, quando foi cassado na tomada de poder pelos militares. No dia da eleição, 15 de novembro, uma pesquisa de “boca de urna” da Rede Globo apontava um empate técnico entre os dois com uma diferença de dois pontos percentuais. O resultado mereceu o descrédito do governador e foi recebido como “acertado” por Arthur.

Antes de sair de casa para votar, Gilberto Mestrinho recorreu aos versos de seu poeta preferido, o inglês Rilke: “Não é o mais ágil, nem o mais sábio. O vencedor é aquele que acredita que pode vencer”.

Declamado o trecho da poesia, fez a observação para os jornalistas: “Tenso, eu? Não. Um dia de eleição para mim é como um dia de carnaval, de muita alegria. Nunca, em nenhum momento de minha vida política, passou pela minha cabeça algum sentimento de derrota!”

Já Arthur Neto, de jeans e tênis, apostou desde o início na vitória: “Se não houver um roubo brutal vai ser uma surra de votos, que ele [Gilberto] vai retornar ainda hoje para o Rio” – disse, referindo-se à residência do ex-governador em plagas cariocas.

No dia 17 de novembro de 1988, o Amazonas viveria um dia que entraria para a sua história. A manchete do jornal *Amazonas em Tempo* era “Mestrinho admite derrota”, onde o velho comandante considerava inviável uma virada diante da tendência favorável a Arthur Neto. “Perdi a batalha, mas não perdi a guerra”, declarou Mestrinho, confirmando que já estava candidato ao governo em 1990.

Aos 42 anos, como previra seu pai, Arthur Neto chegava ao poder pela vontade do povo de Manaus. Obteve 138.255 votos contra 109.388 dados ao candidato da Aliança Democrática.

“Eu só não faço um governo imortal, Manaus, se interesses escusos me matarem antes!” – prometeu, chorando, o novo prefeito, para mais de 60 mil pessoas que foram ao seu comício de vitória, realizado na noite de 19 de novembro de 1988, na avenida Djalma Batista.

Foi talvez o mais grandioso comício da história política do Amazonas. Arthur chegou de surpresa, às 9h30, carregado pelo povo, que formou um imenso tapete humano numa das principais avenidas de Manaus. O prefeito eleito teve a sua camisa rasgada e era puxado para todos os lados por milhares de mãos. Ao ser erguido para o palanque, formado por duas carretas, Arthur Neto estava emocionado. Principalmente quando o apresentador do comício, o ex-presidente da Uesa Francisco Sávio, pediu para a banda tocar *Coração de estudante*, de Milton Nascimento e Fernando Brandt, numa homenagem ao pai do novo prefeito, o senador Arthur Virgílio Filho, que tinha falecido havia um ano. De mãos dadas e erguidas com seus companheiros, Arthur chorou.

Em determinado momento, lembrou o estilo eloquente e ousado do pai, dizendo que sempre quis fazer política, desde os tempos estudantis. Por isso aprendeu a tomar decisões dignas que sempre correm riscos:

“Mas é isso que eu quero. Eu arrisco tudo. Eu nasci para arriscar o meu pescoço em defesa das minhas ideias” – disse, lembrando o “velho

Arthur”, que, no “protesto do guarda-chuva”, narrado no início deste livro, declarou que “podiam matar seu corpo, mas nunca suas ideias”.

Neto voltou a lembrar seu pai, a quem dedicou a festa, minutos depois do discurso, quando voltou a lacrimejar.

Meu pai morreu antes da luta. Acho até que sua morte foi encurtada após a fraude das eleições de 1986, pois ele estava com câncer e suas resistências imunológicas todas caíram. Mas antes de morrer ele me deixou uma lição. Por isso não sou adesista – devido à formação que meu pai me deu.

Capítulo 18

Os olhos do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) brilham quando ele fala do pai. Herdeiro político e do discurso rápido, eloquente, incisivo e inteligente, Neto também herdou o estilo destemido de fazer política, olhando nos olhos do adversário, respeitando-o sem, contudo, temer.

Ao reconstruir as memórias de infância, Arthur Neto lembra que esse aprendizado com o pai começou ainda muito cedo e acabou conduzido-o a uma academia de jiu-jítsu. E explica por quê.

Quando o pai, Arthur Virgílio Filho, se elegeu deputado federal em 1958 e a família foi transferida para o Rio de Janeiro, Neto, ainda garoto, foi matriculado num dos melhores colégios da época, o Mello e Souza, onde passou a ser alvo de galhofas, pilhérias e brincadeiras discriminatórias por ser do Amazonas, “terra de índio”: “Sofri no início. Os colegas, certas vezes, foram cruéis. Colocavam-me na berlinda porque eu era de Manaus, como se isso fosse algo menor, inferior, desprezível”.

Foi com o conselho e a aprovação do “velho Arthur” que Neto começou a aprender jiu-jítsu, única saída para quem, na sua idade, buscava uma forma de ficar “superior” a quem o agredia com palavras e pequenas maldades diárias.

Comecei a treinar num fim de ano. Vieram as férias e, no mês de março seguinte, dei um susto na turma. Voltei às aulas bem mais seguro, bem menos fraco fisicamente, o tórax inchado de tanta maldição, o olhar de quem não precisava mais ter medo de ninguém.

O aprendizado é colocado em prática até hoje:

Quando vou para um debate, vou para vencer. Tem gente que, no fundo, vai para perder. Não menosprezo ninguém, tomo cuidado com todos os adversários, mas não temo nenhum. Defendo as minhas convicções, minhas verdades. Vou para vencer e, na outra hipótese, para vencer também.

Até hoje o senador tucano lamenta que o Brasil discrimine quem tem cara de índio. E lembra que seu pai mesmo era um exemplo de que não se deve ter medo de nada. Grande deputado estadual em sua terra, ele chegou anônimo à Câmara Federal, que funcionava no majestoso Palácio Tiradentes. O presidente da Casa, Ranieri Mazzilli, a todo momento concedia a palavra à revelia do Regimento Interno para estrelas como Carlos Lacerda, Aliomar Baleeiro, Eloy Dutra, Sérgio Magalhães e Santiago Dantas.

Meu pai tentou falar e ele, energicamente, não lhe permitiu prosseguir. Pacientemente, o velho Arthur anotou cada vez que cada astro do Parlamento usava da palavra quando bem queria. E voltou à carga. Mazzilli tentou desqualificá-lo; com toda a sua cara de índio e sua altivez de caboclo, meu pai reagiu. E a Câmara passou a conhecer um dos maiores oradores em todos os tempos. Nunca mais ninguém lhe cassaria a palavra. Mazzilli não teve alternativa senão ficar seu amigo.

Arthur Virgílio Neto entrou para a diplomacia e o futuro, então, lhe apontava viver mais no exterior do que no Brasil. Movido por uma força interior muito forte, largou a carreira e retornou ao Amazonas, para entrar na vida pública e viver a vida do seu povo. Queria continuar a luta do pai, interrompida pelo arbítrio:

Hoje vejo que o meu amor pela nossa terra esteve, talvez, um tanto represado durante a longa permanência fora daqui. Ninguém o contém. Aprendi com meu pai que o amor pelo Amazonas é gigantesco. O que mais me inebria são as águas dos nossos rios, dos nossos “oceanos”, mais do que o verde luxuriante até. Mais do que tudo. Sou preso ao povo e às águas em primeiro lugar.

Pela carreira política, desenvolvida de forma firme, ética e coerente até o seu último ato, a cassação, Arthur Virgílio ensinou ao filho mais velho, Arthur Neto, que se enganam os que pensam existir um certo contraste entre a aparente fragilidade do caboclo, do índio da Amazônia e a grandiosidade da região. Arthur entende hoje o que seu pai queria dizer. É difícil ser amazonense e não sentir orgulho dessa condição.

Por onde a gente anda é tudo pequeno, limitado. Aqui, a realidade é imensa. Parece fantasia. Eis porque somos todos sonhadores, românticos resistentes, teimosos. O que me dá força para vencer lá fora, no fundo, é ser daqui. Sempre foi assim, desde os tempos do esporte quando eu competia no jiu-jítsu, no judô e, às vezes, nas corridas pedestres. O amazonense tem uma motivação a mais, que nasce da energia natural à sua volta e, sem dúvida, do desafio de vencer preconceitos, de mostrar que ele não é inferior a quem quer que seja. Com o velho Arthur aprendi que não nasci num estado qualquer. Sou do Amazonas. Uma terra milagrosa, onde o homem convive amando e enfrentando a natureza mais desafiadora. Manaus é uma dádiva. Metrópole no coração da floresta. No interior, meninos de seis a sete anos enfrentando o banheiro e as tempestades em suas canoinhas, pequenas casas de árvore. Procuo não ser soberbo em relação a outros brasileiros, conheço o país de ponta a ponta, respeito cada segmento da nacionalidade mas não me sinto menor. Inferioridade nunca.

Numa entrevista para o jornal *Amazonas em Tempo*, publicada em junho de 2002, durante o Festival Folclórico de Parintins, perguntei o que, além da eloquência, o político Arthur Virgílio Neto herdou do pai, senador Arthur Virgílio. A resposta foi esta – novamente com olhos inundados:

Meu pai foi muito melhor parlamentar do que sou. Sobretudo em sua fase senatorial. Que vozeirão! Que coragem! Que retórica! O presidente Antônio Carlos Magalhães me encheu o coração homenageando o senador Arthur Virgílio no *CD-Rom* dos melhores discursos do Congresso. Nos comícios, ele era simplesmente imbatível. Na tribuna, um portento. Não era perfeito como conferencista. Era ótimo de rádio. Não teve ocasião de se tornar íntimo das câmaras de TV. Quando penso que meu pai foi cassado aos 47 anos de idade, depois de ter sido líder do partido e do governo, depois de ter sido líder de oposição ao regime autoritário, sinto uma dor enorme. Não é dor rancorosa. É apenas dor. É pena pelo Amazonas e pelo Brasil, que não puderam usufruir da fase mais madura desse filho tão ilustre e tão digno.

2ª PARTE

DISCURSOS*

* Os discursos aqui reproduzidos podem ser encontrados em <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes>, clicando em um dos *links* sob o título Diários e Anais, ou em http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp.

Um amontoado de insultos e inverdades

Câmara dos Deputados, sessão de quinta-feira, 9 de abril de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, não era meu propósito iniciar minhas atividades na Câmara dos Deputados suscitando questiúnculas políticas regionais e muito menos assuntos de natureza pessoal. Sou representante de um estado que vive assoberbado pelos mais sérios e controversos problemas. Estado de diminuta expressão eleitoral, cuja projeção política não lhe granjeia as atenções que seria de esperar-se para uma região onde tudo está por fazer ou precisa ser renovado, carecendo da união absoluta e completa de seus representantes, a fim de que suas reivindicações sejam atendidas.

Não desejava, em absoluto, portanto, provocar o divisionismo da bancada amazonense, muito menos, repito, de caráter pessoal, para não tomar tempo precioso que poderia ser dedicado à apreciação de questões que interessam ao povo amazonense.

Ontem, entretanto, ocupando a tribuna da Câmara o nobre deputado Pereira da Silva atirou-me uma luva, chamou-me para o debate nesse terreno, proferindo discurso que, como poderão constatar os nobres deputados, é um amontoado de insultos, de inverdades a respeito da situação do governador Gilberto Mestrinho. Aparteado por mim, nos estritos termos regimentais, com a moderação e com a cordura que sempre caracterizaram minha atuação, o representante pessedista atirou-se sobre mim, fazendo-me acusações levianas, inverídicas que destruirei perante a Câmara, pedindo aos Srs. Deputados que suspendam todo e qualquer conceito que porventura possam fazer a meu respeito, uma vez que não me conhecem, pois esmagarei, pulverizarei as increspações feitas pelo Sr. Deputado Pereira da Silva. Deixarei a defesa do governador Gilberto Mestrinho para outra ocasião, quando vier à tribuna com provas, documentos e estatísticas que possam demonstrar também a verdade das suas imputações ao chefe do Executivo amazonense.

Nos breves minutos de que disponho, vou defender-me apenas de acusações inverídicas, de acusações absolutamente falsas – inclusive invocando testemunho de deputados meus adversários no Amazonas, como o Sr. Wilson Calmon, líder do PSP na Assembleia quando eu era líder trabalhista, e do Sr. Jayme Araújo, da União Democrática Nacional,

para desmascarar a inverdade com que tentou cobrir-me o Sr. Deputado Pereira da Silva. E vou fazer um desafio a S.Exa.:

Se S.Exa. provar uma só das acusações que me fez, levemente, colocando em jogo o meu nome perante os meus pares, jamais entrarei neste plenário. Por outro lado, espero que S.Exa., se não provar aquelas imputações, tenha a hombridade necessária para tomar atitude semelhante.

O Sr. Pereira da Silva – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concederei já o aparte a V.Exa.

Foram as seguintes acusações que me fez o Sr. Pereira da Silva: primeiro que eu teria servido ao governo pessedista, eleito no Amazonas em 1950, até a última hora, obtendo do governador do estado favores para mim e para meus familiares.

No seu destempero de linguagem, o meu nobre adversário não se deteve apenas na minha pessoa. Foi além, envolvendo membros de minha família, atitude que, penso eu, é ímpar em homens que prezam suas responsabilidades e que tem um resquício de respeito humano. Aludiu também S.Exa. a que eu teria ganho um cartório do ex-governador, seu correligionário.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, S.Exa. não faria essas acusações no Amazonas porque lá elas estão de sobejo desmoralizadas. S.Exa. pretendeu apenas situar-me mal perante uma Câmara que ainda não me conhece, que não sabe que na Assembleia Legislativa do Amazonas convidei os líderes do PSD, do PSP – Sr. Deputado Wilson Calmon, aqui presente – e da UDN, a subscreverem essas mesmas acusações, veiculadas anonimamente em colunas de jornais alugadas para propaganda política, e nenhum deles endossou tais imputações. Aí está o Sr. Deputado Wilson Calmon, meu adversário político no Amazonas e que poderá confirmar ou contestar o que estou a dizer.

Concedo o aparte ao nobre deputado Pereira da Silva.

O Sr. Pereira da Silva – Pedi esse aparte a V.Exa. para dizer, simplesmente, que não desejo apartear-lo. Não é nada interessante trazer para esta Câmara fatos tão bem conhecidos no Amazonas a respeito da conduta política de V.Exa. Diz V.Exa. que não faria em nosso estado as acusações que formulei aqui. Eu não o faria, nobre deputado, porque não haveria necessidade já que toda a gente conhece o assunto. Também não desejava fazê-las aqui, e não o teria feito se V.Exa. não quisesse,

intempestivamente, com ares de grande batalhador, interromper minha oração, atacando diretamente meu partido, chamando-o de corrupto e lançando a mesma pecha àquela administração a quem serviu, realmente, até a última hora, até não precisar mais de seus favores. Sr. Deputado, não há necessidade de trazer estes fatos, porque fique certo, em assim fazendo, nem V.Exa. nem eu ficaremos em boa posição, porque nós somos da aldeia e conhecemos os fatos. Por consequência, não quero aparteá-lo. Continue a oração, porque responderei palavra por palavra, acusação por acusação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Srs. Deputados, como viram, recebi, com a compostura que a Câmara não assistiu na tarde de ontem, o aparte tortuoso do Sr. Deputado Pereira da Silva, após um repto de honra que lhe fiz. S.Exa. afirmou perante a Câmara que não tem acusação nenhuma a apresentar, não comprovará acusação nenhuma. Se S.Exa. deseja mesmo fazê-lo, repito o desafio, colocando-o nos termos que há pouco referi. Se S.Exa. levantar acusação contra mim, prová-la e comprová-la, nunca mais aparecerei neste plenário.

É, Sr. Presidente, esse amontoado de palavras que a Câmara ouviu representa apenas o desespero de um homem que sabe que eu, sim, quando voltar à tribuna trarei documentos, trarei provas de atitudes de S.Exa. incompatíveis com o exercício do seu mandato.

O Sr. Pereira da Silva – Duvido que V.Exa. consiga fazê-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Fiz meu repto. Espero que V.Exa. aceite.

O Sr. Pereira da Silva – Isso é repto de aldeia que V.Exa. está acostumado a fazer lá. Aqui não cola. O ambiente aqui é outro.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Atenção! O tempo do nobre orador já terminou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, peço a V.Exa. agir com o Sr. Deputado Pereira da Silva como agiu comigo...

O Sr. Presidente – Estou dizendo a V.Exa., nobre deputado, que o seu tempo já expirou. Ao nobre deputado Pereira da Silva, peço que não mais aparteie, para que o orador conclua seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Repto de aldeia – ouviu a Câmara –, é porque S.Exa. sabe que não terá esses elementos, não terá essas provas. Sabe que o desmascararei aqui, se tentar fazer imputações contra mim. Daí não aceitar o repto. Agora, coloco o caso em outros

termos: se o Sr. Deputado Pereira da Silva não provar o que disse, não acontecerá nada com S.Exa. Ele não precisará renunciar, não precisará tomar atitude nenhuma ditada pela moral de quem tem moral; apenas eu serei o prejudicado, se o Sr. Deputado Pereira da Silva provar uma só das suas acusações.

Concluo, Sr. Presidente, se V.Exa. permite, agradecendo sua atenção, e nestas breves palavras finais do meu discurso digo à Câmara que quando tiver mais tempo, quando dispuser de mais dilatado prazo, voltarei à tribuna com os documentos, que não pude trazer hoje, pois meu arquivo ainda se acha em Manaus; voltarei para confirmar com provas tudo quanto disser. Não virei à tribuna para agir de forma leviana como fez ontem o nobre colega da representação amazonense.

Estive no PSD até o começo do ano de 1953, num governo que terminava em 1955. Deixei uma situação privilegiada para quem tem o gosto do dinheiro público ilicitamente empregado e para quem se utiliza das rendas do povo para sua eleição, a fim de ir para as forças oposicionistas combater esse governo, enfrentar os azares e as vicissitudes de uma oposição. Não fui um oportunista: fui um homem, Sr. Presidente, que, quando rompeu com o Partido Social Democrático, teve a dignidade de depositar o seu mandato nas mãos do diretório do PSD. Ao que eu saiba é um gesto único no Brasil: este de um parlamentar mudar de partido e entregar o mandato, que não devia a esse partido, a essa mesma agremiação. Pois agi assim em relação ao partido do Sr. Pereira da Silva. Daí a força moral que sempre tive para falar, como falava no Amazonas, como falarei nesta Câmara e em qualquer parte. Esta, a primeira acusação; a segunda é a de que eu teria ganhado um cartório do então governador Álvaro Maia, presidente do PSD amazonense.

Custa-me crer que um homem de responsabilidade, representante do Amazonas, que devia conhecer a Constituição do seu estado, tenha a coragem de levantar uma imputação desta natureza, quando sabe que fez um concurso de títulos, de acordo com o que prescreve a Carta Magna amazonense, a fim de ser nomeado para o cartório que atualmente ocupo.

Outra acusação foi a de que coloquei os meus familiares. Note a Câmara a irresponsabilidade da acusação de que teria empregado todos os familiares durante o governo pessedista do Sr. Álvaro Botelho Maia.

Tenho três irmãos, todos um pouco mais velhos do que eu. Todos os três quando foram colocados no serviço público amazonense – já

provei isso na Assembleia, e invoco o testemunho do deputado Wilson Calmon – todos três repito – foram nomeados para o serviço público amazonense quando eu tinha dezessete anos apenas, estudava aqui no Rio de Janeiro –, todos eles o foram mediante concurso público.

Fui além, Sr. Presidente, nesse propósito de defender a minha conduta de homem público, escrevendo uma carta ao então governador Álvaro Maia, carta que trarei a este Plenário, na qual eu apelava para que S.Exa. me respondesse sob a honra de sua genitora – notem que não coloquei a pergunta em termos de honra do Sr. Governador, mas sob a honra de sua genitora –, se eu lhe havia pedido um só favor pessoal durante o tempo em que ele estivera no exercício do poder. Essa resposta consta dos anais da Assembleia e foi publicada por toda a imprensa amazonense. O deputado Pereira da Silva sabe disso.

O Sr. Pereira da Silva – É uma prova da nobreza de caráter do Sr. Álvaro Maia, que V.Exa. pretende arrastar pela lama.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Eu não vejo prova de nobreza de caráter de quem apenas declara a verdade.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Atenção, o orador já declarou que não concede apartes. Peço ao orador que conclua sua oração, tendo em vista a expiração de tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concluirei em um minuto, Sr. Presidente.

Essas foram as acusações, Srs. Deputados, das quais já me defendi. Peço a V.Exas. que suspendam, em face de minhas palavras não apoiadas em provas, qualquer conceito, qualquer juízo que façam a meu respeito, porque voltarei a esta tribuna, como já disse, com documentos para esmagar, pulverizar, para aniquilar as mentiras arguidas aqui pelo Sr. Deputado Pereira da Silva. Aguardarei que S.Exa. aceite meu repto e traga a Câmara a comprovação dessas imputações, defendendo inclusive a sua dignidade parlamentar.

Criminalidade no Distrito Federal

Câmara dos Deputados, sessão de terça-feira, 21 de abril de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o enérgico e indignado discurso proferido nesta Casa pelo ilustre deputado Nelson Carneiro ao fazer o necrológio de um vendedor de sorvetes

abatido a tiros quando alguns policiais, exorbitando na repressão a um bando de vadios, dispararam, sem razão plausível, as suas armas; e comentários na imprensa, no rádio e na televisão, a respeito desta e de outras ocorrências envolvendo funcionários do Departamento Federal de Segurança Pública, sugeriram-nos a ideia de apreciar, em breve traços, o problema da criminalidade no Distrito Federal e a atuação do órgão incumbido de erradicá-lo. E pretendemos fazê-lo, na modéstia dos nossos conhecimentos, a que dá reforço, entretanto, o desejo de servir ao povo que nos anima, em termos que se nos afiguram à tranquilidade e à segurança de quantos habitam esta capital.

Erros clamorosos de alguns agentes da lei, nos abusos que praticam ao exercerem função para a qual não estão à altura intelectual e moralmente, de feito, estão provocando verdadeira celeuma a predispor a opinião pública contra a ação policial, favorecendo, embora sem má-fé, a propagação da delinquência que forma volume assustador nesta cidade a reação contra o crime por parte de, e enfraquecendo, ao mesmo tempo, policiais de conduta exemplar, que felizmente superam, em número, os imprudentes, irresponsáveis e corruptos.

Ademais, Sr. Presidente, uma das mais eficientes administrações do Departamento Federal de Segurança Pública, como a que se desenvolve há quase dois anos sob a direção austera e enérgica do honrado general Amaury Krueel, expõe-se a injusto descrédito em decorrência de críticas exageradas que, colhendo fatos isolados aqui e ali, ou emprestando significação maior a excessos que se praticam nas polícias de todo o mundo, dão a entender que o órgão da rua da Relação se transformou num antro de celerados tão perigosos quanto os que assaltam e matam, diariamente, transeuntes desprevenidos.

Sr. Presidente, o comportamento criminoso do indivíduo, sujeito a fatores diversos estudados pelas várias escolas que difundiram as teorias sobre o crime como fenômeno social, decorre de processos que se diferenciam de país para país e até de grupos populacionais em um mesmo país.

O Sr. Nelson Carneiro – Permite-me um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com muito prazer.

O Sr. Nelson Carneiro – Muito me rejubilo em ver V.Exa. focalizar dessa tribuna assunto de tal relevância. Gostaria de situar meu pensamento em poucas palavras. No meu entender, os delinquentes devem

ser punidos, não assassinados. Quando a polícia usa as mesmas armas que os delinquentes, está praticando crime pelo qual deve responder. A polícia deve cumprir seu dever, mas não semear, numa cidade como esta, a impressão de que praticar crime é caminhar para a morte, e não caminhar para a prisão, de acordo com a determinação do juiz, no respectivo processo. Eis a minha diferença com o Sr. Chefe de Polícia; não compreendo que, numa cidade civilizada, haja ordem para matar alguém, como não há motivo para se criar cemitério particular para quem quer que seja.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço o aparte do eminente colega. Eu também condeno e verbero os excessos policiais, a princípio estamos de acordo também, mas concordo com o general Kruel, quando S.Exa. declara que, entre bandido morto e policial morto, prefere bandido morto.

O Sr. Emílio Carlos – É exatamente o certo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Diria mais: entre os cinco policiais que já morreram na administração do coronel Amaury Kruel e todos os bandidos do Distrito Federal, preferiria que estivessem vivos os policiais e mortos os bandidos.

O Sr. Nelson Carneiro – O coronel Amaury Kruel, que eu preferiria chamar de Amaury Cruel, é representante do Estado. Se V.Exa. examinasse a vida desses que V.Exa. chama de bandidos, veria que são bandidos porque o Estado assim o fez. Muitos deles foram meninos abandonados, que se criaram no crime porque o Estado os desamparou. E o Estado, que não os ampara, que não os auxilia na infância, nem na juventude; que os deixa morrer de fome e iniciar-se no crime; que os mantém na universidade do crime, que é o SAM – o Estado não tem direito de matá-los.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeitamente.

O Sr. Emílio Carlos – Apenas o deputado Nelson Carneiro se esquece de que essa não é a função da polícia. Lastimavelmente, a polícia também os recebe formados na escola do crime, para o qual concorre até o Congresso Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeitamente. Irei apreciar, eminente deputado Nelson Carneiro, o problema, atribuindo essa responsabilidade ao Estado que não exerce sua função social de prevenção do crime.

O Sr. Menezes Côrtes – Permita o nobre colega simplesmente dar meu depoimento no sentido de que, no incidente cuja origem nos chegou ao conhecimento por intermédio do Sr. Deputado Nelson Carneiro, o maior responsável é realmente o Sr. Chefe de Polícia. Com efeito, ao desejar S.Exa. dar ao público impressão de energia, confundiu energia com desmando, pois, dentro da nossa estrutura político-administrativo-judiciária, não cabe à polícia julgar aqueles que podemos ter a quase certeza de serem bárbaros criminosos; o julgamento cabe à Justiça e só a Justiça pode aplicar penas em nosso país, onde, seja certo ou errado, não se admite a pena de morte. Então, aí está o absurdo maior: a polícia, que nem sequer pode julgar, chega ao cúmulo de decretar a morte de A, B ou C e, no momento em que a autoridade policial extravasa da sua competência legal, não há mais limites; no momento em que o chefe de polícia aconselha aos policiais a matar, perde totalmente o poder de freio sobre os agentes da lei. E convém considerar que a tranquilidade da sociedade repousa exatamente na confiança na polícia, que deve ser enérgica e serena dentro da lei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço o aparte de V.Exa. e lamento não concordar com seus termos, porque em verdade não houve essa ordem para matar criminosos, para matar delinquentes.

O Sr. Aurélio Vianna – V.Exa. acha que a polícia não deve ser enérgica nem serena?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Acho que deve ser serena e enérgica.

O Sr. Aurélio Vianna – Foi o que disse o deputado Menezes Côrtes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não. V.Exa. disse que o chefe de polícia tinha dado ordem para matar.

O Sr. Menezes Côrtes – Se V.Exa. permite...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeitamente.

O Sr. Aurélio Vianna – É público e notório no Distrito Federal – são inúmeras as declarações publicadas nos jornais – que a ordem – não de ontem ou do ano passado – desde o início da administração do atual chefe de polícia, sempre foi matar todos aqueles que a polícia considerasse irrecuperáveis. Ora, a polícia não tem esse poder, dentro da lei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – A ordem – creio eu – não foi essa, absolutamente, essa. Ela surgiu depois que um bom policial, um bom investigador morreu estupidamente junto ao Palácio do Catete,

com sua arma de serviço, nas mãos de um desses muitos facínoras que infestam a capital da República. O investigador perseguia o celerado, que, abaixando-se atrás de uma pedra, na Praia do Flamengo, alvejou-o mortalmente, lançando na viuvez uma senhora e crianças na orfandade. Depois desse fato, que comprova a fúria assassina de certos delinquentes, que V.Exa. conhece muito bem, porque foi chefe de polícia, delinquentes que andam às soltas por esta capital, é que o Sr. Chefe de Polícia determinou a seus policiais que se defendessem, declarando preferir tê-los vivos a tê-los mortos. Diferença muito grande há entre a ordem para que o policial se defenda, ou que exerça seu direito de legítima defesa contra o bandido, e uma ordem indiscriminada no sentido de a polícia matar.

O Sr. Menezes Côrtes – Há realmente grande diferença entre a polícia reagir e a polícia deliberadamente eliminar. Dou um depoimento a V.Exa. e à Casa. Havia muitos anos, apesar de decretada a prisão do contraventor Arlindo Pimenta, criminoso de morte, este não era detido. Exigi então dos policiais a efetivação do mandado, pois era verdadeiro desafio, escárnio à sociedade existir um escritório eleitoral em Olaria pertencente a um homem há muito procurado pela Justiça. Sabiam os policiais que ele reagiria. Não o ignoravam, porquanto ele tinha isso que se chama bravura pessoal, coragem, e estava em desespero de causa. No ato da prisão, cerca de 11 horas da noite, estando dois policiais, um de cada lado, o criminoso reagiu: atirou em um policial e o outro o eliminou. Isto é perfeitamente certo. Imediatamente agimos, como cumpre a um chefe de polícia. Lavrado o auto de flagrante, apresentadas amplas razões à Justiça, a Justiça deu a cobertura que devia ao agente da lei. Isto é energia e serenidade. Infelizmente o Sr. Chefe de Polícia, através do que está divulgado na imprensa e até hoje não contestado por S.Exa... Talvez o nobre colega, não estando no Distrito Federal, desconheça essas coisas, mas apelo para aqueles que vivem no Distrito Federal e sabem ser verídico o que afirmo, infelizmente, para a capital de um país como o Brasil, de 63 milhões de habitantes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. pretende atribuir ao chefe de polícia o excesso que policiais praticam aqui e em qualquer país civilizado. Essa legítima defesa é direito não apenas do policial, constantemente em perigo de vida, mas de qualquer um de nós, ninguém

poderá negar. É o que reconhece o chefe de polícia atual, como o fez V.Exa. à frente desse serviço.

Em certos casos, há necessidade de uma reação enérgica e mesmo violenta.

O Sr. Nelson Carneiro – V.Exa. focalizou esse assunto em virtude do meu breve discurso sobre aquela caçada humana na Praia do Leblon, às 14 horas, em que policiais saíram disparando tiros que poderiam atingir a qualquer transeunte – criança ou velho, inclusive ao próprio presidente da Câmara.

Esse homem que fugia da autoridade policial, fosse qual fosse a circunstância, não estava atirando. Ora, não havia necessidade de baleá-lo, com risco de atingir terceiros. Ademais a polícia dispunha de uma camioneta, onde estavam outros investigadores, e havia guardas no policiamento normal das ruas. Por que, então, atirar em plena via pública, dando uma demonstração de falta de responsabilidade que o Sr. Chefe de Polícia não teve a hombridade de condenar no dia seguinte pela imprensa ou publicamente? Se V.Exa. viesse ler, desta tribuna, uma declaração do Sr. Chefe de Polícia profligando a irresponsabilidade desses policiais a fim de salvaguardar sua administração estaria com inteira razão. Nesse caso, V.Exa. não viria aplaudir o Sr. Chefe de Polícia pela sua atitude contrária, mas apenas rejubilar-se com ele pela coerência no cumprimento do dever.

Isso V.Exa. não está fazendo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Deputado Nelson Carneiro, os apartes – aliás, com muita honra para mim – impediram-me de entrar sequer na apreciação dos assuntos que me trouxeram à tribuna.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Neste passo, lembro ao nobre orador que o seu tempo terminará fatalmente às 18h30 e haverá sessão extraordinária noturna. Nestas condições seria conveniente que entrasse logo no seu discurso e não consentisse mais apartes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Os apartes me dão prazer e farei o possível para concluir dentro do prazo que me é dado pelo Regimento.

O Sr. Menezes Côrtes – Não apartarei mais V.Exa., mas se me permite...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Será com muito prazer que ouvirei V.Exa., mas gostaria primeiro de responder ao deputado Nelson

Carneiro, declarando que, nesse ponto, estou perfeitamente de acordo com V.Exa. O Sr. Chefe de Polícia não deixou, absolutamente, de condenar os excessos ocorridos no Leblon. Determinou enérgicas providências para a punição daqueles investigadores que se excederam e a imprensa inclusive registrou a ordem expressa do general Amauri Kruel nesse sentido. V.Exa. notará, no decorrer do meu discurso, que condeno esses excessos. Apenas receio que, em consequência da exacerbação das críticas à polícia dado o rumo que elas vão tomando, cheguemos a ponto de não haver mais policiamento no Distrito Federal pelo retraimento dos bons policiais que jamais se arriscarão a perder a vida ou matar, certos de serem sempre incompreendidos pela opinião pública.

O Sr. Mário Martins – V.Exa. leva suas críticas muito longe. Todos os chefes de polícia têm sido criticados nesta cidade e nenhum deles, mesmo quando ocorreu morrerem subordinados seus em serviço, não teve um porta-voz nesta Casa para levantar a tese, como o faz V.Exa., de que as críticas podem gerar o desespero, a falta de confiança e de serenidade entre os policiais para prosseguirem em sua missão. Todos os que vivem num regime democrático e têm noção de responsabilidade não podem modificar sua atuação no cumprimento do dever em face das críticas feitas pela imprensa e pelo Parlamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Nobre deputado Mário Martins, não foi absolutamente isso que pretendi dizer. Mal comecei a ler meu discurso que escrevi. Prevejo que haverá esse retraimento em decorrência de alguns comentários na imprensa e no Parlamento, inclusive condenando a reação justa a que se referiu o deputado Menezes Côrtes.

Li, em um dos órgãos da imprensa, uma nota que dava como “Crime da Polícia”, e praticado com requintes de barbaridades, o incidente havido com um soldado da Polícia Militar. Esse agente da lei fora incumbido de deter um indivíduo que, num morro, disparava a esmo, ameaçando dezenas de vidas. No cumprimento do dever, depois de ferido, foi obrigado a abater o transgressor da lei. Esse ato de legítima defesa do policial, depois de atingido pelo malfeitor, foi considerado crime, excesso da polícia.

Essas críticas fora da realidade, essas críticas exacerbadas que não condenam apenas a exorbitância, o excesso, o erro, é que poderão levar àquele retraimento a que aludi. Não sou contrário às críticas justas, necessárias, como todos sabemos, ao regime democrático.

O Sr. *Mário Martins* – Em compensação, essas críticas, ainda injustas, têm sua virtude, pois vão refrear impulsos daqueles que, estribados na palavra do chefe de polícia, dispõem da possibilidade e do direito de matar. É preciso ponderar que a crítica, se pode ocasionar o que V.Exa. teme, também vem refrear certos impulsos, sobretudo numa corporação que realmente presta grandes serviços à cidade. Com efeito, o porte de arma nunca foi concedido na base sequer de um exame psicotécnico. Ninguém sabe – nem o chefe de polícia – se os auxiliares que recebem arma para uso em defesa da sociedade estão em condições pessoais orgânicas para tal fim. Dentro desse sistema de entrega de armas a um cidadão, sem o necessário exame psicotécnico, V.Exa. há de reconhecer que assim estamos dando ao agente policial liberdade tal que ele não controla seus impulsos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Estou de acordo com V.Exa.

O Sr. *Nelson Carneiro* – Permita-me apenas V.Exa. fazer um apelo em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, em nome sobretudo do governador Roberto Silveira, que aliás não me constituiu seu advogado, para que ao menos V.Exa. consiga do general Amaury Krueel que os mortos no Distrito Federal não sejam jogados no estado do Rio, porque isso criaria problemas terríveis para o governador trabalhista. Imagine V.Exa. a repercussão que terá o fato de surgirem, no estado onde o PTB tem o governador, os mortos da polícia. Então se pensará que são mortos pela polícia fluminense, a polícia do PTB. Assim, V.Exa., integrante da bancada trabalhista, pode colaborar nesse sentido, a fim de não permitir que tais dúvidas venham a deixar mal o jovem e brilhante governador petebista no estado do Rio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Registro o apelo do nobre colega. Não examinaremos, por desnecessário à finalidade que perseguimos e por não serem suficientes os quinze minutos de que dispomos para ocupar a tribuna, o conjunto desses fatores. Um apenas, pela influência que, a nosso ver, exerce para o crescente índice de delinquência no Distrito Federal, será objeto de análise perfunctória: a desorganização social, geradora de conflitos em que se podem enquadrar condições individuais, culturais, de situação, com raízes, inclusive, na família e na vizinhança do cidadão.

É a desorganização social, em verdade, a causa básica de comportamento criminoso nesta metrópole. “Se a sociedade se organizar”, ensina

eminente jurista norte-americano, “com referência aos valores expressos na lei, elimina-se o crime; se não se organizar, o crime persiste, se desenvolve”.

A luta da sociedade para atingir a uma etapa evoluída susceptível de, atendendo à conveniência do interesse coletivo, proporcionar, em condições de segurança, pela limitação da delinquência a níveis ínfimos inevitáveis, o bem-estar geral, deve desdobrar-se sob a tríplice forma: prevenção, castigo e regeneração. A primeira – a prevenção – medida de profilaxia do delito, avanta-se às demais no Direito Criminal moderno, como ressaltou o Congresso de Medicina Legal, que se reuniu em Gênova em outubro de 1955, ao adotar a tese do advogado Fellipo Gramática, cuja conclusão é a seguinte:

Entremos por novos caminhos, isto é, cuidemos da prevenção do delito com os recursos da educação social, pois essa atitude representaria o equilíbrio entre os direitos do homem e as pretensões do Estado. Abandonemos, portanto, as construções jurídicas artificiais sobre o crime e a pena, para ensaiar um sistema humanista que seja baseado na conquista da ciência.

Ora, Sr. Presidente, a mobilização da sociedade visando a represar a onda de criminalidade pela eliminação dos focos que a formam, questão que deveria ser preocupação de primeiro plano na capital de um país em permanente crise econômica, não se verifica em larga escala, e a sua ampliação não ultrapassou, até agora, o horizonte das cogitações e dos planos. O que existe em maiores proporções, nesse terreno – e cito como exemplo digno de nota a benemérita cruzada São Sebastião – é fruto de iniciativas privadas, levadas a efeito por abnegados filantropos, mas que apesar de atuantes e arrojadas, são insuperáveis de suprir a imensa lacuna.

Recente levantamento demográfico feito por uma comissão idônea presidida por esse sociólogo sempre preocupado com os males da sociedade que é D. Helder Câmara, revela-nos estas cifras alarmantes: moram nos morros e favelas aproximadamente 700 mil pessoas, adultos e menores, das quais 40 mil homens são desempregados. Só nas favelas e morros da zona sul, contam-se 9 mil desempregados. Estes números, impende acrescentar, já aumentaram, certamente, com o afluxo ininterrupto de vítimas do flagelo da seca no Nordeste e com a chegada de

outros desajustados que fogem de suas terras sonhando com condições de vida mais favoráveis na capital da República.

Há, no Direito Criminal, uma máxima incontestável – o crime é a causa do crime. E este gera-se, principalmente nas suas feições mais violentas aqui no Distrito Federal, nesses morros e favelas superpovoados, onde uma população marginal, no desconforto e na promiscuidade de uma existência ao abandono, sofre a influência de todos os fatores que concorrem para o comportamento ilegal sistemático.

O habitante de ambiente como o de certos morros e favelas acostuma-se a receber como normal, desde a infância, a infração às leis. E o mais grave é que crianças sem escolas, sem parques de recreação sadia, sem permanente assistência de educadores sociais, sem internatos gratuitos onde possam estudar e aprender um ofício, abandonadas pelos pais também entregues a vagabundagem, iniciam-se muito cedo nos tortuosos caminhos da criminalidade.

Persiste o Poder Público, há muito, em não enxergar esse estado de coisas. Ignora, assim, por inépcia ou imprevisão, uma das mais inexoráveis teorias sobre o comportamento criminoso sistemático:

O comportamento criminoso sistemático é determinado num processo de associação com aqueles que cometem crimes, exatamente como o comportamento legal sistemático é determinado num processo de associação com aqueles que são respeitadores da lei.

E dessa desídia resulta que o Poder Público permanece sem cumprir uma das suas mais precípuas obrigações – a atuação social contra o crime – na capital brasileira. O problema das favelas envelhece com os anos que se sucedem, desafiando a visão e o discernimento dos administradores; a educação social não alcança os morros em condições de aproveitamento; não há pousos e asilos que, em momentos críticos, possam ser procurados pelo desocupado que sente fome; não há instituições que amparem o menor antes que ele se perca; não há colônias de trabalho que recuperem o vagabundo. Em consequência, para aumentar num futuro próximo, talvez dia a dia e hora a hora, as hordas de infratores da lei que intranquilizam a vida do povo carioca, há milhares de delinquentes potenciais ou pré-delinquentes espalhados pelos morros e favelas, apenas aguardando o momento propício para se transformar em elementos antissociais.

E só essa clamorosa desorganização social poderia justificar que no Distrito Federal, cidade de cerca de 3 milhões de habitantes, registre-se uma média de 35 homicídios por mês, enquanto em Londres, com mais de 8 milhões de almas, ocorram, apenas, 29 homicídios em um ano.

Sr. Presidente, o complexo das atividades que visam a prevenção das práticas subversivas, a impedir a violação das leis e a assegurar a moralidade e a tranquilidade pública, exige uma organização policial dotada de meios científicos, de aparelhagem técnica e de um corpo de funcionários especializados, agindo em perfeito entrosamento, que o Departamento Federal de Segurança Pública nunca possuiu. E não se culpe pelas gritantes deficiências o honrado general Amaury Krueel.

Estudamos, Sr. Presidente, a organização do Departamento Federal de Segurança Pública quando exercemos a Secretaria de Interior e Justiça no Amazonas.

Defrontando sérios e quase insolúveis problemas em uma cidade como Manaus, de pouco menos de 200 mil habitantes, cujo Departamento de Segurança não dispunha, em 1955, de uma só viatura para atender aos chamados urgentes, buscamos melhorar uma situação de total ineficiência pela introdução, na estrutura técnica e burocrática da repartição policial amazonense, de inovações que esse estudo pudesse sugerir. Surpreender os casos desses pobres indivíduos com tendências a prática de reações antissociais, assistindo-os para tratá-los e educá-los em instituições adequadas. Se não há, sequer, penitenciárias com capacidade suficiente para segregar os delinquentes e recuperá-los, tanto assim que mais de mil condenados pela Justiça estão atirados no presídio policial construído na atual gestão e nos xadrezes dos vários distritos; se o Departamento Federal de Segurança Pública não possui condições materiais e pessoal tecnicamente preparado e bem pago para cumprir, sem falhas, a sua espinhosa missão, um chefe de polícia, mesmo com os dotes de capacidade de trabalho e honradez do general Amaury Krueel, não poderia realizar o milagre de extinguir o crime.

Tais condições não animam a que se pudesse esperar muito do órgão policial, mas, ainda assim, são apreciáveis os resultados obtidos na gestão do general Amaury Krueel.

Em maio de 1958, eram esclarecidos, no Distrito Federal, apenas cerca de 29% dos delitos contra o patrimônio e menos de 40% dos homicídios. A fiscalização pessoal do general Krueel das atividades dos seus

subordinados, as medidas saneadoras por ele determinadas e que resultaram na exclusão dos quadros da polícia de 63 elementos perniciosos, a dinamização geral de todos os setores de vigilância e repressão, enfim, elevaram a percentagem de elucidação das ocorrências, em janeiro e fevereiro deste ano, com relação a homicídios e roubos para, respectivamente, 89% e 51%.

Não é possível que se queira obscurecer, por mera prevenção, esse esforço meritório. A leitura diária de jornais será suficiente para que se verifique a diminuição sensível do índice de criminalidade nestes dois últimos anos, apesar de continuarem as mesmas deficiências quanto aos meios para evitar o crime e reeducar o criminoso.

Um confronto do êxito obtido pelo DFSP quanto ao esclarecimento dos delitos nas suas várias formas, coloca o órgão sob a chefia do general Amaury Kruehl em posição de quase igualdade em relação às duas mais bem dotadas e organizadas polícias do mundo: o FBI norte-americano e a Scotland Yard inglesa. Vejamos:

Análise comparativa da percentagem de ocorrências esclarecidas pelo FBI (polícia norte-americana), Scotland Yard (polícia inglesa) e Departamento Federal de Segurança Pública			
Natureza das ocorrências	FBI %	SY %	DFSP %
Delitos contra a pessoa: homicídio (doloso e culposos)	89,5	86,0	78,4
Lesões corporais e crimes sexuais	78,0	72,0	71,0
Delitos contra o patrimônio: roubos, furtos (arrambamentos, assaltos com intuito de roubar, punção, estelionato, etc.)	25,5	40,0	48,0
Furtos de automóveis	29,9	19,6	90,0

Como se vê, Sr. Presidente, o cotejo exalta o DFSP, cujo mérito toma maior relevo devido às suas precárias condições, comparadas com a perfeição das congêneres estrangeiras.

Em face de tudo isso, Sr. Presidente, cumpre que esse labor bem intencionado seja incentivado, não sendo compreensível essa campanha quase sistemática que terminará por incompatibilizar a opinião pública

com o órgão policial e com o seu chefe, general Amaury Kruel. Que o estúpido assassinato de um inocente, cuja morte todos lamentamos, não sirva, entretanto, de motivo para a desmoralização total de um departamento com função das mais importantes na sociedade.

Confessamos, porém, Sr. Presidente, a nossa decepção pelo que nos foi dado constatar.

Proporcionalmente ao vasto campo em que atua, o Departamento Federal de Segurança Pública padece das mesmas deficiências do modestíssimo Departamento de Segurança do Amazonas. O seu desaparelhamento e os defeitos na sua composição técnica, resultado de muitas administrações que encontraram a rotina e nela permaneceram, a ausência de recursos científicos indispensáveis para a solução dos crimes, tudo isso agravado pela inexistência, em setores fora de sua alçada, de processos de natureza preventiva objetivando impedir o delito ou afastar o criminoso, em condições humanas, para regenerá-lo pelo trabalho e pela instrução, chamou a nossa atenção e surpreendeu-nos sobremodo.

Vale, neste passo, a fim de mais realçar os empecilhos a um maior aproveitamento da ação policial no Rio de Janeiro, comentar a desproporção humilhante, por exemplo, entre o policiamento motorizado na cidade da Filadélfia, nos Estados Unidos, e no Distrito Federal. Aquela, para atender aos reclamos de segurança de uma população de 4 milhões, possui 400 carros de rádio-patrolha, enquanto o Distrito Federal conta apenas com 40.

Mais chocante ainda seria um confronto da remuneração dos funcionários policiais das duas cidades. E quanto a este aspecto, para que os Srs. Deputados notem a repercussão do problema na opinião pública, ilustraremos estas considerações com um tópico da reportagem assinada pelo jornalista Hélio Rocha, publicada no nº 69 da revista *O Mundo Ilustrado*, na qual o repórter comenta, com muita propriedade, a questão dos vencimentos dos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública.

“Os bons policiais”, escreve o jornalista, “são autênticos heróis, enfrentando criminosos em batalhas cruentas”. Sabem quanto ganha um investigador? E ele próprio responde: “Seis mil e novecentos cruzeiros. No fim da carreira, se não forem mortos por qualquer bandido, estarão ganhando o máximo de oito mil cruzeiros”.

Ora, Sr. Presidente, se o Poder Público não pratica a profilaxia do delito, promovendo os meios científicos, que não sirva, entretanto, de motivo para a desmoralização total de um departamento com função das mais importantes na sociedade.

Exija-se, com vigor, a punição dos policiais que exorbitam, mas não se diga, a bem da tranquilidade do povo carioca, que o Rio de Janeiro é a cidade onde menos se preza a liberdade do cidadão devido à ação da polícia.

Não, Sr. Presidente. Há, incontestavelmente, insegurança e intranquilidade nesta capital, mas não porque dois ou três dos seus investigadores imprudentes e sem noção dos seus deveres mataram um pacífico vendedor de sorvetes, ou porque possivelmente estão envolvidos num latrocínio. Esses desmandos, essas arbitrariedades, essas distorções de atitudes, que acontecem aqui e em outro qualquer país civilizado, não são habituais, não retratam uma uniformidade de comportamento.

A insegurança e a intranquilidade que perseguem o carioca, a falta de segurança do cidadão para ir e vir sem maiores preocupações pelas artérias da cidade, decorre é da ação desenvolvida dos celerados que infestam a capital da República e que em face de desorganização social aumentarão sempre de número. Não há, em verdade, quem ande com tranquilidade pelas ruas, embora, como já acentuamos, a incidência dos assaltos e a fúria assassina dos malfeitores tenha diminuído sensivelmente. No parque, na rua menos iluminada, ou mesmo na praça iluminada pela luz do sol, um salteador está sempre com o braço levantado para ferir cidadãos tão pacíficos e honestos quanto o infeliz vendedor de sorvetes do Leblon ou para matar o representante da lei, que em defesa de todos nós, dele se aproximar a fim de impedir o assalto e o roubo.

Condenamos, Sr. Presidente, os abusos e a imprudência criminosa de policiais e para eles exigimos punição severa. Mas não levamos essa condenação ao extremo de enfraquecer a repressão à delinquência.

Os comentários que temos lido e ouvido, quer quando verberam a morte do vendedor de sorvetes e a possível participação de investigadores no latrocínio do edifício Rio-Roma, quer quando tratam da ação enérgica e inevitável contra facínoras que reagem a tiros quando acossados pela autoridade, tendem sempre, lamentavelmente, a exprobar com a mesma veemência, confundindo a exorbitância com o ato legal, o que conduz o povo a receber, ambos, com reprovação.

Meditemos seriamente, Sr. Presidente, sobre o perigo gravíssimo, em todos os aspectos, que ameaça o Distrito Federal se essa campanha persistir: perigo representado no retraimento da polícia na repressão ao crime.

De feito, o bom policial, aquele herói anônimo a que se refere o jornalista de *O Mundo Ilustrado*, não mais se aventurará a perseguir delinquentes se a sua ação continuar incompreendida e malsinada. Não o fará porque sabe de antemão que duas hipóteses sucederão e nenhuma que lhe seja favorável: ou cairá crivado de balas, deixando viúva e órfãos ao desamparo; ou matará e será apontado como um perverso, como um desalmado, como um facínora igual àquele que a sociedade mandou que ele fosse prender.

Convenhamos, Sr. Presidente, que o melhor e o mais puro dos policiais, defrontando semelhante dilema, só terá um caminho a seguir: retrair-se, omitir-se, numa atitude de autodefesa que qualquer um de nós, no seu lugar, adotaria. E isto seria uma calamidade para o povo do Distrito Federal.

Este nosso pronunciamento, Sr. Presidente, tem o propósito de alertar quantos detêm uma parcela de responsabilidade no resguardo dos princípios morais que dão substância e força a uma sociedade, prevenidos contra a ameaça a que aludimos. Ao mesmo tempo, cumprimos o dever de sugerir as providências inadiáveis que se impõem para uma modificação dos processos até agora postos em execução para combater a criminalidade.

O obsoleto método de prender e soltar ou prender e empilhar homens em presídios que aberram as conquistas do moderno regime penitenciário, as “construções jurídicas artificiais” que ainda glorificam o castigo, devem ser postos de lado, substituídos por novos meios de prevenção e regeneração nos moldes indicados pelo avanço da ciência.

Realize o Poder Público, em primeiro lugar, a sua função social de proteção do indivíduo, extermine os focos de criminalidade, recupere o criminoso pelo trabalho e pela instrução, reforme e dê ao DFSP os meios técnicos e científicos de que ele carece, e o Distrito Federal deixará de ser esse paraíso para a delinquência a envergonhar os nossos foros de cultura e civilização.

Questão de ordem polêmica

Câmara dos Deputados, sessão de terça-feira, 28 de abril de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, no dia 10 do mês corrente, solicitei a palavra para levantar questão de ordem, e V.Exa., de acordo com o que preceitua o Regimento, solicitou-me citasse o texto regimental em que me baseava para pedir a interpretação ou a providência que desejasse da Mesa. Prontamente, acatei a decisão de V.Exa. deixando de fazer uso da palavra. Curvei-me ante a deliberação de V.Exa.

Acontece, porém, que passei a observar o comportamento da Mesa em relação a outros colegas que pediam a palavra a partir desse dia, para o mesmo fim, e verifiquei que não se aplicara em relação a estes eminentes colegas o mesmo dispositivo tão intransigentemente aplicado contra mim.

Correndo as vistas sobre o *Diário do Congresso* só deparei com um deputado, Sr. Aurélio Vianna, cumpridor rigoroso do texto regimental. Anotei, por outro lado, que, do dia 14 ao dia 23, os Srs. Deputados Carlos Lacerda e João Agripino levantaram questão de ordem sem citar inicialmente o texto em que a amparavam. Certa feita, o Sr. Deputado Armando Falcão pediu a palavra para levantar questão de ordem e limitou-se a comunicar à Casa que os deputados da Maioria deveriam votar “sim”, ao que o deputado Carlos Lacerda retrucou dizendo que os deputados da Oposição votariam “não” e já sabiam que iriam votar “não”. Nesse mesmo dia, ainda, o Sr. Deputado Carlos Lacerda pedia a palavra para outra questão de ordem e, sem citar qualquer dispositivo regimental, encaminhou um escrito à Mesa; no dia 15 de abril, o Sr. Deputado Lício Hauer procedeu da mesma maneira e o Sr. Deputado João Agripino também; no dia 17, os Srs. Deputados João Pacheco, Neiva Moreira e Lício Hauer procederam identicamente; no dia 20, relacionei os Srs. Deputados Mário Martins e Fernando Ferrari; no dia 22, os Srs. Carmelo D’Agostinho, Lício Hauer, Joaquim Duval, Dirno Pires; no dia 23, os Srs. Rondon Pacheco, João Agripino Arruda Câmara...

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Pediria a V.Exa. enunciasse a questão de ordem, por isso que já expirou o tempo para fundamentação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Estava mesmo fundamentando, com esta citação, para, afinal, pedir à Mesa, a fim de tirar dúvidas

que pairam no meu espírito, a interpretação do § 7º do art. 84 do novo Regimento, que diz o seguinte:

Se o deputado não indicar inicialmente as disposições em que assenta a questão de ordem, enunciando-as, o presidente não permitirá sua continuação na tribuna e determinará a exclusão, da ata, das palavras por ele pronunciadas.

Desejo saber, Sr. Presidente, se esse dispositivo, cuja aplicação já sofreu e acatei, alcança todos os parlamentares ou se foi invocado apenas naquele dia, contra o humilde orador que neste momento levanta a questão de ordem.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – A questão de ordem suscitada pelo nobre deputado Arthur Virgílio pode desde logo ser resolvida com fundamento na tradição da Casa.

Efetivamente o dispositivo regimental é claro, insofismável, e a Mesa tem, sempre que necessário, invariavelmente exigido o seu cumprimento. Assim o faz quando se trata de matéria que está sendo objeto das questões de ordem imperativas, ou seja, quando a matéria já se acha posta no Plenário, com o conhecimento absoluto de todos os objetivos que visam a ser alcançados pelos Srs. Deputados autores dessas questões. Nestes casos é dever da presidência exigir se cumpra o Regimento, menos para se esclarecer do que para informar o Plenário da construção, da disciplina do raciocínio que vai ser objeto de decisão pela Mesa.

Aqueles líderes que V.Exa. mencionou, porém, levantaram questões de ordem para tratar de matéria ainda em andamento e não se tornava inútil o esclarecimento por S.Exas. trazido. O que importa é verificar a inutilidade da aplicação de dispositivos, quando o presidente tem em vista a disciplina dos trabalhos. Sabe V.Exa. que as questões de ordem visam à interpretação do Regimento e das dúvidas que possam ser levantadas no andamento dos trabalhos parlamentares. Ora, se em dado momento é difícil a aplicação do dispositivo regimental para a normalidade e a ordem dos trabalhos – e é bem o caso do exemplo citado por V.Exa. – é dever da Mesa, em vez de facilitar, evitar a apresentação de questões de ordem, para aproveitamento mais adequado do tempo, no interesse do trabalho parlamentar, e mesmo da interpretação das normas que regem as atividades desta Casa.

O dispositivo tem sempre aplicação, e a Mesa não pratica parcialidade. Ela utiliza, isto sim, o seu poder regimental de polícia, no qual vai buscar tantas vezes instrumentos como o que teve de empregar na hipótese levantada por V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, peço inscrever-me para, na próxima sessão, criticar decisão de V.Exa.

Presidente da Câmara não convence Arthur Virgílio

Câmara dos Deputados, sessão de quinta-feira, 30 de abril de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, no dia 10 do mês que hoje está findando, pedi a palavra para levantar uma questão de ordem, e o eminente Sr. Presidente Ranieri Mazzilli impôs que eu citasse, nos termos do § 7º do art. 84, o texto regimental em que iria apoiar minha solicitação.

Aceitei a decisão e passei a examinar o comportamento da Mesa em casos idênticos, anotando 26 deles, nos quais S.Exa. não agiu da mesma forma como ocorrera comigo.

No dia 27 então solicitei a interpretação do § 7º do art. 84, porque desejava saber se a sua aplicação se restringia apenas a mim, ou abrangia todos os membros desta augusta Câmara. S.Exa., presidente Ranieri Mazzilli, respondeu em termos que não me convenceram. Deu uma resposta que não se enquadra inclusive no sistema de hermenêutica que conheço.

Bacharel em Direito, legislador estadual durante alguns anos, tenho lido sobre hermenêutica – interpretação de leis que tive oportunidade de apreciar, de examinar e até de contestar. Notadamente a intenção, a vontade ou o pensamento do legislador de que se falava chamaram sempre a minha atenção e fizeram com que eu aceitasse sem hesitações a opinião que considera a hermenêutica o capítulo mais inseguro, mais impreciso da ciência jurídica.

De fato, Srs. Deputados, as leis são fruto de elucubrações da inteligência humana. Estão sujeitas, portanto, às deficiências, às falhas, aos senões que se encontram sempre em toda obra do homem. Abrangendo normas amplas, traçando dispositivos de horizontes dilatados, elas deixam, em verdade, sempre e sempre, margem à atuação dos exegetas. Ademais, a palavra que constrói as frases de que resultam as disposições

da lei já foi considerada, inclusive por eminente tratadista, como veículo defeituoso do pensamento, ou melhor ainda, como um péssimo veículo de pensamento. A palavra, às vezes aparentemente límpida, lúcida, perfeita na forma, deixa, sempre e sempre, margem para opiniões discordantes, margens largas para dúvidas que suscitam. Se, de um lado, a lei, pelos seus termos amplos, que não descem a minúcias, que não particularizam, que não vão aos detalhes, dá sempre essa oportunidade de discordância na interpretação dos seus termos, sofre ainda a lei a influência de fatores outros, como o social, como o moral, como o político, como o econômico, obrigando sempre a que se acompanhe a evolução desses fatos sociopolítico-econômicos para aplicar-se a lei.

O Dr. Carlos Maximiliano, por isso mesmo, definiu a lei escrita, essa lei que se aplica diariamente, que é norma de conduta da sociedade, como a estática do Direito, e a função interpretativa como a dinâmica do Direito. Se não me falha a memória, Sr. Presidente, foi ainda esse eminente jurista que definiu o hermenêuta como o sociólogo do Direito.

Ora, se a lei, por esses termos amplos, carece sempre de interpretação, sofre influências sociais, políticas, morais, o exegeta, também humano, padece dos mesmos defeitos, sofre ainda influências mais acentuadas e maiores, porque, enquanto a lei é obra de conjunto, é obra de equipe, emana de uma atuação de colegiado, o exegeta age só, sujeito às influências de todos esses fatores e, ainda mais, das paixões, inclusive da antipatia ou da simpatia, consciente ou inconsciente, interferindo na sua decisão.

Ora, Sr. Presidente, embora superficialmente, como modesto bacharel em Direito, conheço esses princípios como conheço aqueles outros que dão ao juiz ou à autoridade administrativa – no caso, V.Exa. – a prerrogativa de interpretar as leis, mas sem lhes alterar a forma, sem lhes modificar o sentido, sem lhes tirar a estrutura, sem transformar aquilo que é rígido em dúctil. Daí, Sr. Presidente, não aceitar eu os motivos apresentados por V.Exa. como justificativa da conduta que teve em relação a mim, motivos que irei trazer à Câmara lendo, inicialmente, o texto regimental e depois lendo e comentando a decisão de V.Exa.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Só para orientação de V.Exa., a quem quero ouvir com atenção, e ensejar a oportunidade mais ampla da crítica, o tempo de que dispõe, segundo a cronometragem feita pelo

meu antecessor na Mesa, faculta a V.Exa. apenas mais cinco minutos para concluir sua crítica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

Diz o § 7º do art. 84, a que me refiro:

Se o deputado não indicar inicialmente as disposições em que assenta a questão de ordem, enunciando-as, o presidente não permitirá a sua continuação na tribuna e determinará a exclusão da ata das palavras por ele pronunciadas.

Vê a Câmara que o dispositivo é rígido. Não faz distinção e só admite uma única inteligência: que nenhum deputado, seja quem for, líder ou não, representante do Amazonas ou do Rio Grande do Sul, do Pará ou de São Paulo, pode levantar questão de ordem sem, inicialmente, citar o texto regimental em que se ampara.

Respondendo a minha questão de ordem, entretanto, o Sr. Presidente diz, de início, que “ela pode ser resolvida dentro da tradição da Casa”.

A tradição que conheço, a partir de março deste ano, está em oposição à medida tomada contra mim, porque vinha consentindo que todos os deputados levantassem questões de ordem sem indicar o dispositivo regimental em que as assentavam.

E continua: “Que, efetivamente, o dispositivo regimental é claro e inflexível e a Mesa tem, sempre que necessário, invariavelmente exigido o seu comportamento”. Concordo com a primeira parte. É claríssimo o dispositivo, é por demais límpido e lúcido. Mas discordo de que tenha sido aplicado invariavelmente, porque a única aplicação que houve até hoje – corram os Srs. Deputados os anais do Congresso – foi contra mim. Tenho aqui relacionados 26 casos, do dia 14 ao dia 23, em que deputados pediram a palavra para levantar questão de ordem ou sob pretexto de questão de ordem, e não citaram a disposição regimental. Falaram dos mais variados assuntos, inclusive o eminente líder Armando Falcão, apenas para comunicar a seus liderados que na votação de um projeto deveriam responder “não”. Estas anotações, que justificam minha presença na tribuna e dão força à crítica que estou fazendo à decisão da Mesa são as seguintes:

Dia 14 de abril

Deputado Carlos Lacerda e deputado João Agripino – Levantaram questões de ordem sem citar, inicialmente, o texto regimental que os amparava.

Deputado Armando Falcão – Também não citou disposições regimentais, nem levantou questão de ordem, limitou-se a comunicar aos deputados da Maioria que o voto em relação à matéria em pauta era “sim”, o que levou o Sr. Carlos Lacerda a retrucar dizendo o seguinte: “Sr. Presidente, creio não ser necessário dizer aos meus nobres colegas da oposição que nosso voto é ‘não’, porquanto V.Exas. já votaram ‘não’ e sabem o que estão fazendo”.

Deputado Carlos Lacerda – Ainda sem citar disposições regimentais levantou outra questão de ordem.

Dia 15 de abril

Deputado Luiz Viana – Pediu a palavra para levantar questão de ordem, não citou qualquer texto regimental e concluiu pedindo o desarquivamento de um projeto.

Deputado João Agripino – Não citou texto regimental, apenas comunicou que a bancada brilhantemente liderada por S.Exa. votaria contra um pedido de urgência que iria ser apreciado, mas permaneceria no Plenário.

Deputado Armando Falcão – Respondeu ao Sr. João Agripino.

Dia 17 de abril

Deputado Rondon Pacheco – Não citou inicialmente a disposição regimental em que apoiaria a questão de ordem.

Deputado Neiva Monteiro – Idem, idem e concluiu fazendo uma consulta.

Deputado Lycio Hauer – Idem, idem e concluiu pedindo solução para uma questão de ordem anterior.

Dia 20 de abril

Deputado Mário Martins – Idem, idem; apenas indagou da Mesa quem havia requerido o desarquivamento de um projeto.

Deputado Fernando Ferrari – Idem, idem; concluiu com uma consulta.

Dia 22 de abril

Deputado Carmelo D'Agostinho – Idem, idem; concluiu fazendo reclamação.

Deputado Licio Hauer – Idem, idem; mas levantou uma questão de ordem.

Deputado Joaquim Duval – Idem, idem; deu apenas o seu testemunho de uma questão de ordem levantada pelo Sr. Licio Hauer e recebeu os agradecimentos da Mesa.

Deputado Dirno Pires – Idem, idem; limitou-se a comunicar que falaria no Grande Expediente e enviou uma proposição à Mesa.

Dia 23 de abril

Deputado Rondon Pacheco – Idem, idem; concluiu solicitando informações à Mesa.

Deputado João Agripino – Idem, idem; consultou a Mesa sobre a possibilidade de ser encaminhado um requerimento de preferência para a votação de emendas.

Deputado Arruda Câmara – Idem, idem; concluiu apenas pedindo esclarecimento à Mesa.

Deputado Armando Falcão – Idem, idem; manifestou a concordância da Maioria com uma ideia do deputado Daniel Faraco.

Deputado Fernando Ferrari – Idem, idem; limitou-se a fazer referências a manifestação anterior do líder Armando Falcão.

Deputado Fernando Ferrari – Voltou a pedir a palavra para levantar questão de ordem e teceu considerações a respeito de uma emenda (nº 9) apresentada ao projeto Daniel Faraco que modifica a legislação sobre o imposto de renda.

Deputado Oliveira Brito – Respondeu a um apelo do líder Fernando Ferrari. O próprio presidente Ranieri Mazzilli, respondendo ao deputado Luiz Viana, disse textualmente: “o nobre deputado Oliveira Brito não levantou questão de ordem; S.Exa. limitou-se a fazer considerações”.

Deputado Bilac Pinto – Levantou questão de ordem, mas não iniciou citando dispositivo regimental.

Deputado Barbosa Lima – Idem, idem, idem, idem.

Deputado Luiz Viana – Idem, idem, idem.

Deputado Fernando Ferrari – Comunicou que aceitara uma proposta do líder Armando Falcão.

O Sr. Clemens Sampaio – Me permite um aparte?

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Atenção! O nobre deputado não poderá regimentalmente dar o aparte, atendendo a duas circunstâncias: uma, de que o nobre deputado Arthur Virgílio Filho está fazendo uma crítica, na forma do Regimento, à decisão de ontem da Mesa; outra, de que o tempo do nobre orador acaba de expirar.

O Sr. Clemens Sampaio – V.Exa., Sr. Presidente, está sendo rigoroso quanto ao Regimento e quanto ao tempo.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Não tenho o propósito de aplicar qualquer rigor, exatamente no momento que me esforço, com todo o ânimo, para ser o mais compreensivo possível com um Sr. Deputado. V.Exa. poderá, neste caso, se assim avalia a intenção da presidência, dar o seu aparte.

O Sr. Clemens Sampaio – Apenas devo esclarecer a V.Exa. que exatamente há quatro minutos V.Exa. anunciou a esta Casa que o orador que se encontra na tribuna teria cinco minutos pra concluir seu discurso. Quero somente, nobre colega, com a aquiescência do Sr. Presidente, congratular-me com V.Exa. pelo brilho com que critica, baseado em fundamentos irretorquíveis, a decisão da Mesa, contrariando o desejo de usar a palavra para levantar questão de ordem, fato que se observa comumente nesta Casa sem que o mesmo rigor seja aplicado aos líderes, aqueles mais destacados naturalmente pela Mesa. Infelizmente este processo de discriminação existe, mas contra ele todos nos bateremos, estaremos aqui na estacada apelando para que o Regimento seja rigorosamente cumprido. Obrigado a V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradecido ao nobre colega. Concluirei imediatamente, Sr. Presidente, mesmo porque ainda desta vez, o tempo, para mim, como tem sido sempre, é fatal.

Há ainda sobre este aspecto, outro caso, talvez também virgem na história da Câmara dos Deputados: do eminente, lúcido e digno presidente

ter mandado um funcionário, quando eu falava em explicação pessoal, dizer-me que meu tempo terminaria fatalmente em determinado momento. E agora o mesmo funcionário vem aqui comunicar-me que meu tempo – e penso que isso aconteça pela primeira vez, não vi caso semelhante – seria fatal e terminaria em tantos minutos. Concluirei, dentro de meu tempo, infelizmente sem poder apreciar detalhadamente como pretendia a decisão de V.Exa. Direi apenas que os períodos seguintes, que procuram fazer distinção entre minha questão de ordem e a questão de ordem dos líderes, não podem ser aceitos, em primeiro lugar porque não apenas líderes levantaram questão de ordem contra o preceito regimental, mas também porque a Mesa não pode adivinhar, não pode saber antecipadamente que assunto o deputado vai ventilar numa questão de ordem.

Não conheço, como disse V.Exa. em sua decisão, questões de ordem chamadas imperativas, e a elas pelo menos o Regimento não alude.

No penúltimo período fala a decisão em aproveitamento dos trabalhos, coisa que preciso ainda contestar, porque estávamos em fim de sessão e, sendo eu o último orador, não iria perturbar os trabalhos desta Casa uma vez que, reafirmo, estávamos no fim da sessão e não havia Ordem do Dia. O mais que poderia fazer era adiar o justo e merecido descanso do eminente e honrado presidente pelos cinco minutos fatais que o Regimento me concedia.

Na parte final, essa, sumamente importante para mim, V.Exa. diz que usou o poder regimental de polícia quando me negou ensejo de levantar questão de ordem. Permita V.Exa. que repila e não aceite a expressão. Representante de estado pequeno, na sua expressão eleitoral e política, homem que se reconhece mesmo humilde e simples, posso assegurar, entretanto, que tenho a mesma noção de responsabilidade do mandato, a mesma dignidade ao exercê-lo que V.Exa. Não preciso, em absoluto, de poder regimental de polícia para controlar minha atuação dentro desta Casa. Ademais, naquele dia, nenhum motivo eu dera, mesmo de longe, para que V.Exa. pudesse ajuizar que minha questão de ordem viesse a provocar tumulto na Câmara.

Mesmo naquele dia, V.Exa. falando ao nobre deputado Pereira da Silva, que ocupava a tribuna, usou tom de voz talvez três ou quatro vezes mais alto que o meu e quase gritava com aquele nobre colega.

Não aceito, Sr. Presidente, em absoluto, o invocado poder de polícia mencionado por V.Exa. Repito que a mesma noção de responsabilidade

que tem V.Exa. do mandato e o mesmo senso de dignidade que tem V.Exa. ao exercê-lo, eu lhe asseguro que também possuo. Vamos conviver durante quatro anos e V.Exa. o constatará.

Sr. Presidente, procurei enquadrar a decisão de V.Exa. nos sistemas de hermenêutica conhecidos, ou, pelo menos que conheço, como modesto bacharel, no histórico-evolutivo, no tradicionalista, no sistemático-científico, enfim, em todos os sistemas e nenhum encontrei que se baseasse na adivinhação. Só poderei, portanto, definir o sistema que V.Exa. inova como baseado em dons divinatórios, na telepatia ou em processos semelhantes, que captam e antecipam o pensamento do orador.

O governo discrimina o Amazonas

Câmara dos Deputados, sessão de sábado, 16 de maio de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, há muito o governo do Amazonas e as classes produtoras, pelos seus órgãos representativos, solicitam ao governo federal, sem êxito, medidas de amparo e de incentivo a produtos básicos da economia amazonense. Devo frisar que o governo e as classes produtoras jamais pediam um absurdo ou uma medida de exceção, mas, por equidade, providências que resguardem a economia da planície, idênticas a outras adotadas em relação a produtos de outras regiões.

Depois de muitos apelos, de muitas solicitações, em 1948, conseguiu, em parte, o Amazonas apenas que a Comissão de Fomento à Produção comprasse os excedentes de juta. Mas naquela mesma oportunidade foi negado a essa fibra o beneficiamento de um regime de capital livre, a exemplo do que concedeu o Ministério da Fazenda para o algodão, para o sisal, para o rami e outras fibras. Ainda agora, quando o Amazonas se debate em aguda crise econômica, apela, mais uma vez, para o governo federal, a fim de conseguir câmbio livre para produtos que não encontrem condições na presente situação cambial e o ministro da Fazenda nega essa concessão, inclusive desrespeitando preceito da lei que prevê essa proteção governamental.

Venho à tribuna nestes breves minutos para lançar o meu protesto contra essa discriminação que se pratica no Ministério da Fazenda contra o estado do Amazonas, reservando-me para, assim que dispuser de mais tempo, apreciar a política financeira do governo federal em relação ao estado que aqui tenho a honra de representar.

A invasão do Amazonas por tropas paraenses

Câmara dos Deputados, sessão de quarta-feira, 20 de maio de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, *O Jornal*, desta capital, publica em sua edição de hoje telegramas de Belém dando conta de que o governador Magalhães Barata, do Pará, havia enviado soldados embalados para a fronteira com o Amazonas, a fim de retomar territórios paraenses que teriam sido usurpados com a criação de um município. Entretanto, em contato, na manhã de hoje, com o governador de meu estado, fui informado de que no município de Parintins reina inquietação em face dessa medida truculenta do governador paraense.

Faço esta comunicação a fim de pedir a atenção do Sr. Presidente da República e do Sr. Ministro da Justiça para a gravidade do fato que poderá acarretar consequências imprevisíveis, uma vez que o povo amazonense não assistirá de braços cruzados à invasão de seu território por forças policiais armadas do estado do Pará.

É surpreendente a atitude do governador paraense no momento em que mesmo as tendências internacionais, as divergências entre nações, procuram soluções em bases pacíficas, em mediações, em arbitragens. Nada justifica, portanto, que uma controvérsia sobre limites de fronteiras entre estados da mesma Federação possa provocar uma medida violenta como essa que deseja tomar o governador paraense, Sr. Magalhães Barata.

Um tiro detona uma crise na Assembleia do Amazonas

Câmara dos Deputados, sessão de quinta-feira, 21 de maio de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, venho apenas dar uma explicação à Casa a respeito dessa ocorrência ventilada pelo nobre líder da Oposição, Sr. Deputado Carlos Lacerda, pelo nobre líder do PSP e pelo meu companheiro de representação, deputado Wilson Calmon, acentuando que a atitude do deputado Josué Cláudio de Souza, presidente da Assembleia amazonense, resultou de provocação insólita de um deputado do PDC, que, excedendo-se no seu direito de criticar e de apreciar os atos de seus adversários, ofendeu, com palavras, as mais insultuosas possíveis, o ilustre chefe do Poder Legislativo de meu estado, descendo da Mesa para defender-se em plenário. O deputado Josué Cláudio de Souza foi ainda chamado de “ladrão” pelo

deputado Nicolau Akel, resultando daí o seu gesto em defesa de sua honra ofendida: sacar de sua arma para revidar ao insulto grosseiro de que fora vítima. Não foram três tiros como disse o telegrama, que, aliás, de verdade tem apenas a questão do tiro. Foi um único disparo que provocou a fuga do agressor. Estou informado de que o vice-presidente da Casa abriu o competente inquérito. E posso garantir à Câmara ter sido um ato pessoal do deputado Josué Cláudio de Souza, sem qualquer nuance política, sem qualquer interferência do Poder Público, atitude que qualquer homem, insultado, caluniado, torpemente injuriado, talvez também tivesse de tomar.

Isso era o que eu tinha a dizer.

A burocracia imperadora e nociva

Câmara dos Deputados, sessão de sexta-feira, 17 de julho de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, falo neste ensejo para fazer apelo em favor de centenas de antigos diaristas do IAPC. Há onze meses, uma justa reivindicação desses servidores autárquicos demora injustificadamente numa gaveta ou numa estante do superpoderoso órgão da República que é o Dasp.

As vítimas deste Estado burocratizado, vítimas dessa burocracia imperadora e nociva, as vítimas dessa burocracia, tantas vezes condenada como um mal que está a exigir erradicação imediata, passaram de diaristas a mensalistas, por força de lei do Congresso.

Desde aquele instante, desde que foi votada a referida lei, começou para esses servidores verdadeira “via-crúcis”, uma batalha tremenda no sentido de tornar realidade suas aspirações.

A luta começou há sete anos, há longos sete anos, e só em junho do ano passado obteve êxito parcial, quando o presidente do IAPC enviou ao Sr. Ministro do Trabalho as tabelas numéricas que, aprovadas, foram encaminhadas à Presidência da República.

Nesse mesmo mês de 1958, o chefe do Executivo enviou as tabelas numéricas ao Dasp e, apesar do despacho presidencial que o Dasp prima por não acatar nem respeitar, encontram-se essas tabelas há longos onze meses naquele órgão aguardando parecer e andamento.

Apelo, pois, ao diretor-geral desse superpoderoso órgão no sentido de dar solução definitiva à questão dos antigos diaristas do IAPC. Sim ou

não, a favor ou contra, favorável ou não, mas que o Dasp se pronuncie, que se defina, que encaminhe e não engavete, como vem fazendo há onze meses, o pleito dos extranumerários do IAPC.

Borracha, um problema do país

Câmara dos Deputados, sessão de sábado, 1º de agosto de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, venho à tribuna dar à Câmara explicação que se impõe a propósito de declarações feitas à imprensa do Rio de Janeiro pelo honrado governador do meu estado, Sr. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, e que provocaram neste plenário áspera crítica do nobre colega e prezado amigo Sr. Miguel Bahury.

Se era meu propósito aproveitar este ensejo para chamar a atenção do país para um dos graves problemas nacionais ainda relegados a plano secundário e ao esquecimento, colocando esta resposta e estas explicações para esclarecer o assunto, maior motivo tenho ainda, neste momento, em face da ausência do nobre deputado Miguel Bahury, ausência que lamento. Se V.Exa. estivesse presente, certamente iria emprestar, com suas intervenções, maior brilho ao meu discurso.

Sr. Presidente, não irei, portanto, apreciar as contumélias e assacardilhas que se contêm no discurso do nobre deputado Miguel Bahury, mas apenas o problema em si – a questão da borracha no Brasil e sua repercussão na vida econômica, assim como as providências saneadoras esperadas há muito anos, mas que até hoje não se fizeram sentir de modo prático, objetivo e proveitoso.

Temos, Sr. Presidente, no momento, para a safra de 1959, prevista uma produção de 24 mil toneladas de borracha, quando as necessidades de consumo exigirão 53 mil, o que significa dizer que a nação terá que importar, terá que trazer do exterior, de outros centros produtores dessa matéria-prima a parcela que está faltando ao consumo nacional. E isto resulta, como já vem resultando de alguns anos a essa parte, em sangria na economia nacional, em despesas enormes de divisas que poderiam ser utilizadas no desenvolvimento de nossa economia se o país há mais tempo tivesse tomado providências que fizessem com que não perdêssemos aquela posição privilegiada de maior produtor de borracha do mundo.

Acontece, porém, Sr. Presidente, que fatores dos mais diversos, destacando-se entre eles a ausência de esquematização racional, a falta

de estudo e de preparo para o equacionamento e solução definitiva do problema, podem ser apontados como os responsáveis maiores pela situação que ora atravessamos.

Ingressando o país na crise inflacionária que ainda hoje se avoluma, quase de hora a hora, a situação nos estados produtores da goma elástica, notadamente no Amazonas, tornou-se absolutamente insustentável, nas fontes de produção da preciosa goma.

O Sr. Pereira da Silva – Estou certo de que V.Exa. vai abordar, no seu discurso, a questão ligada ao nosso desenvolvimento econômico uma vez que a borracha, como V.Exa. sabe, ainda constitui a coluna mestra da economia da Amazônia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeitamente.

O Sr. Pereira da Silva – V.Exa., ao iniciar seu discurso, já se referiu às causas várias e complexas da queda da produção da borracha da Amazônia, citando, entre outros fatores, a falta de estudo sobre a matéria. Peço permissão a V.Exa. para dizer que bem poucos assuntos têm sido objeto no país de estudo tão completo, de apreciação tão demorada quanto o da borracha.

Sabe V.Exa. que tivemos no Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a reunião dos maiores estudiosos da matéria, não de homens do asfalto, mas dos próprios homens que passaram a vida toda na Amazônia, examinando o problema, sentindo-o em sua realidade e que trouxeram para o Rio de Janeiro e para São Paulo, nos congressos ali realizados, juntamente com os elementos da indústria, seus conhecimentos e suas apreciações, delineando, afinal, nas conclusões do trabalho, as diretrizes que naturalmente deveriam ser tomadas. De sorte que, verdadeiramente, estudos tem havido demais. E já João Alberto dizia, num desses congressos: “O que é preciso é não atrapalhar a borracha”. O que tem havido é que esses estudos são jogados de lado, para que os imediatistas, aqueles que não querem absolutamente produção de borracha brasileira, aqueles que hostilizam a atividade dos produtores, a começar pelas grandes indústrias sediadas em São Paulo e mantidas por capitais estrangeiros, prefiram prejudicar a produção da borracha da Amazônia, importando o produto das suas plantações do Oriente, a cooperar para a produção da Amazônia. Esses, sim, são fatores que concorreram para que, de nossa velha situação de país produtor de borracha no mundo,

chegássemos a este ponto mencionado por V.Exa., produção mínima e incapaz de atender as necessidades do país.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado, nobre deputado. Tenho a impressão de que falei de medidas. Mas se me referi a estudos, foi por um lapso, porque precisamente pretendi destacar a falta hoje de medidas práticas, objetivas, efetivas, para resolver o problema da produção da goma elástica neste país.

O Sr. João Menezes – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concederei dentro em pouco, com muito prazer, o aparte a V.Exa.

Até agora, dado o vulto da questão, dado o montante das despesas que terão de ser efetuadas para uma solução aceitável e em consonância com a realidade, não surgiu ainda uma providência oficial, partida do governo. E quando falo assim, não me refiro a este ou aquele governo, mas aos governos que se sucedem nesta República, a fim de que a Amazônia não perdesse aquela condição a que me referi, de maior estado produtor de borracha do mundo.

Com muito prazer concedo o aparte a V.Exa. Sr. Deputado João Menezes.

O Sr. João Menezes – Nobre deputado, ano passado tive a honra de ser o representante desta Câmara na Conferência da Borracha realizada aqui no Rio de Janeiro. Sustentei ali dois pontos de vista. O primeiro, de que precisamos inverter a situação atual ou única da borracha, isto é, deveríamos neste instante transferir a proteção que vínhamos tentando manter em favor da indústria de artefatos de borracha para o produtor da borracha.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeito.

O Sr. João Menezes – Essa política de proteção à indústria, admitia-se, foi justa exatamente em determinado momento e criou no Brasil essa grande indústria, colocando-o, se não me falha a memória, em oitavo lugar em todo o mundo. Mas, atualmente, o panorama é completamente diferente. Precisamos proteger a produção e o produtor de borracha. E de fato até agora não recebeu qualquer benefício oficial.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exato.

O Sr. João Menezes – As leis são as mesmas, tudo está no mesmo ponto. Continua-se a pedir mais produção de borracha. Sabe V.Exa. que a borracha está hoje sob monopólio estatal e o seu preço não corresponde,

absolutamente, à realidade do custo de produção, daí o decréscimo da extração da borracha.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sem dúvida.

O Sr. João Menezes – Por outro lado, naquela conferência também demonstrei que nada mais adiantava: estudos, teorias, fórmulas, enquanto não tivéssemos meios para realizar e executar as mesmas. Em face disso, apresentei nesta Câmara projeto de lei, em curso nesta Casa, para criação do Fundo Nacional da Borracha, a fim de que possamos ter recursos e movimentar a situação da borracha na Amazônia. Que nos adianta saber hoje toda a técnica em torno da plantação da borracha, da sua extração, a melhor maneira de trabalhar com elas, se não temos os meios para financiar essa produção? Com esse projeto, do Fundo Nacional da Borracha, se obriga a Comissão de Valorização da Amazônia tirar uma parte da sua verba para empregar na produção da borracha; do Banco da Amazônia, em certas e determinadas condições, a contribuir eficientemente para a produção da borracha. Prevê-se também, naquela proposição, que sempre que se importe borracha do exterior, nos advenha também alguma vantagem para ser empregada diretamente na produção e extração da borracha. Não podemos, de forma alguma, consentir calados na continuação desse estado de coisas que se verifica a todo momento. Perdoe V.Exa. o aparte, mas era uma modesta colaboração que desejava dar ao brilhante discurso de V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado a V.Exa. que ventitou um ângulo do problema que ia abordar logo mais. Em verdade, quando subi à tribuna, pretendia chamar a atenção do país para essa situação, sem procurar impressionar, pintando um quadro real e usando linguagem fria e objetiva. O problema da borracha é menos de um estado, de uma região, do que do próprio país, pois se trata, inclusive, da integração de uma grande área do território nacional dentro da nossa soberania pela posse, pela conquista do solo, precisamente por esses bravos seringueiros e seringalistas, as únicas expressões da nossa soberania na Amazônia abandonada e esquecida.

Em verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as medidas há muitos anos postas em prática ou rebatidas, ou estudadas, visando a solução deste problema, nunca o encararam com a objetividade por ele exigida; nunca se realizam com o sentido de solucioná-lo em profundidade e extensão; nunca se efetivam com o real propósito de impedir as condições

a que chegamos na atualidade e que se agravarão em futuro próximo, em face do desenvolvimento econômico por que passa a nação.

A verdade, Sr. Presidente, é que o país, por esse descaso, pela ausência dessas medidas, chegou à situação de não poder solucionar o problema da borracha. A dificuldade de recursos particulares e o descaso oficial resultaram nessa realidade que é de fato um atestado clamoroso da desorganização nacional para solução dos seus problemas básicos.

Fato baseado em algarismos, Sr. Presidente. De acordo com as previsões dos órgãos técnicos sobre a matéria e que calculam, já para o ano de 1960, um déficit de 29 mil toneladas de goma elástica, que acarretará um prejuízo de cerca de 15 milhões de dólares ao país, e em 1965, data em que poderiam começar a produzir seringais simétrica e racionalmente organizados, esse déficit será de 74 mil toneladas, com um prejuízo de cerca de 40 milhões de dólares para o Tesouro Nacional. Se, no decurso desses anos, o governo se empenhasse no plantio em larga escala da seringueira, para, por essa forma, aumentar a produção, o que é impossível nas presentes condições dos seringais silvestres, não alcançaria, ainda assim, o suficiente para cobrir esse déficit, dada a impossibilidade material de uma plantação em escala.

Temos hoje, racional e sistematicamente plantados, cerca de 8 milhões de seringueiras e 3 milhões no Amapá, 3 milhões em Belterra, Fordlândia e nas estações experimentais de Porto Velho; 1.200.000 plantados pelos estados do Pará e Bahia, e cerca de 800 mil árvores plantadas na zona ecológica da hévea, inclusive na região dos Autazes.

Para que alcançássemos, num prazo de 10 anos, a cobertura do déficit atual, que será o dobro, ou mais, em 1965, precisaríamos plantar uns 100 mil hectares, com 350 seringueiras por hectare, num total de 35 milhões de árvores. Esse plantio iria custar, a quem o fizesse na base de um dispêndio de 70 mil cruzeiros por hectare, a fabulosa soma de 7 milhões de cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, um problema de tal relevância, de tal vulto, tem sido objeto apenas desses estudos acadêmicos traçados em planos que nunca se realizam, esboçados em discussões que se sucedem e se tornam infundáveis, mas nunca se concretizam, enquanto o país definha num aspecto primordial da sua economia, sangrado nas suas divisas, enquanto uma grande área do país é abandonada à cobiça estrangeira.

Estudou-se, há pouco, há uns cinco anos, a implantação da indústria da borracha sintética.

O Sr. João Menezes – Permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concederei já, com muito prazer.

Disse eu “há pouco” porque, para os nossos problemas, cinco anos representam pouco tempo de abandono. Mas li, há uns cinco anos, relatório a propósito dessa indústria no país. Nele os técnicos afirmavam que, se ela fosse concretizada naquele momento, iria custar os cofres nacionais 40 milhões de dólares, mas solucionaria o problema, fecharia a lacuna, até que os seringais simétrica e racionalmente plantados começassem a produzir. O relatório, entretanto, foi colocado à margem, e já daqui a uns anos o país irá gastar esses 40 milhões, não de forma reprodutiva, não em forma de fomento, de incremento de nosso desenvolvimento, mas apenas para importar borracha do exterior.

Concedo o aparte ao nobre colega com muito prazer.

O Sr. João Menezes – Nobre deputado, mais uma vez desculpe interromper seu discurso, mas quero dizer a V.Exa. que já cometi a loucura talvez de apresentar um projeto de lei nesta Casa proibindo a instalação de fábricas de sintético no país. Assim agi porque me parecia que, uma vez criada a indústria de sintético no país, abandono maior seria dado à região amazônica. Defendi, entretanto, a tese de que se deveriam estabelecer fábricas de sintético de borracha depois da proteção necessária à borracha natural da região amazônica. Não era possível se quisesse matar uma das maiores regiões do país para atender a interesses de grupos. Infelizmente, esse nosso apelo não foi atendido pela Câmara, e o projeto, depois de grande luta, foi rejeitado neste plenário. Posteriormente, tivemos notícia dos estudos e contratos para instalação das fábricas de sintético no país. Já formulei, através da Presidência da Câmara, requerimento de informação a fim de saber pelas cópias dos contratos, como se vai fazer a exploração do sintético da borracha em nosso país. Tão logo me chegue esse pedido de informações, levarei os esclarecimentos ao conhecimento de V.Exa. a fim de que possa também entrar nessa luta em defesa de nossa região – a região amazônica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado pelo aparte de V.Exa.

O *Sr. Pereira da Silva* – Peço que me releve, mas estou colaborando no discurso de V.Exa. com o objetivo elevado de encontrar exatamente aquela fórmula que todos nós da Amazônia almejamos para a realização desse grande ideal, que é o de tornar o nosso estado autossuficiente na indústria da borracha. O meu prezado colega João Menezes referiu-se agora, V.Exa., à sua luta em torno do projeto proibitivo da instalação de sintéticos no Brasil. Está registrada nos anais...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Peço permissão ao nobre colega para interrompê-lo. Se o presidente for inexorável comigo, vou dispor de apenas três minutos para concluir e tenho alguns dados que gostaria de apresentar ainda à Câmara. Ouço com muito prazer o nobre colega, mas apenas pediria que fosse mais sucinto.

O *Sr. Pereira da Silva* – Farei até uma sugestão a V.Exa. Tivemos grande luta, também, na segunda legislatura, quando apresentamos exatamente projeto contrariando a instalação de fábricas de borrachas sintéticas neste país. O que há em tudo isso não é o desejo de produzir mais borracha e melhor borracha, mas a intenção, nem sempre sincera, nem sempre honesta, de grupos que querem transferir para o Brasil velhas fábricas de borracha sintética encostadas no Estados Unidos, que funcionaram durante a guerra. Os negociastas fizeram esta onda para a instalação de fábricas de borracha sintética no Brasil não para beneficiar o Brasil nem para atender às nossas necessidades fabris. Pretendiam a aquisição de ferro-velho que, se aqui chegasse a ser instalado, não funcionaria, tal o estado em que se encontrava. Além disso, estavam inteiramente superadas, porque as fábricas modernas alteraram completamente o sistema de produção. Vê V.Exa. que não havia intuito patriótico de se melhorar a situação do Brasil como país produtor de borracha; pensava-se apenas no atendimento dos interesses de grupos aos quais estão ligados aqueles grandes capitalistas sediados em São Paulo, os maiores inimigos da produção da borracha da Amazônia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa. pelo aparte.

O *Sr. Presidente* (Sérgio Magalhães – 1º vice) – Comunico ao eminente orador que o tempo de que dispõe está esgotado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vou concluir, Sr. Presidente. Peço apenas me conceda uns minutos para que possa apresentar dados que não me foi possível exibir.

La acentuar daqui a pouco esse descaso, com exemplo gritante, no que respeita a uma lei, do conhecimento também de V.Exa.

Quero referir-me à Lei nº 3.214, de 14 de agosto de 1957, estabelecendo proteção para a matéria-prima nacional, que não pode ser comprada dentro do nosso território por preço inferior à similar estrangeira. Isto passou a ser letra morta, quando sua aplicação determinava proteção à borracha amazônica.

Aqui estão os dados, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Enquanto a borracha lavada asiática era paga, sem direito, a Cr\$ 215,00 o quilo, a nacional, arrancada nas selvas com sacrifício inenarrável pelos seringueiros brasileiros, é paga apenas a Cr\$ 126,50, com prejuízo de Cr\$ 89,10 para esse bravo brasileiro que, perdido na floresta amazônica, ajuda a construir o patrimônio econômico do país.

Só esse fato põe de manifesto o descaso a que referiu o nobre deputado Pereira da Silva, a que aludiu o deputado João Menezes, em relação à produção da borracha, que vem causando essas sangrias anuais aos cofres da nação, com o aumento de ano para ano, na proporção em que se desenvolvem as indústrias de automóveis, de pneus e outras indústrias de base do país.

Enquanto isso ocorre, nós na Amazônia, onde importamos tudo ou quase tudo, levamos para lá de cambulhada a inflação que se fabrica no sul do país. Se em Manaus, capital do estado, a inflação se faz sentir de forma esmagadora, ela chega ao interior, aos seringais, de maneira a tornar impossível a vida do nosso trabalhador.

Permitam os Srs. Deputados, para ajuizamento desta douta Câmara, que eu apresente alguns dados sobre os preços dos gêneros alimentícios nos seringais do rio Madeira, a poucos dias de viagem de Manaus, os quais, no entanto, não podem servir de base para uma apreciação geral, uma vez que sobem muito nos seringais dos altos rios ou dos rios encachoeirados. Para que a Câmara ajuíze o que é a vida, o esforço do seringueiro, devo dizer que o café lhe chega às mãos a Cr\$ 100,00 o quilo; o açúcar, a Cr\$ 35,00; o arroz, a Cr\$ 35,00; o feijão, a Cr\$ 46,00; a farinha, a Cr\$ 15,00; o sabão, a Cr\$ 50,00 uma barra; o tabaco, a Cr\$ 100,00 a libra; o fósforo, a Cr\$ 2,50 uma caixinha; o querosene, a Cr\$ 25,00 o litro; um cartucho, a Cr\$ 20,00; a pólvora, a Cr\$ 500,00 o quilo; o chumbo, a Cr\$ 350,00 o quilo; o sal, a Cr\$ 15,00;

e o Aralém (remédio), quando o seringueiro precisa combater o impudismo, a Cr\$ 15,00 um comprimido.

O Sr. Maia Neto – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Um minuto. Ouvirei V.Exa. com muito prazer.

Comparemos esses gastos com o que pode produzir um seringueiro que trabalhe nos rios encachoeirados onde a borracha é mais valorizada e onde ele pode produzir mais, uma vez que trabalha durante quase todo o ano. A sua média de produção é de mil toneladas, que, transformadas em dinheiro, dá a importância de Cr\$ 30.000,00.

De acordo com estes dados que acabo de apresentar se verifica que mesmo um seringueiro solteiro não pode viver com a produção que faz nos altos rios, porque a sua renda mensal será apenas de 2 mil e poucos cruzeiros, insusceptível de enfrentar os gastos com a sua manutenção, sem incluir as despesas com remédios e com vestuários.

Recebo agora com prazer o aparte do nobre deputado.

O Sr. Maia Neto – Nobre deputado Arthur Virgílio, em primeiro lugar quero congratular-me, em nome de toda a bancada do nosso partido, pela brilhante oração que vem proferindo neste instante, da tribuna da Câmara.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. Maia Neto – Em segundo lugar, devo também dizer que é de grande profundidade a advertência que V.Exa. faz em relação ao problema da borracha no norte do país. Na verdade, o abandono e o desinteresse por parte dos órgãos competentes pelo problema da borracha têm contribuído – e o testemunho V.Exa. acaba de dar – para a elevação do custo de vida no Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa. pelo aparte.

Sr. Presidente, em tais condições não é possível esperar sacrifício maior desses bravos homens dos seringais para aumentar a produção de borracha silvestre. E para agravar essa situação, para tornar essas condições ainda mais sentidas, mais impossíveis de serem contornadas, não existem, não se efetivam, não vigoram essas medidas objetivas e práticas a que me referi.

Essa situação sobre a qual infelizmente não me posso alongar em decorrência do tempo – e me demorando na tribuna já abuso da gene-

rosidade do nosso eminente presidente – essa situação, certamente, não poderá deixar de impressionar um governante cioso de suas responsabilidades, um governante atento aos deveres de suas funções e que não vê pessoas quando olha o problema, não distingue indivíduos quando procura soluções para uma causa; que busca apenas transmitir as desesperanças e os anseios daqueles de quem é mandatário perante as autoridades incumbidas de assisti-los, de resolver seu drama.

Esse foi o sentido, Sr. Presidente, da entrevista do honrado governador Gilberto Mestrinho aos jornais do Rio de Janeiro. Não houve um só nome citado nas suas manifestações à imprensa carioca. E quando S.Exa. falou em política errada em relação à borracha, não quis aludir em especial à administração do Sr. José Matos, porque seria uma injustiça atirar apenas a uma gestão essa responsabilidade, quando a situação do Banco de Crédito da Amazônia, órgão criado para amparar a goma elástica, é a resultante do acúmulo de erros que vêm de muitos anos.

É bem provável que a situação de quase descalabro, a que chegou essa entidade de crédito, seja decorrência também de medidas oficiais, consequência de falhas que se acumularam em gestões anteriores. Não é possível a ninguém, entretanto, obscurecer a realidade que se apresenta gritantemente diante de nossos olhos, expressada inclusive em relatório do próprio presidente do banco dirigindo-se ao Sr. Presidente da República, solicitando medidas amparadoras do instituto de crédito; é impossível obscurecer-se a situação calamitosa que aí está. Quando o governador de meu estado declarou que protestaria cheques do Banco da Amazônia que não foram resgatados em tempo hábil, S.Exa. objetivou chamar a atenção do governo para a gravidade da situação e alcançar assim as medidas que o seu estado está a exigir, que o seu povo está a clamar, que a Amazônia está a esperar.

O Sr. Pereira da Silva – Permite V.Exa.?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – E não faltou absolutamente a verdade quando declarou que tinha dinheiro a receber no Banco de Crédito da Amazônia porque esses cheques só foram resgatados depois de S.Exa. estar aqui no Rio de Janeiro.

Com muito prazer concedendo o aparte ao nobre deputado, pediria apenas que fosse breve, porque já estou abusando da bondade do meu nobre presidente.

O Sr. *Pereira da Silva* – Acredito, nobre deputado, meu colega e amigo, que houvesse o intuito de advertência nas declarações prestadas pelo governador de nosso estado. Entretanto, se o objetivo de S.Exa. – como acredito honestamente o fosse – era o de cooperar para que as dificuldades se atenuassem, sem dúvidas apressadas teriam sido aquelas afirmativas em relação à situação financeira do banco. Sabe V.Exa. que tudo o que é nosso, que bem ou mal nos deram, contra tudo isso sempre clamam os que querem que a Amazônia continue a ser apenas parte colonizada do país. Então, o que acontece? Diante de uma afirmativa desta natureza, partida do governador do estado, de que tinha um título firmado pelo banco para pagamento de impostos – e se o seu intuito era realmente colaborar, conhecedor das dificuldades do banco, deveria procurar uma solução de conciliação pessoal para que o organismo não se desacreditasse lá fora – os credores do banco, certos de que o estabelecimento ia falir, correram para receber os seus títulos, como aconteceu no Rio Grande do Sul. Vê V.Exa. que a nossa obrigação é cooperar com sacrifício, porque sacrifício também está fazendo o banco, que não recebe há tempo aquele financiamento que o Banco do Brasil lhe deveria dar em face da lei para que pudesse cumprir seus compromissos. Os mais interessados nessa cooperação somos nós da Amazônia: governador, banco, povo e produção. Por conseguinte, conciliemos os nossos interesses. Mas nunca chegemos à imprensa para dizer que esse organismo, bem ou mal criado, mas o único na Amazônia capaz ainda de amparar a indústria da borracha, está em situação tal de descrédito que seja preciso o governador do estado protestar uma letra decorrente da falta de pagamento de impostos, portanto, operação perfeitamente ajustável por um acordo ou por uma compreensão dessas dificuldades. Somente nesse ponto discordo das declarações do governador do estado. Reconheço que a obrigação de V.Exa., e de todos enfim, é exatamente advertir, chamar a atenção das autoridades responsáveis para que ajudem cada vez mais ao banco, à região, a recuperar a antiga posição de prestígio como produtora da melhor borracha do mundo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado pelo aparte do nobre colega. Procurarei ser breve e apresentar os dados. Lembro apenas as palavras que disse anteriormente quando declarei que o governador já trazia as desesperanças e os gritos de sofrimento de um povo como o amazonense que V.Exa. sabe, tão bem quanto eu, que quando recebe

alguma coisa são apenas migalhas dos banquetes que se realizam nesta Federação...

Sr. Presidente, a atitude do governador objetivou apenas isso: a modificação da política nesse importante estabelecimento de crédito, política pela qual pode não ser responsável apenas o Sr. José Matos, mas que vem sendo danosa à economia do próprio banco e que resulta, na atualidade, nestes dados absolutamente estarrecedores. Possui o Banco de Crédito da Amazônia, em caixa e no Banco do Brasil, 64 milhões e 520 mil cruzeiros. E este mesmo banco tem de depósitos, de responsabilidades exigíveis em curtíssimo prazo, inclusive exigíveis imediatamente, a importância de 734 milhões de cruzeiros. Enquanto a agência de São Luis, por exemplo, tem, em caixa e no Banco do Brasil, apenas 170 mil cruzeiros, essa mesma agência tem responsabilidade no total de 20 milhões. Ao passo que a agência de Belém tem em caixa 7 milhões e no Banco do Brasil 6 milhões e 790 mil cruzeiros e tem de responsabilidade 258 milhões e 500 mil cruzeiros. Enquanto na agência de Manaus há em caixa 2 milhões e 800 mil cruzeiros e no Banco do Brasil apenas 5 milhões de cruzeiros, existem responsabilidades de 57 milhões e 200 mil cruzeiros. E as outras agências vão sempre nessa proporção, que alarmaria qualquer pessoa, que levaria qualquer observador à convicção de que, se não forem postas em prática, imediatamente, medidas saneadoras desse descabro, o Banco de Crédito da Amazônia não se aguentará, não atenderá os seus compromissos, Srs. Deputados, Sr. Presidente. Além de tudo isto, sabia o governador que o próprio banco, pela sua agência de São Paulo, estava pedindo a intervenção do Banco do Brasil, permitindo, inclusive, numa carta cuja fotocópia tenho aqui, colocar um guichê da agência à disposição de funcionários da confiança do presidente do Banco do Brasil, que para lá fosse enviado para controlar a venda da borracha.

Quando o governador recebe um documento dessa natureza, haverá certamente de se alarmar, haverá certamente de falar a única linguagem que a gravidade da situação lhe está exigindo.

Mas o que posso afirmar à Câmara é que o propósito desse jovem e honrado governador, como o propósito daqueles que o estão ajudando a enfrentar as tremendas dificuldades no estado do Amazonas e o de nós outros que aqui estamos por delegação do povo amazonense, é apenas engrandecer o Amazonas dentro da comunidade nacional, fazendo dele

um estado forte dentro da Federação, capaz inclusive de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

O Sr. José Sarney – Sr. Deputado, ouço-o com a maior atenção e não desejo que termine V.Exa. o seu discurso tratando de problema tão grave, qual seja o da borracha e suas implicações com o problema de crédito na Amazônia, sem deixar consignado o relato deste fato gravíssimo que o Sr. Presidente do Banco de Crédito da Amazônia, por mim inquirido na Comissão de Valorização da Amazônia desta Casa, teve oportunidade de informar: o Banco de Crédito da Amazônia, após reunir especialmente para tal fim uma assembleia extraordinária, decidiu, por pressão do Sr. Ministro da Fazenda, pagar, em lugar da Firestone e da Goodyear, a quantia de 300 milhões de cruzeiros. Fora encontrada essa diferença no preço da borracha entregue aos trustes do produto no Brasil e por eles já consumido, e essa foi a importância paga pelo banco. Vê V.Exa. quão grave é o problema da borracha. Até mesmo os trustes que monopolizam a borracha no Brasil e no mundo arrancam da nossa espoliada região a quantia de 300 milhões de cruzeiros e este governo que aí está, através do Ministério da Fazenda e de outras autoridades, foi quem comandou essa entrega criminosa e danosa para o nosso estado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. Pereira da Silva – Vê V.Exa. que temos mais trustes contra nós do que o banco que apenas enfrenta dificuldades desta natureza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, ainda tenho outros elementos e outros dados a apresentar perante a Câmara mas reconheço que estou abusando...

O Sr. Presidente (Sérgio Magalhães) – Comunico ao eminente orador que falando na qualidade de líder do bloco, como o faz, dispõe ainda de trinta minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço a V.Exa.

O Sr. Presidente (Sérgio Magalhães) – A advertência foi apenas devida ao fato de ter V.Exa. citado o tempo que desejava falar, mas, se ainda tem matéria, pode continuar com a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. já foi muito generoso, assim como os ilustres deputados que me honraram com a sua atenção, e não desejava abusar da atenção da Casa, porque no meu requerimento especifiquei o tempo de que precisava para falar.

Assim sendo, deixo a tribuna com os meus agradecimentos a V.Exa. e com estas explicações à Câmara, que serão alargadas no próximo mês, quando já me encontro inscrito para falar no Grande Expediente, dispondo de maior prazo, a fim de ventilar outros aspectos, outras facetas deste momentoso problema nacional, que é o da borracha.

O preço da alimentação do trabalhador

Câmara dos Deputados, sessão de sábado, 14 de novembro de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, o Serviço de Alimentação e Previdência Social, recentemente sob a alegação de não ser possível continuar fornecendo refeição aos trabalhadores a Cr\$ 15,00, elevou-o para Cr\$ 25,00. A medida poderia encontrar justificativa na galopante inflação que se abateu sobre o país, determinando o aumento do custo de todos os gêneros de utilidade. No mesmo instante, porém, em que o Saps alegava certas dificuldades e, invocando a impossibilidade de arcar com os prejuízos decorrentes do baixo preço cobrado pela refeição, atirava mais uma sobrecarga aos ombros dos trabalhadores: a direção nomeava dezesseis procuradores, inúmeros tesoureiros para aquele serviço, com vencimentos superiores a Cr\$ 30.000,00.

Assim defrontamo-nos com este paradoxo: ao mesmo tempo em que declara não poder suportar o ônus acarretado pelo baixo preço da refeição fornecida aos trabalhadores, paralelamente cria nos seus quadros algumas dezenas de sinecuras, remuneradas com pingues vencimentos para agravar a situação da autarquia.

Sr. Presidente, ao trazer o fato ao conhecimento da Casa, procuro evitar a repetição de atos dessa natureza, que poderão levar aquela entidade à situação em que estava quando teve de ser substituído um diretor, depois de muito escândalo, depois de muita imoralidade e de muitos absurdos que ali se praticaram.

O Sr. Breno da Silveira – Sr. Deputado, aí funcionou bem o “autorizo” do presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado a V.Exa.

Sr. Presidente, não compreendo como se possa alegar dificuldade para manter o preço da alimentação fornecida ao trabalhador e, ao mesmo tempo, criar sinecuras regiadamente remuneradas para amparar apaniguados.

O “dia do fico” do “homem da vassoura”

Câmara dos Deputados, sessão de terça-feira, 8 de dezembro de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, solicitei a palavra apenas para fazer constar dos anais da Câmara, como documentos para a História, editorial do *Correio da Manhã* sob o título “Fico”, publicado na sua edição de ontem. Pretendia apenas ler o comentário, que fala por si pela sua imparcialidade e pela sua isenção.

Entretanto, as palavras que ouvimos há pouco, do Sr. Deputado Raimundo Padilha, levam-me a dizer que o respeitável e austero matutino, fiel às tradições do seu passado, comenta a desrenúncia à renúncia, a revogabilidade do gesto irrevogável do Sr. Jânio Quadros. São poucos períodos e breves, mas que valem como a maior condenação que se poderia lançar à atitude do carismático candidato da vassoura, ao candidato que num dia despreza e no outro dia exalta os partidos, que valem como a maior condenação que se poderia fazer do arrufo – segundo define o *Correio da Manhã* – que estremeceu a nação brasileira, ao arrufo que foi como insulto lançado à face daqueles que acreditavam no Sr. Jânio Quadros. E o mais grave deste editorial é que ele vincula, sem meias palavras, o retorno do Sr. Jânio Quadros ao ato rebelde de uns jovens oficiais e de alguns velhos oficiais das nossas Forças Armadas. Esse grupelho rebelde pode, como disse o Sr. Deputado Raimundo Padilha, não ser constituído de bandidos, de salteadores, mas realizou uma pantomima bélica, nada mais fez do que encenação ridícula. Vincula o *Correio da Manhã* o retorno do Sr. Jânio Quadros a essa revolução. Pretendeu o candidato da vassoura comover o povo, para ressurgir à vista da opinião pública como o homem providencial que impedirá o derramamento de sangue, a luta fratricida, já que a digna direção da UDN resistira ao seu destempero, à sua desconsideração e à sua afronta.

Sr. Presidente, aquele que, desprendido e bravo, pretendia apresentar-se ao povo como insubmisso às exigências partidárias, como acima de quaisquer compromissos com os partidos, saiu da renúncia irrecorrível com a mesma calma irresponsabilidade com que anunciara à nação que não mais seria candidato.

O cidadão que agora se une a uma chanchada bélica, a uma postura subversiva, entrou no episódio sucessório como leão arrogante

e indomável e eis que agora sai desse mesmo episódio como sendeiro inofensivo e humilde.

Valeu, entretanto. Foi necessário que tudo isso acontecesse para que o Sr. Jânio Quadros ficasse despido por inteiro perante a opinião pública, que, já a esta altura, pode ver, em toda a extensão, sua verdadeira e deformada personalidade política.

Sr. Presidente, para que conste de nossos anais, passo a ler a nota inserta no *Correio da Manhã* sob o título “Fico”:

O Sr. Jânio Quadros desrenunciou ontem. Ei-lo, de novo, candidato. E vai começar a campanha pelo Acre. E vai fazê-la com o Sr. Leandro Maciel. E vai fazê-la também com o Sr. Fernando Ferrari.

Renunciara porque não suportara o peso de certos compromissos. Nas cartas que os partidos mandaram ao Sr. Carvalho Pinto, voltam eles a reafirmar que não impuseram ao Sr. Jânio Quadros nenhum compromisso, excetuados, naturalmente, os “de índole programática”.

Renunciaria o Sr. Jânio Quadros porque em sua volta havia desinteligência e desarmonia entre os que apoiavam. Os partidos reiteram, na carta ao governador de São Paulo, que permanecem “unidos e harmonizados” em torno de seu nome.

O quadro em que se movia o candidato antes da renúncia é o mesmo em que ele se emoldura agora depois da desrenúncia.

Não explicara, lealmente, porque renunciara. Não explica agora porque a renúncia dexou de ser irrecorrível. Em sua carta de ontem, os partidos receberam elogios, mas o presidente de partidos que foram citados em meio a uma conferência não receberam sequer um pedido de escusas. Há na carta um ar polêmico – irritação contra os que desde o primeiro momento não se iludiram com o sentido e os objetivos do rompante. Em compensação até alusões veladas à segunda Jacareacanga surgem na literatura epistolar do candidato reencarnado, levantando uma ponta de véu sobre o carinho com que ele constrói, cultiva e administra a sua vocação carismática.

No manifesto dos imberbes de nossa Sierra Maestra, o Sr. Jânio Quadros foi citado. Pensava-se que a citação era abusiva. Agora o candidato exhibe uma vinculação entre a sua desrenúncia e o voo cego para Aragarças.

Engana-se o Sr. Jânio Quadros quando imagina que o país possa receber com emoção e entusiasmo o seu fico.

Depois da perplexidade provocada pelo seu arrufo com os partidos da Oposição, a reconsideração da “renúncia irrecorrível” será recebida com frieza, pesada em todos os seus detalhes, verificada palavra por palavra de sua determinação, justificativa e legitimidade.

A carta ao Sr. Carvalho Pinto não explica nada. Anuncia-se que o candidato recondicionado dirigirá manifesto ao país, dentro de poucas horas. Será a sua oportunidade de falar sério ao país que o levou a sério.

Como se vê, comenta mais uma vez o brilhante matutino as duas atitudes do grupelho da FAB, que iniciou sua revolução apresando alguns aviões daquela corporação militar; prosseguiu com um gesto criminoso, sequestrando um avião de passageiros com cerca de quarenta pessoas a bordo – homens, mulheres e crianças – cuja vida esteve exposta a graves perigos; que continuou com a “heroica” ocupação de pacífica, pequenina e indefesa cidade do interior e terminou de forma melancólica e ridícula com uma fuga, há muito preparada, para o estrangeiro. Este é um gesto, Sr. Presidente, que afina bem, que concorda bem com esse outro do Sr. Jânio Quadros, insubmisso aos partidos, não aceitando exigência de qualquer natureza, mas agora novamente submisso aos partidos e outra vez candidato à Presidência da República.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que o editorial do *Correio da Manhã* serve como brado de alerta ao povo brasileiro, para que se acautele e sobretudo se defenda, impedindo que um homem de atitudes tão inconsequentes, tão irresponsáveis, possa chegar à Suprema Magistratura do país.

A implantação do terror e da injúria

Câmara dos Deputados, sessão de quarta-feira, 16 de dezembro de 1959

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, há evidentemente uma condenável tendência neste país conduzindo para uma deturpação intencional a interpretação e o exame da conduta dos homens públicos. E esta tendência vai conquistando maiores proporções, vai tomando maior volume a tal ponto de não ser mais possível nestes dias

agitados de tanta incoerência, de tantas atitudes incompreensíveis, até de gestos irrevogáveis que se tornam revogáveis, distinguir-se nos pronunciamentos dos homens públicos o insincero do sincero, o injusto do justo, o falso do verdadeiro. A preocupação de não injustificar, sobretudo como exigiriam as boas regras da ética política, vai desaparecendo e é substituída quando o propósito daquele que julga ou examina é apenas extravasar recalques e ódios por uma verdadeira volúpia de denegrir de qualquer forma, de aniquilar, a qualquer preço, a personalidade moral do adversário.

O Sr. Miguel Bahury – V.Exa. tem razão ao aludir a essa espécie de homens que lamentavelmente proliferam neste país, a se arrojar de moralista, tentando acoimar de despudorada aquela parcela de homens decentes que servem ao país com denodo e abnegação. Nesta Casa mesmo há os que sobem à tribuna na tentativa de humilhar os colegas que exercem honestamente sua atividade, quando eles, vivendo irregularmente, não têm palavras para explicar a origem dos seus haveres, enquanto nós outros, na planície, honradamente, lutamos pelo nosso ganha-pão. Continuarei ouvindo V.Exa. e, se permitir, farei novos apartes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço ao nobre deputado Miguel Bahury o aparte.

Estamos, de fato, Sr. Presidente, às vésperas da implantação do terror, da injúria, do doesto e da mentira como uma constante na vida pública brasileira, quando, então, para rebaixamento do nosso nível de cultura política, todos os meios serão lícitos, todos os recursos serão normais e bons, todas as armas, mesmo aquelas condenadas pelos rígidos preceitos da moral, serão utilizadas pelos homens de partido ou pelos homens ligados a partidos no afã de conquistar a qualquer preço a vitória nas urnas.

Os falsos Catões que proliferam neste país, precisamente por serem falsos, fazem usança larga desses processos, desses recursos que descredita e até aviltam o regime, que transformam, deformando a feição normal das instituições democráticas.

Vim à tribuna, Sr. Presidente, em nome do meu partido, precisamente devido a uma dessas deturpações intencionais e de má-fé da atitude de um ilustre homem público do país, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, o Sr. João Goulart.

Quero referir-me a um pronunciamento do ilustre almirante Amorim do Vale, presidente do Clube Naval, em entrevista ao jornal *Tribuna da Imprensa*, que peço permissão a V.Exa. para ler:

O almirante Amorim do Vale, presidente do Clube Naval, disse essa manhã à *Tribuna da Imprensa* que o discurso provocador de ontem, na Câmara, do deputado petebista Paulo Mincarone, não é uma atitude dele, pessoal, é parte de um plano qualquer para provocar mal-estar no país, propiciando um movimento para impedir as eleições.

O almirante assegurou que no momento não há clima para tais movimentos, desejando a maior parte da nação a realização das eleições.

O Sr. Miguel Bahury – Dá a impressão até de que o deputado Paulo Mincarone pertence ao grupo do deputado Carlos Lacerda, o que não é verdade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo aparte que V.Exa. dá à entrevista do almirante Amorim do Vale.

Continuo:

Entretanto, há uma pequena minoria que ele localiza dentro do próprio governo disposta a impedir de qualquer maneira as eleições, já tendo inclusive um plano para isto.

O Vice no Plano

E este plano – revela o almirante Amorim do Vale – “Está ligado ao vice-presidente João Goulart e ao governador Leonel Brizola”. É um plano do PTB. O discurso de ontem do deputado Mincarone foi parte desse plano e isto porque foi o próprio deputado quem teve a iniciativa da sessão da Câmara para homenagear a Marinha, fazendo depois um discurso de provocação e ofensa: “Nunca se viu isto em uma festa comemorativa”.

Disse ainda que o mais grave é que o deputado Mincarone não é da Oposição, pertence a um partido que apoia o governo: “É a própria gente do governo, uma facção dentro deles que está conspirando”.

A intenção desta facção é clara: desmoralizar o Congresso, as instituições, possibilitando um clima para impedir as eleições. O almirante Amorim do Vale declarou também que é necessário advertir a nação do que esta facção está planejando.

O Sr. José Talarico – Permite V.Exa.?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Pois não.

O Sr. José Talarico – Verificamos, pela orientação das declarações do almirante Amorim do Vale que elas são impróprias a um oficial superior – que foi ligado ao almirante Pena Boto – sobretudo quando esse oficial já exerceu o cargo de ministro da Marinha, como é o caso do almirante Amorim do Vale. Por elas se vê o complexo de S.Exa. em relação ao vice-presidente João Goulart.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa. Estou aqui precisamente para contestar essas declarações e o faço em nome de meu partido como uma homenagem do PTB e seu presidente à gloriosa Armada Nacional.

O Sr. Clovis Motta – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com muito prazer.

O Sr. Clovis Motta – Fique certo V.Exa. e a Câmara de que falece autoridade ao almirante Amorim do Vale para vir denunciar, pela imprensa, discurso que um deputado aqui fez em seu próprio nome, sem delegação do partido, usando de direito que lhe assiste, uma vez que é detentor de um mandato popular. E ainda mais: falece autoridade a S.Exa., posto que não veio ele a público, por ocasião dos acontecimentos de Aragarças, condenar ou apontar nomes, mesmo porque, evidentemente, naquele outro fato não poderia ligar, de forma alguma, homens do PTB ao movimento. Se tivesse que vincular alguém seriam os elementos que, acumpliciados com ele, fizeram o 24 de agosto, sendo o 11 de novembro um contramovimento dos planos de que ele tomou parte ativa. Fique certo V.Exa. de que está, realmente, nesta ocasião, expressando a opinião unânime do PTB e não somente do PTB, mas de todos aqueles homens que, sem paixões e sem vendas, olham os fatos como acontecem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo aparte do nobre colega Clovis Motta.

Sr. Presidente, peço ainda permissão a V.Exa. para tecer breves comentários, com absoluta sinceridade, ao discurso proferido pelo nobre

deputado Paulo Mincarone e que está provocando toda esta celeuma. Depois de ler cuidadosamente o original da peça oratória do representante gaúcho, para melhor poder agir e julgar, cheguei à conclusão que, de fato, algumas expressões usadas pelo Sr. Paulo Mincarone, em face das prevenções suscitadas pela sua posição na controvérsia sobre a compra do porta-aviões Minas Gerais poderiam ser consideradas como restrições a alguns chefes navais do momento. Mas o que deu causa ao incidente, o que determinou a quase saída deste plenário do ilustre ministro Mattoso Maia e dos oficiais que o acompanhavam não foram as expressões já riscadas dos anais da Câmara, mas a citação do nome de João Cândido com a classificação que lhe deu o Sr. Paulo Mincarone, usando a definição de um conhecido e brilhante repórter, o Sr. Edmar Morel. S.Exa. o fez por desconhecer até aquele dia que a oficialidade da Marinha considera João Cândido um renegado, um marujo rebelde.

Estou autorizado pelo nobre colega de bancada, Sr. Paulo Mincarone, a dar esta explicação à Casa, afirmando que o seu propósito era de fato exaltar a Armada e os seus feitos presentes e pretéritos.

Diz o deputado Mincarone que, ao aludir ao fato histórico, não pode prever que ele seria tomado como uma ofensa pela oficialidade que aqui se encontrava. Não tivera o intuito preconcebido de desconsiderar a oficialidade da Marinha. Agira de boa-fé com o propósito leal de sinceridade homenagear a Armada e os seus feitos.

Examinemos friamente os acontecimentos:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quantos de nós, pergunto eu, sabiam que João Cândido, que ainda vive, que é considerado de modo geral pela opinião pública como um bravo, que tem o seu nome cantado nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, como herói, que recebe uma pensão concedida pela Câmara Municipal de Rio Prado, no Rio Grande do Sul? Quantos de nós sabiam que João Cândido era considerado um renegado pelos nossos almirantes? Quantos de nós já não tiveram ensejo, em solenidades oficiais ou não, em conversas informais mesmo, de exaltar o rude marujo que se levantou numa rebelião para extinguir uma nódoa da nossa Marinha de Guerra, que era o uso da chibata contra os marinheiros? Quantos de nós, Srs. Deputados, em outros aspectos, seriam capazes de condenar João Cândido por ter chefiado uma revolta, a fim de conseguir tratamento humano para brasileiros, humildes marujos, mas que também ajudam a escrever com heroísmo e com sangue as páginas

de glória da Marinha e do Brasil? Quantos de nós, Sr. Presidente, pergunto ainda, seriam capazes de condenar João Cândido por ter chefiado uma rebelião a fim de conseguir a revogação de uma lei infame e escravocrata, que permitia a flagelação de seres humanos, que admitia como justo o castigo físico, que equiparava os nossos marujos a animais? Quantos, Sr. Presidente, quantos de nós seriam capazes dessa condenação?

O Sr. *Bilac Pinto* – Congratulo-me com V.Exa. e com o Partido Trabalhista Brasileiro por essa parte do discurso em que V.Exa. revela que nem o nosso prezado colega Paulo Mincarone, nem o seu partido estariam interessados em fazer uma provocação à Marinha de Guerra do Brasil. Mas ao mesmo tempo entendo que, no texto desta oração e nos apartes a ela oferecidos, não deveriam constar os ataques feitos a um brilhante oficial de nossa Marinha, o almirante Amorim do Vale, que hoje exerce a presidência do Clube Naval do Brasil. Isto porque as restrições feitas a ele, além de injustas, representam uma posição injustificável, tal seja a de pretender restringir o direito de apreciação de um cidadão brasileiro como é o almirante Amorim do Vale. Parece-me vieram as circunstâncias, de certo modo, confirmar a impressão que ele teve. Sabe V.Exa. que depois dessa entrevista o governador Leonel Brizola reuniu a imprensa na sala da Biblioteca desta Câmara e deu uma entrevista que realmente alarmou o país. V.Exa. sustentou teses que pareceram confirmar as impressões daquele almirante. Por isso, congratulando-me com a posição de V.Exa. e com a do seu partido em desfazer o equívoco criado pelo discurso do nosso prezado colega Paulo Mincarone, desejo dizer que não posso, nem a bancada do meu partido, aceitar as críticas aqui formuladas ao almirante Amorim do Vale.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Recolho com muita honra o aparte de V.Exa. e respeito também a sua opinião, mas devo declarar que a entrevista do ilustre governador Leonel Brizola nada teve de subversiva, nada registrando de ameaça ao regime. E contra sua atitude – não fossem as prevenções do reacionarismo contra o Partido Trabalhista, que prega a reforma social e por ela luta – não seriam tão grandes, como não o foram as manifestações ostensivas de eminentes representantes da União Democrática Nacional publicamente apoiando o golpe, publicamente louvando os golpistas e até declarando, como fez o ilustre líder João Agripino, a quem rendo as homenagens da minha mais sincera

admiração pelas suas qualidades de homem público, que, se tivesse sido convidado, teria aderido ao movimento de Aragarças.

O Sr. João Agripino – Em primeiro lugar quero dizer a V.Exa. que a minha declaração de lamentação por não ter sido convidado para a rebelião decorreu do fato da leitura, pelo Sr. Ministro da Justiça, do ato institucional. Pareceu-me realmente um bom programa; evidentemente estava um pouco antiquado e tive a decepção ao ouvir posteriormente os atos executivos que já me pareciam primários, inteiramente inadequados à realidade brasileira. Já no final dessa programação, não desejaria participar da rebelião; de modo que V.Exa. há de compreender o sentido do meu aparte naquela oportunidade. Quanto à nossa posição, ainda bem que V.Exa. compreende que nos assiste uma imparcialidade absoluta ao julgar os acontecimentos, talvez mais do que elementos que apoiam o governo, e, exatamente por esse fato, consideramos o ato reprovável. Reconhecemos, porém, na atitude daqueles oficiais, bravura e ideal. Embora entendamos que eles não deveriam ter praticado o ato, embora condenemos a prática desse ato, divergimos da Maioria, ou de alguns elementos da Maioria, relativamente ao julgamento pessoal desses oficiais.

Enquanto esses companheiros consideram os oficiais provocadores ou agitadores, nós os reputamos homens heroicos, capazes de sacrificar sua carreira e sua vida por um ideal, que seria a salvação do Brasil, na opinião deles. Entendemos, meu nobre colega, que podemos atingir esse objetivo através dos processos democráticos.

Mas, ao condenar o movimento, não estaremos de chicote em punho a açoitar as virtudes ou as qualidades negativas daqueles oficiais, só pelo ato que praticaram.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado ao eminente líder pelo aparte. Registro-o com satisfação, principalmente porque tirou aquela impressão, que ficara em toda a Câmara, de que um homem do valor moral e político do Sr. Deputado João Agripino estaria solidário com esse movimento de indisciplina, de desordem, que, sobretudo, causou ao país mal inimaginável no exterior, iguais aos que estamos, no conceito internacional, a essas republiquetas onde se verificam revoluções de seis em seis meses.

O Sr. Nelson Carneiro – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Daqui a um momento. Um ato desses, uma atitude dessas, um gesto de reincidência como esse não

poderá senão merecer a formal condenação daqueles que acreditam na força da democracia para levar o Brasil aos destinos que para o Brasil todos esperamos.

Mas de qualquer sorte a explicação do Sr. Deputado João Agripino causa satisfação a todos nós porque S.Exa. vem declarar, retificando aquele aparte anterior, que não aderiria em absoluto a esse movimento rebelde contra as instituições democráticas, que chega numa hora em que mais a nação precisa de paz e de tranquilidade, porque estamos em pleno processo para eleições presidenciais.

Com muita honra ouço o aparte do nobre deputado Temperani Pereira.

O Sr. Temperani Pereira – Nobre colega, foi invocada aqui, na palavra inteligente e autorizada do Sr. Deputado Bilac Pinto, a declaração do Sr. Leonel Brizola feita há dias perante os jornalistas da capital federal no recinto da Biblioteca da Câmara. Disse S.Exa., o Sr. Deputado Bilac Pinto, que aquelas declarações trouxeram intranquilidade. Se tranquilidade houve, deve correr por conta de malentendido e talvez também por conta de um pouco de má vontade, porque, em verdade, o governador Leonel Brizola foi claro, preciso e explícito. S.Exa. afirmou que, como governador de um estado, não tem mais condições, a continuarem as coisas como estão, para manter a ordem. Disse mais, que uma ditadura teria sua oposição frontal e decidida. Disse, finalmente, que as classes dirigentes, superando fronteiras e quadros partidários, deveriam unir-se para dar uma formulação ao Brasil, a fim de fazer um concerto ao estado atual de coisas. E, bem ou mal, aquele governador apresentou um programa, um roteiro. Ora, ilustre deputado, um homem que vem, neste ano de 1959, dizer clara e lisamente que a situação brasileira é de crise intolerável não pode ser um agitador. Agitadores são aqueles que vendem ilusões, que mistificam e querem apregoar um Brasil cheio de benesses, quando, em verdade, a nossa situação está completamente deteriorada. Não é possível equacionar ou postular problemas sequer da administração brasileira, quando por baixo, no *background*, está essa coisa horrorosa – um custo de vida insuportável. O líder, o verdadeiro líder de que o Brasil precisa, tem de falar linguagem parecida com a do governador Brizola. O Brasil precisa de sacrifício, de suor e lágrimas talvez, para evitar sangue. Não queremos os líderes de fancaria que nos vêm apregoando uma situação vantajosa,

primorosa e de progresso, quando, em verdade, estamos sentindo que o Brasil, nesse quadro de subdesenvolvimento, precisa tomar uma providência. E, se nós, que compomos essa liderança, não o fizermos, então o povo saberá fazer justiça pelas suas mãos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado. V.Exa. colocou em termos exatos, absolutamente exatos, as finalidades, os objetivos da entrevista do nosso ilustre correligionário, governador Leonel Brizola.

Ouçó agora, com prazer, o aparte do deputado Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro – Acredito que V.Exa. deveria ficar no aspecto parlamentar do incidente criado com o discurso do deputado Paulo Mincarone, deixando os políticos para outra oportunidade. Realmente, nobre deputado, não estava eu presente àquela solenidade; mas, a dizer a verdade, como costume dizer sempre, se encontrei alguma referência a mais no discurso do representante sul-rio-grandense, também encontrei a mais excessos da manifestação desta Câmara, no que representou de desprestígio a um de seus membros. Sou, V.Exa. me permita afirmar, um daqueles que nesta Casa sempre têm lutado pelo prestígio do Poder Legislativo, pois acho que somos o único Poder que se desampara para prestigiar os outros. Não ouvi o princípio do discurso de V.Exa., mas quero deixar claro que estou solidário com qualquer reparo que acaso haja feito, não discriminadamente, a um ou outro signatário, mas à nota desairosa para a Câmara, que teria sido aprovada pelo Clube Naval e que por felicidade não foi lida nesta Casa. Assim que vi nos jornais procurei saber se tinha sido divulgada pela Mesa, mas não figurava em seu Expediente. Não me refiro mesmo aos seus termos para que dela nada conste nos anais. Acredito possa o deputado Mincarone, nos excessos do seu entusiasmo, ter remotamente ferido, numa interpretação dada pela Marinha ao seu gesto, mas não visou a Marinha, nem teve esse objetivo. De qualquer forma, é preciso preservar o direito do deputado de manifestar livremente sua opinião, principalmente por ser esta a Casa do povo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Registro, com muito prazer, a solidariedade emprestada por V.Exa. ao meu discurso. Eu mesmo não iria fazer referência a essa nota da presidência do Clube Naval, que é nada mais nada menos do que um antecedente, ou um conseqüente, da entrevista do Sr. Almirante Amorim do Vale ao jornal *Tribuna da Imprensa*.

O Sr. Aducto Cardoso – Nobre deputado, não li a nota do Clube Naval e confesso ter-me passado despercebido esse acontecimento a que

o nobre deputado Nelson Carneiro empresta tanta gravidade. Se realmente há uma nota assim à Câmara, estou com o ilustre colega, com V.Exa. e com a Casa.

O Sr. Nelson Carneiro – Diz ela respeito ao deputado que faz parte da Câmara. Trata-se de um incidente que esta Casa já tinha encerrado. Portanto, não cabia ao Clube Naval fazer restrições a um membro do Legislativo, já que foi prestada a devida manifestação de solidariedade aos militares que aqui estiveram presentes.

O Sr. Aduacto Cardoso – Posta a questão nesses termos, Sr. Deputado, já é outro o meu modo de pensar.

O Clube Naval, como qualquer outro clube, tem o direito de fazer quaisquer restrições que entenda aos representantes do povo. Este é um Poder aberto a todas as críticas e a todos os louvores.

O Sr. Nelson Carneiro – É o único Poder aberto.

O Sr. Aduacto Cardoso – É o único Poder, que por sua natureza mesma, tem de estar exposto a todas pressões, a todas as censuras, a todas as críticas. Os outros, por definição, não devem ser pressionados. Mas, entre nós, no nosso trabalho, na nossa atividade, a pressão exterior é natural, normal e desejável. Mas queria dizer que, qualquer que fosse a opinião do Sr. Deputado Mincarone, cuja independência e bravura respeito, cometeu S.Exa. imprudência grave, vindo exprimi-la num dia de festa, quando recebíamos aqui, como convidados, oficiais gerais da Marinha, representantes de toda a corporação. S.Exa. deveria ter sondado antes o assunto sobre o qual ia discorrer e percebido ser esse um assunto que desperta as mais fundas suscetibilidades na Marinha. Não estou longe de apoiar V.Exa. Digo mesmo que estou muito perto do seu tema. Na realidade, João Cândido, na sua humildade, na sua ignorância, foi o herói que soube resgatar a Marinha brasileira ao regime da escravidão e da chibata.

Mas é preciso também que assuntos dessa natureza, ainda hoje no terreno polêmico e que continuam despertando suscetibilidades as mais agudas, não sejam focalizados exatamente na ocasião em que recebemos como hóspedes a oficialidade superior da Marinha, que todo o mundo sabe ser extremamente sensível ao debate do problema. Esta é a colocação do assunto, a meu ver a mais sensata e prudente. O Sr. Deputado Paulo Mincarone errou e as críticas que a S.Exa. devam ser feitas ou possam ser feitas são críticas que as associações de classe e os representantes da

Marinha ou das Forças Armadas têm o direito de fazer, pois nós, representantes do povo, achamo-nos expostos e devemos estimar que, para diminuição de nossos erros, estejamos nesse pelourinho que é a vida pública.

O *Sr. Nelson Carneiro* – Permita o nobre orador apenas esclarecer meu aparte anterior. Sr. Deputado, ao manifestar meu pensamento, não quis referir tenha sido aquela a melhor oportunidade para que o episódio fosse examinado. Quis acentuar que o direito de manifestar o representante do povo sua opinião tem de encontrar aqui mesmo as restrições que a disciplinem. Não pode, portanto, ser levado ao exagero com que se quer interpretar a atitude do deputado Paulo Mincarone. Pode-se dizer apenas, como disse o deputado Aduacto Cardoso, que foi inoportuno seu pronunciamento, mas não se lhe pode negar o direito de manifestar seu ponto de vista sobre acontecimentos passados, e que já agora encontra o apoio até do deputado Aduacto Cardoso e encontrará, certamente, a compreensão de todos aqueles que se interessam pela história dos direitos humanos. Há de se reconhecer que, com o seu gesto, João Cândido abriu novos horizontes a grande parte de uma corporação que vivia até então sob a chibata.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Estou plenamente de acordo com V.Exa.

O *Sr. Presidente* (Ranieri Mazzilli) – Devo advertir o nobre orador de que devemos passar à matéria constante da Ordem do Dia, não obstante seu tempo ficar em parte prejudicado. É mister cumprir o horário de nossos trabalhos, levando-se em conta que figura na Ordem do Dia matéria em caráter de urgência. Pediria, pois, ao nobre orador não mais concedesse apartes e concluísse sua oração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço a V.Exa.

O *Sr. Hélio Machado* – Permita o nobre orador que situe a questão nos seguintes termos: convida-se o Sr. Ministro da Marinha para vir à Câmara, S.Exa. aqui comparece com a oficialidade, a fim de receber a homenagem que lhe iria prestar esta Casa do Legislativo. Não deveria, portanto, jamais ser essa a oportunidade, respeitando-se o direito de falar de qualquer deputado livremente, para atingir a Marinha, naquilo que realmente lhe fere e fere muito, porque a Marinha possui, em seus vultos do passado, tradição de nobreza e dignidade. Como exemplo, citamos marinheiros como Marcílio Dias, Groenhal, Barroso, Tamandaré...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – João Cândido.

O Sr. *Hélio Machado* – João Cândido não representa para a Marinha de Guerra o mesmo que representam para o Exército aqueles que, num dia de novembro de 1935, assassinaram companheiros, quando ainda dormiam em seus leitos. Realmente, isso ocorreu em 1910.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perdão, nobre colega...

O Sr. *Hélio Machado* – Permita concluir o aparte. Não quero, com isso defender a chibata, mas apenas situar as coisas em seus devidos termos. A revolta que chefiou João Cândido foi realmente sanguinária e não é página de tradição, como tantas páginas tem a Marinha nacional, como igualmente não é página de tradição histórica para o Exército aquela de novembro de 1935, porque muitas outras, mais brilhantes, serviriam para representá-lo ao país. Sem pretender, de modo algum, alimentar polêmica ou discussão, peço seja apenas considerado o fato em si como ocorreu e que as críticas, as opiniões que divergem devem ser respeitadas, mas acima de tudo oportunas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perdoe-me o nobre colega, mas não posso aceitar, em absoluto, a paridade de um movimento revolucionário que visava implantar no país doutrina importada do estrangeiro, regime de força e de ditadura, com esse outro de um rude marujo, de um humilde marujo que toma das armas depois de muito humilhado, depois de muito espezinhado, para resgatar uma dívida da Marinha com sua própria tradição, exterminando de sua história a iniquidade que representava para essa instituição o regime da chibata nos costados dos marujos.

O Sr. *Hélio Machado* – Mas os de 35 também tinham um ideal a defender e lutaram por esse ideal. “Os métodos foram iguais”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Jamais confronte uma rebelião com finalidades ditatoriais com o objetivo de implantar o comunismo no Brasil, transplantando-o da Rússia, com essa outra em que um homem injustiçado, falando por tantos homens também injustiçados, se ergueu para limpar esta mácula, para exterminar esta nódoa da história da Marinha de Guerra – de nossos marujos, como verdadeiros animais, serem seviciados pela lei da chibata.

O Sr. *Mário Gomes* – V.Exa. permite?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, peço da generosidade de V.Exa. ainda alguns minutos porque tive prazer em ouvir os inúmeros apartes que me deram os nobres colegas, mas quase não pude

entrar no assunto essencial que me trouxe à tribuna – a entrevista do Sr. Almirante Amorim do Vale e a nota do Clube Naval.

Ouvirei o aparte do nobre deputado Mário Gomes, pedindo apenas que, diante do adiantado da hora, seja breve.

O Sr. Mário Gomes – Serei breve. A revolta de João Cândido foi justa, não resta dúvida, porque buscava terminar aquele regime iníquo da chibata reinante na Marinha. O que não se justificou e se transformou em nódoa, em mancha negra para a Marinha, foram os métodos que ele adotou, assassinando friamente um almirante, quando procuravam manter ordem no navio da esquadra.

O Sr. Hélio Machado – Exatamente para esse ponto queria solicitar atenção do nobre colega.

O Sr. Mário Gomes – Logo, a violência anterior não foi justificada, não foi defendida pelo crime, pela violência, pela maldade com que agiram contra o almirante Batista das Neves.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Registro o aparte do nobre colega. Mantenho, porém, o ponto de vista anterior porque aquela rebelião foi o fruto da revolta dos injustiçados da Marinha.

Sr. Presidente, a presença de V.Exa. na Mesa me faz recordar outra afirmativa a mim feita pelo Sr. Deputado Paulo Mincarone: a de que procurara submeter a V.Exa., designado que fora para falar em nome da Câmara, o discurso que suscitou e suscita esta controvérsia. Bem de ver que V.Exa. escusou-se de lê-lo, escusou-se de fazer a censura prévia, gesto muito de acordo com a sua atuação parlamentar e com a sua conduta de homem público. Isto revela a boa intenção do Sr. Deputado Paulo Mincarone, que conhecia de antemão as prevenções em torno da sua pessoa em face da controvérsia a que já me referi – compra do navio porta-aviões.

Há pouco disse muito bem o meu nobre colega, deputado Clovis Motta, que, de qualquer forma, foi uma atitude de caráter estritamente pessoal, uma manifestação do Sr. Deputado Paulo Mincarone, nada justificando, portanto, que o presidente do Clube Naval nessa entrevista à *Tribuna da Imprensa* envolvesse na ocorrência o vice-presidente da República e presidente do PTB e o ilustre governador Leonel Brizola.

Srs. Deputados, os golpistas deste país são bastante conhecidos, estão identificados pela suas próprias atitudes, estão marcados pelos seus próprios atos. São eles que instigam o desrespeito à soberania do voto

do povo por ações ou por omissões, como em 1955, o Sr. Almirante Amorim do Vale, o então todo-poderoso ministro da Marinha desta República. São eles que instigam ainda a indisciplina entre os militares e o desrespeito à autoridade legalmente constituída; são eles que procuram inocular o vírus desagregador da prevenção e da desconfiança entre as Classes Armadas, para lançar umas contra as outras ou algumas delas contra as autoridades da República. São eles, Sr. Presidente, ainda, aqueles que comparecem sem ser movidos por sentimento cristão, sem ser levados por sentimento humano, mas apenas para dar mau exemplo de rebeldia, às exéquias defendiam a legalidade, mas vítimas dos cazuzas, vítimas das balas que maiores, muito maiores desses conspiradores que representam o inconformismo e a frustração política e que pretendem manter o país nesse permanente clima de intranquilidade. São eles ainda, Sr. Presidente, que pretendem, esquecendo sua alta posição no seio da vida pública, da sociedade e do país, incompatibilizar um dos representantes mais graduados do Poder Civil, o Sr. Vice-Presidente da República, com uma das unidades das Forças Armadas, com a Marinha de Guerra do Brasil.

Sr. Presidente, agradecendo a atenção de V.Exa., concludo, falando em nome do meu partido, para contestar, porque fora da realidade dos fatos, essa entrevista do Sr. Almirante Amorim do Vale, que é nada mais, nada menos do que um plano – este sim um plano –, de acordo com o que pensa e como age o presidente do Clube Naval, para tentar a derrocada das instituições democráticas.

O Partido Trabalhista Brasileiro, o Sr. João Goulart e o ilustre governador do Rio Grande do Sul só veem um caminho, um único para a solução dos problemas nacionais de qualquer natureza, que é o caminho da ordem, do trabalho em clima tranquilo, com respeito à autoridade constituída e, sobretudo, à soberania do voto, tudo sob a proteção da Constituição, que garante a liberdade para todos.

Arthur denuncia à nação contrabando de café

Câmara dos Deputados, sessão de sexta-feira, 22 de janeiro de 1960

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, relevem-me os nobres colegas as deficiências do discurso que vou proferir em face da gravidade do assunto que ele vai versar.

Chegando ontem do meu estado, não contava ocupar a tribuna nesta tarde. Se aqui estou, devo-o à gentileza do nobre deputado e prezado amigo Ary Pitombo, que permutou sua inscrição com a minha, possibilitando-me o uso da tribuna nesta reunião extraordinária.

Tive, Sr. Presidente, de mandar às pressas à minha casa colher alguns documentos, entre os que irão fundamentar o pedido de comissão parlamentar de inquérito que farei para que a nação seja esclarecida, amplamente esclarecida, a respeito do contrabando de café que se processa em larga escala no norte do país.

Está em jogo, no momento, a palavra do governador do meu estado, contestada em nota oficial do Instituto Brasileiro do Café, e desejo, com os dados, os documentos e os elementos que, oportunamente, apresentarei à Câmara, provar que o chefe do Executivo Amazonense outra coisa não fez senão defender os interesses da sua terra e do próprio Brasil, postergados, desprezados pelo Instituto Brasileiro do Café, que está, este sim, protegendo e amparando o contrabando.

Consegui fazer chegar à Câmara, nesta tarde, alguns destes documentos, entre os quais um de suma importância, que comprova à saciedade que o Instituto Brasileiro do Café, conhecendo como conhece o consumo desse produto no extremo norte, para lá está enviando quantidades fantásticas, as quais são desviadas, com o seu conhecimento, com a sua conivência, para as Guianas.

A impressão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aqui no sul do país era de que o Amazonas estava abarrotado de café. Chegou certo órgão de imprensa a fazer um cálculo aritmético em face da população do estado do Amazonas, que deu uma percentagem de quatro quilos *per capita* por dia de consumo, a maior talvez atingida em qualquer parte do mundo. Em verdade – e o Instituto Brasileiro do Café sabe disso – desde que este órgão assumiu a distribuição do produto no Amazonas, as entradas de café diminuíram, caindo em 14 mil sacas em um ano e em 6 mil sacas no ano seguinte.

Trago à Câmara documento fornecido pela Manaus Harbour Company, concessionária dos serviços de portos de Manaus, por onde passam obrigatoriamente as mercadorias que entram na capital, e que é do seguinte teor:

Atendendo à solicitação de V.Exa. contida no Ofício 2.480 desta data, dou a seguir a quantidade de café desembarcado neste porto nos anos de 1958, ano em que o IBC assumiu o controle da distribuição de café, e, em 1959, na conformidade do respectivo manifesto dos transportadores: em 1958, 22.658 sacas; em 1959, 29.053 sacas.

Ora, Sr. Presidente, antes de o Instituto dirigir a distribuição do café no Amazonas, as entradas do produto atingiam as seguintes cifras: em 1955, 39.584 sacas; em 1956, 39.584 sacas.

Vê-se deste simples confronto que diminuíram as entradas do café em Manaus, incluindo o destinado ao interior amazonense e à exportação para alguns territórios vizinhos, desde que o Instituto assumiu a distribuição do produto. E o presidente do Instituto Brasileiro do Café, Sr. Renato Costa Lima, assim como seu diretor, Sr. Gelson Azevedo, que, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, lançou insultos contra o governador amazonense, sabem perfeitamente disso: têm conhecimento do que sai e do que chega em Manaus; têm ciência do que sai do Sul e do que chega a Belém, como sabem dos milhares de sacas que de Belém seguem para Paramaribo (capital do Suriname), a fim de serem vendidas ao preço de Cr\$ 5.000,00 o saco. A tática já bastante desmoralizada do insulto, objetivando desviar a atenção da opinião pública, o processo doesto como arma de defesa, não surtirá efeito no presente caso porque é intuito do governador Gilberto Mestrinho e é propósito da bancada trabalhista nesta Casa levar à apuração total e ao esclarecimento cabal o caso do contrabando de café no Norte e a participação que tem nesse crime o Instituto Brasileiro do Café.

O Sr. *Carvalho Sobrinho* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com muito prazer.

O Sr. *Carvalho Sobrinho* – Acredito que o contrabando de um modo geral vai acabar no Brasil depois dessa euforia ministerial com que o Sr. Sebastião Paes de Almeida se coloca neste momento, na primeira linha de combate ao contrabando, já no apagar das luzes do governo Juscelino Kubitschek. Mas V.Exa. está focalizando um problema que precisa ser examinado a fundo, qual o do café no Brasil. Ainda há poucos dias apresentei à Câmara um pedido de informações versando vários capítulos sobre o café, mas até hoje não obtive resposta. Não suponha o Sr. Ministro da Fazenda, nem o Sr. Renato Costa Lima, que eu esteja

sobre o assunto tão silencioso quanto eles, pois voltarei ao assunto com a mesma veemência de V.Exa. hoje ao abordar o problema do contrabando do café.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo aparte do nobre colega.

Mas, como dizia, não serão os doestos [injúrias], as invectivas, talvez remuneradas com o dinheiro do contrabando do café; não serão as assacilhas, talvez estipendiadas [pagas] com lucros auferidos pelos diretores do Instituto nesse contrabando: nada disso fará silenciar o governador do meu estado, nem os representantes amazonenses nesta Casa, em face desse crime à economia nacional em prejuízo das populações do extremo norte.

O Sr. Almino Afonso – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com muito prazer.

O Sr. Almino Afonso – V.Exa. coloca com muita oportunidade a verdade dos fatos em torno da exploração que se vem fazendo, de que importando nosso estado café acima das necessidades do consumo regional, está, em verdade, dando margem ao contrabando desenfreado. Colaborando no discurso de V.Exa. quero trazer dois testemunhos. Há tempo, talvez uns quatro meses, tive oportunidade de ir ao Instituto Brasileiro do Café por delegação do governador do nosso estado, professor Gilberto Mestrinho, fazer uma proposta concreta ao Sr. Dr. Renato Costa Lima no sentido de facilitar o abastecimento do café em nossa terra. Propunha o governo do Amazonas lhe entregasse o IBC oficialmente a redistribuição do nosso principal produto, em todo o estado. Como sabe o nobre colega, o consumo do Amazonas não vai além de 35 mil sacas de café por ano. Dispunha-se então a fazer essa redistribuição através da Alimentamazon. Seria fácilimo, portanto, para o Instituto, entregando diretamente o café ao governo, por intermédio da Alimentamazon, ter definidas, de uma vez por todas, as responsabilidades: se era ou não com a conivência do IBC que se praticava o contrabando, ou se porventura seriam firmas do estado do Amazonas, com a conivência dos governantes do estado, ou sem ela. Prometeu-nos o presidente do IBC estudar o problema e nunca nos deu uma resposta. Posteriormente, quando a crise se acentuou e o povo de nossa terra passou quase um mês sem tomar uma xícara de café, por pressão nossa, o IBC remeteu por via aérea o produto para o Amazonas. O governo do estado mandou um emissário e foi ainda este seu colega

quem o acompanhou. Foi entregue ao presidente da autarquia memorial em que o governo estadual se propunha a uma tarefa menor: a de entregar ao Instituto armazéns onde fosse estocado, de uma só vez, todo o necessário para o consumo de um ano, vale dizer, 30 ou 35 mil sacas. O que seria bastante. Teria o Instituto Brasileiro do Café assegurada a regularidade do abastecimento do café no Amazonas e limitado suas responsabilidades. Ora, Sr. Deputado Arthur Virgílio Filho, com propostas tão concretas, com demonstrações de quem quer assumir a responsabilidade, inclusive de fiscalizar, de maneira mais imediata e eficiente, a distribuição do produto, para impedir de uma vez por todas o contrabando no estado, não aceitando o IBC tais propostas, é perfeitamente lógica e conclusiva a sua observação, como entendo também que o Instituto Brasileiro de Café está conivente com a prática do contrabando no extremo norte do país. Ou há conivência ou há um relaxamento, o que não é aceitável se considerarmos que o Instituto está em plena ofensiva de conquista de novos mercados. E se pode organizar-se no plano internacional, com muito mais facilidade poderia organizar-se no plano nacional. Há conivência, portanto, pois o lucro que estão recebendo à custa dessa prática explica e justifica o prosseguimento do contrabando. Era, Sr. Deputado, a contribuição que queria dar a V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado a V.Exa.

O Sr. *Silva Prado* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com muito prazer concederei o aparte a V.Exa., mas antes desejo responder o aparte do nobre deputado Almino Afonso, que, por sinal, me fez lembrar que a Associação Comercial do Amazonas ofereceu aos representantes do IBC uma sala na sua sede para que ali se processasse a distribuição do produto, o que não foi aceito, preferindo esse representante fazer a distribuição no hotel onde estavam hospedados, em quarto trancado, recebendo um por um os interessados.

Concedo o aparte ao nobre deputado Silva Prado.

O Sr. *Silva Prado* – Nobre deputado Arthur Virgílio, estou, como toda a Câmara, ouvindo com a máxima atenção o discurso de V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. *Silva Prado* – E venho trazer a minha solidariedade a V.Exa. no instante em que sugere a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar a vergonha do contrabando de café no Norte do país.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exato.

O Sr. Silva Prado – Ouvimos outro dia, nesta Casa, o deputado Emílio Carlos, que regressava de Manaus. Conversando com os jornalistas, contava S.Exa. que o contrabando é de tal forma organizado naqueles estados, especialmente no Pará, que lá se poderia comprar – dizia o deputado Emílio Carlos com a sua exuberância – desde um submarino atômico até um berloque estrangeiro, desde que o comerciante fornecesse a nota de “o seu talão vale um milhão”. A verdade, nobre colega, é que o deputado Emílio Carlos trouxe o mesmo depoimento de V.Exa. Viu filas para cafezinho em Manaus; numa hora em que o governo compra excedentes de café, não se pode compreender que irmãos nossos estejam passando meses seguidos sem o seu cafezinho. Estou inteiramente de acordo com V.Exa. para que instaure a comissão parlamentar de inquérito. Serei honrado se V.Exa. me permitir assinar o pedido. E espero que desta vez a Maioria da Câmara, tendo em vista as ocorrências a respeito do contrabando de café, também dê seu apoio a essa comissão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pela solidariedade de V.Exa. que muito me honra, porque, de fato, já não será mais possível permanecer o escândalo que se está verificando no Norte, relativamente ao café, com os mais danosos prejuízos, como já disse, à economia nacional.

O Sr. Miguel Bahury – Permita-me V.Exa. Ainda na sessão de anteontem, falando no Grande Expediente, tive oportunidade de abordar o mesmo tema que V.Exa. hoje examina com tanto brilhantismo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado.

O Sr. Miguel Bahury – No Maranhão, como no Amazonas, fatos idênticos se repetiram. O governo do estado foi forçado a requisitar o pouco café que havia nos armazéns para servir à população que precisa da rubiácea para viver. Sugeri, da tribuna desta Casa, que o Instituto Brasileiro do Café, em vez de mandar espoletas sem escrúpulos para a distribuição de cotas a quem as queira contrabandear, passasse a fazer tal distribuição por intermédio do governo do estado, ou de órgão de classe como a Associação Comercial. O mesmo poderá ocorrer no Pará e no Amazonas, onde tenho a convicção de que, quer seus governantes, quer as associações de classe, serão capazes de moralizar a distribuição do café no norte do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado.

De fato, a única vez nos últimos meses em que houve distribuição equânime de café, no Amazonas, foi quando o governo do estado interferiu drasticamente, apreendendo o carregamento que chegara por um dos navios do Lloyd para ser distribuído entre os interessados na capital amazonense.

O Sr. Sílvio Braga – Permita-me?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Tem o aparte o nobre deputado Sílvio Braga.

O Sr. Sílvio Braga – Nobre deputado Arthur Virgílio, quero trazer, com o meu testemunho, a minha solidariedade ao discurso de V.Exa. Acabo de regressar de meu estado, o Pará, e pude presenciar o descalabro que vai com relação à distribuição de café na capital e no interior do estado. Desta tribuna já tive ocasião de veicular o apelo da Federação do Comércio do Estado do Pará, quando pedia maior quota e, sobretudo, para o interior, já que os moageiros da capital absorviam grande quantidade da quota destinada ao estado, deixando o interior sem qualquer provimento. Agora mesmo, regressando do Baixo Amazonas, pude verificar que no porto de Monte Alegre, os regatões, isto é, aqueles pequenos comerciantes que fazem o comércio fluvial dos rios da Amazônia, ofereciam pelo preço de Cr\$ 5.000,00 a saca de café. V.Exa., como filho da região, bem pode avaliar por que preço vai ser o quilo de café vendido nas pequenas tavernas dos rios e igarapés do Amazonas, preço quase proibitivo para uma população com índice aquisitivo muito baixo. V.Exa. tem a minha solidariedade. Neste momento acho que uma comissão de inquérito é o único remédio legal para coibir este crime, que não é de contrabando, mas sim crime de estelionato que se está praticando à sombra da proteção oficial.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa., brilhante representante do Pará, sabe V.Exa., por exemplo, que seu estado, vizinho ao meu, consome por ano cerca de 100 mil sacas de café e, no entanto, recebeu em 1959 cerca de 300 mil sacos, quando o Instituto Brasileiro do Café sabia que os 200 mil restantes seguiriam para o estrangeiro, furtando, assim, divisas ao país, negando conforto à população e concorrendo para a miséria do povo brasileiro.

Concedo agora o aparte ao nobre deputado Djalma Maranhão.

O Sr. Djalma Maranhão – Inicialmente, desejo trazer a V.Exa. minhas congratulações pela oportunidade do discurso que está proferindo sobre

o problema do contrabando. Posso informar a V.Exa. que o Rio Grande do Norte também está incluído na rota do contrabando. Quando chegam do sul do país, de São Paulo e do Paraná, as grandes frotas de caminhões fazem nos portos de Macau e Areia Branca, no meu estado, um ponto de parada, onde é o café transbordado para navios veleiros, paquetes voadores, saveiros e grandes barcaças. E, por mais incrível que seja, esse café, contrabandeado, paga imposto municipal, paga imposto estadual e quando parte dos portos de Macau e Areia Branca toma destino ignorado. Sai como se fosse para o Maranhão ou para Belém do Pará; entretanto, o rumo é o da fronteira, o seu destino são as Guianas. Isto acontece, por mais incrível que pareça. O café contrabandeado vai pagando, oficialmente, os impostos. E se alguém acompanhar, através das faturas, o negócio, verificará que esse café é destinado a determinadas firmas que fazem, oficialmente, o contrabando, com conhecimento do IBC.

O grande responsável por tudo o que ocorre é o IBC, que tem conhecimento das firmas que oficialmente controlam e comandam o contrabando no país.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo concurso que V.Exa. traz ao meu discurso. Devo dizer mais à Câmara, que é público e notório e chega mesmo a ser publicado na imprensa – o *quantum* da propina dada por saco de café aos agentes do IBC no extremo-norte: mil cruzeiros por saco. Estão aí nobres representantes do Pará que tanto sabem disto. Enquanto os comerciantes favorecidos pelo IBC para fazer o contrabando pagam aos agentes desse Instituto por saco de café, no Maranhão, no Pará, no Amazonas e em outros estados há falta do precioso produto. Ainda agora verifica-se a escassez em Manaus, enquanto o IBC, em nota oficial recente publicada na capital da República, apresentava um número astronômico, fabuloso, de sacas de café enviadas para a capital de meu estado.

O Sr. *Carvalho Sobrinho* – Não acha V.Exa., em face desse quadro quase dramático, que se devia oficializar o contrabando de café no Brasil, poupando assim o Sr. Renato Costa Lima de concorrer com o Sr. Jânio Quadros, na viagem dos sete continentes, para fazer a propaganda de um café, que a meu ver e no de muitos, não está sendo exportado, mas consignado ou armazenado no porto de Santos, nos portos de embarque, como um tampão àqueles que estão produzindo e que não poderão vender futuramente?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado ao aparte de V.Exa.

O Sr. Océlio Medeiros – V.Exa. traz realmente um depoimento interessantíssimo à Câmara sobre a falta de café na Amazônia a despeito das remessas contínuas. Devo declarar a V.Exa. que há quatro meses tenho ido ao Instituto Brasileiro do Café várias vezes. Falei com o Dr. Nilton Paiva, com o Dr. Renato Costa Lima. Cheguei uma vez a apresentar a S.Sa. uma relação de firmas, pedindo que não lhes entregassem café porque todas elas eram contrabandistas. Pedi-lhes inclusive, com autorização de S.Exa. o Sr. Presidente da República, que mandassem café para o Baixo Amazonas onde existem dez municípios que não veem café há anos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exato.

O Sr. Océlio Medeiros – Dei-lhe meu depoimento pessoal, insisti, pedi, roguei. S.Exa. me declarou que aguardasse uns dias porque estava demissionário. Ele diz isso a todo o mundo, a todos os deputados que o procuram, e até hoje não pediu demissão. Apoio, inteiramente, a ideia de V.Exa., de constituição de uma comissão de inquérito. Acho que o governo deveria drasticamente interferir no Instituto para evitar estes abusos, essas ocorrências. O que se está verificando é realmente grave. Esperamos uma solução por parte do governo. Era o que tinha a dizer a V.Exa. em apoio a suas palavras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa. Seu depoimento vem dar mais forças às minhas considerações. Deputado pelo Pará, V.Exa. conhece tão bem como eu a questão, sente na própria carne, com o povo paraense, as deficiências, o descalabro e a desonestidade mesmo, que impera na direção do Instituto Brasileiro do Café. Entretanto uma comissão parlamentar de inquérito apreciará devidamente o assunto.

O Sr. Osvaldo Zanello – Permita-me. Quero de início fazer pequena ressalva à afirmativa de V.Exa. relativamente à desonestidade que estaria imperando na direção do Instituto Brasileiro do Café. Posso afiançar a V.Exa. que muito poucos setores da vida pública nacional estão sendo administrados com tamanha eficiência. Acredito, nobre deputado, que na região de V.Exa. tenha havido ou se verifiquem ainda determinadas irregularidades no fornecimento de café. V.Exa. sabe e o tem proclamado dessa tribuna, como toda a nação conhece, que na realidade um dos maiores escândalos desta República é o contrabando do café, escândalo

este que, graças a Deus, vem sendo superado mercê das providências do Instituto Brasileiro do Café.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Quais são as providências?

O Sr. *Oswaldo Zanello* – ...e da colaboração valiosa das gloriosas Forças Armadas nacionais. V.Exa. sabe, e a nação disto é testemunha, que nunca, jamais, em tempo algum teve a autarquia cafeeira direção mais segura e eficiente que a atual, do Dr. Renato Costa Lima. Acredito que as palavras de V.Exa. serão levadas pelo Dr. Renato Costa Lima e pela direção do IBC na mais alta conta e que providências enérgicas sejam tomadas para que se regularize esta situação. Pode estar certo V.Exa. de que o presidente do IBC tomará medidas urgentes e severas no sentido da apuração da verdade e da punição dos que estejam fazendo sofrer a brava gente do norte de nossa pátria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Respeito a opinião do nobre colega, mas se o Instituto Brasileiro do Café é um departamento-modelo nesta República, então ela está morta e sepultada há muito tempo, não é possível considerar-se organizado e eficientemente dirigido um setor de administração como o IBC, que sabe que o Amazonas consome, no máximo, 30 mil sacas de café por ano e para lá enviar 150 mil sacas...

O Sr. *Presidente* (Sérgio Magalhães) – Comunico ao eminente orador que dispõe apenas de cinco minutos para terminar sua oração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vou concluir, Sr. Presidente.

...que sabe que o município de Parintins, por exemplo, não consumirá mais de 2 mil sacas por ano e para lá manda, de uma só vez, 6 mil sacas; que sabe que o Pará consome no máximo 100 mil sacas por ano e para lá remete 300 mil sacas.

Se isso é organização, nobre colega, e se o resto da República está assim organizado, eu me admiro...

O Sr. *Oswaldo Zanello* – V.Exa. sabe que o IBC fez crescer três vezes mais o consumo de café. Vê V.Exa. que está dentro da quota de expansão do consumo interno do café.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não há expansão do consumo do café, Sr. Deputado, sem aumento de população.

O Sr. *Oswaldo Zanello* – V.Exa. sabe que consumimos em média 3 milhões de sacas de café e, em apenas um ano de campanha eficiente neste sentido, conseguimos consumir, segundo dados oficiais, cerca de 5 milhões de sacas de café.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não haveria campanha alguma que conseguisse aumentar o volume de consumo no Amazonas de 39 mil para 150 mil sacas. Não haveria campanha alguma capaz de aumentar o consumo do Pará de 100 mil para 300 mil sacas. O que há em verdade, nobre colega, e qualquer deputado da Amazônia sabe disso, é o contrabando oficializado pelo Instituto, é o contrabando do qual o Instituto tira lucro.

O Sr. Armando Carneiro – V.Exa. tem toda a razão. Como deputado da Amazônia endosso o que V.Exa. diz.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

Veja V.Exa. que não há uma só voz da Amazônia que não confirme minhas palavras.

O que há, em verdade, é o crime, a corrupção; o que há são corruptos que precisam de logo ser combatidos e esmagados pelas forças morais da nação. Solicitei à Câmara a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a questão nos seus mínimos detalhes, fazer os necessários levantamentos e ouvir os imprescindíveis depoimentos para afinal – e peço aos céus que assim seja – trazer ao plenário um resultado positivo, apontando à nação os criminosos que estão dilapidando as suas finanças, que estão concorrendo para enfraquecê-la economicamente, que estão devastando-a inclusive naquilo que representa o sustentáculo de sua própria economia – o café.

O Sr. Armando Carneiro – Nobre deputado, cheguei atrasado e não ouvi todo discurso de V.Exa. Já me havia inscrito para falar sobre o café. Estive pessoalmente com o Sr. Ministro da Fazenda e endossei todas as afirmações da nota oficial do governo do Amazonas, estado que V.Exa. representa muito bem nesta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. Armando Carneiro – Há uma histeria de café na cidade de Belém e em todo o estado do Pará. Não há café na região do interior, percorri várias cidades e não encontrei um grama sequer do produto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exato, acontece o mesmo no Amazonas.

O Sr. Armando Carneiro – A produção é toda contrabandeada. Os jornais de Belém têm publicado que, inclusive, os funcionários estão levando o café para Paramaribo [capital do Suriname], porque já não se contentam mais em receber oitocentos ou mil cruzeiros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa. pelo aparte.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo à Câmara apoio para o requerimento de instituição de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a aprovar esses fatos.

A partir de hoje estarei colhendo assinaturas. Só espero, Sr. Presidente, que essa comissão saiba cumprir seu dever, que ela saiba levar a bom termo a missão que lhe será atribuída e que, afinal, aponte à nação os verdadeiros responsáveis por esse crime que se perpetra contra a economia nacional, por intermédio do contrabando do café.

Líder do PTB lamenta morte do senador Lameira Bittencourt

Congresso Nacional, sessão de quarta-feira, 27 de janeiro de 1960

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, por meu intermédio, associa-se às manifestações de pesar deste momento, quando o Pará e o Brasil choram a perda de um dos seus mais eminentes homens públicos.

Homem da Amazônia, conheço a tradição do senador Lameira Bittencourt na vida pública da região e do país. Posso assegurar que se tratava de figura autêntica de político e representante de estirpe política que vai mesmo se tornando rara, a se afirmar pelo seu comportamento, pela sua conduta extraordinária, digna, e exata noção do cumprimento do dever que manifestava toda vez que empunhava armas ao bom combate pelas causas nacionais.

Reconhecendo os méritos do ilustre morto, associa-se o Partido Trabalhista Brasileiro às manifestações de pesar que neste momento se fazem sentir, e envia suas condolências à família enlutada, ao PSD parense e ao PSD nacional, que hão de seguir sempre, na vida pública brasileira, mirando-se no exemplo de Lameira Bittencourt, uma trilha digna.

As acusações do IBC contra o Amazonas

Câmara dos Deputados, sessão de quarta-feira, 24 de fevereiro de 1960

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, o nobre deputado Oswaldo Zanello, eminente representante pelo Espírito Santo e porta-voz mais autorizado do Instituto Brasileiro do Café nesta Casa, exce-

dendo-se na defesa dessa autarquia, o que faz com muito empenho, ocupou a tribuna na manhã de hoje e, entre outras coisas, disse o seguinte:

Em toda essa celeuma, em toda essa controvérsia, apenas um fato não foi devidamente esclarecido e explicado à opinião pública, que destino teriam levado 3 mil e tantas sacas de café compradas pelo governador do estado do Amazonas? Se o estado do Amazonas, com perto de 600 mil habitantes, consome cerca de 35 mil sacas de café, é inacreditável, Sr. Presidente, que o Palácio Rio Negro, que o governo do estado absorva 10% do montante desse café.

Ora, Sr. Presidente, essa invetiva é apenas a repetição de acusação feita pelo Instituto Brasileiro do Café em face de um gesto altivo e másculo do governador do meu estado, professor Gilberto Mestrinho, que mandou apreender pela Polícia Militar o café que se encontrava no porto de Manaus, a fim de que o produto não tivesse o destino de milhares de outras sacas que têm sido contrabandeadas sem que providência efetiva se faça sentir da parte do Instituto Brasileiro do Café.

O Sr. Oswaldo Zanello – Não são aqueles 4 mil sacos. Aqueles 4 mil sacos são outros quinhentos, nobre deputado Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, sabe o IBC e sabe o seu autorizado porta-voz na Câmara, deputado Oswaldo Zanello...

O Sr. Oswaldo Zanello – Não sou porta-voz de quem quer que seja.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ...que a importância correspondente a essas sacas de café apreendidas pelo governo do Amazonas para que não fossem contrabandeadas está depositada no banco.

O Sr. Oswaldo Zanello – Não se trata daquele café. Trata-se de outro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – É a velha tática de se procurar a defesa por meio de acusações e muitas vezes por meio de acusações caluniosas e injuriosas.

Não pretendia, Sr. Presidente, discutir mais a questão do café aqui na Câmara; já está constituída a comissão parlamentar de inquérito, requerida por mim, para apurar esse crime que se verifica no Norte do país contra a economia brasileira, talvez até com a conivência do IBC. Iremos aguardar o resultado dos trabalhos da comissão da qual faço parte. Pode o deputado Oswaldo Zanello ficar absolutamente certo,

tranquilo, que cumprirei com o dever na qualidade de membro daquele órgão. E direi à Câmara, doa a quem doer, aconteça o que acontecer, o resultado apurado pela comissão parlamentar de inquérito.

O Sr. Oswaldo Zanello – É isso que a nação inteira espera.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Irá a Câmara toda constatar que essas acusações do IBC, repetidas aqui, levemente, pelo meu nobre colega, serão desmentidas no momento oportuno...

O Sr. Oswaldo Zanello – Darei a resposta dentro de alguns minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ...com o resultado a que chegar a comissão de parlamentar de inquérito.

Desmascarando Carlos Lacerda

Congresso Nacional, sessão de quinta-feira, 14 de abril de 1960

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, desejo fazer breve comunicação à Câmara, para conhecimento da opinião pública nacional. Trata-se do seguinte: segundo o jornal *Tribuna da Imprensa*, dirigido pelo nosso ilustre colega deputado Carlos Lacerda, membro destacado da União Democrática Nacional, agora novamente integrado no seu partido e na campanha do Sr. Jânio Quadros, depois de publicar um artigo que seria o primeiro de uma série que ficou inacabada, lançando uma torrente de insultos sobre o presidente da agremiação, o honrado deputado Magalhães Pinto; segundo esse jornal, Sr. Presidente, deputados e senadores de todos os partidos teriam recebido compensações – o que é o mesmo que dizer que se teriam vendido ao presidente Juscelino Kubitschek, por um milhão de cruzeiros – a fim de concordarem com a transferência da capital para Brasília no próximo dia 21.

Pois bem, Sr. Presidente, o ilustre Sr. Deputado Carlos Lacerda, após regressar de longa viagem à Europa, nédio e repousado, reassumiu a sua cadeira na Câmara, subiu tranquilamente ao quinto andar e, mais tranquilo ainda, talvez com insopitada alegria, recebeu os 318 mil cruzeiros de ajuda de custo que todos os seus colegas também receberam como ajuda de custo para a transferência para Brasília. A termos como exato o conceito da *Tribuna de Imprensa*, que apresentou os deputados de todos os partidos, inclusive da UDN, como abastardos no exercício do mandato, como vendidos à força econômica do governo federal: a termos como exato isso, Sr. Presidente, é preciso que o povo brasileiro

saiba que o ilustre deputado Carlos Lacerda ingressou certamente risonho e alegre no rol dos deputados que se venderam ao presidente da República, porque já recebeu os 318 mil cruzeiros, e aguarda sem dúvida com ansiedade insopitável que se concretize o projeto da Comissão de Mudança para também embolsar, tranquilo e satisfeito, os 660 mil cruzeiros que se fala seriam adiantados aos parlamentares para a compra de automóveis. Faço questão de registrar esse fato.

É preciso que se reduza às suas devidas proporções a atuação política do Sr. Carlos Lacerda. Nunca eu poderia admitir que S.Exa., através do seu jornal, apresentasse ao país seus colegas, inclusive da União Democrática Nacional, como vendidos ao presidente da República e logo após aqui comparecesse para receber o mesmo dinheiro, a mesma ajuda de custo que condenara veementemente no diário que dirige. Faça-se esse registro Sr. Presidente, para que o povo brasileiro...

O Sr. Mário Martins – Permita o nobre colega. V.Exa. está distorcendo a verdade dos fatos.

O Sr. Presidente – Infelizmente não são permitidos apartes no Pequeno Expediente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, gostaria de ouvir o aparte do nobre deputado Mário Martins.

O Sr. Presidente – A concessão de aparte só depende da vontade do orador em discursos normais durante o Grande Expediente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, peço que tolere o aparte. Desejo responder ao nobre deputado de vez que não tenho o hábito de distorcer a verdade. Quero que S.Exa. me diga em que distorci as palavras do Sr. Carlos Lacerda.

O Sr. Presidente – Se o nobre deputado usasse da palavra o faria em lugar de outros, que estão aguardando.

O Sr. Mário Martins – Serei breve, Sr. Presidente, é claro que não estou endossando as palavras do deputado Carlos Lacerda, em seus artigos, referentes a seus colegas ou a outros quaisquer homens públicos do país. Mas, quando surge o nobre representante da Maioria, para vir com tamanha eloquência fazer críticas ao deputado Carlos Lacerda, percebe-se, em primeiro lugar, que S.Exa. procura intrigar este companheiro com seus colegas de outras bancadas e, sobretudo, da União Democrática Nacional. Declarar que o deputado Carlos Lacerda estaria recebendo dinheiro justo, votado pela Câmara...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vê o nobre aparteante que, evidentemente, a concessão do aparte vem prejudicar outros oradores, porque S.Exa. não está sendo nem ao menos tão breve como exige o Regimento.

O Sr. Mário Martins – Nesse caso, Sr. Presidente, vou inscrever-me para falar em seguida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – O nobre deputado Mário Martins não disse em que eu estaria distorcendo a verdade dos fatos. Quem leu a *Tribuna da Imprensa* tomou conhecimento da acusação que não distinguiu entre deputado da Maioria e deputado da Minoria e, portanto, incluiu os da União Democrática Nacional. A palavra “compensação” foi escrita entre aspas, e seu sentido foi claro. Insinuou que os deputados teriam recebido essa ajuda de custo vendendo-se para concordar com a transferência da capital. Não há intriga alguma nisso, apenas a repetição das palavras do Sr. Carlos Lacerda, que podem ser aceitas pelo nobre deputado Mário Martins, mas que eu não aceito. Daí estar nesta tribuna para dizer ao país que o responsável desse jornal, que condenou os seus colegas que receberam esta ajuda de custo, também embolsou o dinheiro tranquilamente, ontem, segundo informações que colhi, no Departamento de Contabilidade no quinto andar desta Casa. É este o fato que desejo ressaltar: enquanto o Sr. Deputado Carlos Lacerda, procurando desmoralizar o Congresso com objetivos que até agora não estão bem claros, acusa deputados e senadores de se terem abastardado no exercício do mandato recebendo dinheiro para concordarem com a mudança da capital, S.Exa. sobe ao quinto andar, vai à Contabilidade e recebe tranquilamente este mesmo dinheiro.

Não há distorção alguma da verdade como disse o nobre deputado Mário Martins. Gostaria que S.Exa. trouxesse aqui uma declaração contestando minhas palavras porque, antes de vir para a tribuna, fui informar-me.

O Sr. Mário Martins – É uma atitude policial.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – É uma atitude policial, sim, em relação a quem quer se apresentar como vestal, desacreditando o Congresso, e faz aquilo que aconteceu no jornal de sua direção! É uma atitude policial acerca da conduta de um homem que precisa ser apresentado à nação nas suas justas proporções, no seu justo tamanho, conforme é realmente.

Vim à tribuna fazer esta comunicação para que fique registrado e para que o povo brasileiro saiba que o Sr. Carlos Lacerda recebeu também a ajuda de custo que todos os deputados legalmente receberam.

A crise dos navios usados

Congresso Nacional, sessão de terça-feira, 19 de julho de 1960

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna no exercício eventual da liderança de um bloco parlamentar para expor à Câmara assunto que envolve a atuação de um governador trabalhista e a conduta administrativa do presidente da República, do seu ministro da Aviação e Obras Públicas.

Justifica-se, portanto, o uso da qualidade de líder de bloco parlamentar porque, de fato, o que venho fazer é explicar à nação por via da tribuna da Câmara dos Deputados uma transação lícita, limpa, revestida de todas as características legais e que a má-fé política e o interesse contrariado de grupos econômicos poderosos procuram transformar num escândalo a ser explorado com objetivos inconfessáveis.

Procurarei ser o mais objetivo possível na minha exposição, deixando de lado mesmo o aspecto emocional que poderia conduzir meu discurso para outros rumos, uma vez que essa deturpação maliciosa da transação a que me vou referir envolve a honorabilidade do governador trabalhista Gilberto Mestrinho, membro do meu partido e meu amigo e que vem sendo apontado também nessa campanha de maledicências, invenções e embustes, como envolvido em uma negociata.

Inicialmente, justifiquei o interesse do estado do Amazonas na aquisição de navios que demandem os seus portos, realizando a rota do abastecimento e da evacuação dos seus produtos. Somos um estado insulado no extremo norte, que não conta com vias férreas ou estradas de rodagem, mas apenas com a via marítima a partir da foz do Amazonas para o escoamento de sua própria produção e para o recebimento dos gêneros necessários ao seu consumo interno.

Somos precariamente servidos pelos navios do Lloyd Brasileiro e da Costeira, de tal sorte que em muitas oportunidades temos ficado em Manaus, meses e meses seguidos, sem receber um só navio de grande cabotagem em nossos portos, levando-nos à situação de permanecermos

sem açúcar, sem sal e sem outros gêneros necessários à alimentação do povo amazonense.

Essa situação, que há muito chama a atenção dos governantes de minha terra, levou-os a estudar um meio de enfrentar o problema, impedindo que nossa economia continue sendo prejudicada, obstando a que permaneça o estado de coisas atual, quando cerca de 10 mil toneladas de borracha estão retidas nos portos amazônicos, quando 20 mil toneladas de juta estão sem praça de embarque, quando o próprio governo tem em São Paulo, comprados há cinco meses, 1.500 toneladas de asfalto que não chegaram a Manaus, porque não há navios para transportar a carga.

O Sr. Miguel Bahury – Pediria ao nobre colega que aduzisse essas dificuldades às pertinentes ao Maranhão.

Na sexta-feira última, dessa tribuna tive oportunidade, em réplica ao requerimento de informação do nobre deputado Bilac Pinto sobre a mesma operação, de esclarecer que o Maranhão, sofrendo todos os entraves nos seus transportes marítimos, vê, a cada passo, decrescer a sua produção e os poucos navios que ali aportam para receber o babaçu – que é sua principal fonte de riqueza –, são embarcações que a má-fé e a falta de escrúpulo de interesses inconfessáveis classificam de navios velhos. Navios velhos imprestáveis são os que se encontram nos estaleiros, como aos montes vemos em Niterói e no estado da Guanabara; mas navios reparados, como são esses, com certificado de navegabilidade que o governador de V.Exa. comprou, são navios úteis não só à Amazônia como à pátria inteira. Quero aproveitar a oportunidade, meu nobre colega, para esclarecer, retificando uma informação que prestei à Casa. Disse que ao boné do comandante – famigerada forma de furto do pobre exportador do Maranhão, do seu estado, do Pará e de toda a região –, o Maranhão pagava 6 mil cruzeiros por ano. Houve um equívoco de minha parte porque a base da cobrança da propina, irregular, desmoralizada, era de trinta cruzeiros e passou a quarenta. E aí daquele que não a paga: não embarca a sua produção. Se exportarmos no Maranhão quase 5 mil volumes anualmente, V.Exa. verificará que o estado paga cerca de 200 milhões de cruzeiros. Evidentemente, só essa propina daria para pagar esses navios, em três anos, o que, mesmo sem condições de uso, seria melhor do que a má-fé e a falta de patriotismo de todos quantos gritam pela mínima parcela de ajuda que o governo quer prestar à região de V.Exa., que é a minha região.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado pelo aparte de V.Exa., que tem toda a razão, porque, em verdade, muitos não podem compreender que um estado de diminuta expressão eleitoral, de pequena projeção nos círculos políticos, que não se impõe a uma consideração maior porque tem poucos votos para dar, que um estado assim possa receber 750 milhões de cruzeiros para instituir uma frota que vá retirá-lo da situação de abandono em que se encontra a sua economia, que vá acabar com o desestímulo aos bravos campeadores da floresta que teimam em permanecer ali, como única representação da soberania nacional, ajudando a construir a grandeza deste país. Há, de fato, essa incompreensão contra a qual de há muito nos vimos batendo. Há, de fato, esse desprezo que estamos dispostos a enfrentar com todas as nossas forças morais, intelectuais, a fim de conseguirmos integrar o Amazonas e a Amazônia no progresso que atualmente se verifica no Brasil.

O Sr. Bilac Pinto – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concedo o aparte a V.Exa.

O Sr. Bilac Pinto – Desejo interromper o discurso de V.Exa. para esclarecer o sentido do pedido de informações que dirigi ao governo da República a respeito da questão da compra dos navios pelo estado do Amazonas. Quero declarar a V.Exa. que vejo com simpatia as palavras iniciais de seu discurso, quando assinala as necessidades da região amazônica, que não dispõe de frota de cabotagem, e nem é servida pelas companhias de cabotagem do governo federal. Creio que toda a Câmara estará de pleno acordo em que se deverá encontrar uma solução para nossa navegação de cabotagem, e especialmente à destinada à região amazônica. Mas, nobre deputado, o escândalo que surgiu em torno da aquisição desses navios é um outro problema inteiramente diverso do que V.Exa. se refere, quanto à necessidade daquela região. Creio mesmo que o eminente líder da Maioria em defesa do governo federal deve ocupar a tribuna para dar uma resposta oficial do governo a respeito, porque antes mesmo da denúncia pública pelos jornais desta operação já circulavam nos meios políticos que dessa operação sairiam recursos vultosos para a campanha política de um dos candidatos à Presidência da República, e necessariamente o candidato oficial.

O Sr. Miguel Bahury – Suprema infâmia, muito habitual nessas oportunidades eleitorais.

O Sr. Bilac Pinto – Desejo informar a V.Exa. que o assunto comporta realmente um reexame para esclarecimento da opinião pública. No meu requerimento de informações solicitei os dados fornecidos porque não é possível que se adquira navio, particular ou do governo, sem elementos fornecidos pelo Lloyd de Londres, que mantém o registro e a vida de todos os navios em todos os mares. É uma informação naturalmente fundamental e muito esclarecedora a respeito do valor desses navios. Tendo surgido esta discussão, tendo-se denunciado a compra desses navios como um escândalo, porque o valor da aquisição é muito superior ao valor real, creio ser do interesse do Amazonas, como do governo federal, para o financiamento através do Fundo da Marinha Mercante, um esclarecimento completo. Se amanhã se provar que esses navios realmente não valiam o preço que está sendo pago pelo Amazonas, o qual luta com dificuldades financeiras de todos conhecidas, a compra seria um crime contra o estado de V.Exa. Esta questão deve ser esclarecida e o governo, pela palavra de seu líder, deve dar esse esclarecimento à Casa e à nação.

O Sr. Pereira da Silva – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concederei daqui a pouco o aparte a V.Exa.

Vim à tribuna, nobre deputado, precisamente para prestar os necessários esclarecimentos à Câmara, para positivar que o governo do Amazonas, quando se interessou pela transação, já possuía informações precisas a respeito das condições das embarcações que pretende adquirir; sobretudo, nobre deputado Bilac Pinto, para destruir o caráter de escândalo que se quer emprestar à transação, fruto tão somente da investida de grupos econômicos interessados em desmoralizá-la, por isso que ela vem contrariar os interesses daqueles que se julgam monopolizadores do Fundo da Marinha Mercante. No decorrer do meu discurso citarei uma a uma todas as objeções levantadas até agora contra essa compra. Destruí-las-ei também, uma a uma, quer com documentos, quer com argumentos, que poderão ser verificados por qualquer deputado, inclusive pelo nosso eminente marechal Mendes de Moraes, que achou que V.Exa. deveria ir para a cadeia por haver feito o requerimento de informações. Inclusive esse ilustre representante do PSP poderá verificar, dos argumentos que apresentarei à Casa, serem todas as objeções arguidas contra a transação improcedentes, argamassadas em

bases falsas, no propósito apenas, repito, de emprestar a transação feição de escândalo, para desmoralizá-la perante a opinião pública e levar o governo a não concretizá-la.

O Sr. Pereira da Silva – Permita-me. Meu nobre colega do Amazonas, somos adversários políticos há muito tempo. A minha posição, ontem como hoje, é a de combate construtivo à ação que tem desenvolvido, sob certos aspectos, o governo trabalhista do meu estado. Mas permita V.Exa. nesta hora que comece louvando a sua atitude em vir esclarecer esta Casa, em falar a palavra esperada, clara, enérgica, convincente, como entendo deve ser e penso V.Exa. fará...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado.

O Sr. Pereira da Silva – ...Era em relação a este escândalo, como é denominado o caso da compra de navios tentada pelo governo do Amazonas, para melhorar a nossa situação no setor de transporte. Não entro no mérito da questão porque não conheço os detalhes, a não ser por informações contraditórias, nas quais não devo louvar, correndo o perigo de fazer injustiça e prejudicar meu estado. A notícia, eu a compreendo como uma questão de conduta. E quase sempre os políticos agem no sentido de beneficiar as unidades que representam. Assim, em certo momento, é preciso que os ódios cessem e se procure defender, sobretudo, os interesses do estado. Não posso, neste instante, afirmar esteja o governo do Amazonas errado, haja feito operação menos compatível com a moral administrativa, como também não posso dizer que a operação tenha sido absolutamente certa. Acho extraordinário, porém, é a grita enorme contra uma pretensão legítima do meu estado, enquanto os escândalos, os grandes escândalos, os inomináveis escândalos, por aí estão e havendo bem pouca gente contra eles deblaterando. Em verdade, há interesses contrariados nessa questão da Transmarítima Comercial S.A.; e a prova primária é a de que os jornais mais importantes e prestigiosos do estado, que não registram em suas primeiras páginas dois tópicos de uma chave de composição sem cobrar ouro em pó, estão publicando páginas inteiras, em manchetes, em tarja larga, chamando a atenção para o “Escândalo do Amazonas” quando neste país, nos estados ricos e poderosos politicamente, ocorrem todos os dias “panamás” tremendos, perfeitamente conhecidos da imprensa e que passam em brancas nuvens. Vejo por consequência essas acusações

com muita reserva, sem com isso, entretanto, estar querendo glorificar ou aplaudir uma operação por acaso inconfessável.

Espero, portanto, que V.Exa., como porta-voz do governo do nosso estado, embora meu adversário, mas homem de atitudes claras, diga a verdade. Esta Casa precisa ser esclarecida, não obstante, em face dessa publicidade custosa e diária já possamos ter alguma compreensão dos negócios da aquisição desses navios. Naturalmente trata-se de interesses contrariados, levantando grande atoardas contra nosso estado. Nesta Casa, nobre deputado, representantes de todos os partidos unidos na defesa dos interesses do Amazonas, mais de uma vez protestaram contra as dificuldades de transporte em nossa terra. O atual governador não pode ficar omissos, face à realidade da falta de tráfego marítimo para o Amazonas. Ouvirei, pois, com particular interesse, os esclarecimentos de V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

O nobre colega verificará no decorrer de meu discurso que existem de fato interesses contrariados de grupos econômicos, estrangeiros e nacionais. Poderá identificar, por exemplo, a Ishikawajima e, também, o grupo Paulo Ferraz. Estão eles certamente escondidos atrás de toda essa campanha contra a operação pretendida pelo governo do estado.

O Sr. Miguel Bahury – Permita-me um esclarecimento. Não estão escondidos apenas, mas furtando com o rabo do rato de fora... O comandante Cruz Santos é irmão do almirante Aniceto Cruz Santos, diretor da Ishikawajima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Citarei, mais adiante, a posição do pseudoperito José Cruz dos Santos em toda essa questão da venda de navios.

Mas, Sr. Presidente, em face da situação a que aludi, o governo do Amazonas vinha estudando há muito, e não de agora, os meios de dotar o estado de uma frota mercante própria que exterminasse de uma vez por todas o problema que nos aflige, que nos prejudica, que emperra a nossa economia, que causa desestímulo ao produtor de minha terra. Foi quando chegou ao conhecimento do governador Gilberto Mestrinho, por intermédio do meu nobre colega de bancada deputado Almino Afonso, que o governo do Maranhão, que, inicialmente se propusera a comprar a frota de navios Transmarítima S.A., desistira de concretizar a operação, estando, portanto, naquela oportunidade, o campo aberto

para a atuação do governo amazonense. Imediatamente, o governador Gilberto Mestrinho colheu as informações necessárias sobre o andamento do pleito do Maranhão, tomou conhecimento do laudo oficial pelos peritos...

O Sr. Miguel Bahury – O Maranhão lamentavelmente não dispõe ainda de um porto e toda a nossa carga é recebida em alvarengas. Não sendo dotados, três desses navios, de paus de carga indispensáveis ao levantamento das cargas das alvarengas e não podendo o governo do Maranhão comprá-los todos, deixou de interessar-se pela operação, mas, ao mesmo tempo, através da sua bancada na Câmara e do senador Vitorino Freire, a recomendou ao governo do estado de V.Exa. na esperança que se materializou de que esses navios, no cumprimento das palavras do ilustre governador do estado de V.Exa., tenham, como terão, tão pronto se efetive o negócio, escala obrigatória no porto do Maranhão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exatamente. Eu ia chegar precisamente a esse ponto, esclarecendo que o governo do meu estado tomou conhecimento, também, dos motivos por que o estado do Maranhão desistira da transação por intermédio de uma carta do honrado senador Vitorino Freire, enviada, por cópia, ao governador Gilberto Mestrinho.

Então, Sr. Presidente, dirigiu-se o governador Gilberto Mestrinho, em expediente de 8 de março deste ano, que juntarei ao meu discurso, porque não vou lê-lo na íntegra, ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, solicitando para o Amazonas nos termos da carta que enviou à Transmarítima e por cópia oferecida à consideração ministerial, o mesmo tratamento que o governo da União iria dar ao estado do Maranhão. Desse expediente constava a resposta que o governo enviara à Transmarítima S.A. e que se consubstancia nos seguinte itens:

1. A operação proposta interessa ao meu governo.
2. O estado do Amazonas, direta ou indiretamente, obriga-se a adquirir os navios Santa Helena, Macau, Santa Lúcia, Santa Rosa, Esito e Estero, de propriedade dessa companhia pelo preço constante da avaliação oficial contida no laudo que acompanhou aquela sua proposta, isto é, pela importância de Cr\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

3. A conclusão do negócio assim ajustado far-se-á mediante financiamento do valor total da compra, nos termos já assegurados a outro estado da União, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, através do Fundo Nacional da Marinha Mercante.
4. A operação será feita à opção do meu governo, diretamente com a compra dos navios sob escritura pública ou mediante aquisição das ações dessa Companhia; neste caso, deverão V.Sas. processar os entendimentos indispensáveis com os Srs. Acionistas.
5. Ainda na hipótese da operação ser feita mediante a compra das ações, fica desde já estabelecido que serão descontados do preço total quaisquer débitos dessa sociedade, inclusive obrigações trabalhistas, se porventura ao estado convier a substituição dos funcionários.

A seguir, Sr. Presidente, depois de instruído o processo, dirigiu-se novamente o governador Gilberto Mestrinho ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, encarecendo urgência para a solução do pleito do estado pelos motivos que alega no expediente e que também juntarei ao meu discurso como documento necessário à sua ilustração.

Nesse outro documento o governador fez juntada de telegrama do presidente do Banco de Crédito da Amazônia dando apoio à iniciativa alegando, inclusive, as dificuldades que esse instituto de crédito enfrenta para transportar borracha da região amazônica para os centros de consumo no Sul do país, citando, inclusive, como reforço o fato de existirem em estoque no extremo norte, como já afirmei, cerca de 10 mil toneladas de hévea, representando um montante de 2 bilhões de cruzeiros.

O Sr. *Miguel Bahury* – V.Exa. sabe que o Banco de Crédito da Amazônia tem usado o avião para transportar borracha, a fim de suprir as necessidades da indústria de São Paulo, o que encarece muito o produto em virtude do alto frete.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Na mesma oportunidade, dirigiu-se o governador Gilberto Mestrinho ao presidente da República solicitando também solução para o problema, nas bases dos entendimentos já havidos no Ministério da Agricultura e pedindo, ao mesmo

tempo, urgência para o assunto, porque assim o reclama a situação econômica do Amazonas.

Assim, Sr. Presidente, a operação se inicia por contatos entre o governo estadual e as altas autoridades da República incumbidas de resolvê-las, e todas elas na base do laudo de exame parcial das embarcações, realizado oficialmente pela Comissão da Marinha Mercante, trabalho que vou ler na íntegra, para conhecimento da Câmara, o qual, por si só, destrói muitas das deturpações que rolam por aí e explica muitos ângulos da operação que estão a carecer de entendimento maior.

O Sr. Alde Sampaio – Parece-me essencial saber – realmente o ignoro – se esses navios são de cabotagem ou são navios que vinham recuperados da transação internacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – São navios sob bandeira nacional.

O Sr. Alde Sampaio – Não são nacionais?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sim.

O Sr. Alde Sampaio – Então é caso de transferência, de propriedade brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exato.

O Sr. Alde Sampaio – Obrigado a V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Eis o Laudo de Avaliação:

Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas

Almirante Ernani de Amaral Peixoto

Laudo de Avaliação

Comparecendo, a chamado, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, gabinete do Sr. Ministro Ernani de Amaral Peixoto, cientificou o Sr. Ministro de que em telegrama, de 30 de novembro p. passado, havia S.Exa. o Sr. Dr. José de Mattos Carvalho, digníssimo governador do Maranhão, designado em comissão o comandante Sylvio da Rocha Pollis para representar a Comissão da Marinha Mercante, o comandante Alfredo Mario Nader Gonçalves, para representar a Cia. Transmarítima e o Sr. Pedro Brando para representar o governo do estado do Maranhão, a fim de, em comissão,

procederem ao exame e avaliação da frota composta dos seguintes navios: *Sta. Helena*, *Sta. Rosa*, *Sta. Lúcia*, *Esito*, *Estero* e *Macau*.

Procurando se desincumbir da missão foram, também, cientificados os membros da mesma que seria observada, no exame sobre a operação de compra, uma carta de S.Exa. o Sr. Governador do Maranhão, de 23 de novembro findo, também dirigida a S.Exa. o Sr. Ministro da Viação, que seria o roteiro dos trabalhos. Os referidos membros, ao aceitarem a incumbência, receberam cópias dessa carta que ora é transcrita:

“Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1959.

Exmo. Sr. Almirante Ernani Amaral Peixoto.

DD. Ministro de Estado dos Negócios da Aviação e Obras Públicas.

Nesta.

Sr. Ministro,

Autorizado pelo Exmo. Sr. Governador do estado do Maranhão, venho reiterar a V.Exa. a indicação do Dr. Pedro Brando para, conjuntamente com os demais membros, proceder à avaliação dos navios *Sta. Helena*, *Sta. Rosa*, *Sta. Lúcia*, *Esito*, *Estero* e *Macau*.

Para orientação dos trabalhos da Comissão, solicito a V.Exa. se digne recomendar em seu despacho sejam, se necessário, ouvidas pela Comissão as partes interessadas, bem como se diga da data de entrega aproximada dos navios e sua possível rentabilidade anual, custo e prazo de entrega que teriam os mesmos navios se encomendada fosse sua construção aos estaleiros nacionais, segundo plano do Geicon e Comissão da Marinha Mercante, devendo, ainda, ter-se em conta para efeito desta avaliação as condições acertadas entre comprador e vendedor que são as seguintes:

1. O vendedor se obriga a entregar os navios devidamente classificados, sendo as obras a seu cargo.
2. O valor dos navios deverá ser determinado agora, considerando-os classificados e percentualmente em relação aos preços dos mesmos em estaleiros, digo, em estado de novos.
3. Os valores dos navios em estado de novos deverão ser calculados de acordo com a cotação adotada pela Comissão de Marinha Mercante, ou seja Cr\$ 115.000,00 por tonelada DWT, segundo última aquisição pela mesma efetuada.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V.Exa. o meu protesto de subida estima e distinguida consideração.

Victorino Freire”

Tomando conhecimento do teor e do roteiro da missiva, os membros da Comissão relataram em separado, tendo o comandante Pollis dirigido o seu relatório à Comissão da Marinha Mercante; o comandante Mader Gonçalves à Cia. Transmarítima e o Sr. Pedro Brando ao Sr. Governador do estado do Maranhão. Esses relatórios, Sr. Ministro, vão apensos ao presente laudo em conjunto como também documentos que se referem a contratos de obras dos referidos navios e certificados das últimas vistorias procedidas.

Reunidos os três membros da Comissão, assim resumiu o seu laudo o comandante Sylvio Pollis:

Vistoriou os seis navios para fins de avaliação, dando especial importância às características de cada um, ao estado de conservação em que se encontram. Utilizou para a avaliação percentual de cada navio os gráficos e fórmulas adotados pelo Instituto de Resseguros do Brasil combinados com dados obtidos de observações pessoais durante as vistorias a bordo.

Como os gráficos do IRB se referem a um navio-padrão de 9.500 DWT, com certas características, foi necessário determinar o índice de valor de cada navio da frota, como se novo fosse, comparado ao navio-padrão IRB. A esses índices de valor foram aplicadas reduções devidas à idade e ao estado de conservação dos navios para obtenção dos índices de valor restante de cada um.

Dos seis navios que compõem a frota, três estão operando em costas brasileiras e três se encontram em recuperação e reparos no Rio de Janeiro, conforme segue:

Estero: 2.640 DWT, operando no porto do Rio de Janeiro por ocasião da vistoria.

Esito: 2.843 DWT, operando no porto do Rio Grande por ocasião da vistoria. Este perito se deslocou do Rio de Janeiro pra lá.

Macao: 4.500 DWT, operando no porto do Recife por ocasião da vistoria que foi efetuada naquele porto.

Santa Helena: passando por uma recuperação total no Rio de Janeiro, estando as obras a cargo da Cia. Nac. Nav. Costeira e Tecnal orçadas em Cr\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de

cruzeiros) aproximadamente. Deverá retornar ao tráfego em fins de fevereiro de 1960.

Santa Rosa: sofrendo recuperação total no Rio de Janeiro, a cargo da Cia. Comércio e Navegação. Obras orçadas em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) aproximadamente. O retorno ao tráfego está previsto para fins de abril de 1960.

Santa Lúcia: sofrendo recuperação parcial e reparos de conservação e manutenção a cargo da Eletrovapor Serviços Marítimos S.A. e da Cia. Comércio de Navegação. Obras no valor aproximado de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). Retorno ao tráfego previsto para fins de janeiro de 1960.

Para os navios da frota devem ser observadas as exigências mencionadas no seu laudo.

No mapa constante da folha 2 do seu laudo aparecem os cálculos de avaliação percentual dos navios como se novos fossem, assim como os índices de valor restante, isto é, no estado em que se encontram atualmente.

Navios – IR:

Santa Helena – 71,6%

Santa Rosa – 26,2%

Santa Lúcia – 18,3%

Esito – 57,7%

Esteros – 59%

Macau – 51,7%

Quanto ao preço da DWT de navio pronto em estado de novo, do padrão do IRB, estimou em Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) tendo em vista que o preço do navio encomendado pelo Geicon à Cia. Comércio e Navegação é da ordem de Cr\$ 112.000,00 (cento e doze mil cruzeiros) a DWT e que pela Lei nº 381, de 24/4/1958, um prêmio da ordem de 40%, aproximadamente, será pago aos estaleiros para cobrir a diferença entre o preço do mercado internacional e o do mercado interno, visto o armador dever pagar somente o preço do mercado internacional.

Passou a justificar o valor de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil) a DWT do navio novo pelas seguintes razões:

1. crise de navios no Brasil haja vista as permissões que têm sido concedidas a navio estrangeiros para fazerem cabotagem em nossa costa;
2. dificuldades legais e dificuldades de obtenção de divisas em leilão;
3. falta de financiamento do FHM, face à Resolução 15-59, de 5/5/1959, do Geicon;
4. falta de cobertura cambial, o que acarreta risco ao armador que se disponha a comprar no exterior;
5. prazos longos para entrega de navios a serem encomendados nos estaleiros nacionais. No mínimo dezoito meses para cada navio e, dada a capacidade atual dos estaleiros existentes no país no presente momento, esse prazo deverá ser entregue entre três e quatro anos para a construção de seis navios semelhantes aos da frota em causa.

Utilizando o valor de Cr\$ 70.000,00 para a DKT, encontrou para valor líquido da frota Cr\$ 748.181.770,00 conforme se acha demonstrado no mapa constante da folha 4 do seu laudo.

Deixa de entrar em considerações sobre a rentabilidade da frota por não possuir elementos suficientes. Aguardará a discussão dos laudos das partes sobre a rentabilidade para entregar o parecer em comissão, pois calculou seu laudo mais sob o ponto de vista técnico do que comercial.

Em seguida, o comandante Mader, perito da Cia. vendedora, disse que, procedendo a uma vistoria detalhada nos navios objeto da presente avaliação, procurou salientar o custo de tonelage a ser construída em estaleiros, estendeu-se em apreciações sobre a tonelage a ser adquirida em mercados estrangeiros de navios usados analisando por último a elevação de custo da tonelage construída no Brasil, dando relevância a dois fatores que considerou importantes: o preço da tonelage DWT dos navios encomendados pela Comissão da Marinha Mercante ao estaleiro Lanayer, dentro do plano do Geicon. Previu para navios de 1550 toneladas de DWT o prazo de entrega de 18 meses, não havendo, no entanto, encontrado possibilidades em estaleiros nacionais de ser encomendada uma frota semelhante. A exposição do comandante Mader sobre esses dois fatores importantes, isto é prazos e possibilidades, é bastante

pormenorizada. Passou o comandante Mader a examinar o item em que os compradores pedem cálculo de rentabilidade da frota em questão. Nessa parte do relatório, estendeu-se também em diversas considerações. Resumindo, conclui-se do laudo em apreço que o comandante Mader dá ao conjunto de navios que integram essa frota, perfazendo um total de 22.550 toneladas, o valor de Cr\$ 958.500.000,00.

Analisa ter chegado a essa importância estimando em Cr\$ 85.000,00 o preço da tonelagem DWT e que, para o caso presente de navios usados, viria a ser reduzido à metade, pois julga ter esse grupo de unidades 50% do valor de navios e, assim, conclui justificando o preço global que atribui à frota em avaliação, de 958.500.000,00.

Em relação à rentabilidade, encontra o relator uma receita assegurada de Cr\$ 230.000.000,00, isto analisando as considerações da frota, considerando que a carga transportada por viagem pode atingir a 40 mil toneladas de carga, ou seja, durante o ano um movimento calculado de 250 mil toneladas. Orça as despesas dos navios em cerca de 80% do frete líquido. Considera que os restantes 20% do frete líquido atinjam a quantia de Cr\$ 33.000.000,00 e a essa importância soma a subvenção da Comissão da Marinha Mercante e calcula atingir a cerca de Cr\$ 196.000.000,00.

Respondidos os dois itens da carta do Sr. Governador do Maranhão em resumo, neste laudo, pelo comandante Mader, nada mais acrescentou além do que está dito no seu relatório isolado.

Por último, na qualidade de perito de S.Exa. o Sr. Governador do estado do Maranhão, declarou o Sr. Pedro Brando que a operação em exame se prendia ao desejo e às necessidades do governo do Maranhão de ter assegurado o transporte marítimo da produção do estado e, bem assim, de abastecimento de mercadorias de fora com transporte eficiente e rápido. Que S.Exa. o Sr. Governador, mesmo com insistentes apelos e com as demonstrações de solicitude que os órgãos governamentais lhe proporcionam, não pode resolver satisfatoriamente o problema de transporte marítimo e, como tal, lançou como programa do seu governo a criação do Lóide Maranhense. Que examinou a possibilidade de obter uma frota: encomendando navios novos, a compra de navios usados, em mercados estrangei-

ros, e a construção no país de navios de porte adequado às necessidades do problema.

Com dificuldades que encontrou nessas três possibilidades, encontrou no problema através dos seus órgãos governamentais e examinou, por último, a única fórmula possível – a compra de unidades já em tráfego sob a bandeira nacional.

Que o relator conhece os navios e já vistoriou, que conhece as obras que estão sendo realizadas em três desses navios e as exigências que são feitas nos demais, em relação a vistorias procedidas.

Que o relator, no laudo dirigido ao governo do Maranhão, deliberou esses aportes de um preço-teto de 958.000.000,00 *dead weight* e, atendendo a situação desses navios que são recuperados, com obras perfeitas e completas admito, mesmo assim, a esse preço-teto, uma redução de 50%. Calculada nessa base, encontrou o relator a quantia de Cr\$ 845.737.500,00 e, assim, aconselharia o governo do Maranhão a reduzir esse preço encontrado para Cr\$ 780.000.000,00 para cobertura de possíveis melhorias nos navios, inclusive a colocação de paus de carga no *Macau* e outras melhorias.

Esse rebaixo consta do relatório à parte, com detalhes, e conclui o relator não aconselhando que se ultrapasse essa importância de, repetiu, Cr\$ 780.000.000,00.

Passou a se pronunciar sobre a rentabilidade dos navios, dizendo que, tendo os navios 22.550 toneladas *dead weight*, considera aproximadamente a tonelagem de carga a ser transportada por viagem em 18 mil toneladas, ou seja, 36 mil toneladas por viagem redonda. Admite que esses navios possam fazer seis viagens redondas por ano, ou seja, 216 mil toneladas de carga transportada anualmente pelos navios. Disse que, desconhecendo o tráfego que esses navios vão fazer e não sabendo que linha vão executar, não tendo conhecimento de frete positivo a ser apurado, louvou-se numa média de frase de Cr\$ 656,00 por tonelada. Calculou, assim, as 216 mil toneladas a Cr\$ 656,00, tendo encontrado um frete anual bruto de Cr\$ 141.696.000,00. Admite que, deduzidas despesas de combustíveis, folhas, seguro, manutenção, descarga, reparos e administração, pode-se considerar um saldo líquido sobre o frete numa margem de 10%, ou seja, Cr\$ 14.169.600,00.

Numa base da receita líquida considerando uma porcentagem de 115% sobre o frete arrecadado, como auxílio da Comissão da Marinha Mercante, encontrou a importância de Cr\$ 162.950.400,00, que, somada aos Cr\$ 14.169.600,00, pode deixar, *grosso modo*, um lucro líquido anual de Cr\$ 177.120.000,00 para os seis navios.

Concluídos os relatos acima, passaram os três peritos a examinar em conjunto os restantes termos da carta já transcrita no presente laudo e concluíram:

Os navios vistoriados são detalhadamente especificados nos três relatórios isolados; por esta razão se abstém de aqui transcrevê-los. Os contratos devem ser rigorosamente cumpridos e, concluídas essas obras, os navios deverão ser entregues: os que estão trafegando, no término de cada viagem, no porto do Rio de Janeiro; e os em obra, nos prazos estabelecidos pelos estaleiros onde se processam as obras.

Os navios deverão ser entregues classificados e devidamente conduzidos ao tráfego, em perfeito estado, correndo por conta dos vendedores essas despesas. Aconselham que seja bem revista a questão dos ônus e encargos que recaem sobre os navios, mesmo – como no caso em questão – tratando-se só de venda de bens da empresa e não da estrutura jurídica da mesma.

O Sr. Miguel Bahury – Gostaria que V.Exa. permitisse frisar bem, para que a Casa ouvisse, principalmente aqueles em cujo espírito pudesse haver dúvidas sobre as condições do negócio, essa cláusula: “Os navios seriam e serão entregues classificados”, digo serão porque ninguém nesta Casa, nem do PSD, nem do PTB, nenhum dos deputados que apoiam o Sr. Presidente da República, que confiam na sua capacidade de trabalho, no seu critério e amor à coisa pública, acredita S.Exa. fugir ao compromisso assumido com a região abandonada da Amazônia. Se S.Exa. desse ouvido a essas acusações difamatórias, que a imprensa sadia, vez por outra, faz contra S.Exa., o Sr. Juscelino Kubitschek não teria sequer sido candidatado à Presidência da República. O mínimo que teriam exigido seria que S.Exa. fosse exilado ou se tornasse presidiário, por conta da má-fé, perfídia de seus inimigos, que são, hoje, os mesmos que agredem os interesses da Amazônia, que V.Exa. tão bem defende.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Prossigo:

Novamente debatendo o problema em conjunto, foi considerado como preço aconselhável para uma operação normal que vai atender rapidamente aos interesses do estado, evitando que, uma vez apurado esse interesse, outra fórmula não existe do que recorrer a navios já em tráfego sob a bandeira nacional.

Concluem que o preço médio não pode ser encontrado dadas algumas divergências na interpretação e na desvalorização do índice da partida.

Sendo que, das três perícias, o preço mais baixo encontrado foi de Cr\$ 748.181.770,00, isto no relatório do comandante Pollis, argumentou o comandante Mader no sentido de, tratando-se, em relação ao preço mais baixo, de uma desvalorização rigorosa e apresentando como razões o cálculo favorável da rentabilidade e bem assim por se tratar de um grupo de navios que representam um bom conjunto, declarou que não se considerava absolutamente de acordo com a avaliação mínima apresentada. Então, o perito da Comissão da Marinha Mercante sugeriu um arredondamento para Cr\$ 750.000.000,00 como valor global da frota em questão. Foi finalmente aprovada por unanimidade a sugestão do perito da Comissão da Marinha Mercante. O preço unânime para os seis navios no presente laudo é de Cr\$ 750.000.000,00.

E, assim, deu-se por encerrado o presente laudo que vai ser assinado pelos três peritos, na ordem em que falaram.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1959 – Comandante Sylvio da Rocha Pollis, representando a Comissão da Marinha Mercante – Comandante Alfredo Mário Mader Gonçalves, representando a Cia. TransMarítima – Pedro Brando, representando o governo do estado do Maranhão.

O Sr. Bilac Pinto – Não desejei interromper a leitura do laudo que V.Exa. vinha fazendo para, ao termo dela, dirigir a V.Exa. este aparte. O que se verifica do laudo lido por V.Exa. é que ele foi feito para operação não realizada pelo governo do Maranhão. O estado do Amazonas teria afinal acolhido desse laudo e nele se louvado. Insisto em esclarecer que a crítica surgida na imprensa em consequência dessa divulgação justificou o meu requerimento de informações, pois o mesmo gira em torno do valor dessa frota. A propósito desejo lembrar a V.Exa. que o processo

democrático clássico, para que governos adquiram navios, locomotivas, material de toda a natureza é a concorrência pública. Se o governo do Amazonas, interessado em adquirir uma frota para o transporte dos produtos da região, tivesse tomado a iniciativa de uma concorrência de caráter internacional para adquirir navios com as características daqueles que compõem a frota em questão, ter-lhe-ia sido encontrado o preço inferior ao indicado. Realmente não há qualquer cotejo, não houve competição nessa operação de compra e venda de navios pelo estado do Amazonas. Verifica-se que há uma operação iniciada por um governo, que não a ultimou. Não quero indagar das razões que levaram o governo do Maranhão a assim proceder.

O Sr. Miguel Bahury – Essas razões já foram expostas a V.Exa. ainda há pouco.

O Sr. Bilac Pinto – Não interessa agora ao problema esse aspecto. Estamos tratando da compra pelo Amazonas. Note o nobre orador que o que se reclama, o que se pede hoje ao governo da República e também ao estado do Amazonas é que reexamine a questão do valor desses navios, já que surgiram críticas à respectiva avaliação. A propósito lembro que a primeira grave omissão do governo do Amazonas foi não ter feito uma concorrência internacional para a compra de navios nas condições ou com as características daqueles que compõem essa frota. Em segundo lugar, ter aceito uma avaliação já feita por outro governo que afinal não ultimou a operação. Notamos, nessa avaliação, como variam os números dos diferentes peritos. Parece que não há critério uniforme, já que vemos a avaliação variar de 748 a 958 milhões de cruzeiros, segundo a opinião de cada um dos peritos. Finalmente, desejo dizer a V.Exa. que, quando encaminhei à Mesa o meu requerimento de informações, louvei-me apenas no noticiário da imprensa. Desnecessário será dizer que o meu empenho aqui é tanto o de defesa dos interesses da Amazônia e do povo do Amazonas como, também, do governo federal, do erário, que vai financiar essa operação. Creio que, colocando a questão exclusivamente no problema do preço desses navios, poderemos encontrar um terreno comum, que é realmente o de caminhar para uma avaliação isenta de vícios, de arguições, uma avaliação que possa ser instruída com documentos tais que comprovem o valor real desses navios. Fazendo-se essa nova avaliação, tal como se sugere aqui, ficarão bem o governador do estado do Amazonas, a Comissão da Marinha

Mercante e o Fundo da Marinha Mercante, porque a nação seria plenamente esclarecida a respeito do valor real dos navios. Insisto em afirmar que não há de minha parte nenhum propósito, nenhuma animosidade contra a Amazônia, nem também nenhum propósito de dar cobertura a interesses que afinal não sei de quem são porque não tenho relações nem conheço os armadores nacionais que estariam interessados em perturbar essa operação. Baseei-me, como disse, apenas no noticiário da imprensa. Tendo esse noticiário tomado vulto e suscitado mesmo pedidos de informações no Senado e na Câmara, creio seja do recíproco interesse do governo do Amazonas e da União realizar nova avaliação desses navios, a fim de ser feita a operação pelo preço justo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Respondo à intervenção de V.Exa., que divido em suas duas partes: com referência à concorrência de âmbito internacional, V.Exa. sabe que ela é absolutamente impossível, seja porque não haveria cobertura cambial para o estado do Amazonas importar mesmo navios usados do estrangeiro, seja porque esses, segundo compra realizada pela Comissão da Marinha Mercante, custam mais de 100 mil cruzeiros a tonelada.

O Sr. *Bilac Pinto* – Perguntaria se esses navios estrangeiros, comprados pela comissão, o foram mediante concorrência pública.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não posso assegurar a V.Exa. mas posso dizer que o intermediário dessas transação foi o Sr. José Cruz dos Santos. Entre os navios objeto dessa transação está o *Rio Jequitinhonha*, que, para entrar em tráfego, precisou receber reparos substanciais, tal como ocorre com esses que o governo do Amazonas pretende adquirir.

O Sr. *Bilac Pinto* – Então, o exemplo dado não vem propriamente em socorro da argumentação de V.Exa., pois, segundo deduzo de suas palavras, foi péssimo o negócio realizado pela Comissão da Marinha Mercante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não direi péssimo, porque esses navios em verdade estão prestando serviços à cabotagem.

O Sr. *Bilac Pinto* – Sim, mas a questão que estamos discutindo é a do preço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – E, de modo geral, são navios usados que prestam serviços de transportes nos nossos portos.

O Sr. *Miguel Bahury* – V.Exa. refere-se aos doze navios usados, comprados e entregues à Costeira?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exato.

O Sr. *Miguel Bahury* – Sem esses navios a Costeira não existiria, e os próprios estados da Federação que exportam as mercadorias que consumimos não teriam para quem vender seus produtos. Esses navios, que S.Exa. reputa caros, tornam-se baratos em função dos serviços úteis que prestam à nação.

O Sr. *Bilac Pinto* – Não vamos sofismar. Não se meta a questão de utilidade dos navios com o problema do preço. Utilidade é uma coisa, preço é outra. Vamos ficar na questão do preço. Tudo deve girar em torno disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Temos que caracterizar quem está sofismando. Os preços dos navios foram baseados em perícia realizada por uma comissão louvada perante a Comissão da Marinha Mercante. Foi essa comissão, autorizada para realizar a perícia, que estabeleceu o preço de 700 milhões de cruzeiros.

Vê V.Exa. que de nossa parte não há sofisma nenhum. Citei esse caso dos navios comprados no estrangeiro para cientificar a V.Exa. de que a concorrência seria prejudicial ao Estado e à nação, uma vez que seriam navios muito mais caros do que esses que o Estado viria a comprar classificados e em tráfego em nossos mares.

O Sr. *Bilac Pinto* – Mas V.Exa., para fundamentar esse argumento, traz a informação dessa compra, que não foi feita por concorrência pública. Pelo menos V.Exa. não sabe informar. Lembro que, quando do início da Petrobras, os primeiros navios adquiridos por aquela empresa o foram mediante concorrência internacional. O Brasil obteve ótimos preços por esses navios fabricados por estaleiros de diversos países. Vamos admitir que não fosse possível comprar por falta de divisas, nessa concorrência internacional, mas pelo menos que se fizesse concorrência no Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concorrência entre quem?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Navios do Lloyd e da Costeira?

O Sr. *Miguel Bahury* – O nobre deputado sabe que não há navios à venda no Brasil. Todos querem comprar. É um caso excepcional e ninguém se opõe a que sejam feitas as avaliações. O que não se quer é que continue essa campanha prejudicial à nação, uma vez que moral ela não

é. Exemplo tenho aqui neste anúncio – isto não é campanha, é anúncio mesmo, recortado num quadrado em negrito – onde se vê mais uma vez o rato com o rabito de fora. O negócio continuou a ser encamiñado até que surgiram reações de parte dos armadores; que recebem propinas, que furtam os cofres e a bolsa do exportador e do produtor da Amazônia, que têm interesse em que os navios não sejam vendidos à Amazônia. Nós, da Amazônia, queiram ou não queiram quem se opõe à operação, vamos lutar para consegui-la de uma forma ou de outra e faremos com que se respeitem os interesses daquela região e não os dos compradores de navios. Não estamos defendendo os vendedores de navios, nem o comprador, ou governador do seu estado, defendemos os interesses de uma região inteira. Sabe o deputado Bilac Pinto, em cuja honestidade de propósitos acredito, que essa campanha paga, porque ninguém nos convence do contrário, está sendo feita e estipendiada por estrangeiros que aqui aportaram e foram recebidos de braços abertos para que nos oferecessem em troca uma produção efetiva e a preço razoável. Lá sim é que as extorsões se repetem. Uma tonelada de navio, à época dessa avaliação, custava 115 cruzeiros. Hoje, a Ishikawajima pede 160 cruzeiros por toneladas de navio. Pediu ontem e obteve 142 cruzeiros, porque não há como fazer concorrência e muito menos com quem, para a compra de navios que, embora usados, não tem a idade que essa crítica malsã, que essa campanha desmoralizante, muito mais desmoralizante para quem a faz do que a quem ela se dirige, quer atribuir, procurando fazer crer que haveria em torno disso algo ilícito quando só há o desejo de servir uma região completamente esquecida. Foram o presidente da República e o ministro Amaral Peixoto que em boa hora, como prova de acendrado patriotismo, determinaram a aquisição depois de receberem um laudo pericial ratificado pelo almirante Sílvio Mota. É preciso que a Casa saiba, e que se leia para que o deputado Bilac Pinto e os nossos pares tenham conhecimento, que tudo se louvou num parecer assinado pelo almirante Sílvio Mota. É ele quem propõe a aceitação do laudo. Não se pode admitir que esse nobre marinheiro, embora perfidamente, talvez incentivado por interesses subalternos, o que não quero crer, porque ainda acredito na sua honestidade, pudesse deixar de perceber que abandonara seu cargo em função de um negócio que ele próprio propusera. Aqui está, nobre deputado Bilac Pinto – leia quantas vezes quiser – o parecer do almirante Sílvio Mota. É preciso que

a Casa saiba que não defendo senão interesses legítimos da Amazônia. Precisamos desses navios e vamos tê-los a qualquer preço.

Nem o presidente da República, nem o ministro Amaral Peixoto serão capazes de descer do pedestal de dignidade a que se alçaram para fugir a um compromisso assumido, não para com o governador do meu estado, mas para com uma região inteira que abrange cinco estados e três territórios.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado a V.Exa. Estou precisamente com os pareceres do almirante Sílvio Mota em mãos, aos quais irei referir-me daqui a pouco.

O Sr. *Almino Afonso* – Seria inteiramente dispensável que eu interferisse no debate, uma vez que V.Exa. está trazendo à Casa esclarecimentos concretos, inclusive lendo, para conhecimento de todos, os laudos em que nos baseamos para julgar da validade e do interesse da transação. Devo, entretanto interferir tão só no intuito de um depoimento que marca e esclarece ainda mais a lisura com que o governador do meu estado, professor Gilberto Mestrinho, atuou desde o primeiro instante na transação até a discussão no momento. Já depois o Sr. Deputado Miguel Bahury disse que a transação inicialmente se pretendia fazer com o estado do Maranhão e divulga as razões porque o estado do Maranhão deixou de concretizá-la. Foi S.Exa., em nome do grupo político dominante naquele estado, o senador Vitorino Freire e seus companheiros, quem me procurou para que, com os elementos que me oferecia, pudesse levar ao governador do meu estado as bases dessa transação, a fim de que ele fosse o juiz da oportunidade, ou não, como do interesse ou não de realizá-la. O deputado Miguel Bahury, se assim se dirigiu S.Exa. ao estado do Amazonas, fazia-o no interesse de que, malograda a transação, pelo menos pudesse ele permanecer em área da Amazônia, para que os benefícios resultantes pudessem, de maneira imediata e melhor, ser obtidos em função dos interesses da região obviamente sempre esquecida. Levei ao governador do estado os três laudos, dos quais V.Exa. dá a síntese do presidente da Comissão da Marinha Mercante, lida há pouco. Pelos laudos era irrecusável o interesse da transação. Mais ainda, Sr. Deputado, respondendo a um aparte do eminente deputado Bilac Pinto: era um dos signatários dos referidos laudos o comandante Mader Gonçalves, capitão de mar e guerra, pessoa das minhas relações de amizade, homem de capacidade técnica inegável, de moralidade absoluta e

jamais negada que foi inclusive presidente do Lloyd Brasileiro. Dirigi-me a ele antes de levar o material que me fora entregue para apreciação do governador e coloquei o assunto com a seriedade de homens que buscam, numa transação deste vulto, tão somente o interesse do estado e da região que representam. S.Sa. reafirmou, ponto por ponto, a verdade de tudo que dissera no seu laudo, como se necessitasse ainda fazê-lo, já que sua própria assinatura era suficiente para meu reconhecimento. Digo mais: observou em seu aparte o deputado Bilac Pinto que uma das omissões do governador do estado do Amazonas teria sido a de não havermos por nós próprios também reclamado uma avaliação. Sr. Deputado Bilac Pinto, o comandante Mader Gonçalves era e é, inclusive, membro de um grupo de estudos econômicos do estado do Amazonas e, ao lado de outros técnicos e economistas, presta-nos gratuitamente o serviço de estudar os problemas econômicos do nosso estado e o de orientar-nos, cada vez que o governador do meu estado necessita, com os seus conhecimentos técnicos em matéria de navegação. Baseou-se, portanto, o Sr. Governador do estado do Amazonas não num laudo de pessoa desconhecida, por muito séria que fosse, mas no laudo de um homem que está, inclusive, vinculado ao seu governo por esta prestação de serviços, que vem dando, espontânea e gratuitamente, há mais de um ano. Foi, portanto, Sr. Deputado Bilac Pinto, com base nesta observação que faço, que o governador do meu estado se louvou naquele laudo subscrito pelo comandante Mader Gonçalves, em função de uma transação que seria feita com o estado do Maranhão, laudo que era para ele digno de absoluta fé e respondia por inteiro as indagações indispensáveis à transação que já então se esboçava com o estado do Amazonas. V.Exa. já disse que outro ponto da missão do governador do Amazonas, apontado pelo deputado Bilac Pinto, é inteiramente improcedente porque S.Exa. não ignora que, com a criação do Geicon, tornou-se proibida a importação de navios do exterior. Assim esses dois pontos básicos anulam, parece-me, as observações que S.Exa. apresentou nos apartes que, estou certo como toda a Casa, não têm outro interesse senão escoimar, se necessário fora, de qualquer vício...

O Sr. Miguel Bahury – Ou dúvida.

O Sr. Almino Afonso – ...uma decisão de absoluta importância para o nosso estado. Quanto a ele arguir sobre as divergências dos diversos laudos referentes ao preço dos navios, menos razão tem. S.Exa. é jurista.

S.Exa. por certo funciona nos Tribunais de Justiça e não há de ignorar que o que existe intrínseca, natural, normalmente em qualquer laudo, em qualquer conjunto de laudos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exato.

O Sr. *Almino Afonso* – ...é, precisamente, a divergência. Tanto assim que cabe ao meritíssimo juiz de direito, quando não há conciliação de laudos, compartilhar a nomeação de um terceiro perito, que vai desempatar os laudos contrastantes, e, via de regra, esse terceiro perito dá inclusive um laudo que nem sempre coincide com qualquer dos anteriores. Isso é da prática forense. Qualquer advogado sabe, e não caberia a um jurista como o Sr. Deputado Bilac Pinto estranhar que essa divergência pudesse haver nos laudos a que V.Exa. se reportou. De resto o problema é o mesmo, na natureza, de um laudo judicial. Tem V.Exa., pois, um pequeno depoimento e a minha absoluta solidariedade – se é que ela era necessária – em tudo que V.Exa. diz, na certeza de que essa transação, se tanto alarde vem causando, é que alguma coisa de sério, de profundamente sério, vem sendo contrariada e posso dizer que é de duas ordens. Uma: os armadores que não têm interesse que uma frota de seis navios possa buscar mercadoria no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro ou em São Paulo e desembarcá-la no Amazonas sem que nos submetamos às sobretaxas escorchantes que tanto oneram a mercadoria que chega à nossa região.

Segunda, os próprios estaleiros que agora se instalam e estão de olho grande no Fundo da Marinha Mercante na gulosa pretensão de que este fundo possa funcionar tão só e exclusivamente para financiar os navios que pretendem construir. São duas ordens de interesses econômicas, ambas grandes, que se levantam, Sr. Deputado, numa campanha visivelmente paga. Qualquer homem de elementar bom senso vê que se trata de campanha paga de ponta a ponta para levar ao descrédito a transação do governo do Amazonas, sobretudo porque estão na suposição de que, sendo o estado do Amazonas de peso político pequeno, seria fácil derrotá-lo. Mas aqui estamos V.Exa., eu, o deputado Miguel Bahury, todos da Amazônia, com a tranquilidade de não termos passado em qualquer momento discutível em sua seriedade. Não temos o chamado “rabo de palha” e podemos tranquilamente defender a transação na certeza de que o fazemos em benefício dos interesses da nossa terra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado a V.Exa. pelo aparte.

O Sr. Miguel Bahury – Permita-me apenas complementar o que acaba de dizer o ilustre deputado Almino Afonso, lendo o art. 3º da Lei 3.371, que criou o Fundo da Marinha Mercante. Há impressão não, há o desejo dos estaleiros aqui montados de fazer com que todos os recursos do fundo serviriam para as suas construções, ou seja, para os seus cofres. Mas a lei é clara e diz: “prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional”.

Logo, nesta lei, que não foi instituída apenas para beneficiar estaleiros, mas, em realidade, para incentivar a construção naval, a par de recuperar navios usados que aqui na nossa costa têm tráfego, evidentemente não se pode desejar que todos os recursos obtidos para a Comissão da Marinha Mercante sejam expressamente destinados a meia dúzia de estaleiros que, embora possam prestar bons serviços à pátria, estão querendo antes auferir lucros nababescos e, num só exercício, lograr a inversão total das suas instalações.

O Sr. Presidente – Lamento informar ao nobre orador que dispõe apenas de dez minutos para concluir sua oração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do deputado Almino Afonso, que trouxe muita força às minhas modestas palavras.

Respondo ainda a segunda fase do aparte do nobre deputado Bilac Pinto: S.Exa. classificou de omissão do governo do estado não ter ele mandado proceder a uma outra avaliação. Não preciso acrescentar mais nada àquilo que foi dito pelo deputado Almino Afonso. Lembraria, apenas, que qualquer avaliação que demore no tempo será prejudicial àqueles que dela se queiram beneficiar. Estamos dentro da espiral inflacionária, ainda não detida. E um material que custa hoje um preço, amanhã custará esse preço mais X. Não haveria necessidade pois, de nova avaliação, requerida pelo governo do estado, uma vez que a anterior aprovada pela Comissão da Marinha Mercante, conforme documento assinado pelo almirante Sílvio Borges, o qual será transcrito também como parte integrante do meu discurso, foi ratificada quando, dirigindo-se ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o mesmo almirante Sílvio Borges se refere à operação do Maranhão no caso do Amazonas, nos seguintes termos:

Tenho a honra de restituir a V.Exa. o processo nº 12.491-60, referente à constituição de uma frota amazônica, através da aquisição, pelo estado do Amazonas, dos navios *Santa Helena*, *Macau*, *Santa Alice*, *Santa Rosa*, *Esito* e *Estero*, atualmente de propriedade da Transmarítima Comercial S.A.

Relativamente ao assunto, cumpre a esta comissão declarar a V.Exa. que nada tem a opor à transação, ressalvando, porém, que sendo a mesma reprodução da que seria levada a efeito com o estado do Maranhão (processo 35.008-59, desse ministério), fica, pelo presente, ratificado em todos os seus termos o pronunciamento naquele caso, oferecido por este órgão, conforme ofício número 60-00241, de 14 de janeiro do corrente ano, do qual me permito anexar cópia devidamente autenticada.

Mas, Sr. Presidente, foi baseado nesses laudos, nessas perícias, nesse pronunciamento da Comissão da Marinha Mercante, que o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas encaminhou expediente ao presidente da República, solicitando aprovação para o financiamento, afinal autorizado em despacho de 14 de maio deste ano e encaminhado ao ministro da Fazenda. Nada há a incriminar na conduta do ministro da Viação e do presidente da República.

Tudo indica que, até então, os grupos econômicos que vendem ou fabricam navios não acreditavam que se concretizasse a operação. Ao lerem o despacho, todavia, eles, que haviam se mantido silenciosos, na espreita, acompanhando o andamento do processo, saíram a público, numa campanha nitidamente paga, num movimento de imprensa estipendiado inclusive com recursos recebidos anteriormente do Fundo da Marinha Mercante, visando a desmoralizar a operação, a fazer com que os leitores a considerassem um escândalo de grandes proporções, por meio de invencionices, de inverdades, de embustes.

Se ainda me sobrar tempo, nos dez minutos que me restam apreciarei todas as objeções feitas até agora à transação pleitada pelo governo do Amazonas. Verificarão V.Exa. e a Câmara a improcedência delas, a sua fragilidade, a facilidade com que podem ser destruídas pelos documentos que já li e já exibi à Câmara, e pelos argumentos que expenderei daqui a pouco.

Segundo a primeira objeção, apresentada de forma escandalosa, o almirante Sílvio Borges teria solicitado exoneração por não concordar com a operação.

É fácil destruir esse embuste, Sr. Presidente. Basta lembrar os dois pareceres que já juntei ao meu discurso, assinados pelo almirante Sílvio Borges, nos quais ele concorda com a operação. Declara textualmente que nada tem a opor à transação, ressaltando que, “sendo a reprodução da que seria levada a efeito com o estado do Maranhão, fica ratificada em todos os termos daquele caso”.

A segunda objeção diz respeito a um laudo de avaliação em 150 milhões de cruzeiros, laudo esse citado na imprensa e na Câmara, por intermédio do deputado Bilac Pinto, e nos requerimentos de informações apresentados no Senado.

Ora, Sr. Presidente, a resposta a isto é simples: esse laudo não existe, nunca foi dado. O açodamento dos grupos econômicos, interessados em desmoralizar a operação, está desmoralizando sua própria campanha. Eles fizeram com que se lançasse essa balela à face da nação, sem que o deputado Bilac Pinto, sem que os senadores que requereram informações, sem que ninguém, a Verome e a Ishikawajima, sem que o Grupo Paulo Ferraz pudessem provar perante o país que houve um laudo avaliando os navios em 150 milhões. O que houve, em verdade, Sr. Presidente, é que, constituída a primeira comissão de peritos, foi indicado para representar a Comissão da Marinha Mercante o engenheiro José Cruz dos Santos, que não se reuniu com os outros peritos, que prestou apenas depoimento pessoal, escondido, com intuítos inconfessáveis, no qual avaliou os barcos em cerca de 400 milhões de cruzeiros.

Examinemos, entretanto, a autenticidade desse parecer. Esse engenheiro, Sr. José Cruz dos Santos, é simplesmente um vendedor de navios: já vendeu navios à Comissão da Marinha Mercante e não poderia ter qualquer interesse em que fosse aplicado o dinheiro do Fundo da Marinha Mercante...

O Sr. Miguel Bahury – Segundo dizem esse engenheiro foi o vendedor dos doze navios que o deputado Bilac Pinto achou caros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeito.

Esse engenheiro não teria interesse algum em que se despendesse o dinheiro do Fundo para comprar navios que não fossem aqueles que ele mesmo oferecesse à Comissão da Marinha Mercante.

O Sr. Miguel Bahury – Perfeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Há ainda, Sr. Presidente, a ligação de parentesco desse engenheiro com o almirante Aniceto Cruz dos Santos, ex-presidente da Comissão da Marinha Mercante e atual diretor da Ishikawajima, o grupo econômico japonês que tem um estaleiro de construção naval e também vende navios à Comissão da Marinha Mercante.

O Sr. Miguel Bahury – Estaleiro criminosamente construído ao final do cais do porto do estado da Guanabara, com graves prejuízos para a segurança nacional. Nesse sentido, no dia 13 do corrente encaminhei uma petição ao presidente da Comissão de Segurança Nacional, da qual faço parte, solicitando esclarecimentos ao Conselho de Segurança Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vê V.Exa., Sr. Presidente, que falta a esse parecer do engenheiro José Cruz dos Santos, citado no Congresso e na imprensa, qualquer eiva de amparo jurídico e moral.

É parecer suspeito do início ao fim. É parecer suspeito pelas atitudes comerciais, pela parcialidade e pela ligação desse engenheiro com o grupo Ishikawajima, e que não pode absolutamente ser levado em consideração por quem quer seja. Ainda assim, a avaliação não foi de 150 milhões de cruzeiros, mas de 450 milhões.

Terceira objeção: os navios não valeriam 750 milhões de cruzeiros porque estão com mais de 33 anos, sendo obsoletos, verdadeiros ferros-velhos.

Ora, Sr. Presidente, quatro desses navios têm menos de quinze anos...

O Sr. Miguel Bahury – Se V.Exa. desconhecer os nomes, poderei dá-los: *Esito, Estero, Santa Helena e Macau.*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exato, isso mesmo. Não citei porque estou economizando os minutos que me restam. Continuo: ...um com pouco mais de vinte anos e um apenas com trinta anos.

O Sr. Miguel Bahury – V.Exa. poderia aduzir que a avaliação feita nesses de mais de trinta, foi de 18% no valor da tonelagem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – De 19,7%. Verificou a Câmara, entretanto, que esse navios passam por substanciais reformas, por uma remodelação total. Um deles, esse a que acaba aludir o deputado Miguel Bahury, no valor de 60 milhões de cruzeiros. Mas, Sr. Presidente, esse argumento não pode marcar de impraticável a transação, porque, agora

mesmo, com os louvores da imprensa saiu dos estaleiros de remodelação o navio *Comandante Capela*, com 70 anos de existência...

O Sr. Miguel Bahury – Merecendo louvores de toda a imprensa, dessa mesma imprensa que acusava os negócios da Amazônia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ...e que está prestando serviços à nossa precaríssima navegação de cabotagem.

O Sr. Miguel Bahury – Informo ao nobre deputado Bilac Pinto, o mais interessado na questão, que o *Lloyd de Londres*, a que S.Exa. tanto alude, e apenas em cujas normas acreditamos, porque foi baseado nelas que os avaliadores nomeados fizeram a avaliação, considera o navio bom, como novo, até vinte anos, porque quinze anos representam um terço da vida normal de um navio com plena eficiência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. antecipou-se ao que ia dizer.

O Sr. Miguel Bahury – Peço perdão por isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Ia citar esse aspecto da questão que V.Exa. agora trouxe ao conhecimento da Câmara.

Outra objeção é que os navios teriam a caldeira a carvão. Mais uma balela facilmente destruível. Quem quiser visitar esses navios, dois dos quais estão no porto do Rio de Janeiro, se certificará de que as caldeiras são a óleo e que, como já afirmei à Câmara, passaram por substancial reforma.

O Sr. Presidente – Está quase findo o tempo de que dispunha o nobre orador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vou concluir, Sr. Presidente.

Outra afirmativa é a de que os navios seriam comprados com receita da taxa de renovação.

É mais uma tentativa de estabelecimento de confusão, de má-fé. A taxa de renovação é apenas uma das receitas do Fundo da Marinha Mercante e que tem aplicação específica. O financiamento será suprido pela taxa de 32% dos despachos aduaneiros, que é outra receita do Fundo da Marinha Mercante e se destina precisamente à renovação da frota mercante do país.

Objetou-se ainda: “a operação só teria sido possível porque foi modificado o regulamento do Fundo, visando a possibilitar a transação entre o Amazonas e a Transmarítima”.

Trata-se de interpretação capciosa da Lei nº 3.381, de 24/4/1958, que no art. 3º, nº 2, letra “a”, estabelece:

os recursos do Fundo da Marinha Mercante serão aplicados pela Comissão de Marinha Mercante: (...) 2º) em financiamento a empresas nacionais de navegação ou construção ou reparação naval, privadas ou estatais para: a) compra ou construção de embarcações; b) reaparelhamento, recuperação (...)

Como veem os Srs. Deputados, a Lei nº 3.381 já autorizava essa compra, essa espécie de transação realizada quer por empresas particulares, quer por empresas estatais.

Finalmente as duas últimas objeções:

O estado do Amazonas criaria uma quarta organização estatal para competir com o Lloyd e a Costeira e com os Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará e que deveria era adquirir fundos para reaparelhar o Porto de Manaus.

Nós, da Amazônia, apenas rimos dessas objeções. Falar em competição de empresas que, a não ser a Naap, pouco aparecem no Amazonas é ridículo, como falar em recuperação de um porto, quando os que alegam isso não sabem sequer que esse porto é explorado, por concessão, à empresa estrangeira The Manaus Harbour Limited.

Não pode o governador do Amazonas realizar qualquer obra de reaparelhamento, de modernização, de ampliação desse porto porque esta é atribuição da The Manaus Harbour Limited.

Sr. Presidente, apressei um pouco estas considerações finais porque fui honrado por inúmeros apartes que me tomaram grande parte do tempo. Mas concluo declarando à Câmara, solenemente, que não pleiteou o governo do Amazonas uma negociata, uma transação ilegal e imoral: nem o faria, em defesa de suas próprias tradições no trato da coisa pública. Habituo-nos a viver o nosso drama quase que isolados do resto do país, esquecidos das nossas angústias e dos nossos sofrimentos, e, por isso mesmo, Sr. Presidente, habituamo-nos a lutar por aquilo a que temos direito, a pelear pelas nossas reivindicações, e, no momento, a nossa disposição é esta: vamos lutar por essa operação legítima, limpa e lisa.

O Sr. Miguel Bahury – E fique certo, nobre colega, que todas as bancadas do norte ao sul, fatalmente, em boa moral, darão apoio total aos propósitos honrados do governo do estado de V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa. Somos um estado, talvez dos poucos entre os demais da Federação que não deve um centavo à União e que, ao revés, é credor de cerca de um bilhão de cruzeiros da Fazenda Nacional. Temos, portanto, o direito de pleitear um financiamento a ser pago posteriormente.

O Sr. Miguel Bahury – Vê V.Exa. que o Amazonas nem precisaria pedir emprestado, pois já é credor. Impende somente que se lhe pague o débito para que possa nessa ocasião, com o dinheiro no bolso, fazer o que desejava o deputado Bilac Pinto, estabelecer concorrência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ...para que os navios cheguem aos nossos portos levando o abastecimento de que precisamos e trazendo a nossa produção a fim de estimular o nosso desenvolvimento econômico.

Defendendo a greve

Congresso Nacional, sessão de sexta-feira, 11 de novembro de 1960

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna em nome do Partido Trabalhista Brasileiro fazer uma análise da atual conjuntura política nacional e, enfim, dar um pronunciamento de nossa bancada a respeito de fatos que estão eclodindo, com a mais viva repercussão em sua vida econômica e política, de consequências absolutamente imprevisíveis.

Uma greve pacífica, realizada nos mais nítidos termos legais, amparada em preceito constitucional, é a razão desse verdadeiro despertar de apreensões, de dúvidas e incertezas que tomaram conta deste país e não sei sinceramente se são conduzidas no bojo de alguma provocação premeditada, objetivando atingir a um fim que não condiz com as aspirações do povo, que não está de acordo com o pensamento da grande maioria da gente brasileira e que se consubstancia no desejo veemente de manter a qualquer preço a tranquilidade vigente.

Há, Sr. Presidente, imenso avantesma ainda não materializado, ainda não bem definido, pairando sobre nós.

Nos dias agitados que temos vivido na Câmara, e eu mais do que os colegas de bancada, pela responsabilidade de liderança, vimos sentindo qualquer coisa em suspenso no ar, ameaças pairando sobre a nação, propósito escondido atrás de muitas atitudes que não se pode definir.

Aí está a nação calma, o Rio de Janeiro tranquilo, sem agitações maiores, a não ser a anormalidade da paralisação de alguns serviços, com os grevistas em casa, deixando de comparecer ao trabalho, exercendo direito constitucional, mas que, infelizmente, ainda é entendido como verdadeiro tabu. Isso ainda é acusado, como ainda há pouco o fez o nobre deputado Dirceu Cardoso, como dogma obscurantista de uma religião política que não pode vigorar na época em que vivemos, compreendido como instrumento de subversão, inclusive de desrespeito às garantias individuais e aos princípios legais.

O fato, Sr. Presidente – e cumpro o dever de formular a denúncia –, é que a greve, que está intranquilizando a nação e preocupando a todos nós, já poderia ter terminado, já poderia ter cessado há dois dias se tivesse havido maior compreensão por parte das autoridades, se elas quisessem sentir melhor o problema, perceber que nos estão conduzindo para o imprevisível, para aquilo com que não podemos atinar, mas que posso asseverar à Câmara que não será útil ao regime ou proveitoso à democracia.

O Sr. Aurélio Vianna – Nobre deputado, não é a greve propriamente que está intranquilizando a nação, mas intranquilizam-se aqueles que procuravam um motivo para sua empreitada sinistra contra o regime. Essa greve é tão comum como os milhares que, nos últimos anos, vêm despontando no país e no mundo democrático. Quis dar um aparte, e não me foi concedido por motivos óbvios, para perguntar ao meu particular amigo deputado Dirceu Cardoso, porque S.Exa., que, segundo creio, é do PSD, só se lembrou de pronunciar esse discurso no fim de um governo que dispôs de cinco anos para trabalhar pelo homem do campo e nada fez! Nobre deputado, cortar na própria carne é difícil. Precisamos amparar o homem do campo. E até que me provem o contrário o governo atual não o fez e foi denunciado hoje pelos pessedistas mais ortodoxos: um do Espírito Santo, outro de Santa Catarina. Mas, a verdade é esta: o homem das cidades também precisa de amparo do Poder Público. Mas ninguém quer reconhecer a verdade. É que, enquanto este país for explorado por grupos internacionais e permitirmos que continuemos assim sendo explorados, o

subdesenvolvimento que aí está continuará e, enquanto não dividirmos terras de muitos que estão nesta Casa para defender o latifúndio, enquanto não promovermos reformas profundas de infraestrutura no domínio da terra e posse da terra, não se libertará o homem do campo. O mais é paliativo e conversa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não pretendo, nobre deputado Aurélio Vianna, defender neste momento a tese levantada pelo meu prezado amigo deputado Dirceu Cardoso, porque compreendi – e vai-me permitir aqui o nobre representante pelo Espírito Santo – que seu ponto de vista expressado aqui com tanto ardor representou uma cortina de fumaça sobre a trama em torno do Projeto de Paridade. É possível que eu esteja enganado. É possível que eu esteja cometendo injustiça com o nobre colega e prezado amigo, mas a impressão sincera que transborda de mim é a de que esse discurso foi apenas sequência do pronunciamento do líder da Maioria, deputado Abelardo Jurema, na manhã de hoje, transportando para as calendas gregas a votação do Projeto de Paridade.

O Sr. *Dirceu Cardoso* – Devo dizer a V.Exa. que seria para mim honra supina que meu ilustre líder se dignasse me conferir essa posição de vanguarda de aqui enunciar o pensamento de meu partido. V.Exa. está equivocado. Falei única e exclusivamente em meu nome. Foi um extravasamento de meu sentimento e patriotismo – digo isso a V.Exa. e à Câmara. Não fui mandado por ninguém. Foi o extravasamento de coisas recalçadas que sinto, porque eu sou *eu* e as *minhas circunstâncias*.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vê o nobre deputado que fui cauteloso, declarando que reconhecia a possibilidade de estar incorrendo em erro. Mas em face da sequência dos acontecimentos que venho verificando e das reticências que venho encontrando em muitos pronunciamentos, da falta de fixação de uma posição definida dentro desta Casa, comecei a receber com desconfiança todo e qualquer pronunciamento que se referisse ao Projeto de Paridade, sem uma manifestação positiva para aprová-lo, para decidir e fazê-lo sair desta Casa, atendendo a uma reivindicação aceita unanimemente pelos líderes de todas as bancadas da Câmara.

O Sr. *Milton Reis* – Meu caro líder, segundo estamos informados, a comissão de comando da greve esteve ontem com o Sr. Ministro da Justiça, o tabelião Armando Falcão, prometendo-lhe a cessação da greve

se duas coisas ocorressem: primeiro, que aos grevistas não fossem aplicadas sanções; segundo, fossem libertados os que àquela altura estavam presos. Foi o que soubemos, e quero perguntar a V.Exa. se está a par disso. Não obstante, não quis o Sr. Ministro da Justiça atender a estas justas reivindicações. Eles não mais estavam cuidando do Projeto de Paridade. Deixavam que nós, a Câmara, o Congresso, na sua soberania, decidissem a respeito. Entretanto, como disse, o Sr. Ministro da Justiça não os atendeu, parece que querendo mesmo provocá-los para que a greve se ampliasse a todo o país e a convulsão dominasse a nação brasileira. Não sabemos, caro líder, o que estaria desejando nesta altura o Sr. Ministro da Justiça, tanto que nossa bancada houve por bem decidir convocá-lo para prestar esclarecimentos a respeito perante a Câmara.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço o aparte do nobre colega. O assunto será objeto de apreciação no meu discurso.

Mas, Sr. Presidente, a greve de ferroviários, marítimos e portuários teve início, cumpre-me dizê-lo, devido a uma falha de habilidade do Sr. Ministro do Trabalho, cuja convocação para prestar esclarecimento a esta Câmara o Partido Trabalhista Brasileiro irá promover, o qual chegou à assembleia geral dos trabalhadores para lhes ouvir o pleito, para lhes sentir os anseios, para lhes estudar as reivindicações e, em vez de procurar harmonizar, de tentar vencer a crise pelo entendimento, lançou sobre uma assembleia revoltada apenas ameaças, que mais acirraram a indignação e que provocaram a decretação, naquela noite, do movimento paredista.

A partir daí, Sr. Presidente – cumpre-me também proclamá-lo –, não lemos em todos os pronunciamentos oficiais, dados à estampa na imprensa, um só que representasse um chamamento para a harmonia, uma convocação para o entendimento, um desejo de fazer voltar a paz ao seio da massa operária e da família brasileira. Era o Sr. Diretor da Ordem Política e Social ameaçando liquidar a greve a ferro e fogo. Era o Sr. Ministro da Justiça, nos mais incompreensíveis pronunciamentos públicos, apenas tentando intimidar, apenas tentando transformar o trabalhador brasileiro numa horda sem vontade, acobardada, capaz de recuar diante de um grito ministerial.

Esta a realidade que me cumpre proclamar, mesmo no exercício da liderança de um partido integrante do esquema do governo. E não nos acusem, e não nos increpem de estar procedendo como aqueles fanáticos

religiosos que se curvam diante do sol, quando ele desponta, e o apedrejam quando ele se põe. Não nos acusem disso. Fomos liberados, nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, quando consulta recebemos a respeito da crise que se agravava hora a hora, minuto a minuto. A liderança do PTB não recebeu, repito, uma só consulta, não foi procurada para um só contato, antes que a situação chegasse ao ponto em que se encontra, e a única coisa que ouvimos a respeito foi a notícia de providências capazes de ferir a Carta Magna do país, com estado de sítio, medidas de exceção.

O Sr. José Joffily – A esta altura devo prestar um esclarecimento ao nobre líder sobre fato ocorrido no fim do primeiro expediente de hoje. A bancada do meu partido, o PSD, reunida sob a presidência do líder Abelardo Jurema, decidiu que nosso comportamento será no sentido de assegurar, em regime de urgência, a votação do Projeto de Paridade e, ao mesmo tempo, manifestar um repúdio total a qualquer ideia de estado de sítio. Assim, a partir de uma hora da tarde, a atitude do Partido Social Democrático é bem clara, bem definida: prosseguir na votação do Projeto de Paridade e repudiar qualquer tentativa, em qualquer conjuntura, de estado de sítio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Ouço com alegria o pronunciamento do deputado José Joffily, porque parte de um colega cujo ponto de vista conheço, porque parte de um membro do PSD cuja definição a respeito da crise que perturba este país já está no domínio de todos aqueles que tomaram posição clara para impedir que as instituições caíam em perigo e venham a ser violadas.

O Sr. Fernando Santana – Nobre líder Arthur Virgílio, acreditamos ser do interesse de todos um pequeno trecho de comentário do jornal *Correio da Manhã* de hoje, 10 de novembro, sob o título “Dever do Presidente e do Congresso”, que diz em certa parte esse comentário:

Continua o governo obstinado na sua ideia de decretar o estado de sítio. Apregoa, para tanto, que a situação é grave quando ela é apenas de greve. Montado na troca dessa letra – o “e” de uma palavra pelo “a” de outra, desejava levar o país a um regime de exceção.

Quando o Sr. Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República estava o país em estado de sítio. Uma de suas primeiras providências foi suspendê-lo. Ainda no início de seu governo um grupo de militares levantou-se de armas em punho contra

a permanência do Sr. Kubitschek na Presidência da República. Houve larga mobilização militar para dominar os rebeldes de Jacareacanga. Casos de indisciplina militar foram registrados em ampla escala. O país viveu semanas de intensa inquietação. Mas o Sr. Juscelino Kubitschek, nem mesmo diante de um levante militar caracterizado, recorreu ao estado de sítio. Nem recorreu a ele quando houve nova tentativa de levante, e houve inclusive seqüestro de aviões militares e de aviões de passageiros civis.

Por que, só agora, diante de uma greve pacífica, e que é um direito consagrado na Constituição, o Sr. Juscelino Kubitschek inclina-se em apelar para o estado de sítio?

No curso de duas tentativas de sedição militar não recorreu ao estado de emergência. Agora diante de uma greve pacífica, greve sem atentados à ordem pública, sem atentados à propriedade privada, ou do Estado, eis que o chefe do governo rompe sua tradição para impor ao país o estado de sítio no fim de seu governo.

A disparidade da conduta presidencial só revela uma coisa: o chefe do governo estaria cedendo à pressão militar. Agindo sob pressão de militares inconformados com a votação pelo Congresso da Lei de Paridade. O estado de sítio é menos contra a greve e mais contra o Congresso. É evidente.

Agradeço a permissão que me deu de ler trecho do *Correio da Manhã*.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Queria lembrar, para ressaltar a duplicidade de conduta do presidente da República, precisamente os movimentos revolucionários de Aragarças e Jacareacanga, comparando-os com a atual greve dos marítimos, ferroviários e portuários.

Citaria essa passagem do governo do Sr. Juscelino Kubitschek para destacar sua generosidade, sua excessiva generosidade até, perdoando, contra todas as normas do direito, homens que faltaram ao juramento militar, que ofenderam a Constituição, que tentaram a subversão da ordem pública, anistiando-os antes de qualquer pronunciamento de qualquer tribuna.

Ia precisamente dizer que, enquanto em face dos cochichos de Aragarças e de Jacereacanga, quando vidas poderiam ter sido imoladas ingloriamente, quando o país foi diminuído perante as nações

irmãs na sua capacidade de organização e de emancipação política, o Sr. Presidente da República, os seus ministros, o governo, enfim, não pensou em estado de sítio, não consentiu que ondas de boatos tomassem conta e intranquilizassem o país, e se apressou em anistiar aqueles que haviam faltado ao sagrado juramento militar, que haviam violado a Constituição, que haviam perturbado a tranquilidade do povo. E agora o confronto incompreensível: no momento em que operários deixam de ir ao trabalho e ficam nas suas casas, tranquilos e confiantemente aguardando que uma reivindicação sua seja decidida e votada, aí está a intranquilidade partindo precisamente dos círculos oficiais; aí está o Sr. Ministro da Justiça declarando que virão medidas de exceção se a situação se agravar, quando ele sabe que nos termos em que estão sendo conduzidos os acontecimentos a única tendência é agravar, a única tendência é aumentar a intranquilidade, a única tendência talvez seja até levar o país à subversão da ordem.

O Sr. Medeiros Neto – Não apoiado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não vi quem deu o aparte.

O Sr. Medeiros Neto – Fui eu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Foi o nosso reverendo...

O Sr. Eloy Dutra – Que hoje está meio irreverente... (*Risos.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ...que hoje está meio irreverente, como diz o nobre colega Eloy Dutra, e não veio usar o microfone para o aparte, que lhe concederia com o melhor gosto, com o maior prazer.

O Sr. Medeiros Neto – Falarei depois de V.Exa., para responder-lhe.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Mas vou contestar S.Exa., antecipar a resposta ao nobre sacerdote e eminente colega, dizendo-lhe que a greve poderia ter terminado há dois dias, quando levei ao Sr. Deputado Abelardo Jurema, líder da Maioria, uma proposta, autorizada pelo comando da greve, consubstanciada em três itens: uma declaração de que a paridade seria votada; libertação dos grevistas presos; e a segurança de que não haveria punição para aqueles que participaram da parede. Eu me dispus a viajar, anteontem, com o Sr. Deputado Abelardo Jurema ao Rio de Janeiro, a fim de entrar em contato com o comando da greve e dar a solução que terminaria completamente com o movimento. E a minha proposta não foi aceita. Apesar dos contatos telefônicos que mantivemos com o Sr. Presidente da República, entenderam que a

nossa ida ao Rio de Janeiro não se deveria processar naquele momento, pois devíamos esperar a convocação de todos os líderes para um entendimento com o Sr. Presidente da República, na ex-capital federal. E há mais. A greve poderia terminar hoje e estou autorizado mais uma vez pelo comando da greve a fazer esta declaração. Já agora mediante apenas duas condições simples, viáveis, que a Câmara ficará estarecida ao saber que não foram aceitas: a liberdade dos grevistas presos e a garantia de que eles não sofrerão qualquer punição. Em homenagem ao Congresso mandaram os dirigentes da greve dizer ao governo que os operários voltariam ao trabalho, mediante apenas essas duas condições, uma vez que confiavam em nossa apuração e sabiam que chegaríamos a uma conclusão votando o Projeto de Paridade.

O Sr. Medeiros Neto – Não apoiado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vê a Câmara, portanto, que não foi extemporânea a minha afirmação contestada de longe pelo reverendo representante das Alagoas. Vê a Câmara que, não sendo aqui pregoeiro de desgraças, mas baseando-me e firmando-me em fatos incontestáveis declaro, apenas, que não sei para onde querem levar-nos, que não estou compreendendo para onde nos querem conduzir, que não atino com o fim que desejam dar à ainda jovem e claudicante democracia brasileira.

O Sr. Eloy Dutra – Nobre deputado, recebi ligeiramente confuso o aparte do ilustre deputado José Joffily. Somos poder autônomo. Está em nossas mãos resolver toda a situação. Mas, a quem interessa o estado de sítio? O PSD alega que o rejeita, mas o que estamos percebendo é verdadeiro boicote à votação da paridade, em urgência urgentíssima, urgentíssima que sempre vai sendo prorrogada. Nos escaninhos, à sorrelfa, nas sombras, através das forças sutis do Parlamento, vamos adiando, adiando o que seria a solução mansa e pacífica de todo esse movimento! O que me quer parecer, Sr. Deputado Arthur Virgílio, é que há movimento oculto, no sentido de levar a nação ao estado de sítio para depois, então, conduzi-la a outros estados. Há grupos de pressão, disto não resta a menor dúvida. Digo mais a V.Exa.: há grupos de pressão militar impedindo, através de coação sutil, que este projeto, que está em nossas mãos, seja votado finalmente. Todos se manifestam a favor da paridade, e a paridade não é votada!

O Sr. José Joffily – Vamos votá-la!

O Sr. Eloy Dutra – É um círculo vicioso: não se vota porque há greve; e os grevistas não cedem porque não se vota a paridade. Ficamos a trocar palavras, e a nação mergulhada num verdadeiro caos!

O Sr. José Joffily – Mas queremos votar, Sr. Deputado.

O Sr. Eloy Dutra – E por que não votamos?

O Sr. Segismundo Andrade – Porque o PTB está falando.

O Sr. Eloy Dutra – O PTB fala com toda a autoridade. Como todos os partidos pode ter evidentemente os seus deslizes, mas somos um partido tão bom que V.Exas. vieram buscar o seu candidato no PTB. Foi o partido que mais forneceu candidatos: o Sr. Fernando Ferrari, o Sr. João Goulart, o Sr. Jânio Quadros. Portanto, fala com autoridade. É ótimo ceileiro. O essencial é que terminemos esta situação, que evidentemente não pode continuar. O Sr. Ministro da Justiça, de mim pessoalmente, nunca mereceu confiança. Sempre o disse, desde priscas eras. Está agindo, no caso, como verdadeiro totalitário. Um fascistoide seria a expressão, um fascistoide de cartório, a quem não interessam mais esses problemas. Aqui nesta Casa discutimos, discutimos. Mas é atrasada sutilmente a decisão. A quem interessa tudo isso? A esses grupos de pressão que têm um plano. E esses grupos de pressão por sua vez talvez estejam sendo pressionados por outros grupos econômicos, que sempre influem desta maneira, através dos movimentos da nação. Esta é a realidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço o aparte do eminente colega que, inclusive, propiciou uma coisa interessante aqui na Câmara: a união da UDN e do PSD de Alagoas, do Sr. Segismundo Andrade e do padre Medeiros Neto, no mesmo ponto de vista de não alcançar a gravidade da crise e do momento que estamos atravessando. Estou falando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e espero falar muito ainda. Pretendo falar horas e dias seguidos, num verdadeiro teste à minha capacidade de resistência e de luta, se se consumir o que estou temendo, se se realizar o que estou prevendo, que é uma tentativa de mergulhar o país num estado de ilegalidade. Sim, de ilegalidade, porque não haverá amparo moral para qualquer medida, para qualquer providência que venha colocar o Brasil em estado de sítio.

O Sr. Último de Carvalho – Dê o aparte ao deputado Segismundo Andrade. Estou doido para ouvir a UDN.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Estou definindo a posição de meu partido. Para isso é que vou falar muito, mais ainda se se tentar

implantar o estado de sítio no país. Vou lutar no comando da minha bancada e com a ajuda dos meus companheiros, aliado a homens do Partido Socialista Brasileiro, aliado a homens do Partido Democrata Cristão, aliado a homens do Partido Social Democrático, como o eminente amigo deputado José Joffily, aliado a homens, tenho a certeza, da União Democrática Nacional. Vou lutar com toda a energia e com todas as minhas forças para que a ilegalidade não se consume, para que a Constituição continue vigendo e protegendo a todos nós.

O Sr. Segismundo Andrade – O sentido do aparte que dei ao discurso de V.Exa. foi mal interpretado, porque não teve evidentemente o objetivo de unir o PSD, nem a UDN de Alagoas, embora essas forças não sejam inconciliáveis naquele estado. Apenas quis revelar que o propósito da votação do Projeto de Paridade não é exclusivo do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Nem ninguém disse isto aqui.

O Sr. Segismundo Andrade – ...é um desejo de toda a nação, de todos os partidos, inclusive do nosso que está empenhado na votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não contesto as afirmações de V.Exa.

O Sr. Celso Brant – Permita-me, nobre deputado. Entre as causas estranhas do que está acontecendo, podemos incluir o seguinte: a tentativa de se levar a capital federal para o centro da greve. Sabe V.Exa. que não há qualquer razão mais para haver reunião ministerial no antigo Distrito Federal, atual estado da Guanabara. Sabe V.Exa. que não há razão para sairmos desta Casa e irmos ao estado da Guanabara atender a um chamamento do Poder Executivo. Tudo isto dá a impressão de que o que se quer é criar clima que de fato não existe, pois em Brasília há a maior tranquilidade. Por que não se reúnem no Recife ou no Norte? Vão ao estado da Guanabara aonde existe greve pacífica, para onde sem dúvida não há nenhuma razão para que o poder central seja transportado, a fim de resolver problema que é nacional. Entendo que os líderes fizeram muito bem, se tal aconteceu, em não atender ao chamamento para a reunião no estado da Guanabara.

O Sr. Fernando Santana – Foram chamados, mas depois dispensados.

O Sr. Celso Brant – Aqui é nosso lugar, aqui é que temos de trabalhar, esta é a nossa trincheira, aqui é que devemos lutar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado, meu caro colega, mas continuo referindo-me ainda ao aparte quase tranquilizador do deputado José Joffily. A respeito da posição do Partido Social Democrático, ficamos, entretanto, na dúvida. Não alcancei o porquê da rejeição liminar de todos os substitutivos que custaram tanto esforço a dezenas de deputados, tantas noites indormidas, tanto suor e até sacrifício para, no fim, serem relegados a esse abandono simples e liminar, fazendo voltar tudo à estaca zero, ao começo, com a previsão – que pelo menos eu faço – de que, por melhor boa vontade que haja para com as emendas e os destaques apresentados, a paridade não será votada em menos de dez dias. E que pode acontecer em dez dias? Hoje devem entrar em greve os oficiais de náutica: há dois dias está paralisado o porto de Santos e, dentro em pouco, todo São Paulo, e talvez todo o Brasil sentirá as consequências dessa paralisação. Já se anunciam reuniões de sindicatos de classe em todo o país para estudar a possibilidade de aderirem à greve em solidariedade aos marítimos, portuários e ferroviários.

Será, Srs. Deputados, que o ministro da Justiça não sabe disso? Será que somente nós estamos lendo os comunicados dos órgãos de classe de todo país? Será que só nós estamos sentindo que o alastramento da greve irá justificar as medidas de exceção de que tanto se está falando? Não é possível – e daí a minha dúvida –, apesar de acreditar piamente na posição do deputado José Joffily, cujo ponto de vista a respeito da questão eu conheço, apesar de confiar no patriotismo dos homens do Partido Socialista Democrático, apesar de acreditar que eles estão sentindo como nós outros o quase drama deste país, na iminência de uma convulsão social por incompreensão, por apatia, por desprezo mesmo a direitos legítimos, que estão reivindicados.

O Sr. *Presidente* (Sérgio Magalhães) – Comunico ao eminente orador que já estamos de posse dos avulsos. Há projetos em regime de urgência e já há número. Faria um apelo para que encerrasse sua oração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vou concluir, Sr. *Presidente*. E nem poderia ser outra a posição dos partidos e das bancadas que fazem parte do esquema do governo.

Apoiamos, aqui, a política desenvolvista do Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Sabíamos quais as implicações dessa política de desenvolvimento industrial; sabíamos quais as repercussões que ela iria ter no custo de vida, nas angústias dos trabalhadores das classes menos favorecidas.

Aceitamos, entretanto, a realização dessa política porque compreendemos que era preciso haver sacrifício para que esta nação crescesse, porque sem ele este país não iria jamais para frente, não sairia da condição humilhante de Estado produtor de matéria-prima para granjear posição de potência industrial, bastando-se a si mesma nas suas necessidades.

E nós, que integramos o esquema do governo, que apoiamos a política de desenvolvimento do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nós que concorreremos com esse apoio, inclusive pela inflação que aí está pesando terrivelmente na vida de todos nós, não poderíamos, jamais, ter incompreensão, intolerância com trabalhadores que estão sofrendo, que estão ouvindo o reclamo de seus estômagos por aquilo que nós próprios fizemos, votando aqui medidas de desenvolvimento e apoiando a política de governo cujo esquema integramos.

Vou concluir, Sr. Presidente. Se V.Exa. permitir, concederei o aparte ao nobre deputado Clemens Sampaio.

O Sr. Clemens Sampaio – Meu nobre líder, em primeiro lugar quero congratular-me com V.Exa. pelo brilhante e corajoso discurso que vem proferindo; em segundo, quero apenas que o líder da Maioria venha falar à nação, com sinceridade, para dizer toda a verdade do que se passa por trás dos bastidores. Alguma intenção oculta, realmente, há para que esta vergonha se esteja processando, este atentado à Constituição, contra os direitos do povo brasileiro. E é de lamentar-se, profundamente, que tudo isso esteja ocorrendo ao apagar das luzes de um governo que, tendo a frente um homem com o espírito democrático do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, que sempre soube transigir...

O Sr. Armando Carneiro – Lamentavelmente, o Dr. Jango não aparece.

O Sr. Clemens Sampaio – ...mas estamos aqui em seu lugar para defender os trabalhadores; estamos aqui para honrar os compromissos assumidos com o povo brasileiro; estamos aqui no exercício do nosso mandato para condenar a má ação daqueles que querem subverter a ordem no país e que não têm coragem de assomar à tribuna para falar a verdade; estamos aqui para, de pé, defender os direitos do povo e dos trabalhadores do país; estamos aqui para agir sem medo, sem receio de pressões militares ou de partidos, de onde vierem, porque temos um mandato que será honrado com a nossa própria vida!

Não temos receio das consequências dessas pressões. Temos apenas de agir contra aqueles que pretendem fazer mal ao Brasil. Apelo, pois,

para esse grande homem público, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, para o espírito democrático, pois S.Exa. sempre soube transigir, inclusive no sentido de anistiar por antecipação aqueles que, em determinada época, pretenderam, voando em dois ou três aviões para o interior do país, subverter a ordem nacional. Apelamos, repito, para o espírito público do eminente presidente, a fim de que mantenha, a qualquer preço, a afirmação que fez há 48 horas de que defenderá a democracia até com a própria vida. Exatamente essa atitude sempre esperamos do presidente da República. No mais, o povo o garantirá; no mais, aqui estaremos para dar toda a cobertura em defesa da nossa Constituição. Esperamos compreenda o Sr. Ministro da Justiça a hora grave que atravessamos e recue de certas providências tomadas, que não representam senão verdadeiro atentado à legislação vigente e à dignidade do povo brasileiro, que só fazem repercutir mal no exterior, porque passaremos a ser considerados por lá como qualquer republiqueta sul-americana, que vive em convulsões políticas, desgovernada. Concluo o aparte comunicando a V.Exa., ao Sr. Presidente e à Casa, nesta hora, se encontrarem já dentro do edifício da Câmara dos Deputados milhares de candangos que tiveram seu acesso impedido às galerias, que são e devem ser do povo, porque para ele foram construídas. Apelo para o nobre presidente da Casa e S.Exa. o Sr. Primeiro-Secretário para que permitam o ingresso desses candangos.

Foram eles que construíram este palácio. Eles representam o povo e reivindicam o que é justo: um salário mínimo que corresponda às suas necessidades. O governo, que tanto exaltou os construtores de Brasília, esqueceu-os na hora de dar o salário mínimo, fazendo-os em nível muito abaixo dos demais estados da Federação.

O Sr. Presidente (Sérgio Magalhães) – Faço um apelo ao Sr. Deputado Clemens Sampaio para que termine, porque o tempo destinado ao Grande Expediente está esgotado e há matéria em regime de urgência, bem como número para votação.

O Sr. Abelardo Jurema – Desde que fui citado várias vezes, queria merecer a tolerância da Mesa para oferecer sucinto aparte a V.Exa., nobre deputado Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Ouço com grande honra o ilustre líder da Maioria.

O Sr. Abelardo Jurema – Começarei pelo fim. O nobre deputado Clemens Sampaio, meu dileto amigo, frisou, com eloquência, que os

candangos aqui estão para reivindicar a revisão do salário mínimo. Queria dar um depoimento. Há dois ou três dias em minha companhia, o ex-senador e deputado Domingos Velasco, em contato com o Sr. Presidente da República, tratou do assunto do salário mínimo. Não sei se o deputado Domingos Velasco aqui está, mas poderá hoje ou amanhã confirmar minhas palavras.

O Sr. Clovis Mota – A palavra de V.Exa. basta.

O Sr. Abelardo Jurema – Quando o deputado Domingos Velasco salientou a necessidade de se alterar o salário mínimo de Brasília para igualá-lo ao do estado da Guanabara, S.Exa. o Sr. Presidente da República – contrariando o que disse o deputado Clemens Sampaio, amigo de S.Exa., em momento de exaltação, de que S.Exa. se esquecera dos artífices de Brasília – afirmou ter sido sua preocupação evitar, uma vez que Brasília estava encravada no interior do país, dentro de Goiás e próximo a Mato Grosso, que a capital se transformasse num centro de afluxo de trabalhadores dessas regiões, cujos salários são diferentes. Só e exclusivamente por isso. Disse, porém, S.Exa. estar de acordo com a reivindicação, uma vez que considerava necessária essa elevação do salário mínimo, pela própria importância da capital federal. Apenas, repito, S.Exa. se preocupava com o fato de Brasília poder transformar-se em centro de desequilíbrio da vida do interior do país, quando o objetivo da interiorização da capital era exclusivamente o do nivelamento das condições de vida do povo brasileiro. De modo que o presidente Juscelino Kubitschek está atento, e o deputado Domingos Velasco pode dar seu depoimento a respeito. Os candangos vieram à Câmara, devem ser recebidos como os artífices desta cidade, o presidente Juscelino Kubitschek, que fez esta cidade, que fez com que as vistas da nação se voltassem para aqui, deles não se esquecerá.

O Sr. Clemens Sampaio – É o que esperamos.

O Sr. Abelardo Jurema – A preocupação é apenas esta. Há, aqui, representantes de Goiás e de Mato Grosso que poderão dar seu testemunho sobre tal situação. É só e exclusivamente o desnível de salário de Brasília com o de Goiânia, de Anápolis e de outras cidades periféricas da nova capital, o que preocupa o presidente.

Agora, nobre líder do PTB, meu caro amigo Arthur Virgílio, nobre deputado Clemens Sampaio e nobre deputado Eloy Dutra – e já cheguei no meio dos debates porque saí às 14 horas para almoçar em compa-

nhia da líder do PTB, deputada Ivete Vargas – não há crítica que atinja o Partido Social Democrático. Esta Casa é composta pela representação de vários partidos, e cada partido se reúne e delibera. Não podemos admitir interferência em nossas deliberações. Eu, como líder, reuni a bancada para expor meu ponto de vista, para ouvi-la e nunca para pressioná-la. Ouvimos todos os deputados, todos falaram, todos se pronunciaram. Como conclusão, saiu uma nota que respeitei, e vim a esta tribuna defender, até mesmo contra ponto de vista meu pessoal, como o deputado Guilhermino de Oliveira pode atestar. Assim, a nota do Partido Social Democrático não pode ser analisada e interpretada sob a paixão, nem sob outros interesses, porque ela reflete a média de opinião de uma bancada de 115 deputados. Lá estão três itens, o primeiro dos quais a ajudar a tramitação do projeto. Foi com a minha assinatura e a do nobre líder do PTB que o projeto entrou em regime de urgência. E tem sido através de relatores do Partido Social Democrático, do Partido Trabalhista Brasileiro e da União Democrática Nacional que esse projeto tem tramitado pelas comissões. Aqui estamos para votar o projeto. Não sofremos pressão, nem de grupos, nem tampouco da demagogia desenfreada. Nós, do Partido Social Democrático, temos amadurecimento e sabemos, nesta Casa, pronunciar-nos e decidir sobre as mais densas questões brasileiras sem qualquer interferência estranha aos nossos interesses partidários.

Quero fazer um apelo à Mesa, numa demonstração de coerência e de sinceridade do Partido Social Democrático. Estamos votando, além do orçamento, a Lei do Inquilinato, também de grande interesse social. Não nos emocionamos com os acontecimentos porque os encaramos friamente, com a intenção de servir à coletividade. Mas, hoje, a Mesa, com sua sabedoria, já convocou sessões extraordinárias para sábado e domingo. Tais sessões seriam destinadas ao exame do orçamento, mas pedimos à Mesa que as reserve para concluirmos a votação do Projeto de Paridade. Não poremos obstáculos à marcha do projeto. Aqui estamos para votar. Mas não aceitamos imposição nem pressa porque a nossa consciência sabe onde nos situamos. Todos os projetos referentes a problemas de classes que aqui têm passado não foram votados num dia, numa noite. Aqui ficamos de vigília várias semanas para aprovar o Plano de Classificação, a Lei Orgânica da Previdência Social, e muitas outras proposições de interesse nacional. Deixo, neste instante, meu

apelo à Mesa para que, sem fugir ao Regimento, isto é, dando prioridade ao orçamento nas sessões normais, dedique as sessões extraordinárias ao Projeto de Paridade. Aqui estaremos para discutir as reivindicações trabalhistas e dar-lhes o nosso apoio já bem explícito na nota da bancada do Partido Social Democrático. Nós não fugiremos ao nosso dever: cumprimos nossas obrigações.

O Sr. Eloy Dutra – Vamos ver se o líder da Maioria garantirá quórum sábado e domingo.

O Sr. Armando Carneiro – Isso é da responsabilidade de cada deputado.

O Sr. Presidente (Sérgio Magalhães) – Com a permissão do orador, a Mesa comunica que defere o pedido do nobre líder da Maioria. Nestas condições, as próximas sessões extraordinárias serão dedicadas à votação do Projeto de Paridade de Vencimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vou concluir, Sr. Presidente.

Respondendo brevemente ao eminente líder Abelardo Jurema, declaro que não pus em jogo – e fiz essa afirmativa – o patriotismo dos nobres colegas e aliados do Partido Social Democrático. Declarei mesmo confiar nesse patriotismo. Apenas manifestei minha dúvida de que a volta à estaca zero possa propiciar votação breve do Projeto de Paridade.

Concluo declarando que a posição do PTB, em cuja liderança tenho a honra de me encontrar, em face da conjuntura nacional do momento, já está definida em nota tornada pública e do conhecimento geral. Solenemente afirmo à Câmara que não nos afastaremos, haja o que houver, aconteça o que acontecer, das linhas traçadas na decisão da bancada, apenas esperando que os homens públicos do Brasil compreendam a hora grave que o Brasil está vivendo e devolvam a tranquilidade à família brasileira.

O Projeto de Paridade

Congresso Nacional, sessão de sábado, 12 de novembro de 1960

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, quando o Partido Trabalhista Brasileiro se pronunciou, pela minha palavra, no exame desse projeto chamado paridade, declaramos taxativamente que tínhamos um objetivo: dar, no mais curto espaço de tempo, atendimento a esta justa reivindicação de uma classe representada por 500 mil

peessoas. Manifestamos a disposição de entrar em entendimento com todas as lideranças para uma solução que satisfizesse os anseios do funcionalismo público, dentro das possibilidades do erário da nação, conquanto saísse a medida em justa paridade com a urgência que esta Casa concedeu ao projeto dos militares.

Houve, infelizmente, desentendimento geral. As lideranças não chegaram a um acordo. Uma, sem fixação definitiva, outra, uma fixação que representava a pretensão de assumir o comando da votação deste projeto, o que vem de ser positivado nesta manhã, com o discurso do nobre líder João Agripino, dando a entender que a UDN chamava a si a tarefa de moralizar o Projeto de Paridade.

Já o deputado Aurélio Vianna, considerado por todos nós um dos mais atentos parlamentares com assento nesta Casa...

O Sr. Aurélio Vianna – Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ...e que, sabemos, possui um arquivo capaz de desfazer toda e qualquer tentativa de ludíbrio que se pretenda impor à opinião pública, foi à tribuna e provou que ninguém pode acusar ninguém, que partido algum pode arvorar essa bandeira de moralização, insinuando que os Srs. Deputados pretenderam fazer um trem da alegria com esse Projeto de Paridade, porque de todas as lideranças houve emendas atendendo a reivindicações de classes, de grupos de funcionários, na aceitação de sugestões que lhes foram encaminhadas. Mas cito uma, em aditamento à que foi mencionada pelo deputado Aurélio Vianna: a Emenda nº 5, do teor seguinte:

As vantagens financeiras desta lei aplicam-se aos inativos, na forma da Lei nº 2.622, de 18/10/1955. – Sala da Comissão de Serviço Público, 27 de outubro de 1960. Frota Aguiar. – Aducto Cardoso, líder em exercício.

Outras emendas iguais a essa, com objetivos semelhantes, foram apresentadas também pelo líder da Maioria, por mim, por líderes de outros partidos. Mas é preciso que se diga isso com sinceridade e não apareça simplesmente um líder tentando fazer crer à opinião pública que os outros partidos estão pretendendo usar essa reivindicação dos servidores públicos para sangrar o erário, para levar este país à bancarrota, para infelicitar esta nação.

O Sr. Frota Aguiar – Permite V.Exa. um aparte?

O Sr. Presidente (Sérgio Magalhães) – Atenção, infelizmente não são permitidos apartes em encaminhamento para votação, e o tempo do orador está se esgotando.

O Sr. Frota Aguiar – Considera o nobre orador justa essa minha emenda?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não critiquei absolutamente V.Exa. nem acusei sua emenda. Apenas fiz sentir que todos os deputados, de todos os partidos, que todas as lideranças partidárias atenderam a pedidos e reivindicações que lhes foram encaminhadas e que a nenhum cabe, portanto, autoridade para vir tentar diminuir os outros perante a opinião pública nacional.

Sr. Presidente, com estas considerações, declaro que o Partido Trabalhista Brasileiro está entrando em entendimentos com a liderança da Maioria para encontrar uma fórmula breve de votação, talvez antes do fim desta semana, do Projeto de Paridade. É o que desejo anunciar aos meus companheiros. Já me entendi com o Sr. Deputado João Menezes, e desse entendimento talvez saia uma fórmula em que a Maioria unida encontre um dispositivo comum, uma fórmula única, contanto que atenda a justa reivindicação do funcionalismo brasileiro.

Introdução ao governo Jânio Quadros

Câmara dos Deputados, sessão de sábado, 28 de janeiro de 1961

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, venho solicitar a V.Exa. a transcrição nos anais da Câmara de recentes editoriais do jornal *Última Hora*, publicados sob o título “Introdução ao governo Jânio Quadros” e subtítulos “O personalismo e a grande ameaça”, “Sem paz interna não haverá sobrevivência” e “A nova mensagem que o Brasil espera de Jânio”.

Trata-se de manifestação jornalística da mais alta importância e oportunidade, que aprecia aspectos sociopolítico-econômicos da conjuntura brasileira, no momento em que está para assumir a chefia da nação, cercado de oportunidades e ele próprio tomando muitas atitudes fortes, mas indiscutivelmente amparado por maciça e consagrada votação popular, o candidato vitorioso no plenário do ano passado.

O futuro dirá se o prestigioso vespertino soube antever, com exatidão e com fidelidade, os problemas e as dificuldades com que se irá defrontar o Sr. Jânio Quadros, de acordo com o seu comportamento no governo, notadamente em face das promessas exuberantes que fez de imprimir um tom nacionalista à sua administração. E o futuro dirá ainda se a advertência contida neste comentário, dirigida ao indecifrável político, mais com sentido de alerta à opinião nacional, também se escora na realidade do momento.

Não farei maiores considerações: limito-me a solicitar a inserção dos editoriais em nossos anais, como documento para a História.

Antes de deixar a tribuna, desejo fazer apelo ao Sr. Presidente da República, ratificando termos de telegrama a S.Exa. endereçado pelo governador de meu estado, no sentido de que decrete sem tardança os níveis de preços mínimos para a juta amazônica, autorizando, ao mesmo tempo, o Banco do Brasil a conceder financiamento aos produtores.

A produção de juta já foi grandemente prejudicada com a deficiente distribuição de sementes, culpa a que não pode fugir o Departamento Agrônômico do Norte. Agora, se não forem decretados os preços mínimos, lavrará o desânimo nas margens dos rios, dos paranás, sofrendo graves prejuízos a economia regional e a economia nacional.

Faço, pois, apelo ao Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, para que, antes de deixar o Palácio de Alvorada, preste este serviço à economia amazônica – o de decretar os preços mínimos para a juta.

A fome invade os leprosários de Manaus

Câmara dos Deputados, sessão de sexta-feira, 19 de maio de 1961

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, em 1956 o governador do Amazonas assinou um convênio de obrigações bilaterais com o governo federal, pelo qual passou à alçada da União a responsabilidade pela direção e orientação técnica e, em parte, pela manutenção das leprosarias localizadas no município de Manaus.

De acordo com esse convênio, a União entraria com Cr\$ 12.500.000,00 mensais para as despesas com a alimentação e tratamento dos doentes internados nas colônias de Antonio Aleixo e Belisário Pena, enquanto o estado concorreria com os funcionários especializados colocados à disposição do Ministério da Saúde e com a parcela de Cr\$ 8.000.000,00.

Os resultados desse acordo foram, de início, os mais promissores possíveis. Cerca de trezentos doentes tiveram alta e retornaram ao convívio da sociedade completamente curados e aptos para o trabalho.

Posteriormente, porém, essa orientação proveitosa foi substituída pelo descaso, pelo desprezo, pelo desinteresse por problema da mais alta gravidade do extremo norte, e a União deixou de cumprir com pontualidade suas obrigações, não pagando, em 1960, cerca de 20 milhões de cruzeiros.

Este ano a situação apresenta-se ainda mais grave. Desde que o Sr. Jânio Quadros assumiu a Presidência da República, nenhum centavo das quotas da União foi encaminhado para o Amazonas, no cumprimento das obrigações estabelecidas no convênio. O resultado é que a fome e o desespero invadiram os leprosários de Manaus, causando os maiores embaraços à sua administração e criando clima de angústia para o governo do estado, que se vê impossibilitado, em face da precariedade dos meios financeiros de que dispõe, de cumprir essa deficiência e essa falha do governo federal.

Não entendo a economia que vá atingir leprosários; não entendo a economia que vá levar a fome e o desespero às colônias de isolamento, onde infelizes vivem as desgraças de insidiosa moléstia, como é a lepra. Daí trazer o fato ao conhecimento da Câmara, esperando que o Sr. Jânio Quadros o examine com a seriedade que está a exigir e cumpra as obrigações que a União assumiu com o governo do Amazonas.

Ao Amazonas, nenhum centavo sequer

Câmara dos Deputados, sessão de sábado, 20 de maio de 1961

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, passei nos últimos meses uma longa temporada no meu estado em contato com o seu governo e com os meus conterrâneos. Por isso, senti o quanto de esforços vêm, administrações e povo amazonenses, realizando para ampliar a civilização que herdamos de nossos antepassados. Civilização plantada com sacrifício e heroísmo no seio de uma das maiores florestas do mundo.

Verifiquei, Sr. Presidente, que, suprindo dificuldades econômico-financeiras que estão a emperrar o progresso da maioria dos estados da Federação, o Amazonas cresce, sob o comando seguro, sob a orientação esclarecida do jovem governador Gilberto Mestrinho, que, aplicando as

rendas do erário com honradez e visão, está levantando uma obra administrativa que orgulha a todo o seu corpo, o seu povo.

Nota-se que tudo vem sendo feito exclusivamente com dinheiro oriundo das rendas estaduais sem o menor auxílio federal, uma vez que a União só se fez presente no Amazonas pela incúria, pelo descaso com que encara os problemas que lhe estão afetos.

Já ontem, Sr. Presidente, eu trazia ao conhecimento do país a falta de cumprimento, por parte do governo federal, das obrigações assumidas em convênio assinado com o estado, para a manutenção dos leprosários localizados no município de Manaus. Desde que o Sr. Jânio Quadros assumiu o governo, a União não paga um centavo da cota que lhe cabe. E a mesma coisa acontece em relação aos funcionários do Serviço Nacional de Malária lotados no Amazonas, os quais, desde que o Sr. Jânio Quadros assumiu o governo, também não percebem um centavo dos seus vencimentos, estando relegados a uma situação de penúria que comoveria o coração mais empedernido. Têm sido vão, têm sido baldados todos os esforços, todos os apelos, todas as solicitações encaminhadas ao governo federal no sentido de que este cumpra com seu dever, pagando a esses servidores modestos e devotados que, na região amazônica, prestam relevante serviço no setor da assistência sanitária ao povo.

Por essa razão, Sr. Presidente, venho para encaminhar à Mesa um requerimento de informações. Estou curioso em saber por que o governo federal procede assim, por que foge ao cumprimento de suas obrigações, por que deixa funcionários seus passarem fome, curtirem miséria, não lhes pagando aquilo a que fazem jus, com o seu trabalho dedicado à União e ao estado. Este é o motivo da minha presença na tribuna. Quero encaminhar um requerimento de informações sobre o assunto ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério de Educação e Saúde, setor governamental a que estão subordinados os funcionários do Serviço de Malária no estado do Amazonas.

Um insulto ao drama e à luta do homem amazônico

Congresso Nacional, sessão de quinta-feira, 25 de maio de 1961

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, há muito o Brasil perdeu a posição vanguardeira que ocupava na produção mundial de borracha.

A hegemonia que caracterizava a nossa participação no comércio da importante matéria-prima e que assinalou o chamado período áureo da Amazônia, foi gradativamente desaparecendo, até passarmos da condição de país exportador para a de país importador, em larga escala, da hévea necessária ao consumo interno.

A inércia governamental em face do problema que surgiu quando o Oriente entrou no mercado como forte concorrente, inércia que se mantém inalterada há muitos anos, inércia que se faz surda às advertências repetidas quase desde o início do século, inércia que despreza as previsões de abalizados técnicos e estudiosos, essa inércia impatriótica, Sr. Presidente, arruinou por inteiro a atividade na indústria extrativista da borracha, criando um dos maiores óbices ao nosso desenvolvimento econômico.

Não há como responsabilizar este ou aquele indivíduo, este ou aquele governo pelo embaraço que essa mudança de posição vem causando à expansão industrial do país. Essa responsabilidade divide-se por vários governos, por todos os governos desde 1910, eis que, na sua totalidade, foram imprevidentes e desidiosos.

No período administrativo iniciado em 1955, por exemplo, a meta de implantação da indústria automobilística, inegavelmente vitoriosa, determinando demanda crescente de hévea por parte da indústria pesada e leve da borracha, não previu que os veículos andam sobre rodas, que estas são revestidas de pneumáticos e que estes são feitos com a matéria-prima extraída da seringueira.

Quase um milhão de viaturas transitavam nas cidades e estradas desta nação em 1959; cerca de 150.000 fabricadas pela indústria nacional a elas se incorporaram em 1960, e cerca de 200.000 entrarão em tráfego em 1961. Estes números crescerão de ano para ano, determinando, paralelamente, forte evolução no consumo de borracha, sem que se possa vislumbrar uma solução, já não digo imediata, mas mediata, para o grave problema.

Em 1960, o quadro da produção e do consumo apresentou o resultado seguinte:

Consumo	61.000 toneladas
Borracha natural	25.000 toneladas
Déficit	36.000 toneladas

As previsões dos órgãos técnicos apresentam os seguintes algoritmos para 1961:

Consumo	70.000 toneladas
Borracha natural	26.000 toneladas
Déficit	44.000 toneladas

O déficit em 1961, como se vê, aumentará em 8.000 toneladas, comparando com o de 1960.

Vai repetir-se, este ano e nos seguintes, a solução adotada desde que a capacidade da produção foi superada pelo consumo da indústria nacional: a importação, e em escala cada vez maior, com desfalque de vulto nas precárias disponibilidades de divisas do país.

E a verdade é que o problema, já agora, se apresenta insolúvel.

Ele agravou-se de etapa em etapa de doze meses ao longo de quatro décadas, sendo desanimadoras as perspectivas para o futuro.

Preveem os órgãos especializados do governo o seguinte consumo interno de borracha, em confronto às possibilidades da produção natural e de elastômeros, cuja fábrica, montada a fim de aproveitar os gases da refinaria Duque de Caxias, obterá o sintético do tipo básico correspondente ao GR-S (Government Rubber Styrene), de classificação americana, e à Buna-S, alemã:

1962 (quando se espera que entre em funcionamento a fábrica de elastômeros)

Consumo	80.000 toneladas
Borracha natural	27.000 toneladas
Borracha sintética	40.000 toneladas
Déficit	13.000 toneladas

1963

Consumo	93.000 toneladas
Borracha natural	28.000 toneladas
Borracha sintética	40.000 toneladas
Déficit	23.000 toneladas

1964

Consumo	102.000 toneladas
Borracha natural	29.000 toneladas
Borracha sintética	40.000 toneladas
Déficit	23.000 toneladas

1965

Consumo	112.000 toneladas
Borracha natural	30.000 toneladas
Borracha sintética	40.000 toneladas
Déficit	42.000 toneladas

1970

Consumo	150.000 toneladas
Borracha natural	41.000 toneladas
Borracha sintética	40.000 toneladas
Déficit	69.000 toneladas

Estes números indicam a impossibilidade de uma solução para o problema se as autoridades responsáveis pela política econômico-financeira do governo não o encararem com a seriedade exigida pela sua complexidade e extensão.

De fato, as providências em execução, quer as relacionadas com a fabricação de elastômeros, quer as relacionadas com os seringais de cultivo, não são de molde a despertar otimismo.

É sem maior empenho que demonstrarei a exatidão desta afirmativa. Vejamos:

Quando a fábrica de borracha sintética entrar em funcionamento em 1962, sua produção não mais cobrirá o déficit que, naquele ano, será de 53.000 toneladas. E, no que toca aos seringais de cultivo, uma das fórmulas apontadas para enfrentar a crise, o ritmo das plantações sugere tão somente um justificado pessimismo.

Não exagero, Sr. Presidente. Pinto o quadro como ele se apresenta, sem carregar com as cores do derrotismo.

A obtenção de resultados susceptíveis de enfrentar o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de hévea dentro de dez anos, exigiria o plantio, em dois anos, para uma produção de 100.000 toneladas, de 25.000.000 de seringueiras.

A marcha lenta da atuação governamental visando a alcançar esse objetivo, entretanto, é notoriamente desalentadora.

O Banco de Crédito da Amazônia e o Instituto Agrônomo do Norte atuam morosamente no setor de investimentos em seringais de cultivo, enquanto as fábricas de artefatos de borracha, obrigadas por lei de 1952 a investir 20% dos seus lucros no plantio de seringueiras, limitam-se a experiências de pequeno porte em alguns estados da Federação.

Continuará desta sorte, por muito tempo e talvez indefinidamente, a fuga de divisas, a sangria na já tão comprometida e insegura economia nacional, com a importação de borracha do Oriente.

No caso especial do meu estado, Sr. Presidente, estamos pagando um pesado tributo a essa orientação governamental que não encontra classificação na escala da incúria e da visão econômica às avessas, assimiladora da condução errônea da coisa pública.

Em 1960, pouco mais de 5.000 toneladas de borracha saíram dos seringais amazonenses para alimentar a indústria de artefatos.

Essa queda vertical da produção tende a acentuar-se de ano para ano, decorrência de vários fatores entre os quais avulta a condição antieconômica da exploração dos seringais nativos, onde a vida se vai tornando insuportável à medida que a inflação avilta nossa moeda.

Seringueiros e seringalistas, adentrando a floresta para o árduo trabalho de extração do látex, não recebem o incentivo de uma remuneração compensadora. O seu esforço durante meses de isolamento na selva, entre perigos, doenças e intempéries, dá como resultado tão somente dívidas dos primeiros para com o Banco de Crédito da Amazônia.

Movimentos conjugados do governo estadual e das entidades patronais do Amazonas, em repetidos e dramáticos apelos e protestos, no propósito de evitar a derrocada da produção de borracha, não têm êxito e repercussão.

Já se tornou uma constante a luta dessas entidades aliadas à representação amazonense na Câmara e no Senado, com o objetivo de conseguirem, ao menos, preço justo para a borracha. E as majorações concedidas, depois de grande relutância, mais com o caráter de concessão especial ou favor do que por um imperativo de sobrevivência econômica de um estado da Federação quase sempre nada ou pouco significam quando entram em execução.

Em consequência, despovoam-se os seringais, alastra-se o desânimo e não há vislumbre de esperança para os seringueiros que teimam em permanecer na floresta amazônica, onde são a única representação da soberania nacional, os únicos marcos da integração da imensa e cobiçada planície ao território pátrio.

Sr. Presidente, a incúria e a visão econômica estrábica que aniquilaram as possibilidades de expansão da produção hévea ressurgem nos dias atuais dirigidas para uma das mais promissoras riquezas agrícolas da Amazônia – a juta.

Após quinze anos de diligência tenaz para aclimar a fibra indiana transplantada para as várzeas amazônicas, transformou-se ela em fator de progresso econômico para a região.

Todos os obstáculos e dificuldades foram vencidos pelos pioneiros da jiticultura, os quais, nas margens dos rios e paranás da grande bacia hidrográfica, afirmaram a sua inigualável capacidade de resistência às incompreensões, que sempre cercaram a sua atividade, e ao abandono a que sempre foram relegados pelos poderes públicos da União.

Apesar da produção e distribuição das sementes nunca ter obedecido às normas técnicas e racionais, uma vez que o Instituto Agrônomo do Norte – órgão incumbido dessa tarefa – não passa de mero comprador, faltoso na entrega das cotas aos estados produtores; apesar dos preços mínimos decretados não corresponderem às necessidades dos juiticultores e ao custo real da produção; apesar da omissão dos órgãos a que deveria estar afeto o financiamento, a produção da juta, do momento em que a primeira muda vingou em terras do município de Parintins aos nossos

dias, progrediu satisfatoriamente, ultrapassando os índices de consumo da indústria brasileira de fiação e sacaria.

Em 1959 e 1960 o Amazonas produziu 25.000 e 45.000 toneladas respectivamente, produção que, reunida à do Pará, excedeu em 10.000 toneladas (1959) e 20.000 (1960) as necessidades das fábricas nacionais.

O normal, o racional, seria a exportação dos excedentes para os mercados estrangeiros interessados, como, aliás, prevê a Instrução 192 da Sumoc. Acontece, porém, que as indústrias de fiação e sacaria não se contentam com a especulação que fazem, todos os anos, a fim de forçar o aviltamento dos preços, não realizando as compras na força das safras por conhecerem a impossibilidade de os produtores suportarem, devido a falta de capitais, uma longa estocagem. Valem-se do seu poderio econômico e da influência que exercem nos altos círculos administrativos da União para pressionar a Cacex, impedindo, assim, o atendimento da reivindicação do Amazonas e do Pará no sentido de colocarem no exterior o excesso da produção.

E é notório que esses industriais têm obtido êxito completo.

A Cacex, que não cria obstáculos à saída do país do algodão, do sisal, do rami, fibras produzidas por estados fortes, econômica e politicamente, não liberou a exportação do excedente de juta em 1959 e 1960, insistindo na recusa, este ano, quando as previsões indicam um excesso de cerca de 25.000 toneladas, sob o argumento de que a exportação determinaria o aumento do custo de vida.

Ora, Sr. Presidente, a alegação é um insulto ao drama e à luta do homem amazônico, desse homem sofrido que sente na própria carne os resultados da política protecionista do governo em relação ao café e a outros produtos do Sul, a produzir, periodicamente, impactos violentos no preço das utilidades em todo o país.

O agravamento do processo inflacionário, que é uma resultante da política econômico-financeira, não sofreria maior evolução com a exportação desses excedentes, mormente se levarmos em conta a compensação vantajosa representada pelo ingresso de divisas de que a nação precisa e pelo incentivo aos produtores que, beneficiados pela diferença de preços, usufruiriam melhores condições de vida, forrando-se do entusiasmo e da segurança para um labor redobrado que alçaria o país, dentro do próximo lustro, à posição de maior produtor de juta do mundo.

A exportação de pelo menos 20.000 toneladas excedentes daria cerca de 5 milhões de dólares de divisas ao Brasil, aumentando as possibilidades de desenvolvimento da produção com real aproveitamento econômico para a Amazônia.

Longe de adotar essa solução, entretanto, o governo preferiu autorizar a compra dos excedentes pela Comissão de Financiamento da Produção, órgão que, proibido de auferir vantagens com suas atividades de compra e venda, obteve lucros absolutos e ilegais em detrimento dos produtores, com a revenda às indústrias.

Cerca de Cr\$ 360.000.000,00 formam o volume desses lucros que a Comissão de Financiamento da Produção não sabe como aplicar, mesmo porque não tem como justificar a licitude de seu ganho e não pode dispor desse dinheiro sem autorização legislativa.

Repetindo as advertências do governo e entidades classistas do estado que tenho a honra de representar, desejo, com estas palavras, chamar a atenção das autoridades federais para problema de real magnitude na esperança de que a juta, riqueza agrícola já incorporada ao patrimônio econômico do país, não venha a ter o destino melancólico da borracha.

E, visando a defender e estimular a jiticultura, apresento à Câmara projeto de lei dispondo sobre a aplicação dos lucros auferidos pela Comissão de Financiamento da Produção, valendo este discurso como justificativa da proposição.

“Não queremos as migalhas do governo”

Câmara dos Deputados, sessão de sábado, 10 de junho de 1961

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna, numa hora em que as perspectivas econômico-financeiras causam as mais justificadas apreensões às autoridades e aos homens do comércio industrial do Amazonas, no propósito de chamar a atenção da opinião pública brasileira para atos e omissões do governo federal que estão emperrando ainda mais o desenvolvimento e o progresso do meu estado e, também, tornando mais difícil a vida do bravo povo que tenho a honra de representar nesta Casa.

Não ouvirá a Câmara, entretanto, como alguns poderiam esperar, uma jeremiada, não ouvirá linguagem de lamúrias, como se o Amazonas estivesse na posição de pedinte, a suplicar de espórtulas do governo fe-

deral. Não, Sr. Presidente. Não queremos, não desejamos, não pedimos a comisseração, a piedade de ninguém. Fazendo emergir uma civilização progressista, promissora, em plena floresta, quase exclusivamente à custa do nosso suor e da nossa resistência, nós, os amazonenses, nos habituamos a viver os nossos dramas, a enfrentar sozinhos as nossas vicissitudes, insulados na imensidão telúrica e hidrográfica que nos cerca, recebendo apenas as migalhas que sobram dos banquetes que o governo federal oferece aos estados mais poderosos e mais ricos da Federação brasileira.

Nunca, entretanto, Sr. Presidente, mesmo nos momentos, nas fases mais críticas de abandono, de desprezo pelo nosso destino. Nunca, repito, perdemos a fé no futuro da terra que é nossa. Nunca, por outro lado, perdemos a capacidade de lutar e de reagir contra os esbulhos que nos fazem, contra as empulhações, contra os desmandos administrativos que nos prejudicam.

Essa a nossa tradição, Sr. Presidente. Não desanimamos no passado, quando a inércia governamental permitiu a derrocada da indústria extrativista da borracha, mantendo-nos no primitivismo da exploração dos seringais silvestres, enquanto o Oriente entrava no mercado internacional como forte competidor extraindo o látex com menos dispêndio e com maior compensação de seringais de cultivo, simetricamente plantados. Não desanimamos – e cito apenas mais um fator de regressão ao nosso progresso – quando a derrocada da indústria extrativa da borracha foi seguida pelo desaparecimento quase total da grande frota fluvial, talvez a maior frota fluvial do mundo, que singrava os nossos rios, promovendo o escoamento dos nossos produtos das fontes de produção para os meios de exportação. Esse fato tornou ainda mais difícil, mais sofrida, mais árdua a vida do homem do interior amazonense. Continuamos e continuaremos na terra amazônica a lutar para vê-la integrada no progresso, no desenvolvimento nacional.

O Sr. Miguel Bahury – V.Exa. aludiu ao desaparecimento de uma frota fluvial que era talvez a maior do mundo. Realmente isso ocorreu no meu estado também, por incúria dos administradores, principalmente pela ausência de ajuda financeira, indispensável a estados como aquele, desapareceu a frota fluvial. Para exemplo, basta citar a V.Exa. que de uma verba de 96 milhões destinada a subvencionar as empresas fluviais de pequeno porte, no Brasil inteiro, desde 1960, a despeito de todos os esforços empenhados por todas as bancadas interessadas, nunca, até

hoje, se conseguiu receber um só centavo. Quero lembrar ainda do meio de transporte do qual carece a sua região, que é a minha – o transporte de cabotagem. Os homens de consciência da bancada da Amazônia se bateram pela obtenção de verbas destinadas à aquisição de navios mercantes para servir não só ao seu estado mas a toda a região amazônica. Já uma vez tentamos isto nesta Casa. Mas que ocorreu? Falsos vestais do partido que hoje dá apoio ao governo lançaram-se como piranhas contra os interesses da Amazônia e destruíram da forma mais ignominiosa uma das possibilidades únicas que a Amazônia tinha de possuir uma boa, embora pequena, frota mercante. Agora quero dar um depoimento que precisa ficar consignado nos anais da Casa: aqueles navios que nos foram negados não eram velhos, tinham menos de quinze anos e foram vendidos como ferro-velho numa das campanhas mais podres que a imprensa, a serviço de meia dúzia de indivíduos sem idoneidade, lançou contra a região amazônica. Esses navios teriam custado pouco mais de 700 milhões ao governo de V.Exa., mas foram vendidos um a um, apurando os seus vendedores um total superior a 900 milhões. Esse o serviço que prestou à nação meia dúzia de homens egocêntricos, complexados, que só pensam em votar leis que possam render proventos aos seus grupos ou à sua própria personalidade decomposta. Agradeço a V.Exa. a oportunidade que me concedeu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado ao aparte que me vem lembrar, deputado Bahury, precisamente de que nós continuamos, na Amazônia, procurando conduzi-la para o progresso nacional. Não desanimamos apesar de ficarmos meses seguidos – cinco meses já aconteceu certa vez – sem transporte, a não ser por via aérea, completamente isolados do resto do país, sofrendo prejuízos de vulto em nossa economia, pela estocagem onerosa dos nossos produtos, precisamente por isso, deputado Bahury, porque o Lloyd Brasileiro só se lembra de enviar navios para o meu estado quando eles nada mais têm a fazer no sul do país.

Quando pretendíamos comprar uma frota para fechar essa lacuna gravíssima ao nosso progresso, quando pretendíamos ter nossos próprios navios, devolvendo-nos o governo federal parte da dívida de um bilhão que tem para com o Amazonas, aconteceu precisamente o que V.Exa. vem de lembrar: levantaram-se forças econômicas poderosas que

transformaram o Fundo da Marinha Mercante num patrimônio pessoal contra a transação.

Ainda há pouco cheguei do meu estado, que estava há três meses sem receber a visita de um só navio do Lloyd Brasileiro. Mas continuamos na terra, nobres deputados, apesar de tudo, contra tudo, apesar dessa Instrução 204, por exemplo, que, para a finalidade a que se propôs, vem recebendo do povo brasileiro os epítetos mais consagradores da sua derrocada, pelos malefícios que está causando a este país. Continuamos na terra, apesar da 204, que levanta barreiras absolutamente intransponíveis a estados de economia primária e pobre, como o nosso, para o seu desenvolvimento industrial. Permanecemos lá. Seringueiros e seringalistas continuam na floresta, entre perigos, endemias e intempéries, praticando uma atividade antieconômica, desamparados completamente no trabalho quase escravo de arrancar das árvores leitosas o látex necessário a alimentar a indústria brasileira e a enriquecê-la.

O Sr. João Menezes – Nobre deputado, ainda ontem ocupou a tribuna desta Casa o nosso colega da União Democrática Nacional, deputado Gabriel Hermes, pedindo a atenção dos Poderes da República para o fato de até a presente data não ter sido paga uma verba sequer da Valorização Econômica da Amazônia do presente ano, depois que assumiu a Presidência da República o Exmo. Dr. Jânio Quadros. Também eu tive oportunidade de ontem ocupar a tribuna para reclamar sobre o fato de os professores da Escola de Agronomia da Amazônia, no corrente ano, não terem recebido um só mês de seus vencimentos. A estrada Belém-Brasília, que será o caminho que levará a civilização e o progresso às nossas regiões, lá está completamente parada e abandonada. Os nossos seringais nativos, referidos por V.Exa., estão sendo ameaçados violentamente através da propaganda que fazem os industriais da borracha. Todos os dias jornais vêm ameaçando e procurando desvirtuar a posição que ocupam aqueles seringais que já representaram função preponderante da economia brasileira e que ainda hoje representam função preponderante na economia dos nossos estados. Como se esse fato não bastasse, novas nuvens negras pairam sobre a nossa região. Prepara-se agora um ambiente para exterminar com a nossa velha estrada de ferro Bragança, que V.Exa. tão bem conhece. Acabo de receber telegrama do diretor dessa ferrovia pedindo que transmita à Casa um apelo para que envidem todos os esforços a fim de que ela não seja paralisada.

Acham que aquela estrada é deficitária e, portanto, deve ser exterminada. Perguntamos, então, a estrada São Paulo-Rio de Janeiro, a estrada Presidente Dutra, quanto rende para o governo, qual a despesa, quanto custa a sua manutenção? Porque a nossa, lá da Amazônia há de ser extinta? Somente porque causa prejuízo ou déficit mínimo nas suas rendas anuais? Grato pela oportunidade que me deu de trazer essa pequena colaboração ao discurso de V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado, meu nobre colega, pelo seu aparte, que vem confirmar precisamente o que estou a dizer à Câmara, que nós da Amazônia pedimos muito pouco, queremos muito pouco, e esse pouco se resume num tratamento equânime que, pelo menos, não esmague nossos esforços, nossos trabalhos, nossa luta com medidas discricionárias como essas que V.Exa. citou. Lembro outras que vou citar agora à Câmara porque em verdade é revoltante, Srs. Deputados, é odioso o tratamento dispensado pelo governo federal ao meu estado e a outros da Federação. Citarei de relance...

O Sr. Tristão da Cunha – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concederei imediatamente.

...apenas para que a Câmara forme um juízo, reunindo o que vou dizer ao que disse o deputado João Menezes, que os leprosários localizados no município de Manaus e que passaram para a direção e manutenção do governo federal, por força de um convênio assinado em 1956, estão vivendo momentos dramáticos, Srs. Deputados, com seus doentes internados sem a menor assistência, passando fome realmente, porque o Sr. Jânio Quadros, desde que assumiu a Presidência da República, não autorizou o pagamento de um centavo sequer das cotas a que se obriga o governo da União. Citarei ainda de passagem, porque ainda hoje li que o governo se propõe a um grande plano de erradicação da malária no país. Citarei de passagem o Serviço de Endemias Rurais, incumbido de uma tarefa das mais importantes e das mais vitais para a Amazônia e que está também sem receber suas verbas e com seus funcionários passando fome porque não recebem seus vencimentos, desde que o “Salvador da Pátria” Sr. Jânio Quadros assumiu a Presidência da República. Citarei ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Fomento Agrícola Federal, órgão incumbido de outra tarefa relevante no estado, que ainda importa quase tudo o que consome e que nada tem absolutamente na Amazônia para justificar sequer a sua existência e que agora, mais do que nunca, a

sua situação é difícil porque não recebe também as verbas que lhe foram destinadas no orçamento.

Concedo o aparte ao meu nobre colega.

O Sr. Tristão da Cunha – Nobre deputado, não há de ser o pagamento dessas migalhas orçamentárias à Amazônia que há de salvá-la. O Amazonas está condenado pela política protecionista do Brasil. O Amazonas não pertence geoeconomicamente ao sul do Brasil, mas à Europa e à América do Norte. Obrigado a consumir os produtos do Sul, duas ou três vezes mais caro do que já custam no lugar onde são produzidos, o Amazonas nunca poderá produzir economicamente. Além disso, a única comunicação mais barata que o Amazonas tinha com o sul do Brasil – a navegação costeira – esta, os governos a destruíram, ou talvez o próprio Congresso que votou essa lei. Antigamente tínhamos uma navegação privada que satisfazia mais ou menos as necessidades do Nordeste e do Norte. O governo cumulou-a de tais encargos que teve de encampá-la. E quando o governo encampa uma empresa podemos prever que ela será destruída, pois sua mão é fatídica. Precisamos, isso sim, libertar o Brasil deste tributo tremendo que a nação paga a esta indústria protegida, indústria incapaz de produzir barato e eficientemente. Enquanto o Brasil estiver sujeito a esse regime de espoliação que obriga o amazonense a pagar por uma enxada três vezes mais do que ela vale, não poderá erguer-se. Ele tenderá ao desaparecimento, por mais que lhe mandemos as nossas verbas orçamentárias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Nobre colega, respeito a sua opinião, principalmente os princípios econômicos que V.Exa. tão persistentemente defende, como estudioso e como economista, embora esses princípios econômicos, a meu ver, estejam cobertos pelo bolor do tempo, pelo avanço da civilização, pelo progresso social e pelas novas conquistas dos povos modernos.

O Sr. Tristão da Cunha – V.Exa. acha que o intervencionismo é moderno? Mas ele já figurou em Esparta, no Egito em outros tempos. De maneira que, de todas as concepções econômicas, a mais recente é justamente o liberalismo que nasceu no século XVIII. O socialismo já vem desde Platão, o intervencionismo estadual é o colbertismo do século XVIII. V.Exa. não tem outro mais moderno do que o liberalismo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Discutirei com V.Exa. esse aspecto em outra oportunidade, porque, no momento, o tempo é curto e eu ainda preciso abordar dois assuntos da mais alta relevância para a economia amazonense. Mas quero invocar para a Câmara um testemunho natural, a fim de que os meus nobres colegas vejam que não é o político no propósito de fazer oposição que fala assim. Trouxe um documento para incorporar ao meu discurso, que é um memorial da Associação Comercial do Amazonas e da Federação do Comércio de Amazonas, dois órgãos de tradição de atividade e trabalho em prol do desenvolvimento econômico da minha terra, dirigido ao Sr. Presidente da República e do qual destaco este trecho:

Outros serviços federais: Conquanto muitos deles dirigidos por elementos de notória idoneidade, todos se ressentem da falta de recursos financeiros que, apesar de extremamente limitados, não são atendidos pelo Tesouro Nacional, provocando sua quase total ineficiência e o descrédito da ação do governo federal na região.

Mas, Sr. Presidente, não desejo deter-me por mais tempo neste aspecto de atuação governamental, absolutamente ausente no Amazonas, principalmente nestes quatro meses e dias em que está na chefia da nação o honrado Sr. Presidente Jânio Quadros.

O Sr. *Wilson Calmon* – V.Exa., deputado Arthur Virgílio, é bem o porta-voz das reivindicações dos anseios e do desespero dos amazonenses e dos homens da Amazônia. Convivendo com V.Exa. há quase doze anos na vida pública, tenho acompanhado, embora na maioria das vezes como seu adversário político, como neste momento o sou, a sua brilhante trajetória, não só na Assembleia Legislativa, como nas Secretarias de Estado que ocupou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito grato a V.Exa.

O Sr. *Wilson Calmon* – Nesta oportunidade, nós, que não somos amazonenses de nascimento, mas o somos de coração porque lá nasceram nossos filhos, e acima de tudo porque somos brasileiros, neste momento, irmanados, ante o discurso de V.Exa., pedimos a atenção do governo federal e de todo o país para a Amazônia, pois o estrangeiro está de olhos voltados para aquela região abandonada. E V.Exa., nobre

deputado Arthur Virgílio, meu adversário, encontrar-me-á sempre nas barricadas ao seu lado, quando se tratar de defender a nossa Amazônia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado. Muito me honra o aparte do nobre colega, que sabe também do alto conceito e da alta estima em que o tenho. Conceito e estima que as nossas eventuais divergências partidárias não conseguiram afetar e espero jamais o conseguirão. Sr. Presidente, desejo focalizar duas palpitantes questões atualmente na pauta das cogitações do governo: a dos excedentes da produção de juta e a do plantio de seringueiras.

Tenho em mãos trabalho de um dos mais eminentes estudiosos dos problemas amazônicos, Sr. Cosme Ferreira Filho, trabalho que gostaria de ler, se dispusesse de tempo. Vou incorporá-lo ao meu discurso pela autoridade de que se reveste, pelos ensinamentos, advertências e sugestões nele contidos, mas que não estão sendo aceitos pelo governo, pelas autoridades responsáveis pelo bom encaminhamento da nossa política econômico-financeira.

A juta amazônica, transplantada da Índia pelo gênio adaptador japonês, tendo à frente a figura admirável de Riota Oyama, após mais de dois lustros de tenacidade, de persistência, de árduo labor dos produtores, atingiu índice da produção que ultrapassou a capacidade de consumo da indústria nacional. O normal, o natural, o lógico, economicamente falando, seria a exploração do excesso inaproveitado para os mercados estrangeiros interessados. Mas não conseguimos essa autorização. Têm sido vãos todos os pleitos dos estados do Pará e Amazonas. E por quê? A resposta é simples: não permitem a exportação, porque, ainda desta vez, o interesse de grupos econômicos se sobrepõe ao da imensa região que precisa ser integrada ao território nacional e aos próprios interesses nacionais.

O que está ocorrendo agora com o Espírito Santo e o Paraná, motivo desses brados de protestos quase diários dos deputados Oswaldo Zanello e Dirceu Cardoso, em relação ao café, sob a capciosa justificativa de que o Brasil precisa produzir cafés finos, mas, em verdade, com o único objetivo de amparar a indústria cafeeira de São Paulo, ocorre também na Amazônia, com referência à juta.

O Sr. Presidente – Atenção! Comunico ao nobre orador que dispõe de cinco minutos para terminar sua oração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vou concluir, Sr. Presidente. Não nos deixam exportar o excesso de produção, a parte não aproveitada pela indústria nacional, a fim de auferirem os produtores maior ganho pelo árduo trabalho dos juticultores nas várzeas dos paranás e rios, porque os industriais de fiação e sacaria, que pagam o quilograma de fibra por quase metade do preço que alcançaria no mercado internacional, querem que permaneça esse regime colonialista dentro do país, em que estados como o nosso, produtores de matéria-prima, são espoliados, são explorados desumanamente pelas unidades mais ricas, já em princípio de industrialização.

O Sr. Arno Arnt – V.Exa. traz à Casa informação gravíssima. O excesso de produção hoje no Brasil precisa ser exportado. A população da Amazônia, já vítima do revés da borracha natural, está hoje sujeita a outro prejuízo. Quando o Rio Grande do Sul começa a plantar kenaf [planta similar ao bambu] para suplantarmos a dificuldade de obtenção da juta, os europeus estão trazendo ao Brasil estudos segundo os quais se pode obter fibra tão boa como a juta tirada da bananeira. Quando o Brasil produzir essas fibras sucedâneas, o Amazonas vai sofrer novo baque, mesmo com os estudos que a população local esteja fazendo. É deplorável a situação. Temos de exportar o excesso. Os mercados estão sequiosos da nossa juta. Amanhã será a América Central, estipendiada, ajudada, que forçará o Brasil a comprar-lhe juta, enquanto o nosso produto fica abandonado, como aconteceu com a borracha.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado. O aparte de V.Exa. muito me honra.

Há ainda um aspecto a acrescentar, nobre deputado: o tratamento discricionário que dão à Amazônia. Enquanto procede dessa forma em relação à juta, enquanto não permite, pela barreira da Cacex, a exportação desses excedentes, o governo federal age de forma absolutamente contrária em relação ao rami, ao algodão, ao sisal, que todos os anos têm excedentes exportados.

Há ainda o prejuízo em divisas que essa política indefensável causa ao próprio país por não permitir o ingresso de divisas que essa exportação daria a um país sedento de dólares como o Brasil.

O Sr. Presidente – Atenção, nobre orador, o tempo de V.Exa. se está esgotando.

O SR ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vou concluir, Sr. Presidente, mas peço a tolerância de V.Exa.

Faço esta advertência ao país a fim de que, se amanhã ocorrer com a juta o que aconteceu com a borracha, possa ser apontado o responsável pelo prejuízo causado à nação e à região amazônica, pelo aniquilamento da mais promissora das nossas riquezas agrícolas, responsável que será, sem dúvida, o presidente da República, Dr. Jânio Quadros.

Para concluir, Sr. Presidente, em breves palavras falo nos planos do governo visando a fomentar os seringais de cultivo mediante um órgão novo em estudo que se chamaria Companhia Brasileira de Agricultura, destinado a aplicar recursos da Spevea, do Banco de Crédito da Amazônia e 3% de contribuição compulsória dos produtores de borracha.

Abusando da tolerância de V.Exa., Sr. Presidente, solicito mais alguns minutos para apresentar três erros de origem na iniciativa.

O primeiro, o esquecimento injustificado das poderosas fábricas de pneumáticos: Firestone, Goodyear, Dunlop, as quais, apesar de obrigadas a aplicar uma percentagem de seus lucros no plantio de seringueiras, vêm apenas fazendo experiências de pouca monta em alguns estados da Federação, não estão incluídas entre os órgãos e entidades que dariam os fundos para a nova Campanha Brasileira de Agricultura.

Em segundo lugar, o Banco de Crédito da Amazônia não está em condições de fornecer recurso algum para qualquer finalidade. Está às portas da falência, na situação mais crítica e mais difícil possível, pelo menos em Manaus, sem condições de pagar um cheque de mil cruzeiros que chegue aos seus guichês e com a sua carteira de borracha entregue a um homem, o Sr. Expedito Lopes, forrado e alimentado de ódio, preocupado apenas em perseguir funcionários e seringalistas e que, ao invés de cumprir as funções de seu cargo, vive tomando medidas fora completamente das finalidades para que o banco foi criado, em prejuízo até do próprio Banco de Crédito da Amazônia.

Em terceiro lugar, para finalizar, é injusto, é até desumano, absolutamente inaceitável que pretenda o governo tirar dos sacrificados produtores de borracha, sem financiamento, sem lucros, realizando atividade absolutamente antieconômica, sem prazo razoável para a sua produção, essa contribuição de 3% para formar o fundo.

Deve de fato o governo promover o quanto antes medidas de vulto, as mais amplas possíveis, no fomento aos seringais de cultivo,

mas partindo, inicialmente, do fortalecimento financeiro do Banco de Crédito da Amazônia, determinando às fábricas de pneumáticos o cumprimento da lei em vigor, a qual vem obedecendo, traçando, então, depois de ultrapassada esta fase, um plano mais real, objetivo, capaz de produzir os resultados e os efeitos desejados como, por exemplo, o plantio em dois anos para produção, oito anos depois, de 100 mil toneladas, que exigiria o plantio de 25 milhões de árvores.

Com estas considerações, Sr. Presidente, chamo a atenção da opinião pública brasileira para a situação da Amazônia. Denuncio todos estes fatos e peço que o governo fique alerta, que o governo desponte para o problema da Amazônia, procurando integrá-la, realmente, ao progresso e à vida nacional, tendo presente, sobretudo, que já não é de agora, que já vem de muito que nas convenções internacionais, nas reuniões internacionais, as vistas da cobiça do estrangeiro se voltam para a Amazônia, para os grandes vazios amazônicos em verdade inaproveitados para o país e para a humanidade.

Em defesa de Jango, pela legalidade

Congresso Nacional, sessão de terça-feira, 29 de agosto de 1961

Em discurso emocionado no Congresso Nacional, Arthur Virgílio defende posse de João Goulart, diz que é impossível aceitar, sem um sentimento de revolta, de indignação e até mesmo de repulsa a tutela que as Forças Armadas querem impor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Congressistas, a moção que o eminente monsenhor Arruda, figura veneranda que tanto admiramos e respeitamos, pelas suas virtudes morais imarcescíveis e exemplos cívicos admiráveis, fez ainda há pouco, neste ambiente de natural comoção, de agitação compreensível pela hora grave que vivemos, entre apartes, até entre gritos, representa um convite à ponderação dos Srs. Congressistas, a fim de que o debate pudesse de alguma forma esclarecer todo o povo para, afinal, tomarmos uma decisão que resguarde a nossa posição perante a História e, sobretudo, venha a marcar um passo dos mais decisivos na fixação das raízes do regime democrático, na pátria brasileira. Muita razão tem de

fato monsenhor Arruda Câmara. Em verdade, uma onda tremenda de confucionismo pretende levantar toda uma gama de articulações para encobrir o que de verdade se esconde nisto a que a nação está assistindo, entre comovida e surpresa, logo após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros. Há essa necessidade imperiosa de que se esclareça; há essa obrigação de que se leve a todos uma palavra de alerta contra toda e qualquer distorção da verdade; contra toda e qualquer mistificação que se vier a fazer com o fim de impor à opinião pública um convencimento completamente fora da realidade.

Fala-se, por exemplo – e isso vem sendo repetido – em política internacional comunista do ex-presidente Jânio Quadros e alega-se que uma das razões desse impedimento ilegal e inconstitucional do Sr. João Goulart seria o fato de ser ele um seguidor dessa política internacional. Tanto isso é exato que mesmo o honrado monsenhor Arruda Câmara, que mesmo o ilustre representante do bravo leão do Norte, fez há pouco essa arguição. Acabamos de ouvir, Sr. Deputado e Srs. Senadores, a manifestação do governador Ney Braga, do Paraná, ao lado também do movimento que já domina o Rio Grande do Sul, com o apoio do 3º Regimento, a favor da legalidade e pela ascensão do presidente legitimamente eleito, o Sr. João Goulart.

Mas, Sr. Presidente, ninguém poderá apresentar uma prova para formular acusações nesse sentido, uma vez que o Sr. João Goulart, no exercício de sua função de vice-presidente da República, jamais se imiscuiu na política externa, de exclusiva competência do presidente.

Mas que seja assim, apenas para argumentar, eu pergunto ao Congresso: pode alguém neste país pôr em dúvida as convicções democráticas de um dos grandes vultos da democracia brasileira, o Sr. Senador que exerceu até há pouco o cargo de ministro das Relações Exteriores, o Sr. Afonso Arinos de Melo Franco? Não pode. No entanto, o senador Afonso Arinos, no exercício do Ministério das Relações Exteriores, como ainda hoje, apoia e aplaude a política exterior do ex-presidente da República.

O Sr. Tristão da Cunha – Permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Um momento. Depois darei o aparte ao nobre deputado Tristão da Cunha. Sr. Presidente, irei assim adiante. Será possível que alguém coloque em dúvida as convicções ideológicas do Partido Democrata Cristão, ao qual honra com a

sua militância o nosso colega monsenhor Arruda Câmara? Será que alguém põe em dúvida a oposição anticomunista do Partido Democrata Cristão, que monsenhor Arruda Câmara presidiu até pouco e ao qual pertence ainda agora? Não, Sr. Presidente. Não, Srs. Congressistas. No entanto, o Partido Democrata Cristão, o partido do monsenhor Arruda Câmara, acaba de distribuir a nota que vou ler e para a qual peço a atenção dos Srs. Congressistas:

1º – O PDC espera cumprimento do art. 79 da Constituição Federal com a posse do presidente Dr. João Goulart na Presidência da República. Este é o único meio de preservar as realidades democráticas e o respeito ao voto popular.

2º – O PDC reafirma seu integral apoio à política externa do ex-presidente Jânio Quadros e proclama a necessidade inevitável de se realizarem as reformas básicas do seu programa partidário que estão na consciência da nação.

3º – O PDC aguarda que, oportunamente, o Dr. Jânio Quadros concretize a denúncia de sua carta para que o povo conheça os inimigos das causas populares e se possa tornar mais eficiente sua luta contra as forças da reação (...)

O Sr. Tristão Cunha – Meu nobre colega, essas discussões são todas muito interessantes, mas o que a História nos ensina é que todos os violadores da Constituição estão com estátuas nas ruas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não ouvi bem o aparte de V.Exa.

O Sr. Presidente (senador Moura Andrade) – No encaminhamento de votação é proibido o aparte. Consequentemente, em decorrência do Regimento, os microfones já se acham desligados para evitar o trabalho no momento em que o aparte se verifica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Comunica-me um colega que o aparte do nobre professor foi para dizer que os violadores da Constituição têm monumentos erigidos em praça pública.

Não sei se se referiu ao Brasil ou a outros países, mas há, de fato, monumentos erguidos em toda parte a ditadores. Na Alemanha nazista, de Hitler, na Itália fascista, de Mussolini, levantaram-se milhares e milhares de monumentos louvando e endeusando ditadores. Mas nem

um deles está de pé. Todos eles foram aluídos, foram derrubados, foram aniquilados pelas forças invencíveis da liberdade e da democracia numa grande luta da qual participou inclusive o Brasil, dando o sangue generoso de seus filhos nos campos de batalha da Itália.

Mas, Sr. Presidente, continuo alertando o Congresso e o povo para essas distorções. Não há como receber em sã consciência e de boa-fé esses argumentos. Durante dois períodos foi o Sr. João Goulart eleito vice-presidente da República. Exerceu o primeiro mandato tranquila e pacificamente, sem protestos e sem embargos de qualquer setor das Forças Armadas. Chegou a ascender à Presidência da República e manteve no Ministério de Guerra o marechal Odílio Denys. Não se levantou nessa altura nenhuma inconveniência, nenhum perigo à tranquilidade, à paz interna, porque inclusive o atual ministro da Guerra também naquela oportunidade se viu como subalterno do presidente em exercício João Goulart.

Srs. Congressistas, nestas horas de perplexidade do povo brasileiro, de graves e terríveis apreensões para todos nós, venho indagando a mim mesmo, muitas vezes, se vale a pena manter-se o mandato, se é tão doce o mandato que o seu preço possa vir a ser a humilhação, o aviltamento, o aniquilamento daquilo que poderia ter de mais belo: a ampla liberdade para o seu exercício.

O Sr. Fernando Ribeiro – Isso é intransigência que V.Exa. defende.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não sei se é intransigência defender a liberdade. Não sei se o eminente colega que me aparteia prefere uma ditadura militar implantada neste país.

O Sr. Fernando Ribeiro – Prefiro o regime derrubado em 1955.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não sei mesmo o que S.Exa. quer dizer com o seu aparte, porque não compreendo que ninguém, na consciência da sua posição perante a História, no exercício de um mandato legislativo, possa aceitar, sem um sentimento de revolta, de indignação e até mesmo de repulsa, a tutela que nos querem impor as Forças Armadas com o envio deste comunicado que acaba de ser lido para estarcimento de todos nós.

Que outros aceitem esta tutela. Que outros se curvem sob ela. Eu, não, Sr. Presidente! Eu não pagarei jamais com a humilhação, com o aviltamento do meu mandato, este altíssimo preço para poder exercê-lo.

Jango na Presidência e a paz no país

Congresso Nacional, sessão de sexta-feira, 1º de setembro de 1961

Solicita do ministro da Justiça a confirmação da comunicação do deputado Ruy Ramos de que os generais decidiram acatar a deliberação do Congresso Nacional sem a legitimidade da investidura do Sr. João Goulart na Presidência da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, não pode a Câmara deixar de tomar conhecimento da comunicação que acaba de fazer ao Plenário o ilustre deputado Ruy Ramos, de um entendimento que se prenuncia entre certos setores das Forças Armadas e a totalidade da opinião pública nacional, comunicação que, em síntese, representaria a pacificação neste país, a volta da tranquilidade aos lares brasileiros.

Entendo por isso, Sr. Presidente, que nos compete agora, a nós do Congresso brasileiro, obter a confirmação oficial dessa comunicação do deputado Ruy Ramos, por intermédio do senhor ministro da Justiça, do presidente da República em exercício, deputado Ranieri Mazzilli, que é, segundo a Constituição, o comandante-geral das Forças Armadas. Já agora tudo indica que não se justifica mais qualquer medida que possa ainda ser tomada pela opinião pública como uma diminuição do Congresso, como seria a votação a toque de caixa, sem tempo para um exame cuidadoso, para estudo metuculoso de medida de tão transcendental importância, de tão alta repercussão, como seria a troca do regime presidencial pelo parlamentar. Penso que não haverá qualquer discrepância quanto a esse ponto de vista. Cumpre-nos, agora, suspender todas essas medidas e aguardar, confiantes, se confirme a comunicação do Sr. Deputado Ruy Ramos. Tendo voltado a razão, como tudo indica, a esse setor das Forças Armadas, ela, também, no seu bojo a tranquilidade e a paz interna, desanuviando o ambiente deste país dos perigos de uma guerra civil.

Levanto, pois, esta questão de ordem para que V.Exa., numa reunião de líderes ou por outra qualquer medida da sua vontade, provoque o encontro com o Sr. Ministro da Justiça, a fim de que haja pronunciamento oficial, confirmando ou não comunicação do Sr. Deputado Ruy Ramos. Se amanhã tivermos de votar a medida agora em pauta, que o

façamos com a cautela devida, dentro dos rígidos prazos regimentais, estudando todas as implicações que se poderão acarretar, inclusive para que ela represente uma medida de complementação da paz por todos nós almejada e não uma decisão que amanhã possa vir a suscitar novas desuniões, novas desavenças.

O Banco de Crédito da Amazônia e a borracha

Câmara dos Deputados, sessão de quinta-feira, 19 de outubro de 1961

*Arthur Virgílio questiona da tribuna
que em nenhuma ocasião o Amazonas teve o
privilegio de indicar um presidente para o
Banco de Crédito da Amazônia que realizasse uma
política de acordo com os anseios da região
e que amparasse a produção da borracha.*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, permita-me V.Exa. que, ao vir à tribuna discutir o Projeto 1.973, sobre isenção de impostos para a indústria automobilística, eu dedique alguns minutos do meu tempo para abordar assunto relacionado com a produção da borracha e com o Banco de Crédito da Amazônia. Trata-se de questões interligadas, uma vez que a expansão da indústria automobilística, ao exigir demanda cada vez maior de hévea, tem interesse profundo na produção da goma elástica da Amazônia.

Sempre propugnamos, nós do Amazonas no Senado, que o Banco de Crédito da Amazônia fosse colocado em sua devida posição de órgão oficial destinado a amparar e desenvolver a produção gomífera. Meu estado, o maior produtor de hévea, cuja capital é o centro geográfico da planície, perdeu, entretanto, todas as oportunidades, dada a competição de influência política, do prestígio em votos, para os maiores estados. Em nenhuma ocasião teve o privilégio de indicar um presidente para o Banco de Crédito da Amazônia, que realizasse uma política de acordo com os anseios da região e que, em verdade, amparasse a borracha, sua expansão e, conseqüentemente, amparasse o futuro econômico do país.

Nunca examinamos a questão sob o prisma político. Nunca nos ativemos à orientação partidária. Quando o ilustre senador amazonense Cunha Melo foi à tribuna denunciar à nação o que vinha acontecendo

nesse banco, S.Exa. não se colocava contra o Sr. Matos, ex-presidente; não pedia que o posto fosse entregue a um político de nosso estado, não clamava por uma solução partidária para aquele órgão de crédito. Desejava tão somente que acabassem os desmandos no Banco de Crédito da Amazônia; que o estabelecimento fosse colocado na sua justa posição, reinvestindo os lucros – fabulosos, pode-se dizer – que ele obtém com a revenda da borracha às indústrias, no desenvolvimento econômico da própria Amazônia. Quando também eu ocupei a tribuna, no mesmo sentido, para condenar os mesmos desmandos, os erros que imperavam no Banco de Crédito da Amazônia, eu tinha os mesmos propósitos. Nada tenho pessoalmente contra o Sr. Matos, mas apenas contra sua atuação que quase leva aquele estabelecimento de crédito à falência total e desmoralização.

O Sr. Wilson Calmon – Permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Pois não.

O Sr. Wilson Calmon – Embora a situação partidária nos separe, estamos de pleno acordo com V.Exa. Achamos que já era tempo de entregar-se a presidência do Banco de Crédito da Amazônia ao nosso estado. O Amazonas é o maior produtor de borracha do país; o seringueiro é aquele que paga maior tributo à nação, em todos os momentos, com sua indústria, na paz como na guerra, como aconteceu na última conflagração. Penso, assim, nobre colega, que nesta oportunidade, quando o Banco de Crédito da Amazônia é confiado a um elemento de nosso estado, alto funcionário do Banco do Brasil, está de parabéns não só o Amazonas, como o próprio Brasil. Teremos na direção do estabelecimento de crédito um homem digno que olhará de perto os interesses da nossa e das demais regiões vizinhas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço o aparte de meu nobre colega de representação pelo reforço que dá às minhas palavras, pelo concurso que traz à minha oração.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o nosso desejo veemente, que a nossa grande aspiração, no Amazonas, sempre foi essa, de colocar o Banco de Crédito da Amazônia dentro de suas finalidades, de fazer com que ele deixe de ser instrumento de negociatas, de atos ilícitos, de favorecimentos condenáveis em detrimento do seringueiro e do seringalista heroicos que da floresta arrancam essa riqueza para o engrandecimento econômico do país.

O Sr. *Silvio Braga* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Pois não.

O Sr. *Silvio Braga* – Tem V.Exa. motivos para alimentar esperanças de que o Banco de Crédito da Amazônia se transforme, realmente, num instrumento de justiça social de região. Todos nós temos o direito de esperar que o banco volte àquela região que lhe deu o nome – Banco de Crédito da Amazônia – e, ao lado da Spevea, concorra para melhorar as condições de trabalho e de vida de todas as populações amazônicas que labutam numa área desassistida do Poder Público. Por isto confiamos em que o novo presidente do Banco de Crédito da Amazônia, Sr. Raimundo de Alcântara Filgueiras, a quem estou ligado por laços de velha amizade, cujas raízes mergulham em Santarém, à frente daquele estabelecimento de crédito, dê à sua política orientação mais condizente com a nossa realização, sobretudo fazendo, como V.Exa. há pouco se referiu, com que os lucros do banco sejam empregados única e exclusivamente na região amazônica. Quero congratular-me, sobretudo, com o rumo que V.Exa. está imprimindo ao seu discurso, e que outro não podia ser, quando sei que parte de um moço idealista, de um colega de geração que confia nos destinos da Amazônia quando está orientada para os destinos do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado ao nobre colega pelo seu aparte que vem ajudar a minha argumentação, porque, em verdade, sempre nos batemos contra a transferência indébita do dinheiro que é produzido na Amazônia e na floresta amazônica, com sacrifícios inenarráveis, para o sul do país, que dispõe de outros instrumentos de financiamento, que dispõe de outros meios para atingir suas finalidades econômicas, sem precisar retirar de uma região subdesenvolvida, das mais subdesenvolvidas deste país, aquilo que representa o seu suor, seu trabalho e sua produção.

O Sr. *Wilson Calmon* – Nobre deputado Arthur Virgílio, nós, que voltamos ontem da Amazônia, mais que nunca nos sentimos humilhados e entristecidos, pois enquanto o seringueiro, na sua labuta nas matas infindas, na selva inóspita, procura tratar da seringueira, vemos em Brasília erguer-se um prédio para sede do Banco de Crédito da Amazônia. Para nós, que vemos a fome, que vemos o seringueiro desassistido, isso representa uma humilhação. É bom que todos nós, quando passarmos pelo pomposo edifício do Banco de Crédito da

Amazônia, meditemos bem que o Brasil não está andando direito, está no caminho errado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. Afonso Celso – A administração a que acaba de referir-se V.Exa., a qual desviou tão vultosa importância para aplicação em outras regiões é a que foi nomeada pelo governo Jânio Quadros?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não. A essa vou referir-me dentro em pouco, e V.Exa. vai ficar estarrecido com o que irá escutar.

Mas, Sr. Presidente, à vista desses fatos, à vista do desperdício das energias dos seringalistas, de aviadores da Amazônia, com o mau emprego daquilo que a borracha tem rendido para o Brasil, resolvemos reivindicar, neste governo que se inicia, a indicação do presidente do Banco de Crédito da Amazônia. O governador Gilberto Mestrinho, apoiado pelos deputados e senadores da representação trabalhista e tendo em mira esses objetivos levantados, sugeriu ao governo federal, ao presidente da República e ao Sr. Primeiro-Ministro, que ficasse essa indicação a cargo do Amazonas, dada a sua posição de vanguarda da produção da borracha. Mas o governador Gilberto Mestrinho não se prevaleceu de qualquer critério partidário, não buscou uma solução política para o problema: foi retirar dos quadros do Banco do Brasil um dos seus mais competentes funcionários, com 23 anos de serviço, já no fim da carreira, técnico de reconhecida idoneidade moral e capacidade, sem qualquer ligação com o Partido Trabalhista Brasileiro, o Sr. Raimundo Alcântara Filgueiras, para lhe entregar a presidência do banco. Embora esse nome seja indicado pelo governador Gilberto Mestrinho, pela representação do Partido Trabalhista Brasileiro no Congresso, apoiado por deputados de outros partidos, não há um adversário no Amazonas, como o Sr. Wilson Calmon, do PSP, aqui presente, da própria UDN, como o Sr. Jaime Araújo, do PSD, como o Sr. Pereira da Silva, que levante uma restrição, por menor que seja, à idoneidade moral e à capacidade técnica do Sr. Raimundo Alcântara Filgueiras. É que nós desejamos naquele banco um homem que realize essa política de proteção à borracha, nós desejamos naquele banco um homem que compreenda que o Brasil jamais sairá da situação em que se encontra atualmente, gastando milhões de dólares por ano com importação de borracha, se não for desenvolvido amplo e racional programa de heveacultura, com a exploração racional de seringais em massa, o que acarretará dispêndio

de bilhões, a fim de nos tirar o atraso econômico atual, em que despendemos divisas para trazer a hévea que podemos produzir aqui, no nosso próprio território. Essa a política que desejamos para o banco. Essa a política que o Sr. Raimundo Filgueiras irá executar para a produção de mais goma elástica para a sua expressão.

Mas, apesar disso, Sr. Presidente, alguns setores da UDN estão criticando o presidente da República pela nomeação do Sr. Raimundo Filgueiras. Há uma nota, já tornada pública, de uma reunião do diretório nacional udenista, em que há restrições feitas a nomeações que estão acontecendo. Embora oficialmente esteja citado o nome do Sr. Raimundo Filgueiras, nos corredores da Câmara e nas conversas de Plenário tem-se ouvido que essas restrições também dizem respeito a esse homem público e à UDN, que, ao assim se manifestar publicamente, fala em nomeações consideradas abaixo do gabarito moral e técnico desejado pelos partidos, isto é, pela UDN e PL.

O Sr. Océlio de Medeiros – V.Exa. faz muito bem em ressaltar nesta Casa as admiráveis qualificações do Sr. Filgueiras, nomeado para presidente do Banco da Amazônia. De um próprio deputado da UDN, deputado Jaime Araújo, ouvi a ficha desse exemplar funcionário que chega ao fim de sua carreira e recebe isso não como um prêmio, mas como um sacrifício, a presidência de um banco que, estou certo, administrará dentro dos objetivos ressaltados por V.Exa. Mas esse processo de se queimarem candidatos, argumentando que não têm alto gabarito, está nos levando a uma situação difícil. Porque fica apenas um deputado de um partido com o direito de veto. O mesmo ocorre com a Spevea. Quando o Pará indicou para a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia o Dr. Harry Calade, esse ilustre homem público, dos mais ilustres da nova geração, foi acusado apenas de ser parente do Sr. Wilson Bouh, o que não é verdade. Realmente preciso que haja uma cooperação, um entendimento dos partidos, para que não se sacrifiquem pessoas de alto gabarito para exercer funções árduas e tão delicadas. Mas esses que queriam a continuidade da administração anterior, do presidente do banco que acaba de sair, podiam pedir uma relação de empréstimos efetuados, porque chegaram ao meu conhecimento denúncias seríssimas de que S.Sa. não estava dentro desse gabarito que hoje se reclama. Peço, por intermédio de V.Exa., ao atual presidente do banco, a relação de todos os financiamentos feitos a fim

de que se apure acusação a uma firma mato-grossense que obteve um empréstimo de 20 milhões e é hoje devedora de mais de 20 milhões, ou seja, 40 milhões, quando seu capital é irrisório. Além deste, outros fatos poderia citar, mas dou a oportunidade a V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. irá conhecer em detalhes esse empréstimo realizado pela última administração do Banco de Crédito da Amazônia. Permita-me, entretanto, que antes eu siga o curso das considerações que vinha desenvolvendo em torno da posição adotada por esses setores da União Democrática Nacional que embora, como acentuei, não tenha sido frontal em relação ao Sr. Raimundo de Alcântara Filgueiras, tem transpirado nos cochichos, nos comentários de corredores da Câmara, inclusive um, absolutamente calunioso, que ainda há pouco me foi comunicado, o que fez com que viesse à tribuna para dizer quais as nossas intenções, qual o nosso intuito ao reivindicar a indicação do presidente desse estabelecimento de crédito e, ao mesmo tempo, para provocar um pronunciamento direto da União Democrática Nacional para que venha fazer...

Tem pois meu discurso esse sentido de satisfação à Câmara dos Deputados e ao país e essa afirmação elevado desejo de que o Banco da Amazônia seja entregue ao desenvolvimento da região, que exerça as suas atribuições, devolvendo aquilo que de lá tira com a renda da borracha, acabando-se de uma vez por todas com a exploração do seu patrimônio, com a transformação desse banco em instrumento de empréstimos ilícitos, verdadeiramente criminosos, como se vem verificando e como se verificaram ainda há pouco tempo.

O Sr. *Gabriel Hermes* – Prezado colega, fiquei muito satisfeito com a sua preocupação de combater realmente as coisas feias, as coisas como V.Exa. classificou há pouco, nefastas, feitas nos órgãos amazônicos. Esse tem sido sempre o nosso objetivo, dentro da bancada da UDN do Pará. Quero frisar, neste ponto, que estamos inteiramente à vontade para falar, nós da UDN, primeiro porque durante anos seguidos eu aqui, como homem da Amazônia, defendi para os órgãos da Amazônia gente da região, ponto de vista de V.Exa., e, segundo, lutando, acima de tudo, para que se escorraçassem da região e dos órgãos da Amazônia aqueles que administram mal a Spevea e o banco para assinalar apenas esses dois órgãos, cujos inquéritos marcharão agora, se Deus quiser, para dar conhecimento ao Brasil das coisas horrorosas que se praticaram. O que

se fez na Spevea V.Exa. conhece, positivamente. Desde o presidente da República, que não pagava, mas que recebeu críticas minhas e da UDN, até aqueles que dirigiam o órgão e que nele deixaram o pior de todos os exemplos da mais nefasta administração. Sobre o banco, V.Exa. me perdoe, porque foram inúmeros os nossos protestos, apesar do cuidado com que sempre nos referíamos a esse estabelecimento de crédito, única coisa que restou da guerra para a Amazônia espoliada, que teve borra-cha a Cr\$ 18,00, preço imposto por homens do sul, enquanto nos países vizinhos era vendida a Cr\$ 80,00 o quilo. Nessa altura, denunciávamos já a exploração de que era vítima a Amazônia, o que fizemos até 31 de janeiro, quando assumiu o governo o Sr. Jânio Quadros. Combatemos aquilo que se fez de errado, de nefasto para a nossa região, e os relatórios, os inquéritos o estão demonstrando. Muita coisa estava sendo guardada, segundo uns, mas, para felicidade do país e nossa, será dada à publicidade para conhecimento da nação. Isso precisa ser lembrado. É isso que nós da UDN quando falamos em gabarito alto queremos significar. Não fomos nós, mas os elementos que dentro deste Parlamento constituiriam o atual governo. Eles nos solicitaram a colaboração para uma forma de governo. Há planos e pessoas à altura do cargo. Não passarei dessas afirmações para não tomar mais seu tempo, mas fique certo V.Exa. de que a solução de entregar esses órgãos a homens da Amazônia é vista por mim com agrado. Noto, porém, que foi uma solução política para contentar o governador do seu estado, para alegria de V.Exa. e de outros deputados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Poderia contestar algumas das afirmações de V.Exa., mas vou fixar-me na última, a que se refere à solução política. Estamos fartos das soluções políticas que estavam levando o Banco da Amazônia à falência, à insolvência, como na última administração política, apoiada pela UDN, como irão demonstrar os inquéritos, se houver. Asseguro a V.Exa., se houver inquérito no Banco da Amazônia agora, não sei se os fatos serão menos estarrecedores do que aqueles revelados nas administrações anteriores, o que me leva a crer que aquele moralismo pregado neste país, tão decantado pela UDN, talvez não tenha passado de grande farsa. Este é um pequeno exemplo em relação a um estabelecimento de crédito. Ainda não se chegou a outros setores. E não sei se chegaremos até lá. Se formos ao âmago dessas administrações, se formos analisá-las a fundo, encontraremos fatos que

espantarão muito mais a nação do que aqueles verificados na administração tão condenada, tão acusada do Sr. Juscelino Kubitschek.

Vou citar para conhecimento da nação fatos ocorridos na administração de um homem da UDN e que a UDN desejava permanecesse no Banco de Crédito da Amazônia. São alguns, poucos, mas documentos comprovados, que trago ao conhecimento da Câmara e do país.

Há uma firma em Mato Grosso, Arruda Junqueira e Cia. Ltda., com um capital registrado de 600 mil cruzeiros – note-se bem, 600 mil cruzeiros –, de acordo com certidão da Inspetoria Comercial de Mato Grosso, assinada por Dona Esmeralda França em 17/6/1961, com visto do Inspetor Comercial, registrada sob o nº 383, fl. 106, Livro 8, em 16/5/56, a qual tem como sócios Antonio Mascarenhas Junqueira, Sebastião Pauma de Arruda, João Batista de Arruda e Mirtes Simões Pauma de Arruda. Pois bem, essa firma conseguiu os seguintes empréstimos no Banco de Crédito da Amazônia: contrato RB-53-23, Cr\$ 21.804.394,10; idem RB-61, Cr\$ 14.790.717,00; idem CC-58-4, Cr\$ 5.000.900,00. Total: Cr\$ 42.100.011,10. E mais ainda. Em descontos, a partir de abril de 1961, feitos com a interveniência do Sr. Antonio Junqueira, sócio da firma Arruda Junqueira, total dos descontos, 3 títulos: Cr\$ 4.100.000,00. Total geral de Cr\$ 46.200.011,10.

O pior, Sr. Presidente, é que os Srs. Sebastião Pauma de Arruda e João Batista de Arruda são irmãos do Sr. Hélio Pauma de Arruda, ex-presidente do Banco de Crédito da Amazônia, e a Sra. Mirtes Simões Pauma de Arruda é digna esposa deste mesmo ex-presidente!

O Sr. *Océlio Medeiros* – Pior é que, segundo consta, essas operações foram autorizadas pelo próprio Sr. Jânio Quadros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Não sei, mas o foram com autorização do ex-presidente do Banco de Crédito da Amazônia.

Há mais ainda. A empresa Zenith Ltda., que não apresentou registro algum de capital, mas apenas terras nos campos em Mato Grosso, segundo informações que tenho, em terrenos inacessíveis, terras desvalorizadas, portanto. Como garantia, conseguiu no Banco de Crédito da Amazônia, sob a administração do Sr. Hélio Pauma de Arruda, descontar títulos pelo contrato CC-61-7, num total de Cr\$ 4.300.000,00, por um motivo muito mais simples: são sócios dessa firma o pai e o irmão do Sr. Hélio Pauma de Arruda, ex-presidente do Banco de Crédito da Amazônia.

Era contra isso, Sr. Presidente, contra esse descabro que vínhamos lutando havia muito tempo. E para que isso não se repita, para que esse falso moralismo pregado inclusive na administração anterior, mas que fechou os olhos a essas irregularidades, que permitiu que o Banco de Crédito da Amazônia, em detrimento dos nossos seringueiros, dos nossos seringalistas, da nossa miséria e sofrimento se transformasse num patrimônio do seu presidente e de seus familiares, que admitiu que esse ex-presidente mal orientado na vida pública, mal conduzido nos seus atos de administrador, praticasse atos dessa natureza é que queremos o Sr. Filgueiras na direção do BCA.

Lutamos agora, Sr. Presidente, para colocar na chefia desse banco não um homem do Partido Trabalhista Brasileiro, não um homem que vá fazer política partidária, mas um cidadão do mais alto gabarito moral e técnico, que irá realizar uma administração fecunda, tenho certeza, sob todos os aspectos, transformando o estabelecimento de crédito, em verdade, nesse instrumento de progresso e desenvolvimento da região amazônica.

Eram estas as explicações que desejava dar à Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que formulo estas denúncias sobre a administração do presidente que esses setores da UDN queriam permanesse prejudicando o banco, que continuasse emprestando aos seus familiares, tirando do seringueiro para dar aos seus apaniguados, tirando do seringalista para o enriquecimento de seus parentes.

Não podíamos concordar com esse procedimento. Não podíamos admitir, absolutamente, que o nosso esforço, que a nossa luta, que o nosso trabalho fosse sacrificado aos interesses políticos da União Democrática Nacional. Negamo-nos, por isso, a participar da reunião para a qual fomos convidados. Nela não víamos autoridade, pois sabíamos antecipadamente que o que se pretendia era criar um ambiente propício à permanência desse cidadão que procedeu tão mal, que espoliou o trabalhador das nossas florestas, que dessangrou a Amazônia. Isto é uma parte mínima, documentada, que me chegou às mãos e que agora denuncio, para estarrecimento de todos, tenho certeza.

Não podíamos concordar com isso, repito, Sr. Presidente. Que outro faça, amanhã, o que estou fazendo. Se o Sr. Filgueiras se desviar do caminho de uma administração moralizada e produtiva e transformar o banco num patrimônio da sua família, se se desmandar em

empréstimos dispersivos e irrecuperáveis para firmas sem idoneidade como a citada, que os homens da UDN venham para a tribuna denunciar as irregularidades, defender uma modificação da política, exigir que saia o Sr. Filgueiras e venha outro que cumpra o seu dever, realizando o que a Amazônia exige, em benefício da sua economia, do seu desenvolvimento, de seu progresso.

O Sr. Emival Caiado – Permite um aparte?

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Nobre deputado Emival Caiado, o orador não dispõe mais de tempo, já excedido do normal. De forma que a Mesa pediria a S.Exa. concluisse sua oração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vê V.Exa., deputado Emival Caiado, que não posso conceder a V.Exa. o aparte.

O Sr. Emival Caiado – Obrigado a V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, estas as explicações que desejava trazer à Câmara, defendendo a nomeação feita pelo Sr. João Goulart.

A Amazônia irá palmear esse ato no futuro, quando da ação desse técnico, que não tem nenhuma ligação partidária conosco, que não pertence ao meu partido, saírem aqueles frutos que há muito vimos esperando, em benefício da região que aqui representamos.

A paz ameaçada por outra baderna militar

Congresso Nacional, sessão de sexta-feira, 10 de novembro de 1961

Arthur denuncia armazenamento de material de guerra nas bases aéreas de Natal e Fortaleza, contrariando parecer da Quarta Seção do Estado Maior da Aeronáutica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna justificar requerimento de convocação do Sr. Ministro da Aeronáutica, a fim de que S.Exa. compareça a esta Casa para prestar esclarecimentos e informações a respeito de fatos que estão ocorrendo no âmbito daquela pasta e que legitimam as mais justas e fundamentadas apreensões.

O país, Sr. Presidente, ainda não se refez de todos os resultados danosos da recente crise de agosto, quando estivemos às portas da guerra

civil, de uma luta fratricida de consequências imprevisíveis e que estão pesando na estrutura econômico-financeira do Brasil como verdadeira maldição.

Quem não sente o drama do povo a se debater, espremido, sufocado pelos tentáculos da fome? Quem não ouve os gemidos das massas famintas nas capitais e nos campos? Dessas massas que formam uma população marginal de milhões de seres, vítimas dóceis – por enquanto, pelo menos – da miséria, das doenças, das injustiças sociais? Quem não ouve os gritos de revolta das greves dos bancários, dos marítimos e até dos funcionários? E esses brados que vêm das Ligas Camponesas, que chegam notadamente do Nordeste, partidos dos trabalhadores dos campos, espoliados e escravizados? Quem não sente o inconformismo, já agora, dessas grandes massas que começam a adquirir consciência de sua força e a reagir nessas aglomerações que podem estruturar para o futuro instrumentos da ação perigosa à paz social, a reagir contra a exploração de seu trabalho, de suas energias, de seu suor por uma minoria insensível, egoísta, sibarita, concupiscente?

Homens com sensibilidade social e política, como ainda há dois dias o deputado Etelvino Lins; como ainda não faz muito, na Comissão de Justiça, o deputado Abelardo Jurema; como várias vezes os deputados Almino Afonso, Waldir Pires, Eloy Dutra e outros eminentes deputados têm chamado a atenção do país para esse drama que vivemos, entre apreensões e angústias, na conclamação de que o Congresso se volte imediatamente para a votação dessas medidas fundamentais, capazes de evitar a convulsão social e até talvez o próprio fim das instituições democráticas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma situação como essa exige paz, paz interna, paz no Congresso, paz nos quartéis, paz em todo o país, a fim de que o trabalho coletivo produza os benéficos efeitos que todos desejamos.

Infelizmente, porém, tenho elementos para denunciar ao país, desta tribuna, que essa paz talvez esteja sob a grave ameaça de outra baderna militar, cujas consequências não poderiam mais ser suportadas por este país exangue, sem recursos materiais que lhe possibilitem enfrentar os seus problemas gravíssimos e fundamentais, para vencê-los.

Não tenho o propósito de jogar lenha na fogueira. Não desejo criar dissensões na área militar. Se venho à tribuna para tratar do assunto é

porque chegou a meu conhecimento fato da mais alta gravidade que está acontecendo no Nordeste, de bases militares a serem municionadas de armamentos de guerra, com cujas finalidades não posso atinar, cujos objetivos não posso alcançar.

Começo, Sr. Presidente, examinando a situação da Aeronáutica, como introdução à denúncia que vou fazer, na Segunda Zona Aérea, localizada no Nordeste, um dos pontos de maior atrito, de maior fricção social do país e cujos comandos estão entregues na sua totalidade a homens de Aragarças e de Jacareacanga, participantes ou apoiadores do movimento, inclusive algumas em estado *sub judice*, respondendo a processo na Justiça Civil. O tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, comandante do Quinto Grupo de Aviação, dotado de vinte aviões B-26, está respondendo a processo na Justiça; o coronel Labarte Lebre, chefe de Operações do Comando de Transportes Aéreos do Galeão que pode, por força da função, planejar o emprego de cerca de quarenta aviões C-47 e onze aviões C-54, para efeito de transporte aéreo, está respondendo a processo na Justiça; o tenente-coronel engenheiro Haroldo Coimbra Veloso na Diretoria de Rotas Aéreas, o homem-chave quanto às comunicações de rádio em geral, bem como no que diz respeito a material técnico especializado correspondente, está respondendo a processo na Justiça; o capitão Jersen Durval Barbosa, ajudante de ordens do brigadeiro Balossier, diretor-geral do Material – a Diretoria de Material é o órgão que controla o material bélico da Aeronáutica – está respondendo a processo na Justiça; o capitão Washinston Mascarenhas, classificado no Primeiro Grupo de Transportes, sediado no Galeão, unidade que opera os aviões C-47 de transportes aéreos, está respondendo processo na Justiça.

Ora, Sr. Presidente, ainda mais: na Segunda Zona Aérea, a que me vou referir dentro em breve, estão em comando o brigadeiro João Adil Oliveira, comandante da Zona: tenente-coronel Roberto Hipólito da Costa, comandante da Base Aérea de Fortaleza; major Antônio Henrique Alves dos Santos, comandante do Primeiro e Quarto Grupos de Aviação, em Fortaleza; tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, comandante da Base Aérea de Natal e do Quinto Grupo de Aviação; Walmiky Conde, comandante da Base Aérea de Recife; coronel Mário Calmon Espinghaus, comandante da Base Aérea de Salvador; tenente-coronel Everaldo Breves, comandante do Sétimo Grupo de Aviação, em Salvador. Alguns desses oficiais não participaram dos movimentos de Aragarças e

Jacareacanga, mas lhe deram apoio, cobertura moral, tendo alguns deles, inclusive, sido presos naquela ocasião, devido à manifestações públicas na imprensa. Todos, porém, são hostis ao atual governo, formam um grupo inconformado dentro da Aeronáutica, que, como é público, notório e sabido, aguarda apenas uma oportunidade para um golpe armado que derrube as instituições ou que mude a estrutura política deste país. Houve, da parte do ex-ministro Grum Moss, o propósito deliberado e incompreensível de prestigiar os indisciplinados e rebeldes estimulando a própria corporação à indisciplina, com a qual desaparecem as instituições militares, perseguindo, por outro lado, aqueles oficiais que sempre se manifestam submissos à hierarquia militar, à disciplina, respeitando as autoridades e a Constituição.

O Sr. Carneiro D'Agostinho – Está V.Exa., com esse discurso, fazendo pronunciamento realmente grave. Infelizmente, o país está vivendo sob atmosfera de dúvidas. O Brasil está inquieto e, parece, até paralisado em toda e qualquer iniciativa, aguardando não se sabe o quê. É uma interrogação que paira no espírito de todos os brasileiros. Mas, quanto à disciplina militar, à qual V.Exa. vem fazendo acusações procedentes, devo dizer a V.Exa. que a mais estranhável delas todas tivemos-la há dias, quando os ministros militares deram ordens ao general Machado Lopes, no Rio Grande do Sul, para que entregasse o comando das forças ao general Cordeiro de Faria. Que fez aquele oficial? Armou-se, arregimentou soldados entre o povo rio-grandense para não respeitar a ordem emanada de seus superiores. Entretanto, Sr. Deputado, o marechal Teixeira Lott era encarcerado e só foi posto em liberdade por, pode-se dizer, uma graça concedida pelo novo ministro da Guerra. Não só os três ministros...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Pediria a V.Exa. fosse breve.

O Sr. Carneiro D'Agostinho – Sê-lo-ei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Se V.Exa. me permite, quero dar uma explicação. Ouço sempre com prazer todos os apartes, mas tenho um compromisso com os deputados Miguel Bahury e Derville Algrett de lhes ceder parte do meu tempo.

O Sr. Carneiro D'Agostinho – Esta é minha última alusão. Os três ministros retiraram-se para suas casas, deixaram seus poderes sem sequer levantar um protesto contra a desobediência do general Machado

Lopes. Pelo contrário, ao deixarem os postos deram-lhe as glórias de quem tivesse cumprido um dever militar respeitável e louvável.

O Sr. Miguel Bahury – Apenas para que se não possa confundir por degradante, por injusta, por até ignominiosa, a atitude do general Machado Lopes com a desses baderneiros de Aragarças a que V.Exa. alude. Não se pode confundir a atitude decente, limpa, brava de um soldado que no cumprimento do dever se rebela contra o superior que não respeitava a Constituição com a atitude indefensável daqueles infelizes baderneiros contumazes que ainda hoje pretendem talvez conturbar a tranquilidade nacional.

O Sr. Baqueria Leal – Quando a indisciplina favorece os interesses políticos, tudo é razoável.

O Sr. Miguel Bahury – Incluo este aparte porque pretendo render homenagem apenas a um ato de justiça e decência contra as imoralidades e até a covardia daqueles que não têm feito outra coisa neste país senão pretender lançá-lo a uma guerra fratricida, contra o que nós, os brasileiros conscientes, nos batemos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeito. Não pode haver mesmo comparação entre a atitude do general Machado Lopes e essas outras a que me estou referindo. Vivemos em agosto um período excepcional, com os três ministros militares transformados em rebeldes contra a ordem legal, com a Constituição perdendo autoridade de comando devido à sua própria atitude, a ponto de enviarem um comunicado ou que quer que fosse a esta Câmara, que foi talvez um dos maiores insultos que o Congresso brasileiro já recebeu. Ministros militares que pretenderam transformar-se em tutores deste país, em novos juristas, a interpretar a Constituição a seu bel-prazer, dizendo quem devia ou não devia assumir postos que decorriam da soberania popular expressa e manifestada nas urnas.

Lamento que V.Exa. menospreze uma atitude dessas, de defesa da ordem legal, das instituições democráticas ameaçadas naquela altura por um golpe de cúpula de ministros transformados em rebeldes. O gesto coerentemente militar, dentro das tradições do Exército, do general Machado Lopes, no Rio Grande do Sul, levantando-se contra a desordem interna no país, erguendo-se como sustentáculo da legalidade constitucional, fique certo V.Exa., criou raízes profundas nas Forças Armadas, fazendo com que nunca mais no Brasil um homem ouse dizer

o que o marechal Denys declarou ao deputado Bocayuva Cunha – que dominava o Brasil por três telefones que tinha ao seu lado e que este ou aquele partido apenas podia ter tantos ou quantos deputados, jamais poderia ir ao poder, porque ele assim pensava e assim entendia.

Esse exemplo não consentirá jamais que um ministro da Guerra, seja quem for, repita da frase de Luiz XIV – *L'Etat c'est moi* – “O estado sou eu”; a vontade é minha e esta será cumprida. Se já havia essa tradição de legalidade nas Forças Armadas, se já havia essa tradição de reação contra as investidas que pudessem destruir as instituições democráticas, esse exemplo de Machado Lopes no Rio Grande do Sul acirrou, solidificou, amalgamou ainda mais essa ideia, esse princípio no Exército, fazendo com que nunca mais este país sofra um golpe na sua evolução democrática partida da ambição, do impatriotismo, do desejo de modificação violenta do regime, mesmo que venha de ministros militares, como antes acontecia.

Mas, continuo, Sr. Presidente, para dizer que lamentável é que o atual ministro da Aeronáutica vem seguindo a mesma orientação do brigadeiro Grün Moss. Tenho aqui alguns dados. O coronel Ivo Gastaldone, que em agosto passado abandonou o seu posto no Rio Grande do Sul, um dos mais graves crimes militares, voando para Cumbicas, a fim de lá apoiar a sedição chefiada pelo marechal Denys, pelo brigadeiro Moss e pelo almirante Sílvio Heck, esse coronel foi promovido recentemente na Ordem do Mérito Aeronáutico.

E, ainda, os coronéis Vinhais e Correa, que se transformaram naquela altura em polícias a revistar aviões comerciais no Galeão, declarando abertamente que ali estavam procurando o presidente da República para prendê-lo, também foram recentemente promovidos na Ordem do Mérito Aeronáutico; e, enquanto isto, o coronel Fausto Gerpe, que era comandante da Base Aérea em Belém e que fora preso em agosto por ter enviado telegrama ao ministro da Aeronáutica afirmando que cumpriria a Constituição, continua sem comando. Está encostado em qualquer sala do Ministério da Aeronáutica, no Rio de Janeiro.

Este, Sr. Presidente, é o quadro real, impressionante da Aeronáutica a justificar a apreensão com que subi à tribuna para fazer a denúncia que agora vou proferir e que indica estar em preparação naquele ministério outra tentativa de sublevação, de uma Aragarças de maiores proporções e de consequências absolutamente imprevisíveis.

O Sr. Miguel Bahury – Queria apenas fazer uma ponderação no que se refere à pessoa do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Clóvis Travasso. Tenho eu a impressão, senão a convicção mesmo, de que S.Exa. é um homem em tudo diferente de seu antecessor, que S.Exa. não teria como nem por que persistir nos erros daquele ministro que o antecederam e, se falhas porventura ainda existem, se essas substituições ainda não foram feitas, tenho a certeza de que serão materializadas, porque acredito não só na honorabilidade do ministro Clóvis Travasso, como no seu elevado espírito de patriotismo, sabendo que S.Exa. não pactuaria com qualquer atitude menos correta de qualquer de seus subordinados. Era apenas o reparo que queria fazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. irá ouvir, dentro em pouco, a denúncia que farei e iremos todos escutar as explicações do Sr. Ministro da Aeronáutica para então formarmos um juízo mais seguro, sem eiva de injustiça, a respeito da conduta de S.Exa. nessa importante pasta.

Sr. Presidente, faço agora a denúncia ao país, por intermédio da tribuna da Câmara. Contrariando parecer da Quarta Seção do Estado Maior da Aeronáutica, aviões da FAB estão transportando para as bases aéreas de Natal e Fortaleza – e de Natal, como já citei, comandada pelo coronel Burnier, de Aragarças, que ainda está *sub judice* – material de guerra constante de foguetes, bombas e munição para metralhadoras Ponto 50. O Avião C-47, número de ordem nº 20.45, pilotado pelo tenente Gerson, é que está fazendo este transporte.

Ora, Sr. Presidente, as bases de Natal e Fortaleza nunca armazenaram armamento de guerra, e daí o parecer contrário da Quarta Seção do Estado Maior da Aeronáutica. Destinam-se a formar pilotos de bombardeio, de caça, sem tiro real, sem uso de bombas, que lá nunca existiram na quantidade em que está havendo neste momento.

E ainda aspecto mais impressionante é que os aviões da base de Natal estão em trabalho de revisão e com as instruções suspensas, não se podendo sequer alegar que esse material está sendo enviado para lá a fim de servir de motivo a instrução.

Por que, então, Sr. Presidente, o abastecimento bélico? Por que se colocar nas mãos de um rebelde reincidente, que ainda não ajustou suas contas com a Justiça, que ainda está dependendo de um processo na Justiça Civil, em decorrência daqueles lamentáveis acontecimentos de

Aragarças, por que colocar nas mãos desse rebelde bombas, foguetes e munições para metralhadoras?

Sr. Presidente, gostaria que me dissesse quantos minutos ainda tenho, pois não quero faltar ao compromisso com o deputado Derville Allegretti.

O Sr. Presidente (Wilson Calmon) – V.Exa. dispõe ainda de cinco minutos para terminar, do seu tempo regimental, que era de quarenta minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Grato a V.Exa., Sr. Presidente. Vou concluir.

Esta a denúncia que trago ao conhecimento da Casa e que considero fato dos mais graves. Já encaminhei à Mesa requerimento de convocação do ministro da Aeronáutica, que certamente virá explicar à Câmara e ao país o porquê do armazenamento desse material de guerra nas bases de Natal e Fortaleza.

Faço votos para que a paz deste país não seja conturbada e o trabalho coletivo não sofra novo colapso, que o bom senso presida a ação dos homens que estão na Aeronáutica para servir ao nosso país no cumprimento das normas constitucionais, do juramento que fizeram.

Aguardo, Sr. Presidente, as explicações do Sr. Ministro da Aeronáutica para voltar ao assunto, abordá-lo novamente, apenas com o propósito de servir à minha pátria, às forças militares, ao seu trabalho e à paz que o país exige.

Anistia para envolvidos em crimes políticos

Congresso Nacional, sessão de quarta-feira, 15 de novembro de 1961

Discurso adverte que o país jamais será grande, próspero e feliz se não banirmos políticos egoístas, a insensibilidade das elites dominantes, juntamente com isso o golpe de Estado, a sedição, o motim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, venho à tribuna fixar minha posição em face da medida que a Câmara está apreciando. Votei na Comissão de Justiça contra o projeto e votei ainda há pouco contra o substitutivo, sem que isso importe em desconhecimento dos levantados e patrióticos propósitos que inspiram as proposições. Quer o projeto oriundo do Senado, de autoria do eminente senador Cunha Melo,

quer o substitutivo da Comissão de Justiça da lavra do ilustre deputado monsenhor Arruda Câmara, um e outro, Sr. Presidente, visam a uma só finalidade benfazeja: a convocação para o entendimento e harmonia das classes armadas, no governo e no povo, propiciando este clima de paz de que tanto carece o país, para que o trabalho coletivo produza os efeitos que todos nós desejamos. Reconheço a nobre intenção dessa grande figura da representação amazonense no Senado, o senador Cunha Melo, desse bravo e eminente representante das tradições cívicas de Pernambuco, monsenhor Arruda Câmara, levando-os a patrocinar a anistia para os crimes de natureza política. Em que pese esse reconhecimento não votei e nem votarei qualquer medida nesse sentido, porque não acredito na sua eficácia. Não creio seja alcançado seu objetivo. Vivemos dias dramáticos da nossa existência como nação livre, a exigir medidas urgentíssimas, não beneficiando aqueles que concorreram com atos impatrióticos para o agravamento dos nossos problemas sociais e econômicos. Medidas que nunca são votadas, que são procrastinadas, porque vão ao encontro dos anseios do povo para tirá-lo da situação em que está.

Lamentavelmente, quando a hora está a indigitar a necessidade imperiosa de que todos se curvem ante à Constituição e às leis, cumprindo seus deveres no Parlamento, nos quartéis, nas repartições, em toda parte, o que se vê nesta Casa é usar-se esta urgência, que poderia ter outra finalidade, para aqueles que não trabalharam, de nenhuma forma, na solução dos problemas do povo brasileiro.

Não creio que este regime venha a se firmar algum dia, não creio que os governantes possam resolver os problemas coletivos tendo de desviar a sua atenção constantemente desses problemas para enfrentar e julgar motins, quarteladas e sedições, ou manter dispositivos militares destinados a evitá-los.

Passemos a vista sobre a nossa História de 1930 aos nossos dias, para nos envergonharmos e sentirmos que este país jamais será grande, próspero e feliz se não banirmos dos nossos costumes políticos, juntamente com o egoísmo, com a insensibilidade das elites dominantes, relativamente à gravidade da hora presente, juntamente com isso, o golpe de Estado, a sedição, o motim.

Nove movimentos revolucionários mancham a evolução da democracia brasileira, de 1930 até hoje – de integralistas, de comunistas, golpes de Estado – toda uma série de atentados contra a ordem legal consti-

tuída que ficou impune, porque as anistias sucessivas, concedidas durante todos esses anos, não pacificaram, não uniram, não conclamaram para essa compreensão, esse entendimento em benefício do trabalho coletivo. Temos exemplos recentes a respeito. A generosidade do presidente Juscelino Kubitschek em 1956, perdoadando os rebeldes de Jacareacanga, antes que contra eles se instaurasse o competente processo militar, promovendo até alguns deles, estimulou Aragarças, outra custosa e vergonhosa revoada dos aviões da FAB que sangrou os cofres públicos em milhões de cruzeiros, nos diminuiu e degradou aos olhos do mundo, rebaixando-nos à condição das republiquetas dos trujillos, que vivem das revoluções e para as revoluções. Vimos também, recentemente, a atitude de nobreza do presidente João Goulart não promovendo a apuração de responsabilidades daqueles que tentaram impedir a sua posse, gastando 53 bilhões de cruzeiros, atrasando o processo do nosso desenvolvimento econômico e de nossa recuperação financeira, concorrendo assim para agravar o sofrimento do povo. Esse gesto nobre não impediu que o almirante Sílvio Heck, mal se instalasse o novo governo, concedesse uma entrevista subversiva, revelando que não se aplacou o ódio que agasalha no seu coração e que não abandonou o propósito impatriótico de lançar este país no caos da guerra civil, da matança de irmãos por irmãos.

Sr. Presidente, ouvi o argumento sincero do monsenhor Arruda Câmara na Comissão de Constituição e Justiça de que a democracia deve ser generosa. Deve ser tolerante? Respondo – sim. Mas não deve ser tímida, não deve ser fraca, sob pena de desaparecer vítima de sua própria tibieza. Se a democracia a todos assegura o direito de liberdade: e a democracia a todos assegura o direito de livre manifestação do pensamento e das ideias, admitindo, inclusive, a pregação de ideologias que representariam, se vitoriosas, o seu extermínio; se a democracia é assim, ela não tem como perdoar aqueles que abandonam a trilha legal para tentar esmagá-la pela força das armas.

Entendo, por exemplo, para citar apenas um exemplo entre muitos, que não é lícito, não é constitucional impedir-se, por forças policiais, que os comunistas professem o marxismo, o leninismo, mas não admito que eles usem as franquias democráticas para tentar, como em 1935, pela força das armas derrubar a democracia. Condeno o macarthismo indígena, o penabotismo, o lacerdismo, esses ismos todos que vêm sendo classificados, com muita propriedade, como uma rendosa indústria do

comunismo a esconder, com biombos esburacados, que não impedem a observação do povo, os apetites e interesses mais escusos, impatrióticos e antinacionais.

Votaria amanhã, se assim definissem as nossas atribuições, certo, consciente de estar prestando um serviço à pureza da democracia brasileira, pureza que não pode coexistir com restrições de qualquer espécie à liberdade ideológica, votaria favoravelmente a volta do Partido Comunista à legalidade. Mas não votarei hoje, não votarei jamais o perdão para crimes que praticaram ou que venham praticar, usando as franquias democráticas contra a própria democracia.

Sr. Presidente, vim definir uma posição. Talvez esta Câmara se arrependa, amanhã, da atitude que está adotando. Talvez venha a ser acusada, no futuro, por esse gesto de benevolência, que não será absolutamente compreendido. Temos grandes problemas a resolver. Exercemos uma liderança inegável na América do Sul e poderemos vir a ser, um dia, grande potência mundial. O que nos cumpre, entretanto, o que devemos fazer – e o quanto antes – para alcançarmos essa posição de destaque no concerto dos povos, é fortalecer a democracia, por meio de medidas que lhe deem conteúdo social e humano, que façam a erradicação da miséria, que exterminem a exploração do homem pelo homem, que ampliem a justiça social na cidade e a levem aos campos. Se fizermos isso, a nação estará unida, estará pacificada e não haverá, evidentemente, clima para revoluções.

Talvez nos arrependamos deste gesto de hoje, porque até aqui os fatos têm demonstrado que a anistia apenas incentiva e estimula os atentados contra a ordem legal.

O Projeto de Reforma Agrária

Congresso Nacional, sessão de sábado, 18 de novembro de 1961

Arthur Virgílio adverte da tribuna que o desenvolvimento econômico só é socialmente justo quando o aumento da riqueza é acompanhado por uma distribuição equânime da riqueza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna discutir o Projeto de Reforma Agrária. E o faço numa hora em que crise econômica e social sem precedentes assoberba o povo, com reflexos que desabam de forma terrível sobre a classe média trabalhadora e rural.

A realidade da conjuntura nacional é, em verdade, de tensão revolucionária. O povo, que já atingiu certo grau de maturidade intelectual e independência política suficiente para não continuar tolerando, sem reação, esse estado de coisas que o asfixia, talvez esteja no limite humanamente possível da resistência ao desespero.

Há pouco fez essa afirmativa da tribuna o líder trabalhista, deputado Almino Afonso.

E eu vi sorrisos irônicos iluminarem a fisionomia de alguns colegas, considerando, talvez, que o ilustre deputado estaria fazendo manifestação demagógica ou exprimindo pessimismo que não se justifica. É deplorável, Sr. Presidente, essa tranquilidade. A nobre França, em 1789, desdenhou da revolta que lavrava entre burgueses explorados, operários sem direitos e camponeses em regime de servidão; o resultado foi perderem os bens e a cabeça. Também a nobreza russa, em 1917, perseverou em não abrir mão de seus privilégios, dos privilégios que desgraçavam a massa trabalhadora e campesina e pagou alto preço, pagou com a vida o seu sibiritismo egoísta. Em Cuba, recentemente, a casta empresarial e proprietária amparava-se em um ditador sanguinário e explorador do povo cubano, e o resultado foi Fidel Castro, foi o “paredon”, foi a implantação de um regime na pequena ilha do Caribe, ainda não bem definido, mas talvez seja o comunismo.

Atentem as elites brasileiras para a realidade antes que seja tarde. Aqueles que sorriem quando se fala em fome, em revolta, em desespero, devem abandonar por dias as suas comodidades, e percorrer o Brasil, e

entrar em contato com o povo, e falar ao homem da rua, para sentirem que, realmente, vivemos um período de tensão revolucionária, para verificarem que, em verdade, a estrutura jurídica, social e econômica deste país está caduca, superada, insustentável, para reconhecerem que urge a adoção de reformas estruturais que atinjam todos os ângulos da atividade do Estado e deem ao governo os instrumentos de luta contra a crise, a fim de proporcionar melhores condições de vida ao povo.

Medidas administrativas, expedientes econômicos, Sr. Presidente, postos em execução de quando em quando, ao revés, nada resolvem, agravam a crise e servem para aumentar o descrédito do povo, já cansado de esperar por providências que nunca chegam. Sr. Presidente, o desenvolvimento econômico só é socialmente justo quando o aumento da riqueza é acompanhado por uma distribuição equânime da riqueza. Quando apenas uma classe empresarial e proprietária se beneficia do desenvolvimento, a grandeza econômica assenta em bases desumanas, antissociais, falsas, e não pode subsistir. E é isso, precisamente, que vem ocorrendo neste país. O crescimento industrial no Brasil realizado às custas da inflação só beneficia a grupos econômicos, que aumentam as suas fortunas como em passes de mágica, enquanto que aqueles que vivem de salário e vencimentos, dia a dia sofrem maiores necessidades e carências. Em verdade, salários e vencimentos majorados de quando e quando, como medida paliativa destinada a conter a revolta da massa assalariada, logo desaparecem, devorados na voragem da diminuição do poder aquisitivo da moeda. Forma-se, então, o círculo vicioso, Sr. Presidente: lucros sempre maiores para os que vivem de lucros, e salários cada vez mais aviltados para os que vivem de salários. Nesse conjunto desalentador, a economia rural brasileira, que nunca foi encarada com seriedade, vive verdadeiro drama. Fala-se muito em reforma agrária. Todos, numa unanimidade impressionante, são favoráveis à reforma agrária e têm uma solução a apresentar. Não basta, Sr. Presidente, debater a reforma agrária em termos acadêmicos. Não importa apreciar com minúcias e até com conhecimentos profundos, sem real objetividade nos seus aspectos tecnológicos, econômicos e legais.

Todos sabemos que o problema da terra não possui características idênticas no Sul, no Nordeste e na Amazônia. Todos sabemos que as peculiaridades de cada região têm que ser levadas em conta, uma vez que

o conceito de latifúndio difere de uma região para outra. Isto está muito bem acentuado na brilhante justificativa do deputado José Joffily, no substitutivo que apresentou à comissão que estudou a reforma agrária. Mas o problema é o mesmo, as características são idênticas em qualquer parte, quando dizem respeito a áreas inaproveitadas, a lote rentáveis, localizados perto dos centros de consumo servidos por rede ferroviária ou rodoviária e que nada produzem porque os seus proprietários querem esses lotes para fins de especulação.

O Sr. Paiva Nunes – V.Exa. está fazendo uma brilhante exposição com o talento que lhe é próprio. Nos problemas mais sérios, quando temos oportunidade de verificar que muitos pretendem fazer a reforma agrária partindo inicialmente da entrega das terras devolutas do Estado esquecendo-se que, em geral, essas terras são devolutas justamente porque não têm condições de ser exploradas economicamente por falta de transporte. É inoperante qualquer exploração agrícola se o homem não pode levar a sua produção aos centros de consumo, sendo, portanto, antieconômica a reforma agrária naquelas áreas já ocupadas, mas é exatamente o que se pretende fazer em relação às zonas ocupadas pelos proprietários sem proveito para a sociedade. Não adianta entregar terras devolutas se elas ficam distantes dos centros de consumo, sendo, portanto antieconômica a sua exploração. Necessário se torna modificar a estrutura agrícola justamente nessas terras que podem ser aproveitadas economicamente para a sociedade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo aparte do ilustre colega, que tem toda a razão. É precisamente a esse latifúndio a que se referiu V.Exa. com idêntico no Sul, no Centro, no Norte, no Nordeste que a reforma agrária deve atingir – tenho opinião firmada a esse respeito, mas não para distribuir simplesmente a terra entre camponeses sem recursos e sem conhecimentos técnicos para torná-la produtiva. O empirismo e a exploração predatória estão banidos da moderna agricultura. Entendo que a solução útil seria a grande unidade agrícola industrializada, reunindo cooperativas, grupos de pequenos funcionários ou até a grande unidade agrícola privada para uma produção racional em qualidade e em quantidade, com a assistência técnica e financeira do governo.

O Sr. José Talerico – Permita-me V.Exa. Quero apenas aduzir ao seu discurso um aspecto que considero bastante interessante. No estado da Guanabara não existe a exploração agrícola. Várias são as razões, entre as quais, por exemplo, posso citar o fato de extensas áreas estarem ocupadas pelas corporações militares, quando poderiam construir, sem dúvida alguma, o cinturão verde tão falado para o abastecimento dos grandes centros. Em Santa Cruz, a Aeronáutica teve necessidade de expandir seus campos de pouso, e uma das melhores pastagens para o gado do estado da Guanabara, onde se fazia a engorda, foi inutilizada. Outras glebas têm sido invadidas com a conivência até de elementos do Patrimônio da União, que indica, exatamente, quais as zonas a serem invadidas. Como exemplo menciono a fazenda real da Santa Cruz, que foi o celeiro da produção agrícola e pecuária no Brasil e enviava produtos para vários estados.

Esta fazenda, que pertencia ao Patrimônio da União, foi invadida, loteada, revendida, e nenhuma providência foi tomada. Ainda na legislatura passada, apresentei um projeto proibindo a venda e o loteamento de antigas terras da União, que somente deveriam ser exploradas pela agricultura. No entanto este projeto parou na Comissão de Segurança desta Casa. Se pelo menos se proibisse a venda e o loteamento de terras concedidas pela União para a exploração agrícola, talvez tivéssemos meio caminho andado em favor da reforma agrária. Na realidade, quem requer terras da União muitas vezes o faz alegando a exploração agrícola e depois acaba por vendê-las com ágio, através de processos ilícitos. É preciso acabar com isso. Que se faça de início uma moralização nas terras da União.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. tem toda a razão. Já li inúmeros comentários abalisados a respeito da situação das terras no estado da Guanabara, a respeito do chamado “grilo”, que impediu a formação de colônias agrícolas nessa poderosa unidade da Federação.

Mas, repito, meus nobres colegas, é esse aspecto da economia rural brasileira que a reforma agrícola deve atingir.

Pergunto agora: será viável a aplicação da reforma agrária? Sinceramente, em que pese o esforço extraordinário do deputado José Joffily naquele trabalho admirável, não creio se possa realizar essa reforma com a estrutura jurídico-constitucional que possuímos.

O instituto da desapropriação, citado várias vezes no Projeto José Joffily – no Capítulo II, referente ao Instituto Agrário – dos fins e garantias desse Instituto; no plano geral da reforma agrária e no capítulo propriamente dito da desapropriação – esse instituto, nos termos em que o define a Constituição da República, é um instrumento absolutamente inócuo, absolutamente inaceitável.

Figura na Constituição, enfeitando-a ou enfeitando-a, como queiram, como um dos muitos dispositivos reacionários que nela foram inscritos retratando a mentalidade da época em que foi elaborada.

O Sr. *Deodoro de Mendonça* – Meu aparte ao discurso que V.Exa. está pronunciando refere-se especialmente às coisas da nossa Amazônia. Quero fazer um apelo à sua inteligência brilhante e à sua cultura interessante para que nós, da Amazônia, reflitamos diante da reforma agrária relativamente à extensão amazônica, a maneira como esta lei poderia ser aplicada lá. V.Exa. sabe, como eu, que a Amazônia é um mundo que o homem começa apenas a povoar tomando-a à injuridicidade do índio, invadindo-a pelo patriotismo e pela indômita coragem de civilizar de que é tipo formidável o nordestino. Pois bem, V.Exa. sabe que ainda hoje dividir terras da Amazônia é uma coisa séria e grave. Para citar um único exemplo, V.Exa. sabe o que é o castanhal no Tocantins, em Alenquer, no Tapajós, no Acre, no Madeira, em toda parte da Amazônia. Não se pede por extensão, pede-se pela produção. Uma légua de terra pode dar 100 hectolitros de castanhas, como pode dar 2 mil hectolitros do mesmo produto. Dividir a propriedade nos altos rios, com uma despesa imensa para chegar-se até lá, levando pessoal, fornecimento e uma organização de trabalho, é contraproducente. Não se pode fazer isso com uma pequena produção de meia dúzia de alqueires. De maneira que é uma reflexão muito séria que nós, da Amazônia, precisamos ter, diante dessa lei agrária, para que ela não vá perturbar o trabalho de exploração nativa, ainda o grande trabalho da Amazônia, de onde vêm 90% da nossa produção. Até os campos da Amazônia, V.Exa. sabe não são plantados, são naturais. Marajó é o lugar onde mais existe gado na Amazônia; e apenas agora começam a fazer pequenas plantações para vacas de leite. Antes era primitiva a criação dos milhões de reses que existem na ilha. Os seringais, os castanhais, os batatais, todos os produtos da Amazônia resultaram da exploração nativa, primitiva. Uma lei agrária que perturbe esse serviço paralisará a Amazônia, porque não podemos levar para

lá, a fim de fazer a exploração da agricultura, 10 milhões de trabalhadores rurais que era de quantos a Amazônia precisava. V.Exa., uma grande representação do glorioso estado do Amazonas...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. Deodoro de Mendonça – ...deve refletir sobre este assunto, para que o nosso mundo amazônico não seja prejudicado por essa lei socialista, benéfica, que aplaudo, que exijo para o Brasil, mas com características especiais para as vastidões primitivas, como a Amazônia, onde tudo ainda vive como no tempo indígena da exploração nativa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo aparte do eminente colega. Ainda há pouco eu acentuava a diversificação do conceito de latifúndio de acordo com as várias regiões brasileiras. Os termos de uma reforma agrária para o sul do país não podem, em absoluto – e V.Exa. tem muita razão – ser os mesmos que para a Amazônia. O que é latifúndio em São Paulo, sob o prisma da extensão territorial, não é, absolutamente, latifúndio na região que representamos nesta Casa. Acentuei exatamente que a lei deverá ter uma aplicação racional, encarando as peculiaridades das várias regiões deste mesmo país, para uma solução adequada do problema agrário.

O Sr. Mauricio Joppert – V.Exa. perguntou se será possível a reforma agrária em nosso país. Tudo depende do diploma legal que se fizer, da compreensão que tiverem os homens do governo e sua aplicação. Uma reforma agrária com interesses políticos, desapropriando terras, tirando-as de uns para dar a outros, não tem sentido. Veja V.Exa. Portugal: desde 1300, D. Diniz, famoso rei cancioneiro, rei poeta, que consolidou os areais de Leiria, plantando pinheiros marítimos, que são hoje grande riqueza. A legislação para o aproveitamento de terras irrigadas é reforma agrária no alto sentido, porque eram terras inaproveitadas que o governo irrigou, eletrificou e, em seguida, vendeu aos camponeses mediante módicas contribuições, assistindo o seu trabalho por agrônomos diplomados. Ainda agora, o deputado José Talarico falou nos campos de Santa Cruz, que conheço bem. Estes campos eram produtivos, quando os jesuítas os cultivavam. Mas no tempo do Marquês de Pombal, ao serem os jesuítas expulsos, imediatamente o aproveitamento agrícola dessas terras caiu muito. Elas começaram a ser irrigadas. O homem não tinha mais interesse em mantê-las saneadas. Depois, com a extinção da escravidão, caíram definitivamente. De 1928 para cá, uma comissão que

a princípio dirigi e depois foi entregue ao departamento chefiado pelo atual deputado Hildebrando de Goiás, começamos a saneá-la definitivamente. Veio o Ministério da Agricultura, pagou a parte saneada, loteou, fez pequenos sítios, que hoje produzem. Antes da guerra eles foram entregues aos japoneses, que fizeram realmente um programa brilhante. Foi uma reforma agrária em pequena escala, de primeira ordem. Mas, com a guerra, os orientais foram considerados suspeitos e tocados para fora de lá. O Ministério da Agricultura abandonou a terra, a praga está atingindo as lavouras, de modo que a produtividade caiu muito. Além disso, o general Juarez Távora entregou ao Abrigo Cristo Redentor uma grande área para cultivar; eles cultivaram uma pequena área, e o resto está abandonado, está voltando ao estado selvagem. Foi uma reforma agrária em pequena escala que se iniciou, mas que está periclitando. Digo a V.Exa. que é possível, mas desde que haja sinceridade em fazer a terra produzir, em amparar o agricultor, em assisti-lo pelo censo agrônômico, de modo que ele seja um brasileiro feliz, não mais um desgraçado à margem da civilização.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Agradeço o aparte do nobre colega.

O Sr. Presidente (Wilson Calmon) – Lembro o nobre deputado Arthur Virgílio de que dispõe de apenas três minutos para terminar sua oração e de que há matéria orçamentária na Ordem do Dia, de caráter urgente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Vou tentar concluir nesses três minutos, atendendo a advertência de V.Exa.

Respondo ao eminente deputado Mauricio Joppert dizendo que admiro muito suas qualidades de homem público, de cidadão; respeito inclusive seu ponto de vista no tocante à reforma agrária, mas dele divirjo frontalmente. As nossas características rurais não podem ser confrontadas com o exemplo citado por S.Exa. A lei que iremos votar será apenas um expediente legislativo que não produzirá os efeitos em profundidade, em extensão que todos desejamos...

O Sr. Mauricio Joppert – Estou de acordo com V.Exa...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ...que não enganará a ninguém e que talvez venha a servir apenas para aumentar o desespero que já lavra nos campos e nas fazendas. Conscientemente, todos nós, deputados da extrema direita – da direita, do centro, da esquerda e da

extrema esquerda –, todos nós sabemos que estaremos empulhando a opinião pública e o trabalhador rural se não votarmos a reforma constitucional paralelamente à reforma agrária.

A prévia indenização em dinheiro, de acordo com o valor venal da propriedade, nos termos estabelecidos na Carta Magna, impede terminantemente qualquer iniciativa que vise a modificar as condições atuais da estrutura rural brasileira. Esta é uma verdade em que não há sofisma, não há jogo de palavras, não há dialética capaz de esconder. Arma-se a tempestade sobre as cabeças da casta proprietária que pensa apenas em lucro, em ganho, em manter seus privilégios antissociais. No início, falei em sorrisos, que vislumbrei quando discursava o deputado Almino Afonso. Pois bem, esses mesmos elementos continuaram sorrindo, enquanto o Nordeste se levantava nas Ligas Camponesas, como a dizerem: “Ora, as Ligas Camponesas! A polícia dará cabo delas. Para elas há as prisões, a força das armas”.

Pobres energúmenos! Essa estupidez poderá levá-los à desgraça.

Havia na Rússia, em 1917, a polícia do Tzar, que considerava crime o povo pedir pão e liberdade. Havia em Cuba a polícia de Batista, sempre disposta a liquidar nas masmorras aqueles que falassem em latifúndio e servidão. E o resultado não preciso comentar.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional reformou a Constituição em horas, sob a alegação de que assim procedia como último recurso para evitar a guerra civil e preservar as instituições democráticas. Que bonita, que impressionante maioria adotou o parlamentarismo, em meio a discursos repletos de civismo, de amor à paz, ao entendimento e à concórdia tão indispensáveis para que a nação continue caminhando no rumo de seu destino.

Venho repetir o apelo que outros colegas já fizeram. Repita o Parlamento, agora, o gesto patriótico; dê uma demonstração de que realmente quer enfrentar o problema rural brasileiro para lhe dar uma solução humana, social e justa. Vote a reforma da Constituição, juntamente com a reforma agrária.

Se procedermos assim, receberemos o aplauso geral da opinião pública, pacificaremos as zonas rurais, acabaremos com a agitação de ligas, sejam elas quais forem, e daremos uma demonstração de que desejamos que esse país prossiga na sua caminhada para o futuro com segurança; se procedermos assim, Sr. Presidente, não consentiremos sobretudo que

nos acusem, que nos increpem de farsantes, de votar lei que, absolutamente, não será executada.

Era o que eu tinha a dizer.

Contra a isenção de tributos para os ricos

Congresso Nacional, sessão de quinta-feira, 30 de novembro de 1961

Deputado chama atenção para o contraste: o cidadão que vive de salários paga imposto sobre uma renda que não possui, enquanto o Estado perdoa o pagamento de tributos devidos por grandes organizações que vivem de lucros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, já se tornou lugar-comum, na linguagem dos homens públicos brasileiros, a gravidade da crise socioeconômica que assoberba a vida deste país. Em todos os discursos, na Câmara ou no Senado, nas entrevistas à imprensa, nos programas de rádio e televisão, todos são unânimes em ressaltar esta fase de terríveis apreensões em que vivemos, de braços com problemas dos mais intrincados de nossa organização jurídico-econômico-social.

Acabamos de votar o Orçamento com déficit espantoso. Isso revela a desorganização completa deste país, dos dias incertos que nos aguardam e nos desalentam. É a previsão de um futuro cheio de atritos sociais e, quem sabe, até de incontrolável convulsão social.

Enquanto for este o panorama constrangedor desta nação exangue, passando a vista pela pauta dos nossos trabalhos, vamos nos deparar com surpresas desagradáveis. Encontramos, só numa pauta, sete projetos de concessão de isenções de pagamento de tributos devidos à União por grandes firmas industriais nacionais e estrangeiras. E note-se o contraste aberrante, verdadeira afronta a um povo sofredor e sofrido: o assalariado, o cidadão que vive de vencimentos ou de salário, este paga imposto sobre uma renda que não possui – se não pagar é executado pelo Estado –, enquanto seguidamente, quase como norma, vem o Estado perdoadando o pagamento de tributos devidos por essas grandes organizações que vivem de lucros. Organizações cujo diretores levam existência nababesca, de verdadeiros sibaritas.

Quase diariamente, Sr. Presidente, nas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça tenho visto desfilarem projetos, quer de iniciativa de deputados, quer de iniciativa do Poder Executivo, concedendo essas isenções de tributos. Contra isso eu me levanto, Sr. Presidente, para concitar a Câmara a cessar com esses favoritismos, a pôr um basta a essa proteção que afronta o sofrimento do povo, que não se justifica, que não encontra, absolutamente, apoio moral nessas horas de dificuldades em que vivemos. Vamos exigir de todos aquilo que devem à União. Vamos fazer uma política fiscal mais equânime, uma política que acabe de vez com esses favores.

Concito a Câmara, concito, sobretudo, os meus companheiros de partido, que têm certamente a sensibilidade da representação trabalhista na Câmara, a rejeitem esses projetos incontáveis, em verdadeira enxurrada, numa pleora incessante em nossa Ordem do Dia, prejudicando a União, prejudicando o povo, prejudicando o país.

Acusações injustas contra o ministro

Congresso Nacional, sessão de quinta-feira, 8 de fevereiro de 1962

*Arthur protesta contra as expressões descorteses,
absolutamente injustas, levantadas contra o
Sr. Ministro San Tiago Dantas.*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, não poderia ouvir em silêncio, de nenhuma forma, essas acusações injustas, absolutamente sem fundamento, que estão sendo formuladas nesta sessão ao Sr. Ministro San Tiago Dantas. Há a Casa de reconhecer que V.Exa., tendo trazido a este Plenário, no exercício da alta função que vem desempenhando, assunto da maior gravidade e responsabilidade para a vida interna do país, traçando a posição do Brasil adotada na Conferência de Punta Del Este, numa explanação brilhante, profunda, na forma profunda do sentido jurídico, profunda na argumentação vitoriosa que expendeu – não poderia de forma nenhuma admitir a distorção que se pretendeu fazer aqui, do tema que S.Exa. estava abordando. A questão levantada pelo Sr. Deputado Tenório Cavalcante fugia completamente ao motivo que trouxera a este Plenário o Sr. Ministro San Tiago Dantas.

Não se tratava absolutamente de questão ligada à política internacional do país. O Sr. Ministro não estava na obrigação de responder e S.Exa. declarou que por esse motivo deixava de conceder apartes que levassem a outra direção, a um desvio do curso que S.Exa. vinha seguindo na sua exposição.

Sr. Presidente, contestando a questão de ordem do eminente deputado padre Vidigal, protesto contra as expressões descorteses, absolutamente injustas aqui levantadas contra o Sr. Ministro San Tiago Dantas.

Perder os anéis para não perder os dedos

Câmara dos Deputados, sessão de sexta-feira, 29 de junho de 1962

Líder do PTB reage aos grupos econômicos contrários ao desenvolvimento do Brasil, ao amadurecimento e emancipação de seu povo. Também condena rejeição da Câmara à indicação do Sr. San Tiago Dantas para primeiro-ministro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho em nome do meu partido comentar fatos da mais alta repercussão na vida política brasileira e, ao mesmo tempo, fazer uma advertência à consciência política de nosso povo.

Um grande embuste, Sr. Presidente, vem sendo lançado à face desta nação intranquila, angustiada e infeliz. Trata-se de uma impostura urdida pela má-fé e pelos apetites escusos com o objetivo evidente de impedir a emancipação deste país e a elevação das condições de vida do povo para tirá-lo da situação de dificuldade em que se encontra. Tudo o que se diz, Sr. Presidente, tudo o que se fala atualmente neste país, condenado aos abusos do poder econômico, à exploração do suor do trabalho, do esforço do povo brasileiro, pelos grupos econômicos espoliativos – por esses mesmos grupos aos quais já fazem referência até homens da União Democrática Nacional, como ainda ontem o Sr. João Agripino; tudo que se diz condenando a ação escravagista do capital estrangeiro, pleiteando melhores dias para este país, é classificado de comunismo, de perigo comunista, de agitação comunista pelos homens de mesa farta, de presente e de futuro tranquilos e que usufruem, de modo geral, pois são beneficiários, de modo geral, dessa espoliação, dessa exploração.

Sr. Presidente, é fácil constatar esta verdade. Basta que se escute ou que se leia o pronunciamento desses homens que representam ou que servem, aqui ou alhures, os interesses de uma classe empresarial e proprietária, incapaz de compreender que é chegada a hora de ceder, de abrir mão de regalias abusivas, de perder os anéis para não perder os dedos. Reforma agrária, nacionalização dos depósitos bancários, limitação de remessa de lucros do capital estrangeiro, encampação de empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos para um combate à ação dos trustes são, entre outras, medidas comunistas para esses homens que aviltam o significado de democracia cristã, falando em seu nome para defender a propriedade antissocial, o ganho fácil e sem limites de grupos de indivíduos, de dentro e de fora de nossas fronteiras, os quais são em verdade os mentores de sua ação política no país.

Movimentos operários sob o pálio da norma constitucional que, para consagrar o direito de greve, são quase sempre, ou sempre, indigitados como comunistas por esses homens que farisaicamente falam em liberdade e em democracia, mas procuram usá-las como instrumentos de opressão do povo, como instrumento de defesa de privilégios, como instrumentos de uma ação que faz com que essas palavras percam seu verdadeiro significado e o respeito do povo.

O Sr. Paiva Muniz – Permita-me, V.Exa. está fazendo, como sempre, uma apreciação das mais realísticas. Gostaria de salientar, num relance através dos últimos anos na vida pública brasileira, certas coincidências de avanço e de reformas e as reações que se observam. Essas reações são de duas naturezas, aquelas dos que desejam opor-se ao progresso natural da humanidade, dos que não querem perder os privilégios econômicos, e a outra, dos que pretendem não ceder coisa alguma dos privilégios de que desfrutam no poder. O que aconteceu ontem na Câmara é a repetição histórica de vários fatos. Mobilização igual observou-se em 1960 contra a posse do presidente Getúlio Vargas, que representava a política de avanço; reação idêntica tirou João Goulart do Ministério do Trabalho; movimento desse tipo levou Getúlio ao suicídio, como também quis impedir que João Goulart fosse vice-presidente da República; foi ainda esse mesmo reacionarismo que determinou a crise de agosto, de que resultou a renúncia do Sr. Jânio Quadros, e atuou no sentido de ser imposto o regime parlamentar com o fim único de impedir a ação do presidente João Goulart. Esta a observação que se colhe na história

recente de nosso país: mobilização das forças do poder econômico e do poder de fato contra as reformas de salvação nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado ao eminente colega pelo aparte que vem dar forças às palavras que estou proferindo, com a citação de fatos históricos bem recentes e ainda na memória de todos.

Referi-me eu, Sr. Presidente, à tentativa existente no país de estrangular o desenvolvimento de nossa pátria sob o pretexto de combater uma atividade extremista. E essa intenção vai ao ponto de tachar de subversiva, de comunista, a advertência que muitos homens de responsabilidade têm feito, às elites dirigentes, para a imperiosa necessidade de se deter a marcha de proletarização das massas e impedir esse caldo de cultura em que se forma uma revolta, já transformada num processo revolucionário em pleno desenvolvimento; essa advertência que visa a dar tranquilidade para o trabalho e para o progresso deste país.

O Sr. Aarão Steinbruch – V.Exa. tem toda a razão. Infelizmente, certas classes do Brasil, estranhas à realidade social, qualificam de subversiva qualquer ação no sentido de melhorar as condições da classe trabalhadora. Pasmem V.Exa., quando apresentamos o projeto do 13º mês de salário, ontem vitorioso no Senado Federal, esses mesmos jornais, que se abrem em manchetes contrárias à indicação de homens capazes de cumprir um programa de reformas de base, consideravam agitadora, subversiva, essa proposição que dava um abano para o festejo mais alegre da data máxima da cristandade. A Federação das Indústrias de São Paulo, ainda anteontem, quando o Senado já aprovara o regime de urgência urgentíssima, lançava proclamação em que tachava de nefasto, de subversivo, de agitador o projeto. V.Exa. tem toda a razão nas considerações que está expendendo sobre o problema político atual.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Perfeito. Recordo que li há alguns meses comentários que um jornal de posição conhecida pela orientação que imprime aos seus comentários, sempre em defesa dos grupos econômicos mais inidôneos que atuam neste país. Fazia referências a este projeto de autoria de V.Exa. e a outro, da lavra do deputado Almino Afonso, que pretende assegurar aos sindicatos o direito de fiscalizar, nos locais de trabalho, a execução da legislação trabalhista. Ambos os projetos foram classificados como instrumentos de subversão, como instrumentos de luta para cubanizar o Brasil ou implantar aqui o comunismo.

O Sr. Miguel Bahury – Nobre deputado, não só a Casa, mas a nação, no seu todo, já conhece, e conhece muito bem, os industriais do comunismo e do anticomunismo neste país. É de estarrecer, se não também de lamentar, que alguns parlamentares, ao terem contato com os eleitores, não os selecionem, posto que aceitam votos de comunistas e anticomunistas, de católicos e protestantes, aquela ideologia ou religião. Agora pretendem considerar-se super-homens, negando ao povo que os manda para esta Casa ou para o Senado o direito de pensar e de opinar. Esquecem esses colegas que somos meros delegados do povo no Congresso. O mandante é o eleitor; os mandatários somos nós. Mesmo na vigência de um contrato a prazo fixo – ao qual se assemelha o nosso mandato – não pode à outra parte ser negado o direito de fiscalizar. E até isso a ousadia dos maus parlamentares pretende impedir ao povo que os elegeu. É a condenação que faço, porque, se vim aqui pelo mandato que o povo do Maranhão me outorgou, com poderes para representá-lo, não abdicou o outorgante do direito de fiscalizar-me, inclusive indicando o caminho que devo seguir. Poderei fugir ao cumprimento do meu dever; mas ao povo cumpre, no pleito próximo, não mais ratificar a confiança que em mim antes depositara. Espero que o eleitorado brasileiro saiba agir, em relação aos seus maus representantes, dessa forma por que deveria agir para conosco se por nossa vez não honrássemos o nosso mandato, pretendendo, como aqueles, negar ao povo o direito de pensar e de emitir a sua opinião.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo aparte de V.Exa.

Sr. Presidente, estou convencido de que essa manobra que visa a afogar os movimentos reivindicatórios, a barrar seu curso, a manter o estado de coisas que aí está, desesperando multidões, não surtirá o efeito desejado. O Brasil amadurece, politiza-se, galga passo a passo os degraus da maturidade, como nação que confia no seu destino e que está disposta, ela mesma, a orientá-lo.

As mulheres e os homens verdadeiramente democratas e cristãos, que falam de Deus e frequentam as igrejas sem propósitos inconfessáveis, não se deixarão embair, certamente, por esse tipo de campanha.

Vamo-nos tornando politicamente adultos. Ontem mesmo, o povo brasileiro aqui compareceu e encheu essas galerias, deu-nos uma síntese do Brasil pela população que aqui vive, vinda de todos os pontos do

território nacional e que recebem em silêncio os dois primeiros oradores aos quais o presidente deu a palavra e estrugiu em aplausos, apesar da advertência que fizera o Sr. Ranieri Mazzilli, quando assomou à tribuna um jovem que representa o pensamento novo brasileiro, o líder de um partido que encarna nesta hora as reivindicações do trabalhador nacional – o Sr. Deputado Almino Afonso.

Foi bem notada a diferença do aplauso para o silêncio, destacando a distinção que o povo soube fazer, antecipadamente, entre o que iriam dizer ou o que poderiam dizer os líderes da União Democrática Nacional, do Partido Social Democrático e o do Partido Trabalhista Brasileiro. E quando a reação rotula de comunistas homens com essa formação política, homens com essa visão das nossas coisas e dos nossos problemas, que lutam para estabelecer neste país o bem-estar para todos, o povo repele a impostura porque sabe que [é] a reação servindo a interesses que não os do povo. É a verdadeira e a grande inimiga da democracia e da liberdade, que não se sustentarão por muito tempo tendo como suportes a miséria, a fome, as doenças, o atraso social e econômico.

O Sr. Sérgio Magalhães – Creio que esta é a característica do fenômeno político da nossa época. É a tomada de consciência do povo, de que podemos resolver os problemas com os nossos próprios recursos, mediante uma política voltada para os nossos próprios interesses, política esta que pode ser resumida na expressão “política independente”. Independente de grupos, independente de facções, independente daquela velha preocupação de clientela que ainda, infelizmente, impera em grandes setores dos partidos políticos nacionais. Tenho certeza, Sr. Deputado, de que ontem demos um passo à frente na nossa evolução política, porque o reflexo daquela votação na Câmara há de produzir o debate necessário no seio do povo e, conseqüentemente, contribuir para o esclarecimento do processo político brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado, nobre deputado Sérgio Magalhães. O aparte de V.Exa. retrata, em verdade, a realidade do processo evolutivo que ganha corpo dia a dia, se avoluma semana a semana e, em breve, será um alude que não poderá ser detido por força alguma da reação deste país.

Examinemos, Sr. Presidente, em relação a essa campanha, o resultado da votação que ontem aqui se verificou. Rejeitou a Câmara a indicação do Sr. San Tiago Dantas para primeiro-ministro, numa hora em que todos

sentimos a necessidade de definições claras e positivas, face aos problemas brasileiros e às aspirações populares. Defrontamos, em verdade, a opção entre, de um lado, as doutrinas e os processos avelhantados, sedições, bolorentos, representando o conformismo em relação ao estado de coisas que aí está; e, do outro, as ideias críticas construtivas que querem a evolução democrática, que desejam o aprimoramento da democracia pelo que ela possa oferecer de justiça social e bem-estar para todas as classes. A luta estava colocada mais ou menos nestes termos. Uma candidatura de alto nível, apresentada pelo Sr. João Goulart com o único propósito de servir ao Brasil, propugnando pela organização de um governo em que os homens fossem escolhidos para os cargos e não os cargos para os homens, em que a competência técnica sobrepujasse a seleção política que quase sempre gera a improdutividade e a distorção da atividade pública, uma candidatura posta assim, nesses termos, foi rejeitada por esta Câmara, mas por uma maioria que não representa absolutamente uma vitória para o esforço que as cúpulas partidárias desenvolveram a fim de demonstrar uma força que, em verdade, elas não possuem.

O Sr. San Tiago Dantas não foi aceito como primeiro-ministro, por uns setores, sob a alegação de que ele não pertencia as quatro do PSD; por outros, sob o pretexto de que ele seria criptocomunista, porque reatara relações diplomáticas com a Rússia e se abstera de votar pela expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Não citarei aqueles outros motivos que o bravo deputado Aurélio Vianna ontem aqui revelou à Câmara, estarrecendo a todos nós. Deixarei de lado politicazinha municipalista, a política de âmbito estadual influenciando numa decisão em que se coloca o destino do país. Mas a verdade profunda, a verdade em todos os seus termos, Sr. Presidente, é que as razões alegadas representam apenas um biombo do verdadeiro motivo que levou a essa mobilização de forças contra o professor San Tiago Dantas.

Houve uma modificação de julgamento a respeito deste ilustre político e essa modificação de julgamento veio em consequência da nova posição que está adotando, já não falando a mesma linguagem dos seus atuais adversários, já se apresentando como um homem que não aceita, como cristã, uma democracia que admite a espoliação de capitais estrangeiros e nacionais, uma democracia que permite o abandono na desgraça e na miséria de milhões de brasileiros. Homem bafejado pela fortuna, culto, democrata, católico, mas que não se deixou dominar

pela obtusidade conservadora, que sentiu a realidade nacional, o Sr. San Tiago Dantas, no momento em que modificou a sua linguagem, em que deixou de considerar cristã uma democracia que permite que mais de 2 mil crianças morram por dia neste país antes de atingir um ano de idade, como ainda ontem lembrava o líder Almino Afonso, que admite que a média de vida do nordestino e do amazônida seja apenas de quarenta anos, uma democracia que admite a exploração do trabalho humano – desde essa hora, o Sr. San Tiago Dantas se transformou num perigo para as ideias, para as doutrinas, para as teses desses homens que desejam a espoliação permanente do Brasil, que a defendem nesta Casa e fora dela. Há, todavia, grande equívoco. Não festejem vitória pelo resultado de ontem. Talvez esse resultado esteja a marcar um passo decisivo desta nação para um rumo que não será agradável para esses homens que não querem sentir o drama que está vivendo nesta hora o povo brasileiro.

Que não festeje esta vitória como o encerramento de uma luta que está em pleno processo de desenvolvimento. Que não festeje esta vitória como um fato capaz de deter os esforços daqueles que lutam por implantar, em verdade, neste país, uma democracia que não se envergonhe de ser rotulada também de cristã.

O Sr. Padre Vidigal – Permita-me. Quando V.Exa. envolve na mesma censura todos quantos não quiseram na noite de ordem votar no Sr. San Tiago Dantas, eu gostaria de lembrar que contra ele votaram pessoas de todos os partidos, inclusive do de V.Exa.; contra ele voltaram os nacionalistas tão ligados ao pensamento de V.Exa., vários deles, como o honrado nobre deputado Dagoberto Sales e o ilustre colega Cid Carvalho, por exemplo. Sr. Deputado, nenhum de nós festeja vitória contra o Sr. San Tiago Dantas. Pelo contrário, lembro-me perfeitamente de que, quando se votou aqui a moção de censura, o inteligente e nobre líder do seu partido, o deputado Almino Afonso, declarou, ao ensejo da derrota da moção, que não havia nesta Casa vencedores nem vencidos; ganhara a Câmara, ganhara o regime. E se ontem nos fosse dada a oportunidade de discursar após o pronunciamento do resultado, aqui estaríamos nos congratulando com o presidente João Goulart por ter oferecido aos deputados a oportunidade de mostrar que o regime não pode existir sem a vitalidade partidária; que o regime não pode funcionar sem a liberdade da manifestação do pensamento dos deputados que compõem esta Casa. Ninguém pensa em tripudiar sobre

o vencido e apraz-me quando aparteio V.Exa. repetir as palavras do líder Almino Afonso, quando fomos derrotados na moção de censura ao Sr. San Tiago Dantas, ontem: não houve vencedores, nem vencidos. Ganhou o regime, ganhou a Câmara, ganhou a democracia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Recolho o aparte do eminente colega Padre Vidigal e acredito mesmo na sinceridade das palavras de S.Exa.

O Sr. Padre Vidigal – Pode crer que são sinceras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Mas se falo assim é porque, ao longo desses dias de debate que antecederam a reunião de ontem, assistimos à distorções mais grosseiras, notadamente em relação à atuação do chanceler San Tiago Dantas quanto à política exterior, visando a incompatibilizá-la com a opinião pública. E uma das negativas à sua escolha para primeiro-ministro era essa que o acusava de criptocomunista por haver complementado o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, iniciado no governo do Sr. Jânio Quadros com o apoio da União Democrática Nacional, de pessedistas, de elementos de outros partidos que integravam esse governo, e também em Punta Del Este, quando o Sr. San Tiago Dantas, interpretando o pensamento do gabinete presidido por um eminente pessedista, Sr. Tancredo Neves...

O Sr. Padre Vidigal – Ao qual já fiz a condenação que merecia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ...e integrado por udenistas, trabalhistas, pessedistas, pedecistas, defendeu a política de independência do Brasil no plano internacional sem atrelá-lo, como nação títere, como essas nações chamadas bananeiras, sem soberania e sem autoridade, aos interesses políticos e econômicos de outra qualquer potência. Também foi acusado isoladamente, como se houvera realizado uma política pessoal, como se houvera imprimido os seus pontos de vista ao Itamaraty.

Isto demonstra o propósito de colocar à vista da opinião pública essa atuação brilhante em nome do Brasil, atuação que engrandeceu de fato o nosso país, que lhe deu autoridade no plano internacional, que não criou absolutamente desconfianças entre as democracias a nosso respeito, tanto assim que acabamos de ser eleitos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sem a indicação do Bloco Latino-Americano, mas por indicação dos blocos democráticos europeus e afro-asiáticos. Nessa posição de grandeza no plano internacional

visava-se a incompatibilizar o Sr. San Tiago Dantas com o povo e com a democracia brasileira.

O Sr. Padre Vidigal – V.Exa., nobre deputado Arthur Virgílio, que tem memória muito fiel, sem esforço algum haveria de lembrar-se de que, na noite de ontem, quando o Sr. San Tiago Dantas fez questão de falar nesta Casa como se estivesse numa praça de comício, anunciando seu programa, ninguém do PSD teceu-lhe críticas idênticas àquelas feitas por homens cujas palavras são realmente incontestáveis. Quando falou na noite de ontem, secundando o aplauso dado ao discurso à tarde pronunciado pelo Sr. Clemens Sampaio, o Sr. Hugo Borghi revelou que o Sr. San Tiago Dantas, na crise de agosto, compactuara no sentido de ser impedida a posse do Sr. João Goulart. Revelava-se, assim, à Casa e sobretudo aos homens do partido de V.Exa., que é o do Sr. João Goulart, que aquela deveria ser grande credencial para ele receber os votos. O Sr. João Agripino, que não é do PSD, com aquela independência que sempre caracterizou seus pronunciamentos, criticou o discurso do Sr. San Tiago Dantas, mostrando que S.Exa. não era o homem indicado para a solução daqueles problemas sociais que expôs no seu discurso, e citou essa de que V.Exas., do PTB, sempre fizeram e fazem tábua rasa nesta Casa – a reforma agrária, porque a maneira como o professor San Tiago Dantas ontem mostrou desejar revolver este problema não interessa ao partido de V.Exas. E quando V.Exas. sentiram, perceberam, através da crítica do deputado João Agripino, que se desmoronava o ídolo, chega monsenhor Arruda Câmara e apresenta justamente aquele depoimento de membro da Comissão de Justiça, trazendo parecer do Sr. San Tiago Dantas contra o pagamento do 13º mês salarial. Foi, então, com essas credenciais que S.Exa. mereceu a admiração, os aplausos e os votos de V.Exa.: é contra a posse do Sr. João Goulart; é contra o 13º mês salarial, é contra a reforma agrária, como V.Exas. querem que essa questão seja resolvida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Eu não discuto o Sr. San Tiago Dantas pelo papel que possa ter representado na crise de agosto, ao lado de V.Exa. e de outros eminentes colegas nesta Casa.

O Sr. Padre Vidigal – A minha atitude foi por demais clara e não é preciso que eu publique. O Sr. João Goulart está cansado de saber o meu pensamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Estou dizendo que não discuto essa posição adotada ao lado de homens como V.Exa. e de outros aqui nesta Casa.

O Sr. Padre Vidigal – Eu, quando falo, sustento; as minhas atitudes são irreversíveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Ouvi o aparte de V.Exa. com a atenção que V.Exa. merece; peço que me permita respondê-lo. Não discuto o parecer sobre o projeto do 13º salário, que poderá ter sido apenas um ponto de vista jurídico na apreciação de uma comissão técnica. Não discuto mesmo as palavras do Sr. San Tiago Dantas nesse momento excepcional da evolução dos últimos acontecimentos políticos, quando ele apenas traçou, em breves linhas, o plano de governo que executaria se merecesse os votos da Câmara.

O que considero como dignas de apoio são as afirmativas do Sr. San Tiago Dantas a respeito dos problemas brasileiros. S.Exa. falou para a sua bancada e para os seus companheiros, afirmando uma posição que em verdade mereceu todo o nosso aplauso, todo o nosso apoio.

O Sr. Almino Afonso – Tenho a impressão, Sr. Deputado, que é hora de fixarmos uma linha clara em torno do debate que se trava sobre o pensamento político do professor San Tiago Dantas. V.Exa. sabe que, em verdade, ontem aqui um conjunto de fatores se somaram para a rejeição do seu nome, desde os fatores de natureza ideológica àqueles outros que vão até a política municipal. Na parte, entretanto, a que se poderia chamar de natureza ideológica do debate ontem travado, é que deveria registrar a estrutura do comportamento da maioria desta Casa. O professor San Tiago Dantas nunca foi nem é um homem à esquerda. Só *O Globo*, no seu reacionarismo doentio, histérico, é que pode chamá-lo de um homem da esquerda. Só alguns poucos homens atrasados politicamente poderão chamá-lo de instrumento de Moscou. Mas isso vai por culpa de uma liderança política atrasada e retrógrada, não por culpa da posição política do professor San Tiago Dantas, que nunca buscou deformá-la. Ele é rigorosamente um liberal. Eu dizia mesmo que é um autêntico representante da burguesia nacional. Como é do interesse da burguesia nacional todo um conjunto de reformas indispensáveis à manutenção, à consolidação do regime capitalista, como são a reforma agrária e as medidas de autodefesa da economia brasileira em face do avanço dos grupos internacionais, o professor San Tiago Dantas entende

que essas reformas são indispensáveis. O que mostra, acentua, marca o atraso da maioria da Casa, é que não viram no professor San Tiago Dantas exatamente o homem em condições de ter a representatividade política dessa burguesia nacional, diga-se assim, com absoluta clareza. Os homens da maioria, a vanguarda do pensamento político no país, não se identificam em gênero, número e grau com o professor San Tiago Dantas. Mas que a Casa, na sua maioria, o rejeite nesse pressuposto é que me escandaliza; que a Casa desconheça nele o homem em condições de autenticamente defender a consolidação do regime capitalista é que me espanta; que a Casa possa, por esse pretexto, recusar-lhe o nome no receio de que ele cubanize o Brasil, Sr. Presidente, meu prezado amigo deputado Arthur Virgílio, é o que me espanta.

O Sr. Clidenor Freitas – É ridículo.

O Sr. Almino Afonso – É coisa que fica no anedotário político do Parlamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo aparte de V.Exa.

O Sr. Wilson Vargas – Permita-me, nobre colega. O aparte do deputado Almino Afonso levou-me a interromper V.Exa., exprimindo-lhe, assim, a opinião que resultou das investigações e da meditação que eu como muitos fizemos a respeito da interpretação do resultado de ontem. Realmente, parece-me que o professor San Tiago Dantas, se não houve uma razão ideológica em rejeitar seu nome por parte da Maioria, não obteve aprovação porque não quis barganhar concedendo, antecipadamente, dois ou três ministérios para cobrir, na área majoritária, o restante dos votos necessários à confirmação do seu nome.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Obrigado pelo aparte, nobre deputado.

O Sr. João Menezes – Deputado Arthur Virgílio, ouvindo os apartes que estão sendo dados a V.Exa., fiquei admirado das críticas que se fazem à votação de ontem pela maioria desta Casa. Parece que aqueles que tiveram suas ideias derrotadas é que são realmente reacionários, porque não aceitam o princípio, não aceitam a ideia de ninguém. A meu ver o problema é inverso: reacionários são aqueles que não se conformam com o pensamento das maiorias. Sr. Deputado, isto o que eu queria deixar aqui explícito, porque, na realidade, como podem aqueles que não aceitam, aqueles que não entendem, não respeitam, não compreendem

o princípio da maioria falar em democracia, falar em liberdade, em reacionarismo, quando não se conformam com aquilo que vai contra o seu pensamento, contra as suas ideias? Queria incluir no seu brilhante discurso esta pequena intervenção.

O Sr. Wilson Vargas – Seu conceito reacionário de reacionário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concluo, Sr. Presidente, com uma última referência, repelindo a acusação que se levantou contra operários e estudantes brasileiros apontando-os como tendo participado de tentativa de coação a este Congresso.

Ora, que pressão seria essa? Pressão de operários, de estudantes sem dinheiro para comprar espaço em certa imprensa e horas no rádio ou na televisão, pressão de operários, estudantes que apenas se reúnem pacífica e democraticamente em comícios e assembleias? Por que pressão, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Porque operários e estudantes vêm a Brasília para dialogar com seus representantes e a eles expor um ponto de vista? Não há pressão alguma nesta atitude. A pressão que de fato houve, a pressão que foi real, avassaladora, que não partiu de trabalhadores e jovens das escolas, veio dos grupos econômicos e de certa imprensa subvencionada por esses mesmos grupos. Foi a pressão da deturpação de fatos, da distorção de atitudes, da mentira e até da calúnia. Foi a pressão de certos jornais, rotulando de comunistas homens que não o são, tentando arrestar a Igreja Católica e lançando-a contra homens que defendiam e defendem princípios cristãos para dar força à democracia brasileira.

Foi a pressão que tentou criar a discórdia no seio das Forças Armadas, para lançá-las contra a legalidade e contra as reivindicações populares. E essa pressão, que não foi exercida por trabalhadores e por estudantes, foi lida, ao longo de todos esses dias, nas colunas daquele jornal a que se referiu o deputado Almino Afonso, o jornal *O Globo*, nos editoriais que procuraram, pelo terror da injúria, pelo terror da mentira, pelos linchamentos em letra de forma e estilo acadêmico, impor uma decisão a este Congresso. Agora pergunto: quantos que aqui atuam não se deixaram levar por essa pressão?

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o grande desafio está lançado, que a grande luta está em pleno desenvolvimento e que eu confio em que o vitorioso final será o povo brasileiro.

O terror se abateu sobre a Petrobras

Senado Federal – Ano: 1965

*Senador Arthur Virgílio denuncia no Senado
demissões, prisões e tortura contra funcionários,
depois que os militares desfecharam um
“golpe de morte” na estatal.*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a luta brasileira pela autossuficiência em petróleo, desdobrada ao longo de mais de três décadas, inicialmente de forma tímida e com tendência mais agressiva a partir da votação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 2.004, essa luta, engrandecida pela pertinácia e arrojo cívico dos seus pioneiros e continuadores, que mobilizou o povo em etapas crescentes de apoio, está, neste momento, ameaçada por um retrocesso na condução da política petrolífera que será letal à almejada libertação econômica do Brasil.

Após colher dados idôneos, reunindo-os a informações abalizadas e dignas de fé, todos fazendo emergir indícios veementes de um processo dissociador e a provocar o esvaziamento técnico, administrativo e operacional da Petrobras, decidi denunciar à nação o rude golpe que lhe querem desfechar.

Sei quão poderosos são os adversários que irei atrair contra mim; sei do que eles são capazes, dos elementos materiais que podem mobilizar sempre que há precisão de remover obstáculos ou sobrepujar resistências; sei da sua ascendência sobre influentes e possantes veículos de publicidade, os quais, com raras exceções, tomam a parcialidade desses prováveis adversários, para lincharem moralmente, nas manchetes e irradiações, distorcendo, mentindo, caluniando, aqueles que ousam enfrentá-los, defendendo a nação brasileira.

Há compromissos, entretanto, Sr. Presidente, que exigem inarredável determinação aos homens públicos de honra. Alteiam-se muito acima de sua tranquilidade e até de sua segurança pessoal. E entre eles figuram, em primeiro plano, aqueles vinculados à soberania da pátria e à sua grandeza política, social e econômica. A investida sobre a Petrobras adquire, dia a dia, maior audácia e potencialidade. É eminente e pujante. Poderá abalar a estrutura da empresa, a curto prazo, miná-la nos seus alicerces básicos, desacreditando-a e aniquilando-a. Confirmar-se-ia,

aparentemente, o capcioso aforismo segundo o qual o “Estado é, sempre, mau administrador”, e os nossos lindes estariam abertos para a entrada triunfal dos monopólios de Petróleo.

Não cometeria a injúria de acusar as Forças Armadas, em cujas fileiras foram recrutados combatentes pugnazes e intransigentes da luta popular que impôs o monopólio estatal do petróleo, entre os quais avulta a figura respeitável de Horta Barbosa, de darem cobertura à trama impatriótica, permitindo que o movimento militar de abril do ano passado sirva aos reclamos dos trustes internacionais do petróleo e dos agentes nativos.

Generais e outras altas patentes que, atualmente, desempenham, dentro e fora das casernas, importantes funções na República, emprestaram valioso concurso aos debates que animaram o Clube Militar nos idos de 51, propagando teses nacionalistas de política petrolífera, dando, assim, com esta participação, maior ímpeto à arregimentação da opinião pública que cobriu o país, de norte a sul, vencendo, afinal, as resistências de dois anos, de áreas parlamentares da Câmara e do Senado.

Recuso-me a admitir, por motivos óbvios, Sr. Presidente, uma mudança de posição desses militares.

A política de petróleo está estreitamente relacionada, também, às preocupações com a defesa nacional.

Estaria frustrada a fundamental missão de repelir eventuais agressões externas e preservar a ordem e a paz internas, constitucionalmente deferida às Forças Armadas, no instante em que os combustíveis, sem os quais os exércitos não se movimentam, e as frotas e aviões de guerra imobilizam-se nos portos e aeródromos, passassem a sofrer perigosas influências estrangeiras na sua produção e industrialização.

Conhecem esta verdade os oficiais das três Armas que, no seu idealismo, veem, sem xenofobia, apenas os interesses do Brasil. Sensibilizam os homens de farda os numerosos exemplos a encher, com o correr dos tempos, páginas da História das Civilizações, advertindo contra a imprevidência.

Nações que transigiram, cujos governantes fraquejaram ou traíram, pagaram tributo pesadíssimo à fraqueza ou à traição: perderam a independência ou tiveram os centros de decisão de sua política interna transferidos para fora de suas fronteiras, por meio de indébitas e subreptícias influências, justamente por terem admitido o ingresso, em suas áreas de soberania, de grupos monopolistas de petróleo.

As tropas não teriam saído dos quartéis em abril de 1964 se, mesmo de leve, fossem alertadas de que iriam decretar não apenas a queda de um governo, mas a destruição de toda uma estrutura econômica, com a anulação da Petrobras.

Ressalta evidente, entretanto, Sr. Presidente, no bojo da orientação que vem sendo imposta à empresa estatal e no dorso de muitas medidas em execução ou em estudo, o ressuscitar do “espírito” de 1954, quando quatro senadores e alguns deputados, depois da morte trágica de Getúlio Vargas, tentaram revogar a Lei nº 2.004, ou o “espírito” do período 46-54, quando chegou a ser enviado ao Congresso o “Estatuto do Petróleo”, concedendo a exploração das bacias da capital cosmopolita.

Em 1954, como no período de 46-54, os adversários da Petrobras procuraram aproveitar-se de um movimento militar, tentando envolver, comprometendo, perante a História, as Forças Armadas.

Repete-se, agora, a impostura. Os impenitentes inimigos do nosso progresso, jungidos a fórmulas, conceitos e preconceitos que o mundo moderno repele, exibindo o resultado feliz alcançado por povos que vão conquistando a cultura, independência econômica e bem-estar social sem alienarem suas riquezas e soberania, procuraram outra vez escurar-se nas fardas, à revelia destas. E, deformando os proclamados objetivos do movimento militar de abril, expostos nas mensagens dirigidas à nação pelos seus líderes, lançam-se à faina de demolir uma obra cuja edificação começou há muitos lustros por bons brasileiros, que, desde a elaboração do Código de Minas, em 1934, vêm devotando inteligência e capacidade de trabalho à concretização de um ideal ainda não atingido, mas já à vista: autossuficiência em petróleo estatal.

É importante acentuar, Sr. Presidente, o fato relevante de exercer o Ministério do Planejamento, quando se renova a tentativa de fazer desmoronar a base técnica, administrativa e econômica que sustenta a Petrobras, o ilustre professor Roberto Campos.

É que o ex-embaixador em Washington durante o governo de gabinete, mentor, juntamente com o Sr. Otávio Gouveia de Bulhões, da política econômico-financeira do atual governo, pressurosamente assessorou o Conselho de Ministros na feitura do programa de governo, apresentado ao Congresso pelo primeiro-ministro Tancredo Neves.

Será mera coincidência essa assistência intelectual haver resultado na alínea *b* do item 2.3 – “Programa de Pesquisa e Exploração” da referida mensagem?

Transcrevendo o texto da alínea *b*:

Início das atividades internacionais do Brasil em matéria de exploração de concessões petrolíferas, através da associação da Petrobras com outras companhias nacionais e estrangeiras ou por intermédio de empresas brasileiras privadas, mediante condições a serem estabelecidas. Quanto a este aspecto deverá ser constituída Comissão Técnica Especial para propor um plano a ser adotado pelas entidades governamentais e pela Petrobras.

Embora pareça inverossímil, Sr. Presidente, o plano, antes de ser anunciado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves, já estava urdido.

Formulara-o o Sr. Walter Link, geólogo norte-americano de fama internacional, ex-chefe do Departamento de Geologia da Standard Oil, New Jersey, contratado pela Petrobras, na gestão Juracy Magalhães, para organizar a pesquisa no Brasil, estruturar o Departamento de Exploração, formar equipes de geólogos nacionais, implantar uma técnica e uma sistemática exploratória de acordo com a realidade geológica de nossas bacias, enfim, contratado para enfeixar em suas mãos as mais importantes missões dentro da Petrobras.

O famoso “Relatório” do Sr. Link objetivou, tão somente, dar justificativa técnica para a adoção da política preconizada nas “Notas Reversais de Roboré”, pelas quais o nosso país obriga-se, entre outros compromissos:

- a. importar óleo das regiões subandinas, no volume de 100 mil barris por dia, sem que atentassem os redatores brasileiros das “Notas Reversais” para a circunstância viabilíssima da produção nacional aumentar ao nível do consumo interno;
- b. a Petrobras assumiria a responsabilidade da construção de um oleoduto de cerca de 1.600 quilômetros, para o escoamento, pelo Porto de Santos, da produção subandina, obra que redundaria em imensas vantagens financeiras para os grupos privados operando no outro país signatário do pacto e em dispêndio aproximado de 500 milhões de dólares para a Petrobras.

Hão de convir V.Exas., Srs. Senadores, que a associação “Relatório Link” – “Notas Reversais de Roboré”, fazendo cessar a exploração das bacias sedimentares brasileiras, impondo compromissos vultosos à Petrobras e dela desviando outros recursos, transformaria a empresa estatal em mero órgão de financiamento de grupos privados nacionais e estrangeiros, estabelecidos na Bolívia.

Será, ainda, obra do acaso, Sr. Presidente, haver o ilustre professor Roberto Campos, então diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, participado da elaboração das “Notas Reversais de Roboré?”

Penso ser desnecessário acrescentar mais, neste exórdio, que será complementado adiante com dados concretos atuais para convencer, mesmo os mais céticos, de que a integração da indústria petrolífera, nos termos previstos pela Lei nº 2.004, está, realmente, arrostando sério risco. Enunciarei os fatos:

Esvaziamento Técnico-Administrativo

No dia 1º de abril do ano passado, já vitorioso o movimento militar que depôs o presidente João Goulart, o ex-superintendente da construção da refinaria Duque de Caxias e ex-presidente da Petrobras, general Arthur Levy, era designado interventor na empresa.

Durante cinco dias exerceu esse militar a interventoria, desencadeando o terror em todos os setores da Petrobras.

Escritórios e unidades industriais, assim como os canteiros de obras de construção das refinarias de Porto Alegre e Belo Horizonte, foram ocupados por contingentes do Exército, em formação de combate, enquanto membros da polícia política e uma espécie de tropa de choque do tipo SS, recrutada pelo general Arthur Levy, realizavam buscas na vã procura de armas e material subversivo, prendendo, ao mesmo tempo, chefes de unidades, técnicos, operários e serventes em número aproximado de 3 mil.

Inquéritos foram instaurados em todos os setores; chefes de serviços e empregados em geral foram estimulados e até intimados, por intermédio de ordens de serviço internas, a denunciarem seus colegas; o escritório de obra da Fábrica de Borracha Sintética de Caxias transformou-se em campo de concentração, onde trabalhadores sofreram inomináveis torturas físicas e morais.

Período terrível, Sr. Presidente, que as vítimas da fúria repressora e policialesca relembram com horror e revolta.

Um jovem engenheiro, culto e digno, com assinalados serviços à empresa, relatou-me ocorrências dessa fase da vida nacional que indicavam haver sido banido dos nossos costumes um bem que é dos maiores de qualquer povo civilizado: a Justiça.

Durante trinta e seis dias, ele e mais vinte e quatro homens estiveram atirados em uma enxovia da polícia política, no estado da Guanabara.

Trinta e seis dias dormindo sobre o cimento frio do cárcere, sem mudar a roupa que vestia no momento da prisão, sem dispor de meios materiais para as exigências higiênicas elementares, sem fazer a barba e sem tomar banho de sol, comendo com as mãos alimento repugnante colocado em latas infectadas, atiradas no cubículo. Este, medindo cerca de trinta metros quadrados, não oferecia espaço para vinte e cinco presos dormirem deitados.

Trinta e seis dias, Sr. Presidente, nos quais o desespero, contido por extraordinária resistência moral, insistia em ser companheiro de cela; trinta e seis dias em condições subumanas, supermedievais, entre percevejos, mosquitos e pulgas, com as narinas sempre impregnadas de odores nauseabundos, sem contato com a esposa gestante e sem saber qual o crime que lhe era imputado. Altas horas da noite, nas longas vigílias que o sono não conseguia vencer, chegavam aos seus ouvidos gritos de dor dos torturados nos cubículos; e nenhum fio de esperança quanto ao dia seguinte.

Precisamente ao completar trinta e seis dias de expectativa, angústia e lento sofrimento, é chamado à presença de um delegado, interrogado durante quinze minutos e, em seguida, libertado sem qualquer explicação.

Esse jovem, Sr. Presidente, que viveu durante um mês e dias a mais dura e inapagável experiência de sua existência, conquistou um diploma universitário e frequentou cursos de aperfeiçoamento a fim de melhor poder servir ao seu país. Recebeu, como prêmio, tratamento que uma nação ciosa de sua cultura e tradições cristãs não daria ao mais empedernido criminoso comum.

Muitos brasileiros, milhares, dezenas de milhares talvez, diante desse quadro apresentando a sociedade brasileira a imolar suas instituições jurídicas mais altas, reagiram, certamente, como Chateaubriand ao ver os ideais da Revolução Francesa resvalarem para o furor dos

ódios e do patíbulo: “A revolução ter-me-ia arrastado, se não estressese afogando-se em crimes; mas, ao ver a primeira cabeça espetada na ponta de uma lança, recuei”.

Aceito, para argumentar, os excessos iniciais resultantes de uma situação anormal, reconhecendo, outrossim, que os movimentos armados geralmente os registram. O passar das semanas e dos meses, porém, deveria ter contido os ímpetos da exaltação dos primeiros dias.

As armas, que estariam transformando os estabelecimentos da Petrobras em praças de guerra, eram pura ficção; e o IPM para apurar corrupção e subversão, depois de submeter a rigoroso interrogatório mais de mil pessoas, não incriminou os técnicos e empregados indiciados. Por ironia do destino, esse IPM colheu em suas malhas, irremediavelmente, o feroz interventor de 1º de abril, general Arthur Levy, acusando-o de malversação de dinheiro da empresa, na construção da refinaria Duque de Caxias.

Se o resultado fora este, Sr. Presidente, por que a continuação de prisões, perseguições e demissões?

Neste passo, surge à percepção menos percuciente o arдил visando a enfraquecer, técnica e administrativamente, a Petrobras, e afinal destruí-la pelo desperdício a que o fracasso de sua atuação exporá o monopólio estatal.

Sr. Presidente, desde o tempo em que o Conselho Nacional de Petróleo orientava a política petrolífera, a nação começou a preparar o seu corpo técnico, por meio de cursos de pós-graduação e envio de estagiários ao exterior, em especial aos Estados Unidos da América.

Criando a Petrobras, intensificou-se a prática inteligente e útil. Engenheiros, químicos, geólogos, ao longo dos anos que nos separam de 1935, têm frequentado cursos de especialização, ampliando seus conhecimentos e assim capacitando-se para o exercício das tarefas da empresa. A este preparo especializado alia-se a experiência que adquiriram durante os anos de contato permanente com os problemas de exploração, lavra e industrialização do petróleo.

Embora com elevado dispêndio, a Petrobras formou o seu quadro técnico, que nada ficava a dever ao de qualquer outra grande companhia estrangeira e com o qual conseguiu acumular singulares vitórias nos seus onze anos e meses de existência.

Pois bem, Sr. Presidente, sem levar em conta os gastos com a elevação do nível técnico de engenheiros, químicos, geólogos, economistas e operários qualificados e o prazo, sempre demorado, indispensável para que sejam preparados outros, a direção da Petrobras dispensou mais de mil técnicos, entre os quais os mais capacitados e de maior rendimento de trabalho.

O Sr. Ermírio Moraes – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com muito prazer.

O Sr. Ermírio Moraes – Estou ouvindo, com muita atenção, o discurso de V.Exa. Qualquer país que queira manter elevado o seu nível tecnológico precisa e deve formar os seus técnicos e até, se possível, mandá-los ao exterior para se especializarem mais ainda. Como é que um país, como o Brasil, que precisa, urgentemente, desenvolver sua indústria petrolífera, dispensa mil técnicos em questão petrolífera? Por quê? Qual a razão? O exemplo argentino está diante de nossos olhos: o presidente Illya cancelou os contratos de perfuração com empresas estrangeiras, reduziu à metade essas perfurações e a produção de petróleo aumentou no ano seguinte. Sr. Senador Arthur Virgílio, o caso de Roboré é uma outra questão que precisa ser tratada aqui. Qual a empresa brasileira que está em Roboré? O que ela fez? Nada! O petróleo de Roboré pertence às companhias estrangeiras. Pretendem inaugurar linha de transporte do petróleo estrangeiro para ser vendido no Brasil. É pena, para nós, atentos aos benefícios que ele nos dá, como o caso da Aliança para o Progresso, que, em vez de nos proporcionar recursos para aquisição de equipamentos para o petróleo, sondas, peças de refinarias, peças para fábricas de fertilizantes – de que tanto precisamos –, está dando dinheiro para cair casas, reparar estradas de rodagem e coisas semelhantes. É o que precisa ser contado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado, eminente senador José Ermírio, pelo aparte de V.Exa., que reúno, com o maior prazer, ao meu discurso.

Golpe mortal, Sr. Presidente, ameaçando o êxito e até a sobrevivência da empresa, cujo alcance os atuais dirigentes da Petrobras não podem deixar de prever.

É imperioso que o Senado e a nação sintam o problema em toda a sua extensão e profundidade.

A formação de especialistas em Engenharia de Petróleo, refinação, borracha sintética, etc., exige anos de estudos e conhecimentos e perícia adquiridos com a prática. Enquanto outros técnicos não se tornarem aptos para substituir os que foram afastados, a Petrobras terá os seus programas de exploração, lavra e industrialização prejudicados irremediavelmente.

Não comportaria o tempo de que disponho para ocupar a tribuna a análise dos casos, um a um. Selecionei, por isso, os mais importantes, suficientes para pôr de manifesto o esvaziamento técnico-administrativo, suscetível de liquidar a empresa estatal.

Em agosto de 1963 o governo nomeou comissão de cinco engenheiros e um economista para colaborar na redação do decreto do monopólio da importação de óleo cru e derivados e negociar os contratos decorrentes desse monopólio.

Em apenas quinze dias, a comissão levou a bom termo o trabalho: redigiu o decreto e negociou vantajosos contratos para o país, os quais, em um ano, proporcionaram economia de 6 milhões de dólares. Essa vitória foi ressaltada pelo presidente da Petrobras, recentemente, em documento endereçado ao presidente da República.

Que recompensa coroou o esforço, zelo, honestidade e patriotismo dos brasileiros que prestaram tão relevante serviço à empresa e à nação?

É estarrecedora a resposta, Sr. Presidente.

O coordenador da comissão, ex-diretor Jairo de Farias, com sete anos de serviços à Petrobras, foi demitido e teve os direitos políticos suspensos por dez anos; o engenheiro Ismar Barbosa, com mais de cinco anos na empresa, especialista em refinação, foi preso e demitido; o economista Eduardo Sobral, com oito anos de serviço, preso, demitido, com os direitos políticos suspensos; o engenheiro Estephano Prochnick, com dez anos de Petrobras e seis de CNP, demitido; e o engenheiro Davies Freitas, com oito anos de serviço, curso de refinação e estágios nos Estados Unidos, demitido e com os direitos políticos suspensos.

Há mais, Sr. Presidente.

O engenheiro Moisés Bentes, com seis anos de atividade na Petrobras e curso de Engenharia de Petróleo, responsável pela reintegração geofísica da região de Sergipe, estudo que levou a Petrobras a perfurar em Carmópolis, com sucesso, esse técnico, que deveria merecer o respeito e a gratidão do país por haver desmentido, na prática, o desalentador e

desfaçoado “Relatório Link”, abrindo horizontes promissores à emancipação econômica nacional, foi preso logo nos primeiros dias de abril, torturado selvagemmente e afinal demitido.

O engenheiro Alistair Neves, seis anos de serviço, curso de Engenharia de Petróleo, ex-chefe do reservatório do campo de Água Grande, Bahia, autor dos estudos que permitiram triplicar a reserva recuperável de óleo, foi demitido.

Engenheiro Mirênio Lutterback, nove anos de serviço, curso de refinação e estágio nos Estados Unidos, ex-superintendente da refinaria Duque de Caxias, preso e demitido.

Engenheiro Walter Siqueira, nove anos de serviço, curso de refinação e estágio nos Estados Unidos, especialista em borracha sintética e ex-chefe do Escritório de Distribuição de Derivados, setor onde vinha promovendo a expansão da Petrobras, preso e demitido.

Engenheiro Hugo Regis dos Reis, dois anos de serviço, ex-diretor da Petrobras e professor catedrático da Escola Nacional de Engenharia, demitido e com os direitos políticos suspensos.

Engenheiro Ernesto Drehmer, nove anos de serviço, curso de refinação e estágio nos Estados Unidos, ex-superintendente da refinaria de Mataripe, preso e demitido.

Engenheiro Heitor Pereira, cinco anos de serviço, curso de Engenharia de Petróleo, ex-chefe do Escritório de Compra de Material, preso, demitido e com os direitos políticos suspensos.

Engenheiro Eduardo Penfold Muniz, dez anos de serviço, curso de refinação, ex-superintendente da Fábrica de Borracha Sintética, demitido.

Engenheiro Fernando Ribeiro, quatorze anos de serviço, ex-superintendente da obra de construção da refinaria de Porto Alegre, demitido.

Engenheiro José Carlos Weellausen, seis anos de serviço, ex-subchefe da construção da refinaria de Porto Alegre, preso e demitido.

Engenheiro Francisco Luciano Gurgel do Amaral, oito anos de serviço, ex-diretor da Petrobras e ex-superintendente da construção da refinaria de Belo Horizonte, preso no Rio, conduzido algemado, de avião, à capital mineira e demitido.

Citei estes casos, conforme acentuei, para dar uma ideia da devastação de valores que se abateu sobre a Petrobras. As demissões atingem número superior a mil, sangrando os cofres da empresa em alguns bilhões de indenizações e desfalcando, implacavelmente, seu quadro técnico.

Por que, Srs. Senadores?

Os engenheiros, economistas, geólogos e operários qualificados sumariamente demitidos são corruptos ou subversivos? Não. Nada apuraram os IPMs, em termos morais e jurídicos aceitáveis para justificar a punição. Presos nas suas mesas de trabalho, das quais não se afastaram porque nada tinham a temer, saíram incólumes das devassas, sem contas a prestar à Justiça.

Se esta é a realidade, o bom senso deveria ter superado a exaltação dos dias iniciais a fim de que prevalecessem os interesses da Petrobras e do país.

É notória a carência de especialistas nesse ramo fundamental da economia brasileira, o que não deve ser estranho aos responsáveis pelas demissões. O expurgo, contudo, foi levado a efeito, sendo suspenso o requinte que o caracterizou. Atingiu a melhor parte de uma equipe altamente especializada, com reflexos que em breve serão desastrosos para os trabalhos da Petrobras, além do desestímulo e desilusão que causou na parte sadia e competente não atingida. Os técnicos que, milagrosamente, escaparam à triagem, escarmentados com o que sofreram seus colegas inocentes, retrair-se-ão, certamente, temerosos de também serem punidos com oprobriosos castigos, no futuro, pelo crime da descoberta de novas reservas de óleo ou do aumento da produção. E ninguém se iluda: o expurgo servirá, ainda, de desculpa para a construção de outros “Links”, pagos a peso de ouro, para virem cavilosamente afirmar, apesar de Lobato, apesar de Nova Olinda, apesar de Carmópolis, a inexistência de áreas sedimentares com reservas de petróleo, no Brasil.

À eliminação dos técnicos que, empolgados pela mística da Petrobras, não viam diante de si barreiras insuperáveis, reúnem-se a revogação da salutar providência que exigia concurso para ingresso nos quadros da empresa e o congelamento salarial. As portas da Petrobras, após 1º de abril, escancararam-se ao clientelismo político e eleitoreiro, fechando-se, hermeticamente, à entrada de técnicos brasileiros de nomeada, que serão atraídos pelas ofertas salariais mais compensadoras, da iniciativa privada.

Este conjunto de fatores negativos decretará, por si só, a falência da Petrobras no setor técnico, descerrando as portas do sarcófago onde foi enclausurado, pela resistência do povo brasileiro, o “espírito” de 45 e de 46-51, para, sob a inspiração incansável do ilustre professor Roberto

Campos, tentar a investida final de entrega da única riqueza do nosso subsolo ainda sob domínio e controle nacional à cupidez insaturável dos trustes internacionais.

Esvaziamento Operacional

Sr. Presidente, ao assumir a direção da Petrobras, a atual administração encontrou em execução um programa de trabalho para ser cumprido a curto e médio prazo, constante do seguinte:

Curto prazo:

- a. Seleção dos investimentos que podem ser protelados ou moderado o ritmo de suas obras, a fim de equilibrar o orçamento da empresa.
- b. Elaboração, pelos órgãos governamentais, de um programa realista de liquidação de seus débitos para com a Petrobras.
- c. Estabelecimento imediato de monopólio de importação de óleo bruto.
- d. Liberação das divisas imprescindíveis, dentro de rigoroso critério a ser estabelecido pela Petrobras, a fim de não prejudicar suas atividades essenciais.
- e. Intensificação das obras que são realmente prioritárias pelos seus efeitos imediatos no que toca a faturamento e poupança de divisas.
- f. Contenção das admissões e redistribuição das tarefas pelo pessoal atualmente em serviço, na medida do possível.
- g. Intensificação dos esforços no sentido de colocar encomendas na indústria nacional e nos países com os quais mantemos acordos de trocas (moeda-convênio).
- h. Intensificação de esforços no sentido de desenvolver os novos campos com possibilidades evidenciadas.
- i. Suporte enérgico do governo à direção da empresa para que possa resistir a pressões regionalistas e clientelistas.
- j. Concentração no Recôncavo, Tucano e Barreirinha dos trabalhos de geologia e geofísica.

- k. Reestruturação de todo o sistema de suprimento dos órgãos centrais das unidades com o fim de desburocratizá-lo, tornando-o flexível, dinâmico e ajustado à realidade nacional.
- l. Contratação de firma ou equipe idônea para planejar, no mais breve prazo possível, (toda) a organização da empresa.
- m. Devolução do pessoal requisitado do Serviço Público.
- n. Ação vigorosa do CNP junto às companhias distribuidoras no sentido de compeli-las a cumprir os programas de estocagem e planos de retiradas.
- o. Maior e melhor articulação da Petrobras com a Presidência da República com o fim de coordenar as atividades da companhia com o programa do governo.

Médio prazo:

- a. Plano para forçar os consumidores a, dentro de um prazo razoável, aceitar óleo combustível de alto ponto de fluidez.
- b. Encampação das refinarias particulares e controle, pela Petrobras, do oleoduto Santos-Utinga.
- c. Criação de órgão de planejamento.
- d. Criação de órgão técnico de projetos que possibilite a padronização e as soluções técnicas em consonância com a realidade nacional.
- e. Complementação das linhas de lubrificantes e borracha sintética.
- f. Assistência à indústria nacional para que se aparelhe para atender às necessidades da Petrobras.
- g. Treinamento de pessoal com sentido de trabalho em empresa industrial.
- h. Reunião de geólogos, geofísicos idôneos, brasileiros e estrangeiros, para um debate e recomendações sobre a seleção de áreas a serem exploradas segundo um critério racional de prioridades.
- i. Desenvolvimento das pesquisas tecnológicas e científicas.

Alguns tópicos deste programa, entre os quais o monopólio de importação de óleo cru e a encampação das refinarias particulares, foram

cumpridos antes de 1º de abril de 64, impulsionando a Petrobras para a integração total da indústria petrolífera.

A atual diretoria, porém, desprezou o racional roteiro para promover, inicialmente, o esvaziamento técnico-administrativo e, em seguida, iniciar o esvaziamento operacional, em ritmo que não deixa margem para dúvidas quanto ao deliberado intuito de sustar o esforço de anos a fim de que o Brasil alcance a autossuficiência em petróleo.

Comissões do Executivo e parlamentares de inquérito, se os dois Poderes estiverem interessados em deter a manobra impatriótica, poderão, sem dificuldades, constatar as denúncias que, neste momento, faço à nação.

O esvaziamento operacional registra, por enquanto, Sr. Presidente, as medidas abaixo indicadas:

1º Cessão da base de armazenagem de Ilhéus, de grande utilidade para as atividades comerciais da Petrobras, à Atlantic e à Shell.

2º Diminuição gradativa, que em breve atingirá a paralisação total, da interferência no lucrativo ramo da distribuição. Este propósito é tão evidente que, segundo informações por mim colhidas, a Petrobras recusou oferecimento da Sursan para a abertura de vários postos de serviços no aterro da Glória, estado da Guanabara, os quais, posteriormente, foram concedidos à Shell.

3º O ritmo de construção das novas refinarias entrou em compasso de espera, e foram dilatados os prazos para a conclusão das obras, com implicações da maior gravidade: a) com o atraso, o Brasil perderá a autossuficiência do refino, praticamente alcançada, forçando-nos à importação de derivados em larga escala, com prejuízo de divisas para o país e lucros de superfaturamento para as companhias estabelecidas nas Caraíbas e Venezuela; b) será motivada a revogação da Lei nº 2.004, nas disposições do art. 45, visando a possibilitar a ampliação das refinarias particulares que, previdentemente armadas dos planos com esse objetivo, pleitearão licença para operar acima do permitido, sob o falso argumento de que o país não sofrerá prejuízos com a providência.

4º Vinculada ao item anterior, a revogação do decreto que encapou as refinarias particulares está praticamente consumada. Contrariando todos os pareceres técnicos, inclusive os emitidos pelos órgãos competentes da Petrobras, sem discrepância, depois de 1º de abril, a administração da empresa opinou pela devolução das refinarias.

5º Estudos para entregar áreas já locadas pela Petrobras com os serviços de maior risco de investimentos já executados, mediante contratos, a companhias estrangeiras.

6º Eliminação da possibilidade de a Fronape competir no mercado mundial com transporte misto petróleo-minério, pela concessão de embarcadouro à Harna, seguida de sua integração numa companhia mista de transporte, com a participação do Lloyd, Costeira e companhias de navegação estrangeiras. A política de transporte de petróleo, com retorno de minério, que estava sendo incentivada com sucesso, redundaria em grandes vantagens econômicas: margens apreciáveis de rentabilidade e penetração no mercado internacional de fretes, com proveito para a Petrobras e Companhia Vale do Rio Doce. Estas vantagens, porém, não estão pesando nas decisões e a nova orientação poderá conduzir até à alienação de nossa promissora frota de petroleiros.

7º Projeto em estudo visando a transformar a Petrobras, por etapas, em companhias estaduais de âmbito restrito, sujeitas às mais nocivas influências da política regional.

8º Dificuldades de divisas, com prejuízo de monta para os trabalhos de pesquisa e expansão industrial. Além disso o governo não está saldando os compromissos da Petrobras no exterior. Desde julho do ano passado, os pagamentos foram suspensos, ascendendo as dívidas em atraso a cerca de cem milhões de dólares. Tal situação poderá abalar o crédito internacional da empresa, com perigo de suspensão dos fornecimentos de materiais e equipamentos e abastecimento de petróleo.

9º Alienação da indústria petroquímica. O esquema já está em funcionamento com a constituição de comissão incumbida de equacionar as metas de fabricação de produtos petroquímicos, com a finalidade de deixar à Petrobras somente a produção de derivados básicos. A transformação deste em produtos finais e semifinais, isto é, a etapa mais rentável caberá, pelo esquema, à iniciativa privada. Referida comissão é integrada por dois técnicos ligados a empresas de engenharia americanas: Sr. Kurt Politzer, funcionário e representante, no Brasil, da Foster Wheeler Corporation, e o Sr. Ivo Ribeiro, empregado da Petrobras e da firma Consúltia, subordinada a projetistas americanos. O presidente da comissão, Sr. Batista Pereira, irmão de um dos diretores da refinaria de Mangueiras, tem liames de interesses com a refinaria do Rio Grande do Sul.

Apreciei, Sr. Presidente, em rápido boquejo, a política de petróleo que a administração da Petrobras está executando. Foi uma análise sucinta, mas suficiente para evidenciar que estejamos, já, diante do previsível.

Voltarei à tribuna, oportunamente, para abordar, em profundidade, os temas agora apenas criticados de relance. Os discursos versarão sobre Exploração e Produção, Distribuição e Importação de Óleo Cru, Indústria Petroquímica de Base, Situação Cambial e Encampação e Refinação. Se eu conseguir concorrer, embora modestamente, para despertar resistências e promover nova mobilização do povo em defesa da Petrobras e da integração da política estatal de petróleo, dar-me-ei por satisfeito com o meu dever e minha consciência.

O estado de força

Senado Federal – Ano: 1965

Denunciando que o estado policial, o estado de força substituíram o Estado de Direito na Guanabara, onde o governo se destaca pela “formação arbitrária e ditatorial” e reprime grupos pacifistas em praça pública.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não pode passar sem um registro veemente, sem uma condenação frontal e áspera, a ocorrência de ontem, no estado da Guanabara, quando mais uma vez a violência desatou-se incontrolável, violentaram-se as regras mais elementares da formação democrática de um povo, quando mais uma vez o desrespeito acintoso às liberdades do cidadão sofreu atentado cruel.

Vivemos, Sr. Presidente, a hora dos contradições. Chocam-se as palavras oficiais com os atos do cotidiano, do dia a dia. Há um desencontro entre o que se proclama e aquilo que se vê, aquilo que se constata, fazendo com que a população brasileira, perplexa, veja o futuro das instituições livres que tanto prezamos sob interrogação indecifrável.

Sr. Presidente, se em vários pontos do país a situação é esta, em alguns, como na Guanabara, o estado policial, o estado de força, que substituiu o Estado de Direito, se destaca, pela formação arbitrária, ditatorial, do cidadão que governa aquela unidade da Federação.

Aquela terra que todos nós nos habituamos a admirar e a sentir, ainda o centro político, o centro nervoso das grandes decisões políticas deste país; capital durante mais de duzentos anos e que ainda continua a capital na afeição dos brasileiros que usufruíram da convivência de seu povo alegre e acolhedor; pois nessa terra, Sr. Presidente, ontem um grupo de intelectuais tentou reunir-se pacificamente, numa praça pública, sem armas, sem qualquer atitude agressiva, para o ato simples e corriqueiro de distribuir um manifesto, já publicado por toda a imprensa do país, difundindo sua leitura em todas as camadas da população.

Ocorreu, Sr. Presidente, que a polícia da Guanabara, chefiando sicários armados de cassetetes e revólveres e de algumas das famosas “marchadeiras” daquele estado, afrontou a norma do nº 11 do art. 141 da Constituição, impedindo a reunião pacífica, dissolvendo-a a bordoada e prendendo intelectuais da maior projeção nas letras pátrias, como Antônio Calado, Márcio Moreira Alves, Joel Silveira, Hélio de Almeida, e estudantes. Ainda mais, afrontando o Legislativo daquele estado, arrastou também para a prisão o deputado Paulo Ribeiro, que se identificou aos policiais, nem por isso merecendo consideração e respeito. Além da iniquidade da prisão, a polícia tentou humilhar deputados e jornalistas, obrigando-os a sentar no meio-fio da calçada, para aguardar o veículo que os conduziu à Delegacia de Segurança Social.

Ora, Sr. Presidente, ouvimos ainda há pouco uma declaração, feita neste Senado, segundo a qual nunca este país gozou de tanta liberdade como no presente. É a liberdade de não ter garantia no lar, tantas vezes invadido por aí afora, mesmo depois de expirada a vigência do ato institucional, que permitia esse comportamento policial.

É liberdade das prisões sem culpa formada, de homens metidos nas enxovias durante dias e dias, sem conhecimento de qualquer autoridade judiciária, sem direito a falar com advogado, sem que se lhes conceda a elementar prerrogativa da defesa. É liberdade de imprensa amordaçada, como no meu estado, onde, há mais de seis meses, dois jornais estão fechados pela truculência de um tiranete que tomou, de assalto, o governo do Amazonas.

E ontem, na Guanabara, esse tipo estranho de liberdade repetiu-se com a dissolução violenta de reunião pacífica e a prisão de intelectuais de valor moral, com serviços prestados à nação brasileira, na sua profissão,

engrandecendo-lhe a cultura e se dedicando, sempre, ao longo de suas vidas inatacáveis, às boas causas.

Fica o registro, Sr. Presidente; fica o protesto. Dissolveram a reunião pela força, roubaram propriedade alheia, os boletins com o manifesto, como se com isso pudessem destruir a ideia e os princípios nele inseridos, que são imateriais, que são intangíveis, que estão na consciência de cada um de nós e que não serão jamais aniquilados. Negaram a praça, que é do povo, no dizer do poeta, ao povo. Continuarão negando pelos dias afora. Mas não eliminarão da consciência do povo as suas vocações libertárias, democráticas. E esse povo continuará lutando pelo direito de pensar, de expressar seu pensamento pelas conquistas sociais, continuará lutando para ocupar uma posição na sociedade e tornar, em verdade, imbatível a liberdade em terras brasileiras.

Atentem os homens de formação ditatorial para os exemplos que a História oferece; atentem para o fim que têm tido, em todo o mundo, os ditadores – quase sempre ignóbeis do ponto de vista moral, e sempre ignóbeis do ponto de vista político –; atentem para a marca indelével que estigmatiza os seus nomes da História, ferreteados pela condenação de povos que já não aceitam mais a tirania, que não admitem mais a opressão.

Considero difícil a implantação de uma ditadura neste país. Tivemos a experiência de 37, e tenho a impressão que essa serviu de exemplo, escarmentou o nosso povo. Embora a formação humana do ditador, embora a grandeza do seu coração, não foram poucos os crimes praticados à sombra, quando a voz do povo silenciou nas assembleias por intermédio dos seus representantes e os protestos calaram na imprensa sob censura.

Acho difícil a ditadura, porque as nossas Forças Armadas têm evidenciado a sua vocação democrática em todos os momentos em que intervieram na vida política, renunciando sempre à implantação de regime militar de força. Mas só isso não basta. É necessário que se alerte, é necessário que se brade, é necessário que se conclame o povo, as forças autênticas da inteligência e os homens idealistas que vestem farda para os desejos da minoria totalitária que quer impor a sua vontade, que é a vontade de suprimir a liberdade.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com prazer.

O Sr. *Josaphat Marinho* – Quero solidarizar-me com V.Exa. no protesto que está fazendo contra as violências ontem ocorridas no estado da Guanabara, praticadas pela polícia, ou sob a garantia da polícia, e atingindo jornalistas, intelectuais, professores, homens livres, enfim. O protesto de V.Exa., que é o de grande parte da opinião livre do país, há de encontrar a devida repercussão. Mas nós esperamos que, no dia 31 de março, os que porventura tenham que falar, louvando o governo, não se esqueçam de que precisam guardar certo pudor diante da opinião pública, não proclamando como ambiente de garantia e de liberdade o que aí está, de restrição e de violência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo aparte do eminente senador pela Bahia, cuja autoridade para emitir esta opinião é irrecusável. Não é um político que tenha tido ligações com o governo deposto. A linha de independência de S.Exa., hoje, era a linha de independência de ontem, numa atitude coerente, que exalta sua formação de homem público.

O Sr. *Josaphat Marinho* – Obrigado a V.Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Poder-se-ia, em relação a mim, dizer que falo apaixonadamente, que dou dimensão maior aos fatos, que vejo com prevenção o desenrolar dos acontecimentos, mas o mesmo já não se poderia alegar em relação ao senador *Josaphat Marinho*, pela isenção com que S.Exa. observa os eventos, ontem como hoje, condenando o que merece condenação, como já tem feito no atual estado da democracia brasileira. Seu aparte, portanto, é um reforço que considero de valor inestimável ao meu discurso, que dá pujança maior às minhas palavras na condenação, também, à violência, à arbitrariedade, ao desrespeito aos direitos do cidadão.

Sr. Presidente, fica, pois, o meu protesto e a solidariedade que presto, neste momento, aos estudantes que sofreram aquela coação, ao deputado ofendido nas suas prerrogativas, os jornalistas Antonio Callado, Márcio Moreira Alves, Joel Silveira, ao engenheiro Hélio de Almeida, a esses homens ilustres que se estão dedicando ao trabalho bravo de fazer com que o Brasil seja também uma pátria livre.

O brado do injustiçado

Senado Federal – Ano: 1965

Arthur denuncia demissão de ex-capitão pelo ato institucional e adverte que não se pode exterminar da mocidade o interesse pelos problemas de sua pátria, mesmo que esses problemas sejam políticos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de formular o apelo que vou endereçar ao professor Hélio Gomes, diretor da Faculdade Nacional de Direito, quero dar conhecimento ao Senado da cópia de uma carta que acabo de receber, assinada por um ex-capitão do Exército, que não conheço, e que representa um apelo dramático de um injustiçado pedindo Justiça.

Dou acolhida, Sr. Presidente, ao cidadão que a mim se dirigiu, enviando um documento da mais alta importância moral, no qual ele revela a sua vida, no qual pede ao presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo que o feito, no qual foi envolvido inocente, seja julgado para que possa dar uma satisfação à sua família e aos seus amigos, por meio de um ressarcimento moral.

Leio, Sr. Presidente, alguns tópicos do dramático apelo:

Exmo. Sr.

DD. Presidente do Tribunal de Justiça

Sr. Desembargador:

Quem lhe escreve é o ex-capitão do Exército, Joaquim Leite de Almeida, demitido pelo ato institucional, após 24 anos de serviços à pátria. Eu, meus pais, meus irmãos, minha querida esposa, meus adorados filhos e meus amigos não sabemos qual a razão do ato brutal do marechal presidente, nem mesmo se fui demitido por subversão ou corrupção. Mas, pelas circunstâncias em que se deu o ato, e pela época da sua publicação, temos quase certeza de que fui a única vítima do inquérito da CMTC, embora eu não tenha sido sequer pronunciado pelo promotor da 6ª Vara Criminal; embora eu não tenha sido preso durante o desenrolar do inquérito realizado pelo Exmo. Sr. General Menna Barreto, e S.Exa. me tenha inocentado da prática de qualquer corrupção pessoal em seu relatório;

embora do processo constem dezenas de ilustres indiciados, que ocupam posições de relevo na vida pública de São Paulo, e não tenha ainda a Justiça, à qual a Revolução entregou o caso, deliberado sobre o mesmo, nem sequer mesmo havendo decidido sobre questões de competência e de fórum.

O Sr. *Aarão Steinbruch* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Pois não.

O Sr. *Aarão Steinbruch* – Infelizmente, nobre senador, não constitui esse caso o único no Brasil; contam-se às dezenas e às centenas o número de pessoas injustiçadas pelo ato institucional, que não têm sequer o direito elementar concedido a qualquer cidadão de se defender. Conheço inúmeros casos ocorridos em outros estados, de funcionários que foram demitidos sem que fosse alegado o motivo para tal, se corrupção ou subversão. Há aqueles que, não conhecendo os demitidos pelo ato institucional, alegam que era um ladrão, um subversivo e que queriam derrubar as instituições. O Congresso Nacional, quando da votação do projeto que estabelece maioria absoluta para as eleições, poderia aprovar emenda do deputado Nelson Carneiro àquele projeto, para que os injustiçados, ou os que se creem assim, possam bater às portas da Justiça, para reparação dos erros porventura cometidos contra eles com a aplicação do ato institucional. Não conheço na História precedente igual, dentro do regime democrático, de atos atentatórios às liberdades individuais como os cometidos por esse ato institucional. Tais atos poderiam ser praticados dentro de um regime ditatorial, de um regime fascista ou nazista, mas, dentro de um regime que se diz democrático e como tal se apresenta ao mundo, desconheço fato idêntico na História dos povos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. tem razão e devo acrescentar: nas ditaduras fascistas, nazistas e comunistas há ainda um simulacro de julgamento, encena-se uma farsa. Condenou-se Cuba porque fuzilou adversários da revolução liderada por Fidel Castro, mas o regime comunista cubano armou um julgamento que pode ser indigitado como um simulacro, mas houve julgamento.

No ato institucional não houve fuzilamento físico, mas moral, no qual não deram às vítimas o direito de alegar o que havia a seu favor e expor suas razões de defesa, direito que o Brasil se comprometeu a defender quando assinou a Carta dos Direitos Humanos na ONU.

(Continuando a leitura:)

Sr. Desembargador, sou homem marcado pela sociedade, inutilizado em minha vida pública e privada. Ainda agora, após meu expurgo do Exército, nem sequer emprego consigo para o sustento do meu lar, ainda que seja advogado, jornalista e possua o curso de Relações Públicas. Tenho vivido de serviços avulsos e, não me envergonho de dizer, da cooperação de meia dúzia de amigos, que há seis meses vêm contribuindo mensalmente para a minha subsistência e a dos meus. Sou homem rigorosamente pobre, sem casa, sem terreno, sem automóvel, sem um real sequer em meu nome, no da minha mulher e no de qualquer outro parente ou amigo, em qualquer banco do país ou do estrangeiro. Já me ofereci a qualquer devassa por parte da Revolução e aguardei em vão que o atual governo confiscasse os meus bens, o patrimônio de um homem que eles demitiram por corrupção e desonestidade. Apesar de haver exercido as maiores funções públicas neste país, inclusive as de secretário de estado, tenho menos, porque não tenho nada, do que qualquer membro desse governo austero que aí está, e do que qualquer oficial do Exército, o mais pobre que eles queiram indicar. É um confronto que não sei se terão coragem de fazer, mas ao qual eu me submeteria gostosamente.

Sr. Desembargador: repleto de dívidas e de compromissos, ameaçado até de despejo da casa alugada em que resido, execrado pela opinião pública; em nome de meu pai, desembargador como V.Exa., da minha velha mãe, da minha esposa, dos meus filhos, dos meus parentes e dos meus amigos, venho humildemente à presença de V.Exa. solicitar, até por amor de Deus, que tome providências as mais urgentes para o julgamento imediato do processo da CMTTC, que aí está nesse augusto Tribunal, parado há tanto tempo.

Tenha piedade, Sr. Desembargador, da minha reputação, da idoneidade de tanta gente, até mesmo da honorabilidade do próprio estado bandeirante, que vê a figura do seu governador envolvida em escândalos e avassalada por verdadeiro mar de lama e de opróbrio.

Sr. Desembargador:

É o que espera o signatário, que deseja apenas ser julgado. E às ordens de V.Exa., na Praça da República, 473, 8º andar, conjunto 81, telefone 37-7353.

Respeitosamente, seu patrício – Joaquim Leite de Almeida.

Sr. Presidente, acolhido assim o brado do injustiçado, passo ao apelo que desejo fazer ao diretor da Faculdade Nacional de Direito, professor Hélio Gomes. E o faço porque tenho conhecimento dos tribunais intelectuais e morais que exornam a personalidade desse ilustre professor. Sei da sua dedicação à cátedra que escolheu como profissão; sei da sua vocação de educador; sei da sua bravura cívica e da sua honorabilidade pessoal. Um cidadão que reúne tão excelsas qualidades tem todas as condições para entender a mocidade, para compreender a inquietação que assalta, nesse transe por que passa não apenas o país, mas o mundo, a juventude das escolas, que sente nos entrechoques sociais, no drama que constitui o dia a dia de todos os povos, o nascer do ímpeto de luta, levando-os a participarem de todas as refregas, quer estritamente no campo acadêmico, quer no campo político. Notadamente num país como o nosso, batido por contradições chocantes, atingido na sua estrutura política, social e econômica por deformações e deficiências que precisam ser erradicadas; num país como o nosso, onde o contraste entre a riqueza e a pobreza – a riqueza de uns poucos e a pobreza de milhões – fere mesmo as sensibilidades empedernidas; num país que ainda está procurando o caminho para se afirmar, para se realizar em todos os sentidos – a mocidade não pode absolutamente ficar marginalizada, excluída do processo.

Não se diga que o estudante deve apenas estudar. Não. Não se queira afastar a nossa juventude dos roteiros que acompanham o desenvolvimento da nação, em todos os ângulos das suas atividades. Não se queira exterminar da nossa mocidade o interesse pelos problemas de sua pátria, mesmo que esses problemas sejam políticos. E não se queira, sobretudo, Sr. Presidente, provocar, nesta hora, a mocidade. Todos nós já alisamos bancos acadêmicos; todos nós sabemos o que é o arrojo do jovem; todos nós sabemos, sobretudo, o que é o seu idealismo, o mais puro, quando ele se dedica à defesa das causas nas quais acredita, desambicioso e desinteressado, pugnando apenas pelo que considera certo.

Fui acadêmico de Direito, Sr. Presidente, e em plena ditadura, arrostando a ameaça de prisão, liderei o movimento de rua de meus colegas, em 1945. Participei, mesmo, de movimentos em que esta inquietação palpitante da mocidade se desviava por caminhos não muito aceitáveis. Mas não me arrependo, Sr. Presidente, em nenhum momento, de tudo aquilo que fiz como estudante, como acadêmico. Porque se há uma etapa da minha vida em que eu sinto absoluta pureza de sentimentos e de ideais, é aquela dos movimentos da Faculdade de Direito do Amazonas.

O Sr. Aarão Steinbruch – Permite V.Exa.?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com prazer, Exa.

O Sr. Aarão Steinbruch – Estamos de inteiro acordo com as palavras que está proferindo. Infeliz é a juventude que se adapta ao *statu quo*, aquela que não grita, aquela que não protesta. Porque juventude que não protesta é juventude morta. Deveria este governo incentivar protestos feitos por estudantes e não – como pretende o ilustre diretor da Faculdade de Direito a que V.Exa. faz um apelo para reconsiderar seu ato – fechar uma entidade estudantil porque seus dirigentes teriam publicado um manifesto contra o estado de coisas vigente no país, contra esse estado que muitos de nós também criticamos, porque respeitamos as liberdades, queremos vê-las instituídas plenamente no país. Juventude que não protesta é o homem morto de amanhã. Também fomos jovens, também participamos de lutas estudantis e – como V.Exa. muito bem lembrou – nos tempos da ditadura percorremos as ruas de Porto Alegre, protestando contra as arbitrariedades da época. Não nos arrependemos desse período. E se tivéssemos mais calor, mais entusiasmo, se o sangue que corre nas nossas veias ainda fosse tão forte e vibrante como antigamente, estaríamos também de novo percorrendo as ruas e gritando: “Liberdade! Liberdade!”

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado, mais uma vez, pelo aparte do eminente senador Aarão Steinbruch.

O que resulta do ato do diretor da Faculdade de Direito, acima de tudo, é a injustiça. Injustiça porque o ato se baseou em um manifesto apócrifo distribuído dentro da Faculdade Nacional de Direito, com o propósito maldoso, perverso, de comprometer os dirigentes do tradicional Caco. Bravos rapazes que jamais usaram do anonimato para se pronunciarem; corajosos jovens que sempre subscrevem os manifestos que dirigem à nação e aos colegas, e que jamais iriam desmentir seu

passado, que lhes dá autoridade, num manifesto apócrifo, sem assinatura, sem responsabilidade.

O Sr. Antonio Jucá – Permite V.Exa um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com todo o prazer.

O Sr. Antonio Jucá – Queria lembrar que, por um fator biológico, nós, em hipótese alguma, deveríamos desprezar a nossa mocidade. A população do Brasil, demograficamente considerada, é uma população jovem, uma população onde predominam as pessoas adolescentes e, em hipótese alguma, podemos relegar esses adolescentes, esses rapazes entre 15 até 25 anos, afastando-os da vida pública nacional. A valorização da mocidade vemos não apenas nos países jovens, como o Brasil, que conseguiram salvar as suas populações de doenças infecciosas em tempo recente, através dos antibióticos, através da medicina, porque progredimos mais do ponto de vista médico do que do ponto de vista industrial. De tal sorte que se verifica atualmente no Brasil um verdadeiro *boom*, uma verdadeira explosão demográfica, com o acréscimo extraordinário da nossa população. A nossa população é de jovens. Se a maioria é de jovens, como relegarmos, retirarmos esses jovens da política nacional, do progresso, do trabalho da nação? Fui educado, em parte, na América do Norte, e sei como ali se valoriza o jovem. O jovem, na América do Norte, é a ideia nova, é o motor da nação, é a força motora do progresso, a tal ponto que, apesar de a América do Norte ser uma civilização de velhos, onde predominam os velhos, é difícil um homem com mais de cinquenta anos conseguir emprego. Portanto, nós que estamos num sentido diametralmente oposto, que temos uma pirâmide demográfica de base muito longa e de ápice estreito, é, sobretudo, com os jovens que devemos contar para o progresso da nação, para o bem-estar social e para a felicidade de nosso povo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado pelo seu aparte, senador Antônio Jucá.

Sr. Presidente, se olharmos o Brasil de norte a sul vamos encontrar a sua mocidade atuante e vibrante. As repressões que ela sofreu, a intervenção nos seus órgãos de classe, a prisão de dezenas de estudantes em todo o país, muitos dos quais ainda continuam nos cárceres há mais de um ano – e tenho agora mesmo um exemplo para citar, da presença, aqui em Brasília e aqui no Senado, de um ilustre professor baiano de Direito Penal, Dr. Raul Chaves, que veio a Brasília defender dois alunos

seus, presos naquele grande estado há mais de um ano – todos esses atos não contiveram e não conterão a mocidade.

As manifestações que ela tem feito, Sr. Presidente, dando vida à UNE – apesar da Lei Suplicy, repudiada pelos estudantes de todo o país –, manifestando-se corajosamente toda vez que entende haver necessidade de um pronunciamento, evidenciam que ela não cederá, Sr. Presidente, e precisa haver compreensão para essa inquietação; precisa haver sensibilidade para o sentimento moço: precisa haver, sobretudo, Sr. Presidente, espírito pedagógico daqueles que são incumbidos de orientá-la.

O manifesto atribuído ao Caco é uma impostura. Conheço vários desses jovens, colegas do meu filho mais velho. Com eles tenho conversado algumas vezes, sentido a sua formação ideológica, que se reveste do mais puro idealismo democrático. Não digo que não haja, na Faculdade Nacional de Direito, um ou outro estudante comunista. Há em todas as classes. Mas não se pretenda, com base em um detalhe, tentar envolver o todo, tentar marcar uma entidade tradicional como o Caco, com marcante atuação na vida dos estudantes brasileiros e com relevante participação, também, nas grandes lutas que o nosso povo tem empreendido, como a serviço da causa comunista. Não creio mesmo que as publicações da imprensa, atribuindo ao professor Hélio Gomes essa increpação ao órgão dos acadêmicos do Rio de Janeiro, sejam verdadeiras. Ele não se deixaria envolver pela arteirice usual de se deter todo e qualquer movimento reivindicatório, todo e qualquer protesto, toda e qualquer tentativa de levantamento social das massas com acusação de movimento subversivo-comunista. E não será isso também que deterá os estudantes! Se há assim uma coragem imbatível, essa é a da mocidade. E agora mesmo nos vem um exemplo da Espanha ditatorial, cujas enxovias estão abarrotadas de presos políticos, onde a mocidade se levantou, sofreu repressões, mas não se entregou. E, afinal, conseguiu vitória parcial contra a ditadura.

A nossa mocidade, também, não se deterá e não a provoquem, é o que peço. Compreendam-na e não a provoquem. Procurem senti-la e não a estimulem a atos não compatíveis com os seus desejos; procurem entendê-la e e terão certamente, essa mocidade, sempre e sempre, a serviço do Brasil.

Faço, portanto, este apelo ao ilustre diretor da Faculdade Nacional de Direito, professor Hélio Gomes: reabra S.Exa. o Caco, deixe que os

jovens estudantes deem vazão aos seus sentimentos, lutem por princípios que devem ser fundamentais e insubstituíveis no regime democrático. Conceda que a mocidade, desde logo, comece a se preparar para o amanhã deste Brasil, participando dos problemas nacionais, sentindo o drama da vida brasileira e contribuindo para dar ao país estrutura democrática mais sólida pela sua substância jurídica, social e humana.

Fica, portanto, o apelo lançado neste tom, porque, acreditando no professor Hélio Gomes, penso que ele terá acolhida. Entretanto, se o Caco continuar fechado, se a injusta suspensão dos alunos permanecer, voltarei à tribuna, já então para um protesto, já então para a condenação, já então para dizer que esta nação não pode mais assistir, impassível, que jovens sejam expulsos das escolas, marginalizados da vida cultural pela brutalidade, como já aconteceu, por delitos que não foram provados, por crimes que não foram apurados, numa medida, Sr. Presidente, ímpar na nossa vida republicana.

E se tiver de voltar assim, Sr. Presidente, tenho certeza de que o farei para prestar um serviço a esta nação, a esta nação que, se agora tem falhado pelos seus homens públicos, na solução de seus problemas mais transcendentais e mais profundos, poderá, amanhã, realizar-se por intermédio da geração atual.

Toda ditadura é infame, é vil, é ignóbil

Senado Federal – Ano: 1965

Indignado ao perceber a implantação da ditadura, senador usa a tribuna do Congresso Nacional para reafirmar sua convicção de homem livre que não aceita a tutela de ninguém. E pergunta: “que sentido poderá ter a vida sem liberdade?”

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, falo para um Senado sitiado, falo para uma Casa que deveria ser a encarnação maior da representação democrática de um país absolutamente sitiado. Falo para um Senado que existe apenas nominalmente, falo para um Senado que talvez esteja vivendo as suas últimas horas. Mas é preciso que se fale, é preciso que alguma voz de protesto se levante, é preciso que se manifeste inconformismo diante da situação que atravessa nossa

desgraçada pátria, nesta hora infeliz, triste e infeliz, em que não sabemos o dia de amanhã, não sabemos se estaremos aqui ou num cárcere, não sabemos se esta Casa estará funcionando ou alguém legislando, impondo, por decreto, sua vontade ao povo.

Sr. Presidente, há momentos em que o homem tem que decidir, há instantes em que o cidadão tem que adotar uma posição definitiva na sua vida e arrostar as consequências da sua atitude, de seu gesto, de sua posição.

É o que eu venho fazer hoje, Sr. Presidente. Venho marcar uma posição, venho reafirmar a minha convicção de homem livre que não aceita tutela de ninguém, venho declarar que não abdicó dessa minha condição de homem livre que quer pensar por si, que quer decidir por si, que quer escolher apenas os caminhos da democracia e da liberdade.

Eu me sentiria mal comigo mesmo se não marcasse a minha posição nesta hora, se não dissesse aquilo que acho que é dever de cada um de nós dizer, neste momento, se não afirmasse alto e em bom som quando se aproxima a implantação da ditadura, que não aceito, porque toda ditadura é infame, é vil, é ignóbil. E aquilo que é infame, que é vil, que é ignóbil, o homem de bem não pode aceitar. O homem que preza a liberdade, que ama a liberdade, não pode tolerar nem admitir. Porque, sob uma ditadura – que é sempre vil, ignóbil e infame –, se o homem se rebaixa, se diminui, se degrada à mais ínfima condição.

Pois é isso que querem fazer em nosso país, Sr. Presidente. Querem aviltar-nos, querem degradar-nos, querem envilecer-nos, querem colocar-nos na posição de subgente, sem direito a discernimento, sem prerrogativas de opinião, sem vontade.

Que o façam, Sr. Presidente! Mussolini o fez também, na Itália. Terminou pendurado de cabeça para baixo, junto com sua amante. Hitler o fez também na Alemanha. Terminou morto, e não se sabe até hoje como. Stálin o fez, na Rússia, e terminou também, Sr. Presidente, ingloriamente, sem que se saiba se foi, de fato, assassinado pelos médicos que o assistiam, ou morreu de morte natural.

Façam-no, Sr. Presidente! Degradem este país! Esmaguem as liberdades do povo, implantem a ditadura, mas aguardem o futuro!

O mais infeliz dos homens é aquele que pensa que o seu poder emana da força: o mais desgraçado dos indivíduos é aquele que pensa que

se impõe esmagando consciências e liberdades. Porque só há uma força indestrutível, irremovível, que é a força moral.

Esta enfrenta tudo, Sr. Presidente, arrosta todas as consciências, esta não se intimida, esta não sabe o que é recuo ou indecisão. A outra, a outra, não! A outra se mantém em permanente terror; a outra vive o signo do medo; a outra vê abantesmas sobre a sua cabeça, porque se ampara na força, que não tem o poder de convencer, mas apenas de esmagar e o poder de impor. Na força, que não tem o poder de conquistar, mas apenas o poder de escravizar, na força que se impõe triturando e não admitindo. Não sei, Sr. Presidente, quais os dias de amanhã, deste amanhã sombrio para uma pátria que poderia estar, nesta hora, tranquila. Não sei o porquê desta crise que paralisa a nação, em todas as suas atividades, infernizando, ainda mais, a vida do nosso desgraçado e infeliz povo. Não sei por quê! Tudo, na situação atual, indicaria tranquilidade e paz; tudo, no governo que aí está, apontaria caminhos de reconstrução, de aproximação, de trabalho. Ao invés disso, Sr. Presidente, o que se verifica é intranquilidade, ansiedade, e este temor do povo brasileiro pelo futuro, pelo amanhã. E há alguém que se há de jactar disso; há alguém que há de sentir-se o herói, porque a nossa nação passa por esses momentos de incerteza e de agonia cívica. Esquecem-se esses homens de que estamos escrevendo História. Cada palavra, cada atitude nossa, cada gesto nosso, é uma linha, é um capítulo que acrescentamos à nossa própria História. E no momento em que, escrevendo essa História, estamos descrevendo a nós mesmos, estamos traçando o nosso próprio perfil, nos estamos definindo diante da nação e diante do mundo pelo que somos, pelo que pensamos, pelo que pregamos, pelo que defendemos. E essa História, amanhã, irá julgar-nos implacavelmente, irreversivelmente. Irá apontar-nos àqueles que descendem de nós, àqueles que usam o nosso nome, àqueles que são os herdeiros de nossas tradições, irá apontar-nos como traidores, ou como defensores da liberdade, como traidores, ou como defensores desta pátria.

Não nos iludamos, não nos deixemos enganar por qualquer dialética farisaica nesta hora que tanto anuvia a nossa visão e a nossa perspectiva. Esta é a realidade que vivemos; este o momento que temos diante de nós. Ou seremos dignos dele ou iremos figurar nessa História como pobres infelizes, como pobres desgraçados que não souberam resistir e que não souberam combater.

Vive esta nação sob o signo do medo, um medo imenso, tenso, encobrindo-a. Mas, até quando, Sr. Presidente? Até quando teremos que suportar, tolerar este medo? Até quando teremos que ser vítimas dele? Até quando teremos que silenciar diante da prepotência, da violência, da arbitrariedade? Até quando? Cada um de nós marcou o seu dia de resistência. Cada um de nós já decidiu até quando aguentará isto, como eu o fiz, Sr. Presidente, para declarar que o meu dia de resistência já cessou. É humano o medo e eu devo ter tido medo ontem, devo ter tido medo ainda há pouco. Hoje, não tenho mais medo, Sr. Presidente. Já me sobrepeus a mim mesmo, já me sobreleveei a mim mesmo, já marquei a minha condição humana para declarar, perante o Senado, que não tenho mais medo. Enfrentarei a situação que vier, seja ela qual for, arrostarei as consequências do que vier para o nosso país, sejam elas quais forem, para poder voltar à minha casa de cabeça erguida, para encarar os meus eleitores de frente levantada, para dizer a meus filhos, amanhã, pelo menos, que dei o exemplo de ter superado o medo. E é isso que estou fazendo neste instante, Sr. Presidente.

Que será desta nação amanhã? Onde estarão as nossas liberdades? O que será da democracia brasileira? Ninguém sabe, ninguém pode dizer! Talvez este Senado esteja fechado; talvez aqueles homens de imprensa já não possam mais escrever aquilo que pensam e sentem, porque haverá censor em cada jornal; talvez os rádios não falem mais a verdade sobre o país, mas apenas mentira, aquela mentira que segundo Goebbels, se repetida, se tornaria verdade. Talvez sejamos apenas massa amorfa, sem vontade, sem dignidade, sem liberdade, a aceitar um regime que não escolhemos e que não queremos.

Esse pode ser o nosso amanhã. Que se conformem com ele, Sr. Presidente, aqueles que não têm o exato sentido do que seja liberdade; que o aceitem e o admitam aqueles que desprezam ou menosprezam esse direito de falar, de exprimir, de pregar. Eu não o aceito, e o digo sem gestos teatrais, que não caberiam nesta hora. Quero apenas repetir, como exemplo, as palavras do líder da libertação dos Estados Unidos da América do Norte, quando, na convenção da Filadélfia, dirigia-se aos seus patrícios declarando: “Deem-me a liberdade ou deem-me a morte”.

De fato, Sr. Presidente, que sentido poderá ter a vida sem liberdade? Que beleza poderá ter a existência de um escravo? Que magnificência

poderá haver na convivência de homens que se temem, porque um não sabe o que o outro fará, amanhã, contra ou a favor do outro?

Não vejo, de fato, Sr. Presidente, sentido numa vida de escravatura. Não vejo objetivo numa existência irrespirável e, como o líder da libertação americana, quero declarar que talvez prefira a morte à falta de liberdade.

Citei, há pouco, uma definição ideológica do presidente Lyndon Johnson e achei de extrema beleza quando declarou ser um cidadão livre, americano, membro do Senado do Partido Democrata, nessa ordem. Colocou, assim, a sua condição de cidadão livre acima da de cidadão americano.

O que quis significar? – Que não lhe importaria ser americano sem ser um homem livre.

Digo da mesma forma, Sr. Presidente; não me importa ser brasileiro sem ser homem livre; não me orgulhará a condição de cidadão desta pátria, que tanto amo, se não puder, antes, dizer que sou um cidadão livre, brasileiro. Porque, de fato, este é o dom maior, é o dom incomensurável, que não se pode medir nem pesar: é o dom supremo que o homem pode ter.

E dele não abdicó, Sr. Presidente. Não abdicó!

Venho de um estado que tem no índio Ajuricaba o símbolo dos seus anseios libertários. Venho de um estado que tem em Ajuricaba a imagem viva do que o homem aspira na sua existência. E quero, pelo menos nesta hora, também honrar esse símbolo, honrar essa lembrança histórica, talvez até como seu descendente – porque me orgulho de dizer que tenho sangue índio nas veias –, declarar que não aceito a tirania, que não aceito a escravidão, que não aceito o arbítrio, que não aceito a prepotência! Luto e saberei lutar! Cumprirei com o meu dever até o fim, enquanto me permitirem! Saberei distinguir aquilo que é minha obrigação daquilo que é meu dever repudiar até o último momento!

Espero, Sr. Presidente, que se houver algum sacrifício meu e de alguns mais, que isto sirva de adubo para que viceje, nesta pátria, o ideal de liberdade, o ideal de democracia, o ideal de paz, o ideal de amor!

Sr. Presidente, somos aqui apenas delegados da vontade popular. Somos apenas mandatários da vontade popular. Nós aqui não falamos nem agimos por nós. Temos uma responsabilidade muito grande com aqueles que nos enviaram para a Câmara e para o Senado.

Temos, sempre, Sr. Presidente, de exprimir a sua vontade, o seu desejo, o seu pensamento. E quando falo nestes termos, talvez um pouco passionais, talvez num estilo meio apaixonado, mas serena e tranquilamente marcando e expressando a minha posição, só peço a Deus que eu esteja manifestando a vontade e desejo daqueles eleitores humildes e simples que me levaram às grandezas da sua representação no Senado da República!

O grande lago amazônico

Senado Federal – Ano: 1965

Arthur Virgílio diz que o Brasil deve ficar alerta para mais uma investida contra uma região cobiçada, que já foi alvo no passado de algumas tentativas de internacionalização.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, está em debate no país, neste momento, o plano do Instituto Hudson, dos Estados Unidos da América do Norte, a respeito da criação de grandes lagos na região amazônica.

Entendo, Sr. Presidente, que nós, brasileiros, devemos acautelar-nos diante de mais essa investida contra uma região cobiçada, que já foi alvo no passado de algumas tentativas de internacionalização. E ninguém duvida que a ameaça existe realmente.

Não se trata de chauvinismo nem de xenofobia, nem de medo despropositado.

Quem vem acompanhando, sobretudo de certo tempo para cá, a propaganda e a movimentação do Instituto Hudson, há de convencer-se de que o plano já está de fato elaborado e que esse organismo só espera a oportunidade, o momento azado, o momento preciso, para tentar a sua execução.

Leio, Sr. Presidente, a entrevista do representante brasileiro ao jornal *Correio da Manhã*, na qual ele inicialmente revela que os primeiros contatos com o Instituto Hudson foram promovidos pelo Sr. Roberto Campos e depois, em linguagem atrevida, audaciosa, insultuosa, revela todo o plano, nas suas linhas mestras, nas suas linhas gerais, fazendo, de passagem, referências injuriosas à oficialidade do Exército, e encômios

à Oficialidade da Marinha, que ele considera de nível superior ao do Exército, pois estaria apoiando o plano do Instituto Hudson.

Logo após essa entrevista, surgiu a reação e, paralelamente, também o apoio. Dois grandes jornais da capital da República e um de São Paulo passaram a tachar de ignorantes e ridículos os que se levantaram contra o plano do Instituto Hudson. Outros grandes jornais, como o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, da Guanabara, e homens do governo como o ministro Albuquerque Lima, do Interior, com as naturais cautelas, o ministro Magalhães Pinto, do Exterior, pronunciaram-se contra a execução do plano.

A favor do plano há de se destacar, como sempre em situações semelhantes, a atuação do Sr. Roberto Campos que, num artigo publicado no jornal *O Globo*, intitulado “Os futurives e o incêndio na caixa-d’água”, fala no “grande lago e na nacional-palhaçada”.

Desta vez não pôde falar em comuno-palhaçada; não pôde invocar mais uma vez a já batida e sediciosa indústria do anticomunismo, para defender os planos contrários aos interesses do Brasil e do povo brasileiro.

Desta vez ele não pôde levantar o fantasma da luta anticomunista para prejudicar o país, porque os homens que se pronunciaram, como o ministro Albuquerque Lima, como o general Peri Bevilacqua, como o coronel Andreazza e como o ministro do Exterior, Magalhães Pinto, estão acima desse tipo de suspeita.

Busca, entretanto, ridicularizar, falando em “incêndio em caixa-d’água”, referindo-se mais uma vez às vozes daqueles que se ergueram, que se hão de se levantar contra a cobiça externa a respeito daquela rica região brasileira.

Sr. Presidente, não são de hoje, vêm de um século após a descoberta do Brasil as manifestações de interesse internacional pela Amazônia. Ainda no Brasil-Colônia, foram ingleses, franceses, irlandeses, que chegaram a penetrar as bacias do Xingu e do Tapajós; e alguns deles se localizaram na foz do Amazonas, valendo-se de divergências a respeito das linhas estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas.

O Sr. Aarão Steinbruch – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com todo o prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch – Verifica-se pelo brilhante discurso que está pronunciando nesta Casa, que existe já há séculos uma preocupação estrangeira pelo domínio da região amazônica. V.Exa. dá o exemplo de

que, cem anos depois de descoberta, grupos estrangeiros já procuravam assenhorear-se desse território. O que causa espanto, Sr. Senador, é que, sabedor o Brasil dos interesses alienígenas, com referência a esse território, não tenha, através do tempo, procurado desenvolver a região amazônica, povoando-a e dotando-a de todos os recursos indispensáveis para que sobre ela não recaísse a cobiça estrangeira. Essa é a minha perplexidade. Deve ser a de V.Exa. e de toda a nação. E vamos ver se desta vez resolvemos os problemas da Amazônia nesse particular.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. tem razão e irá verificar que esse é um dos aspectos que pretendo abordar nesta tarde, ao apreciar a intenção do Instituto Hudson de criar grandes lagos na região amazônica.

Sr. Presidente, já na Monarquia, quando da revolta de cabanagem, ingleses e norte-americanos tentaram aliciar o chefe rebelde a fazer uma luta de secessão, a se separar do Brasil, mediante recebimento de apoio armado daquelas nações, representado, inclusive, em tropas. Mas já àquela altura estava arraigado o espírito da brasilidade do chefe dos cabanas, Angelin, e ele repeliu a proposta anglo-americana.

Tivemos depois a questão do Amapá, cobiçado pela França. E depois a questão do Acre, que serve como uma advertência em duplo sentido: primeiro pelo perigo que representa a ocupação de um território por estrangeiros, que foi precisamente o que ocorreu no Acre, quando os seringueiros começaram a penetrar no Javari e no Purus, em território boliviano, e ali se fixando para afirmar a soberania do Brasil sobre o território...

O Sr. José Ermirio – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com prazer.

O Sr. José Ermirio – Não vamos tão longe, nobre senador; isso aconteceu no Texas com o México, onde grupos americanos se instalaram e fizeram sua independência, tornando-se um estado americano. O que está acontecendo é o seguinte: grupos internacionais estão cobiçando a Amazônia, que, realmente, é uma região muito rica e já temos dito que entre o Tapajós e o Madeira talvez esteja a região mais rica do mundo em ouro, diamantes – sabemos que lá existem muitos – e de minerais, imensas reservas. E o que está acontecendo é que hoje, com a aerofotogrametria na mão, eles – mesmo de avião, ouça bem,

nobre senador – podem determinar o que há embaixo do solo, de cem a cento e cinquenta metros de profundidade.

O Sr. Aarão Steinbruch – Suprem, deste modo, noventa por cento do trabalho dos técnicos.

O Sr. José Ermirio – Se não cuidarmos logo desta questão, perdemos a Amazônia, pois, hoje, de um avião, já podem determinar o que existe abaixo do solo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. tem razão.

Sr. Presidente, o que houve no Acre representa uma advertência de duplo sentido. Entendem que nós, brasileiros, penetramos em território que não era nosso e fomos ocupando, paulatinamente; depois, nos recusamos a entregá-lo. E Plácido de Castro, esse bravo gaúcho que a Amazônia conquistou, terminou incorporando ao território brasileiro o que hoje é o promissor estado do Acre. Numa luta homérica e épica, à frente de seringueiros, enfrentou o exército boliviano comandado pelo seu comandante em chefe, o ministro da guerra.

Há outros exemplos, Sr. Presidente, como a criação da Amazon River, resultado da propaganda, nos Estados Unidos, feita por um oficial da Marinha americana que pervagou a região, percorreu-a, sentiu sua grandeza e, pelos idos de 83 – se não me engano – ou de 80, saiu dizendo que os Estados Unidos deveriam dirigir-se à Amazônia, a fim de ocupá-la, porque só um povo forte poderá dominar aquela região, e, além disso, Belém ficava mais perto de Washington do que do Rio de Janeiro.

Três anos após essa pregação, era criada a Amazon River – que seria a internacionalização do rio, a penetração por navios americanos – com o consentimento do governo brasileiro, mas o veto corajoso e patriótico do governo do Pará impediu a entrada de navios americanos no grande rio.

Depois, foi a tentativa da Hileia – o Instituto Internacional da Hileia –, já bastante conhecido. Não preciso, pois, me alongar em considerações a respeito do que resultaria a implantação desse instituto – a perda total e definitiva da região.

Felizmente, houve aquela reação belíssima de patriotas, comandados na Câmara dos Deputados pelo presidente Arthur Bernardes, que fez com que a medida morresse no nascedouro.

O Centro do Trópico Unido, ainda bem recente, em 1965, quando, a pretexto de se estabelecer na região um instituto científico de pesquisas,

se objetivava em verdade a sua internacionalização e retirava a participação, desse órgão, de todas as entidades brasileiras que lá atuam.

Agora, Sr. Presidente, é o Instituto Hudson, com seus lagos, a que me referirei dentro de mais alguns minutos.

Sr. Presidente, eu acentuo que não há, na minha atitude, chauvinismo nem xenofobia.

Considero que vivemos, executamos e apoiamos a política ocidental, mas vejo uma distância muito grande em se apoiar a política ocidental, em apoiar as nações democráticas para o servilismo, para a subserviência, para a concessão de favores que prejudicam o interesse nacional. Vejo, no Brasil de hoje, uma tendência para esse servilismo, vejo, no Brasil de hoje, uma tendência para o entreguismo mais deslavado, para, inclusive, uma desnacionalização, para a criação de mentalidade que jamais irá beneficiar o nosso futuro, o nosso progresso e a solução dos nossos problemas. E são, assim, dezenas de casos.

Vamos começar, Sr. Presidente, com a presença, por exemplo, de americanos do norte em quase todos os ministérios brasileiros, inclusive de técnicos americanos no Imposto de Renda. O acordo de ensino é executado por técnicos americanos, dentro do Ministério da Educação. Missões religiosas protestantes, ou com a capa de missões religiosas protestantes, correm este Brasil, de norte a sul, ricamente dotadas, com aviões, embarcações, dinheiro e muitos recursos, a fazer pregações e pesquisas que contrariam os interesses nacionais e ofendem, inclusive, a soberania nacional.

O Sr. Eurico Rezende – V.Exa. me honra com um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Concederei já.

Trago aqui o depoimento do general do Exército José Luiz Guedes, em entrevista à imprensa carioca. Declarou S.Exa., referindo-se a essas tais missões religiosas: “São constituídas de vários membros, contando com geólogos, mineralogistas, químicos, físicos e outros profissionais”.

E adiante: “Possuem jipes, botes, lanchas, aviões e fortes recursos financeiros”.

Concedo, agora, o aparte ao nobre senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende – Parece que V.Exa. afirmou a existência de ingerência americana até no mecanismo do Imposto de Renda, de técnicos do Imposto de Renda e na administração do ensino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Na execução dos acordos de ensino.

O Sr. *Eurico Rezende* – Quanto à parte tributária, ainda do seu pessimismo, ignoro inteiramente a participação governamental americana. No que diz respeito à aplicação de verbas, a exigência da fiscalização existe em documento público. Foi feito convênio com uma instituição financeira oficial americana que forneceu os recursos e está, nos termos do convênio, exercendo um direito elementar, qual seja o de verificar se os recursos estão sendo aplicados convenientemente, isto é, nos termos do próprio convênio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Desconfiando da colônia? Falta de confiança nos homens da colônia?

O Sr. *Eurico Rezende* – Estou respondendo com objetividade. Se V.Exa. faz um empréstimo por exemplo, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para fins industriais, esse crédito é supervisionado, é fiscalizado. Se um dia tivermos recursos para conceder empréstimos à América Latina, nós iremos fiscalizar, também, sob pena de sermos desidiosos, e V.Exa., aqui, na retaguarda, criticará o governo brasileiro por não estar fiscalizando a aplicação de seus recursos lá fora. De modo que atribuo as palavras de V.Exa. tão somente à interpretação deformativa ou, então, de fagocitose do seu pessimismo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – É a segunda vez que ouço V.Exa. falar tal palavra aqui no plenário. Certa vez o fez em relação ao deputado Almino Afonso. Asseguro a V.Exa. que procurei esse termo nos dicionários e não o encontrei. Não conheço. Portanto, não posso responder se estou ou não estou com “fagocitose”.

O Sr. *Eurico Rezende* – Na linguagem leiga defino esta palavra como uma espécie de esquentamento de sangue, ou então, um excesso de formação de glóbulos em que há uma espécie de aceleração, um processo, digamos assim, de aceleração. Uso essa expressão naturalmente não pedindo muitas desculpas aos médicos. É uma expressão que tem sido e vem sendo aceita na minha província parlamentar do Espírito Santo. Aqui, no altiplano da República, talvez essa expressão cause estranheza. Empregando-a, eu quis dizer o seguinte: V.Exa. está exagerando; é um exagero...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – V.Exa. verá que não é! E verá, pela análise que estou fazendo, a verdadeira infiltração americana no país, por um processo de desnacionalização em curso.

Estava referindo-me a essas missões religiosas protestantes, as chamadas missões religiosas, que, além de se apresentarem assim como protetoras, boazinhas, bondosas, oferecendo àquelas populações paupérrimas que as cercam conforto e meios – que elas até então desconheciam – essas missões vão muito adiante: interferem, inclusive, no controle de natalidade do país, aplicando DIU, processo de esterilização de mulheres no extremo norte.

E quem o diz não sou eu e, sim o Ministério da Agricultura, quando declara, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que estão esterilizando mulheres em massa na Amazônia.

Há ainda, a declaração de um sacerdote católico, Frei Gil, do Maranhão, que diz o seguinte:

Sendo esta uma região onde a mortalidade infantil chega a 80%, onde o povoamento é uma necessidade premente para o seu desenvolvimento, o uso do anticoncepcional assume aspectos graves, pois, num futuro não muito distante, pode fazer desaparecer as povoações.

Vê V.Exa., nobre senador, a gravidade da atuação dessas chamadas missões religiosas dentro do nosso país. E, o que é mais espantoso, o que é est arrecedor, é a “fagocitosidade” com que elas agem, a liberdade de ação que elas têm, a independência absoluta de correr este país e decidir, acima das autoridades brasileiras, sobre a solução de problemas que só a nós dizem respeito, e só por nós devem ser solucionados, resolvidos.

O Sr. Argemiro de Figueiredo – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo – Senador Arthur Virgílio, permita-me V.Exa., neste instante em que pronuncia um discurso do maior interesse nacional...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. Argemiro de Figueiredo – ...que eu formule um apelo aos meus companheiros de partido e ao Senado em geral, especialmente àqueles que estão na área adversária nossa, no sentido de que olhemos, estude-

mos, examinemos o problema da Amazônia, não em caráter partidário, mas examinemos esses problemas realmente graves, como brasileiros, vez que V.Exa., neste instante, não apenas se dirige aos seus correligionários, mas à mais alta Casa do Congresso. E o seu discurso, pela importância que tem, deve ser encaminhado ao presidente da República, às classes armadas, para que eles o recebam como advertência séria de um patriota, de um brasileiro que deseja manter, à custa da própria vida, a integridade da pátria, a integridade territorial do Brasil. O discurso de V.Exa., que tem importância capital pelos precedentes que vem relatando com o brilho que todos nós admiramos nos seus pronunciamentos, deve, como advertência, ser levado a todas as autoridades, civis e militares, desta pátria, não só, repito, pelo exame da parte histórica do problema amazônico que V.Exa. vem fazendo, como pelo que estamos pressentindo ocorra no futuro, em face de fatos reais, inequívocos, que se estão passando no país. V.Exa. chama a atenção para a cobiça estrangeira, conhecida e reconhecida através da História, e agora mais acentuada pelos processos de penetração, por todos os meios, que bem revela o pensamento de absorção, a finalidade de usurpação de uma riqueza territorial e mineral que poderá ser mais tarde o fortalecimento da economia do país. Mesmo que não fosse, eminente senador, uma região riquíssima como é, não poderíamos permitir, dentro do território do Brasil, qualquer pensamento de penetração para ocupar terras brasileiras, porque estaríamos renunciando, nesta hora, aos nossos deveres, aos nossos deveres supremos de defender a pátria acima de tudo. Fique V.Exa. na certeza de que as autoridades militares, as Forças Armadas, não permitirão essa miséria de ver americanos, ingleses, russos invadindo nosso território, com a preocupação de internacionalizar uma região brasileira ou mesmo ocupá-la com exclusividade para alguns países. Acredito, nobre senador, no patriotismo do presidente da República nesse setor e não posso admitir – causa-me horror admiti-lo – que um homem da alta responsabilidade de S.Exa., com o passado de vida pública, com o passado militar que tem, se torne conivente com planos macabros de tal natureza. Neste instante, V.Exa. está se dirigindo, em advertência, às classes militares, ao presidente da República e a todos os patriotas do país, sem distinção partidária, sem sentimento algum partidário, porque suas palavras iniciais convenceram-me de que não é um correligionário, não é um homem do MDB que se manifesta nesta

hora. É um patriota, é um brasileiro! Conheço bem os sentimentos de V.Exa. e não tenho dúvidas de que o Senado deve ouvi-lo e ouvir suas advertências, para que, como um corpo só, defenda, acima de tudo, os interesses nacionais, os interesses da pátria!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado, eminente senador Argemiro de Figueiredo, pelo aparte de V.Exa, o qual incorporo, com muito orgulho e com muito prazer, ao meu discurso.

A confiança que V.Exa. deposita nas Forças Armadas eu também deposito. Elas não falharam até hoje nesse arrojado sentimento de patriotismo em defesa do nosso território; não falharam com relação ao Instituto de Hileia nem falharão neste caso, no Instituto Hudson.

Tenho citações a fazer com muita honra, de um jovem oficial que ainda se prepara, ainda inicia sua carreira, e de um outro, já oficial superior, às vésperas de assumir as maiores chefias, os maiores comandos. V.Exa. vai ver que os pronunciamentos de todos os oficiais do Exército são no mesmo sentido dos de V.Exa.: intransigíveis na defesa do território nacional, contra a cobiça, parta ela de onde partir. Mas, nesse processo que eu vislumbro, que eu vejo com muita apreensão e da necessidade de se fazer a mobilização da opinião pública, da mobilização da opinião nacional! Temos aí, já, esse conhecido escândalo das terras. Estão loteando este país, loteando-o do extremo norte e nordeste ao centro.

Já o senador Marcello de Alencar fez importante pronunciamento, nesta Casa, que mereceu, inclusive, um comentário da revista *Time*, de Nova York, e agora me chegam novos dados às mãos – mapas completos de municípios de Goiás, impressos nos Estados Unidos.

Só um cidadão americano, só um está vendendo no município de Ponte Alta, do norte de Goiás, 213 fazendas! Só um deles, Mr. Selig. Lerei daqui a pouco carta que ele enviou à autoridade brasileira na qual fala que espera receber financiamento de um órgão oficial do governo dos Estados Unidos da América.

Se não estou enganado, Sr. Presidente, foi este o protesto de propaganda que o senador Marcello de Alencar apresentou ao Senado. Aqui, fazem-se duas citações interessantes: a primeira fala da divisão do “pote de ouro”. O “pote de ouro” seria o nosso país, assim loteado para servir a interesses que não os nossos. A segunda é a alusão direta à lei de garantia de investimentos. Então, estimula-se os cidadãos americanos a

aplicarem seus capitais aqui, porque há lei de garantia de investimentos que impedirá que eles tenham prejuízo em qualquer tempo.

Sr. Presidente, o interesse vem sendo tão grande na América do Norte pelas terras brasileiras, que a revista *Time*, num de seus últimos números, publica uma reportagem a respeito e declara que cerca de 40 bilhões de metros quadrados de terra foram adquiridos por americanos no Brasil.

Tenho aqui uma relação que consegui fazer, dados por mim colhidos, relativamente às propriedades que já foram alienadas: em Goiás – 900 mil hectares; no Amapá – 180 mil hectares; no Amapá ainda, no vale do Jaú, amapaense e paraense – 2 milhões de hectares; em Mato Grosso – 500 mil hectares; em Roraima, em faixa de fronteira arrendada pela firma J. G. Araújo, arrendada, uma vez que não podia ser vendida, por ser faixa de fronteira, a uma firma americana – 32 fazendas.

No Amazonas os levantamentos estão incompletos, mas o Sr. Ministro da Justiça declarou, em São Paulo, que estavam sendo concluídas as investigações sobre o caso da venda de 700 milhões de metros quadrados de terra a estrangeiros na Amazônia.

Aqui está, Sr. Presidente, carta do Sr. Stanley Selig ao Sr. Francisco A. Genschow, em linguagem brandiciosa, afetuosa, falando na alegria que ele teve em terem permanecido juntos em Washington, do seu interesse em regularizar as suas terras junto ao Ibra, do destino que estava dando às suas fazendas, quantas já vendera:

Vendi praticamente 100% das fazendas seguintes: sítios Portland, 250 fazendas, sítios Colorado, 58 fazendas; sítios Flórida, 59 fazendas; Fazenda Sítio Novo, 69 fazendas; Fazenda Sítio Novo, 31 fazendas; Brasília-Subúrbio, 300 fazendas; Fazenda Sítio Novo, 1.319 fazendas, Fazenda Mutambeira, 451 fazendas. Vendi cerca de 50% das fazendas seguintes: Pioneer Farms, 128 fazendas, Wagon Wheels Farm, 232 fazendas.

O Sr. *Fernando Corrêa* – Permite V.Exa. um aparte, para esclarecimento?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com prazer.

O Sr. *Fernando Corrêa* – Gostaria de saber o que V.Exa. chama de fazenda. Qual a dimensão da fazenda? é uma unidade métrica?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Depende. Há várias dimensões. Neste mapa, por exemplo, são 32 fazendas...

O Sr. Fernando Corrêa – Mas qual a extensão dessas fazendas?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Uma delas tem 19.2392 acres. Outra, 17 mil...

O Sr. Fernando Corrêa – Entendo que V.Exa. deveria trazer ao Plenário do Senado a medida métrica oficial do Brasil, que é o hectare.

O Sr. José Ermírio – Um acre corresponde a 4.047m².

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Estou citando em acre, porque os mapas foram feitos na América do Norte. Por exemplo, esta fazenda, de 5 mil acres...

O Sr. Fernando Corrêa – V.Exa. há de concordar em que mais ou menos 2.500 hectares, falando na linguagem métrica brasileira, são uma fazendola, uma pequena fazenda. Não quero, naturalmente, defender o ponto de vista contrário a V.Exa., porque não é esta a minha intenção. Apenas estou querendo situar a questão da medida da terra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa., senador Fernando Corrêa.

O Sr. José Ermírio – Permita-me V.Exa. concluir o meu esclarecimento. Um acre são 4.047 metros quadrados, portanto, só duas vezes e meio, quase, o hectare [na verdade, o orador quis dizer que o hectare equivale a quase dois acres e meio].

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Muito obrigado a V.Exa.

Sr. Presidente, ainda na carta ao chefe da Divisão de Cadastro e Registros do Ministério da Agricultura, o Sr. Selig relata as vendas e no final declara o seguinte:

Já realizamos quantidade tremenda de trabalhos e de estudos sobre as terras que possuímos e achamos que vai ser possível recebermos ajuda por parte de algumas entidades com que entramos em contato.

Cita, então as entidades, inclusive o “U.S. Department of Agriculture”.

O Sr. José Ermírio – É o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Nisto, que eu chamo de processo de condicionamento nacional, há interesse que não são nossos.

Tivemos agora, há pouco, o escândalo da corrupção sindical. Líderes sindicais estão recebendo ajuda de subvenção, passagens, viagens, passeios para receberem orientação sindical nos Estados Unidos. Entidades sindicais brasileiras estão recebendo subvenções de organismos internacionais, com sede nos Estados Unidos para efeito de orientação de política sindical. Se a presença americana no setor econômico representa quase que uma ocupação; se setores básicos da economia brasileira estão sob domínio dos grandes trustes internacionais, a maioria deles com sede nos Estados Unidos, esta alienação nacional chega ao ponto de ouvirmos aquilo que escutamos há pouco do nobre senador Vasconcelos Torres: de que, nos recentes vestibulares para as nossas faculdades, uma das perguntas que se fizeram aos nossos rapazes que querem ingressar nas universidades foi saber o nome dos cinco últimos chefes do estado maior do exército norte-americano do Vietnã. E alguns que não responderam a esta pergunta podem ter sido até reprovados, porque não souberam responder a indagação, que talvez 90% da mocidade americana não o saberia fazer.

Agora, com a prisão desta jovem e bela boliviana Maria Ester – que, não sei, pela sua beleza, pela sua juventude ou pelo absurdo da prisão, o fato é que está comovendo a nação –, a nação acompanha emocionada, interessada, o destino desta jovem sul-americana, conhecemos o tipo do interrogatório a que a Polícia Federal submeteu esta jovem. Uma das perguntas que lhe fizeram, para saber se ela é subversiva ou não, comunista ou não, se era guerrilheira ou não, foi pedir a sua opinião sobre a política dos Estados Unidos da América.

O Sr. Josaphat Marinho – V.Exa. permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho – V.Exa. presta informações altamente importantes. E convém aditar, o que confirma a sua apreensão: há contratos de empréstimos feitos pelo Banco do Brasil a empresas privadas em que expressamente consta cláusula declarando: o dinheiro deste empréstimo foi fornecido pelo governo dos Estados Unidos da América, através da Aliança para o Progresso. Mas não é isto só: o contrato obriga a empresa que obtém o empréstimo a divulgar a origem do dinheiro, estabelecendo até a forma em que deve ser feita esta divulgação. Então, como V.Exa. vê, não é o estabelecimento de crédito do Brasil que tem o privilégio de operar com empresas privadas brasileiras. Praticamente

opera em nome do governo dos Estados Unidos da América do Norte, porque é obrigado a declarar a origem do dinheiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – É mais uma informação que V.Exa. presta, da maior importância, para se juntar a este processo que estamos sentindo, que estamos vendo, que estamos apalpando, que está diante de nós e que representa, inegavelmente, um perigo, porque se trata de uma nação credora, uma nação que economicamente nos domina.

Vê V.Exa. a quantos condicionamentos, a quantos perigos poderá ficar exposto o país se não nos alertarmos contra essa tentativa de desnacionalização, contra essa falta de confiança naquilo que é nosso, contra essa submissão e essa subserviência a uma potência que pode ser amiga, mas é uma nação estrangeira que tem os seus interesses, que jamais se subordinará aos nossos e, para executá-los, não hesitaria em aplicá-los contra o Brasil ou qualquer outra nação.

Antes de entrar diretamente na análise do projeto do Instituto Hudson, gostaria de lembrar que entre as nações com condições de se transformarem em superpotências está o Brasil. Adlai Stevenson cita a China, o Brasil e a Índia. Há outros economistas e observadores da política internacional que excluem a Índia, assegurando que esta não tem tamanho continental, não tem área geográfica continental para agasalhar população de uma superpotência como tem o Brasil e como tem a China.

O Sr. José Ermírio – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com prazer.

O Sr. José Ermírio – Já disse várias vezes, neste Plenário, que o Brasil possui a segunda área agricultável do mundo, excedida, apenas, pela União Soviética. Já disse, várias vezes, no Senado, que o potencial brasileiro é imenso. E isto deve conhecer melhor do que nós o Instituto Hudson, que V.Exa. acaba de citar, pois no Ministério do Trabalho existem trinta e cinco supertécnicos e centenas de técnicos de alto padrão que andaram pela Amazônia, durante muito tempo, e conhecem esse fato pelo trabalho que ali fizeram e que ninguém mais conhece. Só eles o conhecem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Em área ecumênica, contínua, talvez nenhuma nação se equipare ao Brasil. Não temos zonas glaciais, nem desertos, nem grandes montanhas, nem planaltos altíssimos. Nossa maior elevação, o Neblina, na fronteira com a Venezuela, tem apenas 3 mil metros. Em área ecumênica, contínua, portanto, o Brasil é talvez o maior

país do mundo. Seus mais de 8.500.000 quilômetros quadrados poderão agasalhar uma população de até 1 bilhão de habitantes. E temos no nosso solo, subsolo, todas as riquezas, todos os minerais, inclusive os atômicos, para serem aproveitados por um potencial energético que representa a metade de tudo aquilo que poderá produzir a América Latina.

Ora, Sr. Presidente, se é uma terra agricultável, se é uma terra com capacidade criadora extraordinária, se é uma terra com todos esses recursos, poderemos vir a ser uma superpotência se tudo isso for aproveitado em nosso benefício.

Deixemos, pois, de ingenuidade ou de falsa ingenuidade e encaremos friamente a realidade. O egoísmo internacional não admite sentimentalismo. As nações fazem a sua grandeza às custas da miséria dos outros.

Façamos uma indagação: qual seria a reação dos Estados Unidos da América face a essa possibilidade? Como a grande nação do norte veria a perspectiva de o Brasil se transformar numa superpotência e competir com ela no plano internacional? Só um ingênuo dirá que a veria com bons olhos. Só quem não quer encarar com realidade diria que sim, que seriam capazes, inclusive, de nos ajudar para alcançarmos esse grato contubérnio.

Examinemos as divergências entre a Rússia e a China. É revisionismo? É revolução cultural? É divergência de ordem ideológica? Só um ingênuo acreditaria nisso. Em verdade, não é. As divergências entre essas duas nações começaram quando a China iniciou a competição com a Rússia, no campo socialista. E quando a China começava a crescer, mas sem fazer sombra, começava a se desenvolver, mas sem competir; não houve divergência de espécie alguma, não houve revolução cultural, não houve acusações de revisionismo. Mas na hora em que a China começou a penetrar no campo socialista, a competir com a Rússia, surgiram, então, os desentendimentos, os choques.

O Sr. José Ermírio – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio – V.Exa. falou no acordo de garantias. Devo lembrar-lhe como a Oposição lutou no governo passado, para que não fosse feito o acordo. Lutamos meses a fio, porque a cláusula IX diz o seguinte: esse acordo só pode ser denunciado com seis meses de antecedência, porém, todos os acordos firmados têm, pelo menos, vinte anos de garantia. Isso é escravizar um país!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – Exato! V.Exa. tem toda a razão.

Sr. Presidente, já me vou alongando e ainda não entrei na tese mesma do meu discurso, que é o Instituto Hudson, cuja movimentação no Brasil, representando como que balões de ensaio, começou a 1º de junho de 1965, com o artigo do Sr. Herman Khan e do Sr. Robert Panero, publicado na revista *Progresso*, do grupo Visão, que tem o Sr. Roberto Campos como seu consultor especial.

Em 3 de março de 1967 houve uma reunião no Ministério do Planejamento, a que o Sr. Roberto Campos alude nesse artigo publicado em *O Globo*, que acabei de citar.

Em 23 de junho de 1967, logo depois de chegar de Nova York, o Sr. Felisberto Camargo, representante do Instituto Hudson no Brasil, proferiu uma conferência de quatro horas na Escola Superior de Guerra sobre os planos dos grandes lagos e oferecia àquela entidade os cinco volumes da estratégia global do Pentágono. O terceiro volume – *Tecnologia e Desenvolvimento*, se refere precisamente à Amazônia e aos grandes lagos.

No dia 12 de dezembro de 1967 era publicada uma entrevista do Sr. Robert Palmer no *Jornal Associado* e, no dia 17 do mesmo mês, o Sr. Francisco Camargo concedia ao *Correio da Manhã* essa entrevista que foi, assim, a maior afronta que um brasileiro poderia fazer à soberania de seu país dentro de suas próprias fronteiras.

Houve a reação do Itamaraty em nota oficial, na qual fala, inclusive, em defesa da soberania do Brasil.

Sr. Presidente, o plano dos grandes lagos não é quimera, nem sonho. O Sr. Herman Khan é considerado e respeitado no mundo todo como um supergênio. É um homem que, num teste de inteligência, conseguiu um índice até hoje não alcançado por outro homem: duzentos pontos, quando apenas cinquenta pontos caracterizam um gênio.

Fala-se, inclusive, que os seus dotes de estrategista credenciam-no, nesta hora, para ocupar a pasta da Defesa dos Estados Unidos da América. Não é, portanto, uma quimera, um “Doutor Fantástico” hollywoodiano a sonhar o impossível ou o irrealizável. É o estrategista que sabe o que quer, que sabe o que planeja, que sabe onde caminha e para onde vai, que realiza mais de 80% dos trabalhos estratégicos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

Todo o planejamento detalhado em mapas está feito. E há outros, mas só esses dão assim a ideia necessária. E todo o estudo, em extensão e profundidade, por cientistas do mais alto gabarito que estiveram na Amazônia, já foi feito. E os seis grandes lagos, pelas informações que pude colher, inclusive um documento secreto, e que vem sendo dito pela metade nas entrevistas de Panero e de Camargo, seriam o seguinte:

Os Seis Grandes Lagos Amazônicos

1. O Projeto Chocó, objetivando duplicar o Canal do Panamá, para servir aos interesses estratégicos dos Estados Unidos, e que ligaria as bacias do Atrato e do San Juan. Há informações segundo as quais as obras já foram iniciadas.
2. O Projeto do Rio Caquetá (Japurá, no Brasil), cuja albufera se estenderia, através da amazônia colombiana, até as proximidades dos Andes. O objetivo seria facilitar a navegação.
3. O Projeto Orenoco-Amazonas, na fronteira colombo-venezuelana como alternativa à comunicação natural já existente entre as bacias do Amazonas e do Orecono, representada pelo Canal do Caciquiario.
4. O Projeto Ucaiali, em Orellana – Pucallpa, para “complementar” – como afirma o Sr. Panero – a “Carretera Marginal de la Selva”.
5. O Projeto Guaporé-Paraguai, de barragens baixas, para criar um lago regional navegável.
6. O grande lago amazônico, em território totalmente brasileiro, cobriria área imensa, inclusive dois terços de Manaus, capital do meu estado.

O custo desta barragem, segundo Panero-Khan, mediria entre 250 a 500 milhões de dólares, representando custo muito baixo; já o outro assessor brasileiro do Instituto Hudson, Eudo Prado Lopes, estima o custo em US\$ 1.500.000.000,00.

A técnica a empregar seria rudimentar, o que visa, certamente, obter gastos relativamente baixos. Utilizar-se-iam barragens baixas, como afirma Panero, “construídas de terras ou aterro hidráulico”.

Na técnica a aplicar, ressalta o menosprezo por uma eficiência de maior porte. Os geopolíticos desejam “eletricidade em pequenas quantidades”, destinadas às exigências do meio, o que não justificaria, por si só, a construção.

Não há sofisma que obscureça, no entanto, que a meta a atingir tem alcance econômico e estratégico: minérios e matérias-primas.

Declara Panero: “Corpo de Engenheiros dos Estados Unidos, 1945. Um completo estudo da rota do Corriquiari, incluindo mapas e estimativas, preparados com vista a utilizá-lo para exportação de borracha pelo Brasil; e sobre o lago do Ucaiali: ‘Abrir zonas altas nas regiões orientais pouco exploradas, peruanas e brasileiras’”.

O propósito de internacionalização beneficiando a nação financiadora também é evidente. Panero é claro nos seus estudos de ligar o Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina pelo interior do continente: reduzir as atuais dificuldades de navegação e as distâncias a percorrer; abrir novas áreas drenadas, atualmente inacessíveis. E o principal, o fundamental, o ameaçador: “focalizaria os esforços estrangeiros de desenvolvimento sobre metas tangíveis”.

Sr. Presidente, a nação deve estar alertada e voltar em definitivo suas vistas para aquela região.

E agora vai a resposta ao aparte do nobre senador Aarão Steinbruch.

De fato, ainda não descobrimos para nós a Amazônia. Ela tem vivido ao abandono, enquanto no plano internacional cresce a cobiça a seu respeito.

Há indícios de uma movimentação mais atuante. E quero fazer justiça ao ilustre ministro do Interior, general Albuquerque Lima. Tem sido um devotado e apaixonado pelos problemas do extremo norte. Tem sido um dedicado à solução desses problemas e tem sido, sobretudo, um patriota, com visão para alcançar, no futuro, o que poderá ocorrer à Amazônia, se o Brasil não ocupá-la, não defendê-la, não a fizer progredir.

Esse ilustre ministro está procurando ampliar a atuação pioneira do Exército nas fronteiras; atuação superpioneira da FAB que é, às vezes, o único fator de progresso a agir eficientemente na grande área; da Marinha, que agora também desdobra as suas atividades na região, com novos navios a percorrerem seus rios, a levarem o conforto da assistência moral às populações perdidas na hinterlândia imensa.

Agora mesmo, o ministro Albuquerque Lima, com a Operação Rondon, está fazendo com que a mocidade brasileira conheça de fato aquele pedaço de chão, sinta a sua grandeza e se apaixone por ele.

A importância da Operação Rondon não está em levar esporadicamente jovens para dar assistência médica, dentária, ou qualquer outro tipo de assistência; a importância da Operação Rondon está no chamamento da atenção da mocidade brasileira para a Amazônia, para a região, fazendo com que ela desperte para o problema e sinta-o em toda a sua extensão, em toda a sua profundidade.

Mas, paralelamente a esse lado, há o aspecto negativo, que não se pode deixar de citar também.

A Sudam, que é o órgão incumbido de desenvolver a Amazônia, recebeu migalhas de suas verbas. Outros órgãos, como o Instituto de Pesquisas da Amazônia, o Instituto Agrônomo do Norte e entidades semelhantes, também receberam diminutas parcelas de suas dotações orçamentárias.

Há, entretanto, Sr. Presidente, um despertar de consciência.

Quando da implantação do Instituto Internacional da Hileia, as nossas Forças Armadas colocaram-se frontalmente contra, vetando-o.

Agora, estou informado de que o Estado Maior das Forças Armadas também já vetou o projeto do Instituto Hudson, o que prova exatamente o sentimento de brasilidade que V.Exa. ressaltou e a confiança que inspira em todos nós de que esse plano não se realizará, por ser, em verdade, um plano de alienação e internacionalização da área, contra os nossos interesses.

E fecho esse discurso, Sr. Presidente, com a citação daquelas palavras a que me referi, de dois oficiais do Exército, precisamente sobre a Amazônia, que demonstram que as nossas Forças Armadas estão atentas, e não permitirão jamais que a área deixe de ser brasileira. O tenente-coronel Jorge Teixeira de Oliveira, ao assumir, em 1967, o comando do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs), disse o seguinte:

Pela primeira vez no Brasil toma-se uma medida concreta para a salvaguarda de um patrimônio que desde longa data está na mira de estrangeiros, que veem como solução para seus problemas de espaço a possível ocupação desta imensa e ainda desconhecida região brasileira.

Na mesma ocasião o capitão Gélcio Fregapani disse:

Sabemos que o mundo se prepara para reclamar a Amazônia, mas aos brasileiros lanço uma mensagem de esperança: nunca o seu Exército hesitará na defesa da Amazônia. Nunca recuaremos e nunca seremos vencidos.

FOTOS

Acervo Tribunal de Justiça do Amazonas



Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro: desembargador do Amazonas.



Arthur Virgílio Filho com o futuro senador Arthur Virgílio Neto no colo.

Acervo de Família



O deputado Arthur Virgílio e a mulher, Isabel, com os filhos, em Manaus.



Foto de documento.



Foto para cartaz de Arthur –
deputado federal.



Acervo de Família

Arthur Virgílio e Isabel nos salões da sociedade amazonense,
em 1955.



Contemplativo no plenário do Senado Federal, em 1966.



Arthur Virgílio Filho discursa na reunião da Executiva do PTB, em 1961.



Toda vez que ocupava a tribuna, Arthur Virgílio abordava temas polêmicos, como a defesa dos funcionários da Petrobras.



O senador é condecorado pelas Forças Armadas, em janeiro de 1963.



Arthur Virgílio chega à Câmara Federal, em 1961.



O senador Arthur Virgílio participa de uma reunião, no Rio, com a presença do presidente João Goulart, em 1964.



Arthur Virgílio Filho discursa no plenário do Senado.



O deputado federal Arthur Virgílio, o governador Leonel Brizola (RS) e o vice-presidente da República, João Goulart, em 1959.

Arquivo Arlindo Porto



Quando o deputado estadual e jornalista Arlindo Porto foi cassado, Arthur Virgílio foi o primeiro a manifestar a sua solidariedade.

Foto Antônio Menezes



Confirmado no INPS, Arthur visita o chefe de redação de A Crítica, Pery Augusto, em julho de 1985.

Foto Antônio Menezes



Recebido no aeroporto Eduardo Gomes por funcionários do INPS, em 1985.

Foto Antônio Menezes



O presidente do INPS, Arthur Virgílio, dá posse ao delegado regional do INPS, Aldo Chã.



A experiência democrática dos últimos anos levou à crescente presença popular nas instituições públicas, tendência que já se pronunciava desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, que contou com expressiva participação social. Politicamente atuante, o cidadão brasileiro está a cada dia mais interessado em conhecer os fatos e personagens que se destacaram na formação da nossa história política. A Câmara dos Deputados, que foi e continua a ser – ao lado do povo – protagonista dessas mudanças, não poderia deixar de corresponder a essa louvável manifestação de exercício da cidadania.

Criada em 1977 com o objetivo de enaltecer grandes nomes do Legislativo, a série Perfis Parlamentares resgata a atuação marcante de representantes de toda a história de nosso Parlamento, do período imperial e dos anos de República. Nos últimos anos, a série passou por profundas mudanças, na forma e no conteúdo, a fim de dotar os volumes oficiais de uma feição mais atual e tornar a leitura mais atraente. A Câmara dos Deputados busca, assim, homenagear a figura de eminentes tribunos por suas contribuições históricas à democracia e ao mesmo tempo atender os anseios do crescente público leitor, que vem demonstrando interesse inédito pela história parlamentar brasileira.



Conheça outros títulos da série Perfis Parlamentares
na página da Edições Câmara, no portal da Câmara dos Deputados:
www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes